

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

GIOVANNA DE NEIVA BARRIVIERA

***A POLÍTICA AFRICANA DA FRANÇA FRENTE OS DESAFIOS DO
SÉCULO XXI.***

Porto Alegre
2019

GIOVANNA DE NEIVA BARRIVIERA

***A POLÍTICA AFRICANA DA FRANÇA FRENTE AOS DESAFIOS DO
SÉCULO XXI.***

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Linha de Pesquisa: Política Internacional e Defesa

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini.

Porto Alegre
2019

CIP - Catalogação na Publicação

BARRIVIERA, Giovanna de Neiva
A política africana da França frente os desafios do
Século XXI / Giovanna de Neiva BARRIVIERA. -- 2019.
192 f.
Orientador: Paulo Gilberto Fagundes VISENTINI.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Análise de Política externa. 2. Relações
Franco-Africanas . 3. Política Externa Francesa . 4.
África francófona. I. VISENTINI, Paulo Gilberto
Fagundes, orient. II. Título.

GIOVANNA DE NEIVA BARRIVIERA

A POLÍTICA AFRICANA DA FRANÇA FRENTE OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Linha de Pesquisa: Política Internacional e Defesa

Data da aprovação: Porto Alegre, 22 de abril de 2019.

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini - PPG POL/ UFRGS Orientador

Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi - PPG POL/ UFRGS

Profa. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira - PPG EEI/UFRGS

Profa. Dra. Nathaly Xavier Schutz - RI /UniPampa

**Para todas as mulheres que
lutaram pelo nosso direito à educação**

AGRADECIMENTOS

Ao final desta importante etapa da minha formação acadêmica, gostaria de agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pelo acolhimento. Ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Telecomunicações, por meio da agência de fomento CNPq, pela concessão de bolsa de estudos essencial para a viabilização desta pesquisa. E à banca examinadora pelos comentários e observações.

Chega um momento na vida que temos que pular do ninho e fortalecer nossas próprias asas. Este foi o meu momento. E que sorte a minha em pousar em um lugar com tantas pessoas especiais. Foram quatro anos desafiadores, mas deliciosamente especiais. Conheci pessoas incríveis que se tornaram minha família e transformaram Porto Alegre em mais do que o lugar que eu morava, mas o lugar que eu me sentia em casa. Estes quatro anos representaram uma longa jornada de amadurecimento, autoconhecimento e superação.

Já dizia o poeta, “é impossível ser feliz sozinho”. Bem, sendo assim, gostaria de apresentar a você, caro leitor, algumas das pessoas incríveis que cruzaram o meu caminho e com quem pude dividir as dores e as delícias desta jornada. Começarei com meu ninho, onde cresci e me ensinaram que o conhecimento é a única coisa que é verdadeiramente nossa. A única coisa que não perdemos e que não podem nos tirar. Meu muito obrigada, mãe, pai e Dudu pelo apoio incondicional, incentivo e por acreditarem nos meus sonhos. Obrigada a minha família, tios, tias e primos, pelo apoio, incentivo e cuidado.

Mas o meu ninho não é só formado por minha família. Não poderia deixar de agradecer especialmente a Kiara e Marcos pelos anos de amizade, cumplicidade, aventuras e pelo apoio e cuidado em um dos momentos mais difíceis pelo qual já passei. Tenho também dois serzinhos que me enchem de amor e de alegria. Sibilla, minha gata, parceira de madrugadas em claro e que adora deitar no teclado do computador para pedir carinho. Benício, meu cachorro, um bebezão que me faz feliz só de tê-lo por perto e ver seus olhinhos brilhando quando ganha carinho. Tive que deixar meu ninho e fazer morada, literalmente, do

outro lado do país. Quase quatro mil quilômetros me separavam da segurança e conforto do seio dos meus.

Foi então que o destino me apresentou as pessoas a seguir. Primeiro agradeço ao professor Paulo Visentini por acreditar em mim e neste trabalho. Aquela “guria magricela” de 24 anos lá do nordeste querendo estudar África. Também agradeço ao corpo docente do PPG Ciência Política UFRGS pelo conhecimento compartilhado e ao secretário Lucas Greff pelas inúmeras ajudas em momentos de desespero e por salvar esses pobres pós-graduandos de sofrerem ataques cardíacos de desespero.

Porém a vida de um pós-graduando não se resume a vida acadêmica, ainda que esta signifique grande parte da nossa vida. Agradeço a Maria Elza, minha companheira nesta aventura do doutorado e da vida sulista. Duas piauienses perdidas por Porto Alegre. Foram tantas aventuras, caminhadas pela Cidade baixa, cervejas, experimentos culinários, risadas, conversas sobre a vida e aprendizado compartilhado. Ricardo Ossagô e Rodolfo Marques, meus amigos responsáveis por me apresentar aos colegas e por me ajudarem em tantas missões. Não esqueci que vocês andaram metade do centro com um colchão na cabeça pois eu ainda não tinha cama. Muito obrigada por tudo, meus amigos.

A Luana Basségio e Michelle Dias, minhas parceiras de indiadas, que abriram suas casas para mim e suas famílias que sempre me receberam de braços abertos. Bruno Conceição, companheiro de conversas sobre a vida, música e da espera pelo dia que os humilhados serão exaltados. Ao Júnior Ivan pelos anos de amizade.

Agradeço também aos colegas Caroline Assis, Carolina Corrêa, Camila Andrade, Juliana Foernges e Rafael Lameira pela experiência compartilhada na organização do II Seminário Internacional de Ciência Política, por todo o trabalho realizado e o bom humor envolvido no processo. Aos demais colegas do PPG Ciência Política pelos momentos e conhecimentos compartilhados. O meu muito obrigada a todas as pessoas que contribuíram para que eu seja o que sou hoje, que cruzaram o meu caminho e deixaram um pouco de vocês em mim. Espero ter deixado um pouco de mim em vocês.

RESUMO:

A França construiu um tipo particular de relacionamento com o continente africano, sendo a ex-metrópole europeia que mais se envolveu em conflitos e em assuntos africanos após a independência de suas colônias. A construção e longevidade deste relacionamento se deve a múltiplos fatores que vão desde a crença do pertencimento do seu espaço colonial a uma Grande República Francesa, assimilação de elites, um processo de independência desenhado e conduzido para a manutenção da influência francesa na região, valores nacionais com a *grandeur*, a francofonia e o *rayonnement* e uma particular visão do sistema internacional e do papel francês no sistema internacional. No entanto, o fim do conflito bipolar e as transformações do sistema internacional pós-Guerra Fria causaram mudanças profundas no sistema internacional e trouxeram desafios a manutenção da tradicional política africana da França, demandando revisões e alterações desta política. Assim, esta análise busca responder o questionamento de *como as transformações do sistema internacional durante o início do século XXI impactaram na política externa francesa para a África durante os governos de Nicolas Sarkozy e François Hollande?*. Para tal objetivo, me proponho 1) a investigar a construção da política africana da França em perspectiva histórica, identificando os principais aspectos que levaram a construção desta política; 2) mapear as transformações do sistema internacional do início do século XXI que desafiam esta política francesa e 3) analisar como esta política foi conduzida durante os governos de Nicolas Sarkozy e François Hollande. Como ponto estruturador, utilizo a abordagem estratégico-relacional e construo a pesquisa de acordo com protocolos metodológicos qualitativos. Portanto, a hipótese de trabalho que orientou esta pesquisa é que a conjuntura do sistema internacional do pós Guerra Fria possibilitou a emergência de competição, em especial norte-americana e chinesa, ao poder francês no continente africano. Isto, aliado às transformações endógenas ocorridas no continente africano e o aprofundamento da integração europeia, transformaram o ambiente operacional em que foi inicialmente desenhada a política africana da França, evidenciando, assim, a necessidade de revisão e modernização desta política para se adequar à este novo ambiente internacional que já não comporta a tradicional política africana da França traçada durante os primeiros anos da Quinta República.

Palavras-chave: Política Africana da França; Análise de política externa; Quinta República Francesa; França; África.

ABSTRACT:

France has built a particular type of relationship with the African continent, being the former metropolis that has been most involved in conflicts and African affairs after independence from its colonies. The construction and longevity of this relationship is due to several factors ranging from the belief in belonging of the colonial possessions to a Great French, assimilation of elites, a process of independence designed for a maintenance of its influence in the region, national values like the *grandeur*, francophonie and *rayonnement* and a particular vision of the international system and the French role in the international system. However, the end of the bipolar conflict and the transformations of the post-war international system has brought about profound changes in the international system and brought about the challenge of the maintenance of France's African policy, requiring revisions and changes in this policy. So this analysis tries to answering the question of how the transformations at the international system at the beginning of the XXI century impacted on the French foreign policy to Africa during the Nicolas Sarkozy's and François Hollande's administration? For such purpose, I propose (1) to investigate the construction of France's African politics, identifying the main aspects that led to a situation of this policy; (2) to map the changes of the international system of the 21st century, that challenge the French policy; 3) to analyze how this policy was conducted during the governments of Nicolas Sarkozy and François Hollande. As a structuring point, I use the strategic-relational approach and construct the research according to qualitative methodological protocols. Therefore, the working hypothesis that guided this research is that the conjuncture of the international system after the Cold War made possible the emergence of competition, especially North American and Chinese, to French power in the African continent. This, coupled with the endogenous transformations that have taken place on the African continent and the deepening of European integration, have transformed the operational environment in which the African policy of France was initially designed, thus highlighting the need for revision and modernization of this policy since this new operational environment do not hold anymore the traditional French foreign policy to Africa designed at the beginning of the French Fifth Republic.

Key words: France's African policy; Foreign Policy Analysis; French Fifth Republic, France; Africa.

LISTAS DE GRÁFICOS, MAPAS E TABELAS

Gráfico 1. Esquema de etapas da Política Externa na Abordagem estratégico-relacional.....	25
Gráfico 2. Comércio China-África (em bilhões de dólares).....	68
Mapa 1. Configuração geográfica da lealdade ao governo de Vichy e ao Movimento França Livre	29
Tabela 1. Acordos de defesa assinados com países africanos47
Tabela 2. Acordos de cooperação militar com países africanos47

SUMÁRIO

Introdução	14
Capítulo 1 “ A formação da Quinta República e a construção da política africana francesa”.....	17
1.1. Política Externa e Análise de política externa: definições e diferenciações	17
1.2. A construção da Quinta República Francesa	27
1.3. A visão estratégica do sistema internacional de Charles de Gaulle.....	32
1.4. A descolonização e a política africana do início da Quinta República	38
1.4.1. O pilar militar	46
1.4.2. O pilar monetário	48
1.5. Conclusão	54
Capítulo 2 “Os desafios do século XXI”.....	55
2.1. Fatores sistêmicos	54
2.1.1. Globalização	55
2.1.2. O fim da política externa ideologicamente orientada dos EUA	58
2.1.3. A “Guerra ao Terror” estadunidense e a securitização do espaço africano	61
2.1.4. Os novos atores	65
2.2. Fatores Regionais Europeus	74
2.3. Fatores regionais africanos	77
2.3.1. Da Organização da Unidade Africana à União Africana	80
2.4. Fatores domésticos.....	83
2.5. Os anos 1990 e as primeiras alterações da política africana da França	85
2.5.1. A doutrina Abidjan	86
2.5.2. Operação Turquoise	86
2.6. Conclusão.....	90
Capítulo 3 “A política africana de Nicolas Sarkozy”.....	91

3.1. Sarkozy no Élysée	91
3.2. Discurso e prática: de Cotonou a Dakar	92
3.3. Ambivalência: entre reformistas e tradicionalistas	97
3.4. Novos Livros Brancos de Defesa e Segurança Nacional e de Política Externa	98
3.5. A revisão dos Acordos de Defesa	101
3.6. Intervenções militares: Costa do Marfim e Líbia	104
3.6.1. Costa do Marfim	104
3.6.1.1. A Primeira Guerra Civil Marfinense	104
3.6.1.2. A Segunda Guerra Civil Marfinense	107
3.6.2. Líbia	109
3.7. A França além do pré-carré	111
3.7.1. A Union Méditerranéenne	112
3.8. Incoerência ou retorno ao gaullismo?.....	115
3.9. Conclusão	117
Capítulo 4 “François Hollande: “Le temps de la Françafrique est révolu”?”	118
4.1. Socialistas no poder	118
4.2. Um novo direcionamento da política africana francesa	121
4.3. Os conflitos no Mali	126
4.3.1. Operação Serval	129
4.4. Um novo Livro Branco	132
4.5. A França no mundo	137
4.6. Conclusão	140
Conclusão	141
Referências	147
Anexos	161

Discurso de Nicolas Sarkozy em Cotonou.....	160
Discurso de Nicolas Sarkozy em Dakar.....	168
Discurso de François Hollande em Dakar.....	180

INTRODUÇÃO

Durante quase quarenta anos após a independência formal de suas colônias, a França foi o único ator expressivo dentro de sua zona de influência africana, o que levou à manutenção das estruturas de dominação colonial e ao desenvolvimento de um peculiar sistema de favorecimento de relações com profundidade ímpar dentro das experiências africanas com suas antigas metrópoles. Os relacionamentos franco-africanos destacam-se e diferem-se de outros relacionamentos entre antigas colônias africanas e metrópoles europeias por sua longevidade e profundidade. A singularidade desse relacionamento reside no grau de proximidade, dependência e personalismo envolvido entre líderes franceses e africanos.

Compreender os eixos da política externa de um importante ator em uma região que apresenta um alto valor estratégico no início do século XXI e como essa política tem se traduzido em ações, mostra-se de grande relevância, uma vez que o continente africano tem ganho e consolidado seu status de espaço estratégico para diversos atores internacionais, inclusive tem ocupado um lugar relevante dentro da política externa brasileira.

A política externa francesa e mais especificamente o papel e a importância dos relacionamentos franco-africanos para a inserção internacional francesa ainda são temas pouco desenvolvidos na academia brasileira de Ciência Política e Relações Internacionais, revelando uma carência de entendimento sobre o tema. Assim, este trabalho busca contribuir para a consolidação do tema de investigação a qual se propõe. Alterações no perfil de atuação e na política externa de um ator relevante em nível mundial em um espaço que tem despertado crescente interesse internacional no início do século XXI desperta questionamentos sobre os rumos que tomará este relacionamento. Um entendimento sobre tais alterações pode auxiliar na elaboração de políticas e estratégias de atuação mais eficazes para atores não tradicionais neste espaço específico, em especial o Brasil.

A inserção internacional francesa está profundamente ligada ao seu relacionamento com o continente africano. Seu império colonial foi a base de sustentação de sua projeção internacional durante o século XIX e XX, além ter sido um fator central para a conquista de seu assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Mesmo no século XXI, os relacionamentos franco-africanos são centrais para a manutenção da posição de

potência internacional sustentado pelo governo de Paris que ocupa uma posição de liderança no seio da União Europeia no âmbito dos diálogos euro-africanos, além de desempenhar função análoga na Organização das Nações Unidas.

No entanto, durante a última década do século XX e início do século XXI, as transformações do sistema internacional do pós-Guerra Fria possibilitou que outros atores que possuíam uma atuação pouco expressiva na zona francófona africana ampliassem sua influência e consolidassem sua presença na região, atuando em determinados setores como aliados e em outros setores como concorrentes aos interesses franceses. A presença de competidores trouxe uma nova dinâmica às relações de poder na região e, especialmente, evidenciou a necessidade de revisão das relações entre o governo de Paris e seus parceiros no continente africano. Assim, há indícios de que a emergência de competição em um espaço antes monopolizado demandou, em maior ou menor grau, a revisão das relações entre dominante e dominados.

A busca pelo equilíbrio entre passado e presente tem sido um importante fator na construção da política africana francesa no início do século XXI. Ao mesmo tempo que os tomadores de decisão não podem negligenciar as alterações no sistema internacional; sua zona de influência, cada vez mais atrativa para diversos outros atores internacionais por representar uma das últimas fronteiras do capitalismo e um importante reservatório de minerais e petróleo; a emergência de uma geração de líderes africanos cada vez menos alinhados aos interesses de Paris, os processos de integração africano e as raízes de um relacionamento controverso e privilegiado são por demais profundas para também serem negligenciadas ou imediatamente substituídas por um novo modelo de relacionamento.

É diante desses desafios que foram construídas as políticas africanas dos governos Sarkozy e Hollande, pautadas por desafios atuais e laços de um relacionamento privilegiado de quase meio século. O discurso sobre a necessidade da normalização das relações franco-africanas é recorrente na fala de diversos presidentes e líderes franceses, e também encontra na opinião pública francesa uma importante fonte de apoio. Porém, a necessidade de normalização das relações franco-africanas tem se apresentado de maneira mais urgente nas últimas duas décadas. A entrada dos países emergentes, em especial a China, e o fortalecimento da presença de outros atores como Estados Unidos como parceiros de países

africanos, aliado às transformações que o continente africano tem passado, expõem a necessidade da transformação da política externa francesa para o continente africano a fim de não perder sua posição de influência e parceria com os países do continente, bem como garantir a defesa de seus interesses.

Em sentido contrário ao reconhecimento da necessidade de normalização das relações franco-africanas, há a resistência imposta por grupos de interesses ligados à rede de relações privilegiadas entre empresas francesas e líderes africanos, conhecido como “Françafrique”, em relação à revisão e a mudança da política africana, defendendo a manutenção dos relacionamentos privilegiados e personalistas entre líderes franceses e africanos. Diante desse quadro, esta tese se pauta pelo questionamento de como as transformações do sistema internacional durante o início do século XXI impactaram na política externa francesa para a África durante os governos de Nicolas Sarkozy e François Hollande?

O objetivo central deste estudo é contribuir, a partir da análise da política externa francesa para a África, durante os governos Sarkozy e Hollande, para o entendimento de como a política africana francesa é conduzida no início do século XXI, seus desafios e rumos atuais. Para tanto, são elencados dos seguintes objetivos específicos:

1) Compreender o projeto de inserção internacional francês, construído ao longo da Quinta República, destacando o lugar e a importância da África nesse projeto, buscando um maior entendimento dos elementos em que se baseiam a política externa francesa após as independências formais de suas colônias africanas;

2) Analisar as transformações econômicas e institucionais em curso na zona francófona africana e seu impacto na política africana francesa.

3) Analisar as alterações do sistema internacional do pós-Guerra Fria e como este impacta na política externa francesa, bem como fatores regionais e domésticos.

4) Analisar as alterações e o perfil da política externa francesa para a África durante o período proposto.

Esta análise se pautou pelos protocolos metodológicos qualitativos e hipótese de trabalho aqui adotada é que a conjuntura do sistema internacional do pós Guerra Fria possibilitou a emergência de competição, em especial norte-americana e chinesa, ao poder

francês no continente africano. Isto, aliado às transformações endógenas ocorridas no continente africano e o aprofundamento da integração europeia, transformaram o ambiente operacional no qual foi inicialmente desenhada a política africana da França, evidenciando, assim, a necessidade de revisão e modernização desta política para se adequar à este novo ambiente internacional que já não comporta a tradicional política africana da França traçada durante os primeiros anos da Quinta República. .

Quanto à estrutura, esta tese se divide em quatro capítulos centrais, além de introdução e conclusão. No primeiro capítulo é tratado aspectos teóricos-metodológicos, como a definição dos conceitos de política externa e a abordagem utilizada. No primeiro capítulo também abordamos a construção da política africana da França durante a Quinta República, a influência do pensamento de Charles de Gaulle na construção da política externa e africana francesa, bem como a condução desta política durante as independências africanas.

No segundo capítulo são abordados os principais desafios atuais à política africana da França e como estes interagem e colidem com a política africana desenhada no início da Quinta República transformando o ambiente internacional e demandando uma adaptação à nova realidade francesa e internacional. Neste capítulo tratamos de fatores sistêmicos, regionais europeus, regionais africanos e domésticos franceses. Nos capítulos três e quatro são analisadas respectivamente as políticas africanas de Nicolas Sarkozy e François Hollande

CAPÍTULO 1

A formação da Quinta República e a construção da política africana francesa.

Este capítulo tem por objetivo discutir a construção da política africana francesa a partir do projeto de inserção internacional delineado e conduzido durante a Quinta República Francesa, buscando evidenciar a lógica em que se baseia esse relacionamento, a importância da zona francófona para esse projeto e as bases do relacionamento privilegiado entre a França e suas antigas colônias durante o período pós-colonial.

1.1. Política externa e Análise de Política Externa: definições e diferenciações.

A análise de política externa como a subárea do campo de estudo das Relações Internacionais que “busca explicar a política externa ou, alternativamente, o comportamento político externo, com referência ao campo teórico dos tomadores de decisão, agindo unitariamente ou em grupos” (HUDSON, 2012, p.14, tradução nossa¹) começou a ganhar força no final da década de 1950 e início dos anos 1960.

A concepção de política externa como um assunto acadêmico tem fortes raízes no mais amplo domínio das políticas públicas, especialmente nos Estados Unidos. No entanto, este não é o lugar onde o campo se originou, mas é, antes, uma reação à tradição anterior - principalmente de proveniência europeia, com origens no século XVII e o posterior surgimento do Estado moderno- de ver a política externa como um domínio distinto, diferenciado em aspectos fundamentais de outras esferas de política pública (CARLSNAES, 2008, p. 332, tradução nossa²).

Três trabalhos podem ser considerados as pedras fundamentais desse campo de estudo, são eles, *Decision making as an Approach to the study of International Politics* (1954) de Snyder, Bruck e Sapin; *Pre-theories and Theories of Foreign Policy* (1966) de Rosenau e *Man-Milieu Relationship Hypotheses in the context of International Politics* (1956) de Sprout e Sprout (HUDSON, 2005). Cada um dos trabalhos acima citados contribuiu para o estabelecimento e consolidação de uma vertente metodológica da análise de política externa.

¹ No original: “That seeks to explain foreign policy, or, alternatively, foreign policy behavior, with reference to the theoretical ground of human decision makers, acting singly or in groups.”

² No original: “The conception of foreign policy as an academic subject matter has had strong roots in the broader domain of public policy, especially in the United States. However, this is not where the field originated but is, rather, a reaction to the earlier tradition – primarily as a European provenance, with origins in the seventeenth century and the rise of the modern state thereafter- of viewing foreign policy as a distinct domain differing in fundamental respects from all other spheres of public policy.”

O trabalho de Snyder, Buck e Sapin publicado em 1954 foi de fundamental importância para a análise do *processo de tomada de decisão* e dos *atores* envolvidos na elaboração da política externa (HUDSON, 2012). James Rosenau (1966) propôs o desenvolvimento de uma *teoria de ator-específico* que levaria ao desenvolvimento de proposições generalizáveis ao nível de uma teoria de médio alcance. Enquanto Harold e Margaret Sprout (1956) destacaram a importância da referência ao *meio sócio-político e psicológico dos atores envolvidos no processo de tomada de decisão* para a explicação da política externa. Assim, esses três trabalhos fundaram as três principais linhas de análise de política externa: a orientada para a análise do processo de tomada de decisão em pequenos ou grandes grupos; a política externa comparada e as explicações psicológicas e sociológicas da política externa, respectivamente (HUDSON, 2012).

Nos quase sessenta anos do campo de análise de política externa, diversos níveis e diversos atores foram o foco central das análises desde líderes, burocracias e grupos de interesses a fatores estruturais do sistema internacional (CARLSNAES, 2008, HUDSON, 2005), utilizando em grande parte das análises conhecimento multidisciplinar envolvendo a psicologia, sociologia, antropologia, economia, dentre outras (HUDSON, 2005). Ainda que grande parte da literatura sobre análise de política externa e as pesquisas desenvolvidas no campo sejam focadas no processo de tomada de decisão, Salomón e Pinheiro (2013), apontam que

Não entendemos [...] tão somente o campo de estudos sobre a política externa centrado na análise de processo decisório. É verdade que essa dimensão foi a marca da constituição da subdisciplina conhecida por esse nome nos anos 1950. Nos dias de hoje, entretanto, seria equivocado atribuímos à pesquisa sobre o impacto do processo decisório no conteúdo da política externa como o único objeto de investigação para o qual se volta a APE. Ao nosso entender, os estudos de processo decisório constituem hoje um, dentre outros, dos focos desse amplo campo de estudos, que inclui todos os aspectos (influências, contextos e práticas sociais, entre outros) que incidem em todas as fases (desde a formação da agenda até a implementação) de uma política externa (SALOMÓN e PINHEIRO, 2013, p.42).

Ainda que a análise dos processos de tomada de decisão seja um importante e relevante ramo da análise de política externa, este não parece ser o nível adequado para esta análise e para os objetivos a que se propõe, a saber, como as transformações do sistema internacional do início do século XXI impactaram da política africana da França durante os governos de Nicolas Sarkozy e François Hollande. Portanto, esta análise será orientada para a

implementação da política africana francesa, buscando entender seus desafios e constrangimentos do sistema internacional, bem como sua resposta a eles.

O conceito de política externa, assim como diversos outros conceitos utilizados nas ciências humanas e sociais, possui um caráter polissêmico, variando de acordo com o enfoque do pesquisador e, especialmente, de acordo com o nível de análise escolhido. Freire e Vinha (2011, p. 17), realizaram uma revisão da literatura e destacam as seguintes definições de política externa,

‘O sistema de atividades desenvolvido pelas comunidades para modificar o comportamento de outros Estados e para ajustar as suas próprias atividades ao ambiente internacional’ (George Modelski apud Kegley e Wittkopf, 1995: 45);
 ‘O esforço de uma sociedade e nacional para controlar o seu ambiente externo pela preservação das situações favoráveis e a modificação das situações desfavoráveis’ (James Rosenau apud Zorbigbe, 1990: 433);
 ‘Programa orientado para a resolução de objetivos ou de problemas elaborado pelos decisores políticos com autoridade (ou seus representantes), direcionado a entidades externas à jurisdição dos responsáveis pela formulação política’ (Hermann, 1990: 5);
 ‘O conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos escolhidos pelos responsáveis governamentais pela formulação política para responder ao ambiente externo atual e futuro’ (Rosati, 1994: 225).

Outros conceitos de política externa podem ser encontrados em trabalhos como o de Leticia Pinheiro (2010)³, Karl Deutsch (1982)⁴, Carlsnaes (2008)⁵, dentre outros.

A variedade de definições de política externa mostra a diversidade de entendimento e abordagens sobre o tema, porém há um relativo alinhamento sobre o tema independente da

³ A política externa pode ser definida como o conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente, mas não necessariamente o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos- tais como organizações internacionais, corporações multinacionais -, formulada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional. Nesse sentido, trata-se da conjugação dos interesses e ideias dos representantes de um Estado sobre a sua inserção no sistema internacional tal como este se apresenta ou em direção a sua reestruturação, balizados por seus recursos de poder (PINHEIRO, 2010, p.7).

⁴ A política externa de cada país diz respeito, em primeiro lugar à manutenção de sua independência e segurança e, em segundo lugar, à promoção e proteção de seus interesses econômicos, sobretudo os de seus grupos mais influentes. Profundamente ligados a esses interesses- pelo menos no caso das grandes potências- estão a preocupação de resistir a qualquer penetração e manipulação por parte de países e ideologias estrangeiras e um imprudente esforço para conseguir certo grau de penetração e manipulação em outros países. Finalmente, intimamente relacionadas com a segurança nacional, bem como os interesses econômicos e militares – inclusive clandestinos- de cada grande potência, estão suas diretrizes políticas de ajuda econômica a nações estrangeiras, assim como seus esforços para difundir sua própria propaganda nacional e ideológica em países estrangeiros e seu apoio a missões de intercâmbio cultural e científico que favorecem àquele objetivo (DEUTSCH, 1982, p.119).

⁵ No original: “Foreign policy consist of those actions which, expressed in the form of explicitly stated goals, commitments and/or directives, and pursued by governmental representatives acting on behalf of their sovereign communities, are directed toward objectives, conditions and actors- both governmental and non-governmental- which they want to affect and which lie beyond their territorial legitimacy”. (CARLSNAES, 2008, p.335)

abordagem teórica adotada pelo autor. Nota-se, em grande parte dos conceitos, o alinhamento quanto ao entendimento da política externa como uma política elaborada em nível interno e com aplicação externa que busca estabelecer os parâmetros e estratégias de atuação e inserção internacional de atores estatais ou não-estatais, evidenciando o seu projeto nacional (no caso de atores estatais); sua visão do sistema internacional, bem como seu posicionamento no mesmo; seus objetivos e interação com os demais atores, estatais ou não, do sistema internacional. É na política externa de um Estado que se materializam sua visão do sistema internacional; seu posicionamento, a posição que almeja alcançar e a estratégia para alcançar essa posição; e a manutenção ou modificação da sua inserção internacional. Para fins operacionais, o conceito de política externa adotado nesta análise será o fornecido por Valerie Hudson (2012, p.14, tradução nossa⁶) que define política externa como “a estratégia ou abordagem escolhida pelo governo nacional para atingir seus objetivos nas suas relações com outras entidades externas. Isto inclui a decisão de não agir”

Uma característica fundamental e peculiar à política externa é o seu caráter interméstico⁷, ou seja, uma política pensada no nível interno, mas aplicada no nível externo. Esta peculiaridade a sujeita a pressões e influência de atores e grupos situados tanto no nível interno quanto externo. Por estar situada na intersecção entre as esferas política doméstica e internacional dos Estados, a política externa torna-se o produto da interação entre diversos atores e estruturas tanto domésticas quanto internacionais (CARLSNAES, 2012).

Esta complexa combinação entre atores e estruturas no nível interno e externo e sua influência na construção e condução da política externa é um dos principais desafios para a subárea da Análise de Política Externa. Isto faz com que tanto os questionamentos quanto as respostas variem de acordo com a perspectiva (foco nos atores versus foco na estrutura) adotada pelo pesquisador.

Atores e estruturas estão sempre presentes, e de fato são cruciais, na elaboração da política externa. Christopher Hill demonstrou muito bem o íntimo relacionamento entre estes dois fatores: a elaboração da política externa é um processo complexo de interação entre diversos atores, diferentemente incorporados em uma vasta gama de diferentes estruturas (HILL, 2003:28). Em outras palavras, no mundo real nós encontramos uma variedade de atores, tanto domésticos quanto internacionais, que são

⁶ No original: “The strategy or approach chosen by the national government to achieve its goals in its relations with external entities. This includes decisions to do nothing.”

⁷ Um trabalho esclarecedor sobre o assunto é a obra de Robert Putnam “Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis”, publicada em língua portuguesa na Revista de Sociologia Política V.18, N. 36, junho de 2010.

intimamente envolvidos na tomada de decisão de política externa de uma maneira ou de outra, e há igualmente um vasto número de estruturas, tanto do nível doméstico quando do internacional que afetam decisivamente esses atores de diferentes maneiras (CARLSNAES, 2012, p. 114, tradução nossa⁸, grifos no original).

Segundo Carlsnaes (2012), os principais atores envolvidos na elaboração da política externa são os Chefes de Estado e Chefes de Governo, Ministros de Relações Exteriores ou Secretários de Estado, parlamentares e comitês parlamentares, partidos políticos, dentre outros. Estes grupos burocráticos ligados ao Estado e domesticamente situados, estão regularmente em contato com seus homólogos em outros países, bem como diversos grupos e organizações governamentais e não governamentais nacionais e internacionais. Em paralelo temos as estruturas.

De fato, as estruturas- política, cultural, psicológica, econômica, nacional, regional, global, tecnológica, ideacional, cognitiva e normativa, apenas para destacar as mais importantes- são onipresentes em qualquer sociedade, existindo em vários graus em todos os níveis do grupo tribal mais isolado ao sistema global como um todo. Nem todos são igualmente importantes para a elaboração da política externa, mas muitos são vitais e centrais para o entendimento e explicação de suas manifestações (CARLSNAES, 2012, p. 114, tradução nossa⁹).

O desafio para o analista de política externa não é apenas distinguir o que é doméstico e o que é internacional, mas principalmente entender a onipresença tanto dos atores quanto das estruturas e as ligações íntimas e recíprocas entre estes dois conjuntos de fatores. Sendo assim, é essencial para o pesquisador um quadro analítico ou uma abordagem como ponto de partida, bem como uma definição clara do objeto a ser analisado e explicado na política externa para a escolha apropriada dos fatores explicativos (CARLSNAES, 2012).

De acordo com Carlsnaes (2012), há dois objetos de análise atualmente utilizados na análise de política externa: o focado *no processo de tomada de decisão* aonde a principal questão é o que os tomadores de decisão de política externa estão pensando e fazendo; e o

⁸ No original: “Actors and structures are always present in, and indeed crucial to, the making of foreign policy. Christopher Hill has expressed the intimate relationship between these two factors very well: ‘Foreign policy making is a complex process of interaction between many actors, differentially embedded in a wide range of different structures. Their interaction in a dynamic process, leading to the constant evolution of both actors and structure’ (HILL, 2003:28). In other words, in the real world we find a number of actors, both domestic and international, who are closely involved in foreign policy decision making in one manner or another; and equally there are a number of structures on both sides of the domestic-international divide which decisively affect these actors in many different ways.”

⁹ No original: “Indeed, structures – political, cultural, psychological, economic, national, regional, global, technological, ideational, cognitive, and normative, to name some of the most important- are omnipresent in society everywhere, existing in various degrees on all levels from the most isolated tribal groupings to the global system as a whole. Not all are equally important to foreign policy making, but many are vital and central to understanding and explaining its manifestations.”

focado na *política* como resultado do processo de deliberação. Ainda que a análise do processo decisório possa trazer importantes e relevantes descobertas sobre o perfil de atuação externa dos Estados, este não é o foco desta análise. Para tanto, esta análise se pautará pelo segundo nível, tomando a política externa francesa para a África como o resultado do processo de deliberação política e analisando sua implementação e possíveis correções frente aos constrangimentos do sistema internacional.

Como aponta Brighi e Hill (2012, p. 166, tradução nossa¹⁰), “o ponto de decisão da política externa é normalmente apenas o início de um longo processo de imersão em um ambiente externo fluido e imprevisível. A fase de implementação não significa o fim da política, apenas uma nova fase da mesma.” Por ser a fase em que as decisões são traduzidas em ações- buscando atingir os objetivos e resultados definidos no processo de deliberação e elaboração da política externa- e na qual os atores enfrentam o meio e o meio reage às suas ações, é o momento em que a interação entre fatores domésticos e internacionais é mais visível.

Cabe destacar que não há uma relação direta ou automática entre objetivos delineados na política externa e seus resultados alcançados na fase da implementação. Como destaca Brighi e Hill (2012, p. 148, tradução nossa¹¹), “a implementação bem sucedida de qualquer política externa não depende apenas de uma clara definição dos objetivos e da escolha apropriada dos instrumentos, mas também, e de forma crucial, da interação entre a estratégia do ator e o contexto em que está inserido”. Assim a implementação da política externa é um processo estratégico e dialético, dependendo dos objetivos definidos no momento da elaboração da política, dos instrumentos de política externa disponíveis para cada ator, da leitura que o mesmo faz do sistema internacional e de si próprio, da reação dos demais atores à sua ação, que por sua vez também impactará na sua própria ação, e o seu próprio contexto.

Em consonância com a questão problema e os objetivos pretendidos nesta análise, a abordagem estratégico-relacional sinaliza ser um modelo adequado para o desenvolvimento da análise por considerar que a ação política não deve ser reduzida a constrangimentos

¹⁰ No original: “The point of decision in foreign policy is usually only the start of a long process of immersion in a fluid and unpredictable external environment. The onset of implementation denotes not the end of politics, but simply a new phase of it.”

¹¹ No original: “A successful implementation of any foreign policy depends not only on a clear definition of objectives and a sound choice of instruments, but also, and rather crucially, on the interplay between the actor’s strategy and the context surrounding it.”

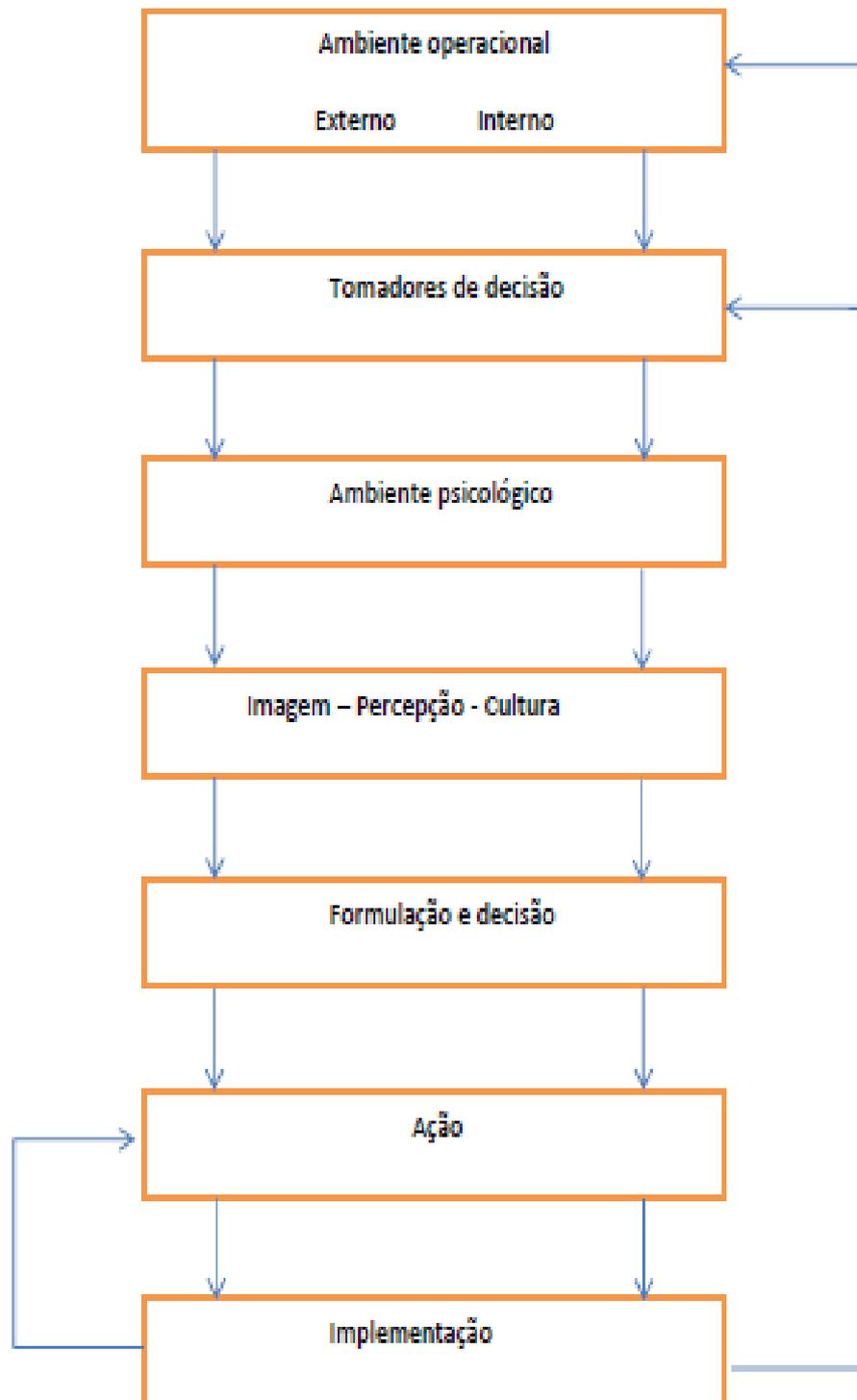
externos e nem a preferências internas. Esta abordagem busca investigar como constrangimentos e preferências interagem e podem resultar em sinergias ou choques (BRIGHI e HILL, 2012).

A intuição no centro do modelo estratégico-relacional – um tipo de **abordagem sistêmica**- é que o comportamento político externo é produzido por meio de uma interação dialética entre, por um lado, a própria estratégia do ator e o contexto por outro. A abordagem é chamada **estratégica** na medida em que os atores são conceitualizados com orientados para a realização dos objetivos estabelecidos. Além disso, durante o processo de elaboração de cursos de ação apropriados, os atores inevitavelmente têm que levar em consideração todos os outros atores. Também é **relacional** porque assume que estes atores e seu comportamento só podem ser entendidos quando analisado em relação ao seu próprio contexto. Por sua vez, o contexto só se torna verdadeiramente “real” quando visto a partir da perspectiva dos atores individuais em questão. Portanto, o contexto sempre existe em relação a alguma coisa ou algum outro ator (BRIGHI e HILL, 2012, p.149, tradução nossa¹², grifos no original).

Outra importante contribuição da abordagem estratégica-relacional relevante para esta análise é o fato de conseguir integrar estratégia e contexto em uma constante interação, aonde nem a estratégia nem o contexto podem explicar isoladamente o sucesso ou o fracasso de determinada política externa em atingir seus objetivos pretendidos (BRIGHI e HILL, 2012). Assim, esta interação constante entre os atores e o contexto em que estão inseridos produz um constante *feedback*, tanto dos atores quanto do contexto, gerando um processo interativo, onde adaptações são possíveis e executáveis (BRIGHI e HILL, 2012). Em consonância com o modelo adotado, entende-se aqui a implementação como um processo cíclico e constante entre a elaboração da política, ação, reação e feedback do meio, e não um processo de progressão de etapas onde a implementação representa a etapa final da política. Outra contribuição importante da abordagem estratégico-relacional é que, por meio do seu entendimento cíclico da política externa em um contínuo de elaboração-implementação-correções, permite entender como os grupos de interesses, líderes e burocracias interagem na correção de rumos da política externa.

¹² No original: “The intuition at the heart of the strategic-relational model- a type of system approach- is that foreign policy behavior is produced via a dialectic interplay between the actor’s own strategy on the one hand context on the other hand. The approach is called strategic in that actors are conceptualized as oriented toward the attainment of stated goals. Furthermore, in the process of elaborating appropriated courses of action, actors inevitably have to take into account the strategies of all others players. It is also relational because it assume that actors and their behavior only become intelligible when analysed in relation to their proper context. In turn, the context only become truly ‘real’ when looked at from the perspective of the individual actor in question; therefore it always exists in relation te something, or some other actor.”

Gráfico 1-Esquema etapas da Política Externa na abordagem estratégico-relacional



Fonte: Brighi e Hill, 2012, p.151.

A classificação de Charles Hermann (1990) quanto os níveis e tipos de mudanças de política externa, se mostra uma importante ferramenta complementar à abordagem estratégico-relacional por oferecer uma escala para que a mudança da política externa possa ser auferida. Assim utilizaremos a classificação de Hermann (1990) sobre os níveis e tipos de mudança de política externa em associação à abordagem estratégico-relacional. Segundo Hermann (1990), as mudanças na política externa podem ser classificadas em quatro níveis: mudança de ajuste; mudança de programa; mudança de problema/objetivo e mudança de orientação internacional.

1- *Mudanças de ajuste*: mudanças que ocorrem no nível do esforço (maior ou menor) e/ou no escopo de destinatários (como um refinamento no tipo de alvos). O que é feito, como é feito, e o propósito pelo qual isto é feito, se mantém inalterado.

2- *Mudança de programa*: A mudança é feita no método ou meios pelo qual o objetivo ou problema é endereçado. Ao contrário da mudança de ajuste, que tende a ser quantitativa, a mudança de programa é qualitativa e envolve novos instrumentos políticos (como perseguir um objetivo por meios diplomáticos ao invés de meios militares). O que é feito e como é feito muda, mas o propósito pelo qual é feito permanece o mesmo.

3- *Mudança de Problema / Objetivo*. O problema inicial ou meta para o qual a política é endereçada é substituído ou simplesmente abandonado. Nesta mudança de política externa, os propósitos são substituídos.

4- *Mudanças de Orientação Internacional*: A forma mais extrema de mudança da política externa envolve o redirecionamento de toda a orientação do ator em relação aos assuntos mundiais. Em contraste com as formas menores de mudança que dizem respeito à abordagem do ator a um único assunto ou conjunto específico de outros atores, a mudança de orientação envolve uma mudança básica no papel e nas atividades internacionais do ator. Não uma política, mas muitas são mais ou menos simultaneamente alteradas. (HERMANN, 1990, p.5-6, tradução nossa¹³)

Além desta classificação proposta por Hermann (1990), propomos as categorizações normalização e modernização. Por normalização entendemos o uso dos canais formais de diplomacia em detrimento dos canais informais (uso de emissários especiais, relacionamentos personalistas e secretos). Já por modernização entendemos o processo revisão e adequação de uma política externa para um novo ambiente operacional. Assim como na mudança de

¹³ No original: “(1) Adjustment Changes. Changes occur in the level of effort (greater or lesser) and/or in the scope of recipients (such as refinement in the class of targets). What is done, how it is done, and the purposes for which it is done remain unchanged. (2) Program Changes. Changes are made in the methods or means by which the goal or problem is addressed. In contrast to adjustment changes, which tend to be quantitative, program changes are qualitative and involve new instruments of statecraft (such as the pursuit of a goal through diplomatic negotiation rather than military force). What is done and how it is done changes, but the purposes for which it is done remain unchanged. (3) Problem/Goal Changes. The initial problem or goal that the policy addresses is replaced or simply forfeited. In this foreign policy change, the purposes themselves are replaced. (4) International Orientation Changes. The most extreme form of foreign policy change involves the redirection of the actor's entire orientation toward world affairs. In contrast to lesser forms of change that concern the actor's approach to a single issue or specific set of other actors, orientation change involves a basic shift in the actor's international role and activities. Not one policy but many are more or less simultaneously changed.”

programa de Hermann (1990), na modernização os objetivos não são alterados, mas o motivo da mudança se dá por alterações no meio operacional, o qual geralmente não suporta ou condiz com as estratégias de consecução de objetivos da antiga política.

No entanto, mesmo tendo como foco a implementação da política africana francesa, algumas peculiaridades dessa política e do relacionamento privilegiado entre a França e os países da zona francófona africana carecem de entendimento e análise para a compreensão das diretrizes e dos eixos que guiam esta política. A longevidade dos relacionamentos franco-africanos, que perpassam diversos governos sem mudanças drásticas, é uma importante característica da política africana da França e não pode ser explicada ou atribuída a escolhas não coordenadas, individuais, psicológicas ou levadas ao acaso por líderes e tomadores de decisão da política externa francesa e nem descolada do contexto do sistema internacional na qual está inserida. Por essa razão, parte-se do pressuposto que a política externa francesa para a África extrapola os limites de uma política externa de governo, representando assim um projeto de inserção internacional o que justificaria a longevidade de suas diretrizes. Como bem destacou Martin em seu trabalho de 1985,

Uma das características mais impressionantes da política africana francesa é a sua continuidade através de vários regimes políticos da Quinta República Francesa de 1960 a 1985. Não há dúvidas que uma política autônoma e permanente existe transcendendo as tradicionais clivagens políticas, os vários regimes e líderes políticos individuais. Os sucessivos governos do General De Gaulle, George Pompidou e Valéry Giscard-d'Estaing inauguraram e fortaleceram esta política africana. Ainda que François Mitterrand tenha declarado oficialmente o seu desejo e disposição de, de algum modo, "liberalizar" esta política, seu mandato socialista (iniciado em maio de 1981) encontrou sua margem de manobra fortemente limitada pelos "constrangimentos históricos" e pelo peso dos interesses econômicos, políticos e estratégicos (MARTIN, 1985, p.196, tradução nossa¹⁴).

Outro pressuposto aqui adotado é que este projeto de inserção internacional foi delineado no início da Quinta República Francesa¹⁵ pelo General Charles de Gaulle, com o

¹⁴ No original: One of the most striking characteristics of France's African policy is its continuity throughout the various political régimes of Fifth Republic from 1960 to 1985. There is no doubt that an autonomous and permanent policy exists, transcending the traditional political cleavages, the various régimes and individual political leaders. The successive Government of General de Gaulle, George Pompidou and Valéry Giscard d'Estaing have inaugurated and strengthened this African policy. Although François Mitterrand had proclaimed his desire and willingness to somewhat 'liberalise' this policy, his socialist régime (inaugurated in May 1981) found its room of maneuver strictly limited by 'historical' constraints and by the weight of economic, political and strategic interests."

¹⁵ A Vª República Francesa teve início em 04 de outubro de 1958 após a aprovação por meio de referendo em 22 de setembro do mesmo ano da quinta constituição republicana francesa. Constituição esta que estabeleceu o regime semipresidencialista como substituto do antigo regime parlamentarista. O General Charles de Gaulle foi o primeiro presidente da Vª República Francesa.

intuito de manter o status internacional da França como um importante ator no sistema internacional. Este papel francês idealizado por De Gaulle foi resultado a sua visão da conjuntura do sistema internacional e da sua concepção da autoimagem francesa, a *grandeur*, como que será abordado nos subcapítulos a seguir.

1.2. A construção da Quinta República Francesa.

O século XX foi um período de grandes transformações e instabilidades políticas na França. No entanto, um evento afetou de maneira mais contundente a autoimagem e o orgulho francês: a ocupação alemã durante a Segunda Guerra Mundial e o subsequente socorro anglo-saxão para sua libertação. Durante o período de 1940 a 1944 a Alemanha Nazista ocupou a capital francesa, Paris, e o norte da França, dividindo o país em duas regiões: o norte dominado pela Alemanha Nazista e o sul sob o comando do Marechal Pétain¹⁶ tendo a cidade de Vichy como sede do governo.

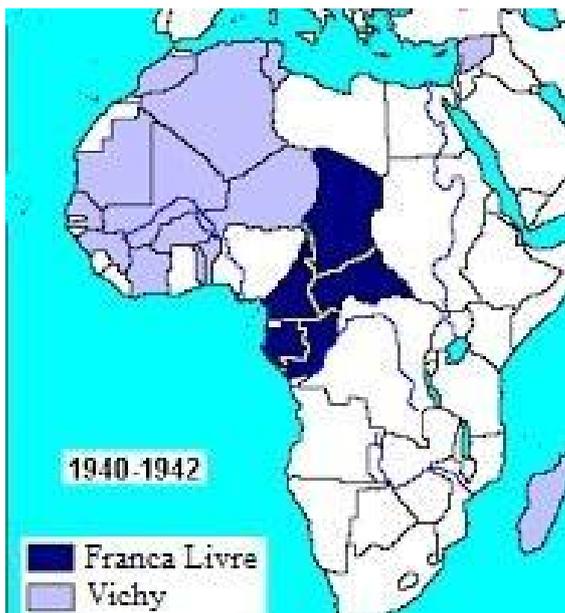
Em 21 de junho de 1940 Marechal Pétain assinou o armistício que selava a rendição francesa ao jugo alemão (CROWDER, 1970) e em 10 de julho de 1940 a Assembleia Nacional Francesa aprovou, por 569 votos a favor e 80 contra, o fim a Terceira República Francesa, investindo sobre Pétain todos os poderes institucionais. Assim foi criado o Governo colaboracionista e autoritário de Vichy (KNAPP, 2007). No entanto, diversos movimentos políticos se articularam contestando a legitimidade do Governo de Vichy e defendendo que a França devia continuar lutando e resistindo à ocupação alemã. Um dos principais movimentos contra a ocupação alemã e o Governo de Vichy foi o Movimento França Livre. Liderado pelo General Charles de Gaulle, então radicado em Londres, e endossado pelo governo inglês. Este movimento, sediado fora do território continental francês, causou uma quebra na já contestada legitimidade do governo liderado pelo Marechal Pétain, criando duas legitimidades concorrentes (KNAPP, 2007; CROWDER, 1970). Por se basear em uma das partes mais atrasadas do Império Francês, a África Equatorial, o Movimento França Livre envolveu o espaço colonial, ainda que de forma passiva¹⁷, nas disputas políticas da metrópole

¹⁶ Marechal Phillip Pétain foi um oficial do exército francês que atuou nas duas Guerras Mundiais, sendo considerado um herói nacional por sua atuação na Primeira Guerra Mundial, em especial na *Bataille de Verdun*, contra o exército alemão, de 21 de fevereiro a 19 de dezembro de 1916 .

¹⁷ Segundo Cowder (1970), o envolvimento passivo das colônias africanas francesa nas disputas da metrópole entre o Movimento França Livre e a lealdade do governo de Vichy se dá pelo fato de "o direito de vacilar lhes

(CROWDER, 1970). Além disso, o movimento dividiu o espaço colonial francês entre a lealdade ao governo de Vichy, representado pela África Ocidental Francesa, e a lealdade ao Movimento França Livre, endossado pelo África Equatorial Francesa.

Mapa 1. Configuração geográfica da lealdade ao Governo de Vichy e ao Movimento França Livre.



É importante notar que a disputa por legitimidade entre o governo de Vichy e o Movimento França Livre não teve impacto apenas na política metropolitana, mas reverberou por todo o Império Colonial Francês. Como aponta Crowder (1970),

A queda da França e os acordos de Vichy produziram consternação geral entre os administradores franceses do além-mar. Por um lado, havia sua lealdade ao governo legítimo da Terceira República, presidido pelo Marechal Pétain, o grande herói que defendeu com sucesso a França contra os alemães na I Guerra Mundial. Por outro lado, havia o apelo do relativamente

era negado porque, embora as forças francesas tivessem sido derrotadas na França, os africanos de fala francesa eram ainda um povo colonizado, e havia ainda funcionários de fala francesa nas colônias pra levar adiante o trabalho de um governo autocrático. Foram esses funcionários que, com notáveis africanos escolhidos a dedo, associaram-se pró ou contra De Gaulle"(CROWDER, 1970, 69). Ou seja, salvo raras exceções, era vetado aos africanos a participação na estrutura burocrática e administrativa das colônias.

desconhecido General De Gaulle para juntarem-se ao seu Governo da França Livre no exílio (CROWDER, 1970, p. 70).

O papel desempenhado por De Gaulle durante o período do governo extraterritorial do Movimento França Livre, fim do domínio alemão (*l' occupation allemande*) e o período conhecido como *la libération*¹⁸, foram fundamentais para a construção de sua imagem como herói nacional, imagem esta que seria central para a posterior fundação da Quinta República Francesa em 1958.

O império colonial francês, mais do que a base da inserção internacional francesa durante os séculos XIX e XX, representou também um importante catalizador de transformações políticas internas na metrópole. A dominação alemã durante a Segunda Guerra Mundial enfraqueceu o domínio francês sobre suas colônias, catalisando movimentos de resistência e de libertação nacional no espaço colonial, em especial na Indochina e Argélia, causando desgastes tão profundos na política da metrópole a ponto de derrubar a Quarta República Francesa.

Mais do que a libertação nacional argelina e da Indochina, esses conflitos foram centrais para o fim do império colonial francês com a concessão da independência das colônias em 1960, evidenciando a existência um canal de mão dupla entre acontecimentos políticos na metrópole e nas colônias. Como aponta Mazrui (1982), a frustração como a campanha pouco eficaz na Guerra da Indochina e, logo depois, a incapacidade de suprimir a luta de libertação nacional argelina, culminou na ascensão ao poder do General Charles de Gaulle em 1958 e a fundação da Quinta República Francesa.

Em 1958 a própria França estava cansada da guerra, e os políticos não tinham progredido muito na busca por uma solução adequada para o problema. Os soldados na Argélia estavam cada vez mais frustrados. Finalmente uma revolta por parte dos soldados, desafiando a própria existência da Quarta República, criou uma crise nacional de proporção considerável. Parecia haver apenas um homem a altura na França, e suficientemente aceitável por grande número de ambos os lados do conflito, capaz de evitar uma guerra civil na França. Charles de Gaulle teve seu segundo momento na história. Ele saiu do esquecimento autoimposto que se encontrava desde a

¹⁸ *Liberación* é o período compreendido entre 1944 e 1947 onde ocorreram os debates para a reorganização da República francesa após a ocupação alemã, dando origem à Quarta República e a duas importantes forças políticas o Gaullismo e o comunismo. Para um entendimento abrangente do período recomenda-se a leitura da obra: KNAPP, Andrew (org). *The Uncertain Foundation: France at the liberation (1944-1947)*. Palgrave Macmillan, Londres, 2007.

sua renúncia como chefe de governo em 1946, e assumiu novamente a autoridade suprema na França. (MAZRUI, 1982, p.31, tradução nossa¹⁹).

Muito além de frear a animosidade entre o exército e líderes da antiga Quarta República, De Gaulle forjou a Quinta República francesa à sua imagem e semelhança. Cameron e Hofferbert (1973) sustentam que a capacidade de mobilizar apoio inerente ao apelo pessoal de De Gaulle foi institucionalizada no sistema político francês da Quinta República por meio da adoção da eleição direta para presidente - adotada no referendo de outubro de 1962 e implementada durante as eleições de 1965- e a criação do partido Gaullista.

Como resultado destas duas mudanças, a função de mobilizar apoio para o executivo foi institucionalizada no sistema partidário e no processo eleitoral. Isto por sua vez transformou o Gaullismo. O Gaullismo não mais recebia seu ímpeto do apelo carismático de um líder heroico, mas sim da eleição popular do presidente e da força do partido dentro o eleitorado. (CAMERON, HOFFERBERT, 1973, p.78, tradução nossa²⁰.)

Devido ao peso político exercido pelo General, o gaullismo passa a ser a principal força política da Quinta República, influenciando diversos líderes, a inserção internacional e a política externa francesa.

O que define o Gaullismo é, ao mesmo tempo, uma doutrina político-constitucional, um movimento político e um regime. A denominação de todos os três deriva do general Charles De Gaulle, cuja personalidade e pensamento são a verdadeira base do fenômeno. Uma definição geral contém a necessidade de elementos para fixar três aspectos. Podemos caracterizar o Gaullismo como um nacionalismo de tipo moderno, personificado na figura de um salvador nacional. Este, voltando a propor a ideologia e os instrumentos da tradição democrática plebiscitária, impõe uma reestruturação, do alto, de instituições e forças políticas que, porém, perdem legitimidade e poder real quando enfrentam uma violenta crise nacional. Em tal situação, o líder se apresenta como portador de uma legitimidade de tipo extralegal, que deriva do papel positivo que ele desenvolveu precedentemente em favor do país e das qualidades consideradas intrínsecas à sua pessoa (BARTOLINI, 1998, p.538-539).

De acordo com a percepção de De Gaulle, o sistema parlamentarista adotado durante a Terceira e Quarta República era a fonte da sua franqueza, posto que não dava ao executivo

¹⁹ No original: "In 1958, France herself was already weary of the war, and the politicians had not moved much further towards finding an adequate solution. The soldiers in the field of Algeria were growing increasingly frustrated, Finally a revolt on the part of the soldiers, challenging the very existence of the French Fourth Republic, created a national crisis of considerable proportion. There seemed to be only one man high enough in stature in France, and acceptable enough to large numbers on both sides of the confrontation, to be capable of averting a civil war in France. Charles de Gaulle had his second moment in history. He emerged from the self-imposed oblivion which had lasted since his resignation as head of government in 1946, and assumed once again supreme authority in France."

²⁰ No original: "As a result of these two changes, the function of mobilizing support for the executive has been institutionalized in the party system and in the electoral process. This in turn has transformed Gaullism. Gaullism no longer receives its impetus from the charismatic appeal of an heroic leader but rather from the popular election of the president and from the strength of the party in the electorate."

autoridade suficiente para perseguir os interesses nacionais franceses. Segundo De Gaulle, o executivo era presa frequente de um parlamento dividido e imprevisível devido ao grande número de partidos e de suas clivagens internas que, de acordo com ele, buscavam a defesa dos interesses setoriais e não o bem da França (KNAPP e WRIGTH, 2006). Assim, um executivo forte e concentrador foi a principal mudança em relação a Terceira e Quarta Repúblicas.

Uma característica da Quinta República, em oposição a Quarta, era o Executivo forte - um presidente eleito para mandatos de sete anos (reduzido a cinco anos em 2002) com amplos poderes. Esse poder está ligado ao fato de que o presidente é o chefe das forças armadas e tem o controle sobre o uso das armas nucleares francesas, negocia com potências estrangeiras e ratifica acordos. Além disso, o presidente tem o poder de apelar para a lei sobre questões constitucionais, dissolver o parlamento e nomear o primeiro-ministro e figuras importantes na administração. O presidente francês nomeia três dos nove membros do Conselho Constitucional, incluindo seu presidente, que ele pode convocar para decidir sobre a constitucionalidade de uma lei. (RIEKER, 2017, p.20, tradução nossa²¹)

Assim,

De Gaulle estava determinado a dar a autoridade do Estado uma forma de realização pessoal em um chefe com poderes muito mais amplos do que aqueles disponíveis para as figuras consensuais que os parlamentares da Terceira e Quarta Repúblicas elegiam para a presidência. Além disso, se tal liderança era necessária para lidar com pressões internas e problemas da França, a sua resolução era por si só um meio para um fim mais amplo: a restauração da independência nacional da França e o reforço da sua posição no mundo. (KNAPP e WRIGTH, 2006, p.52, tradução nossa²²)

A política externa passa a ocupar uma posição central durante os primeiros anos da Quinta República, chegando a transformar, de acordo com Bartolini (1998), a política interna em seu instrumento. O culto à independência econômica, política e militar em relação ao exterior, propiciava, muitas vezes, a união dos franceses junto à figura de liderança de De Gaulle relegando problemas internos a um segundo plano.

²¹ No original: “One feature of the Fifth Republic, as opposed to the Fourth, was the strong executive – a president elected for seven-year terms (reduced to five years in 2002) with extensive powers. This power is linked to the fact that the president is the head of the armed forces, has control of France’s nuclear deterrent and negotiates with foreign powers and ratifies treaties. Moreover, the president is empowered to call referendums on laws or on constitutional changes, dissolve the parliament, and nominate the prime minister as well as ministers and senior figures in the administration. The French president appoints three of the nine members of the Constitutional Council, including its president, which he can call upon to decide on the constitutionality of a law.”

²² No original: “De Gaulle was determined to give the authority of the state a personal embodiment in a chef with far wider powers than those available to the consensual figures whom the parliamentarians of the Third and Fourth Republics elected to the presidency. Moreover, if such leadership was necessary to deal with France’s pressing internal and colonial problems, their resolution was itself a means to a wider end: the restoration of France’s national independence and the reinforcement of its position in the world.”

A condução da política externa, em especial a política africana, passa a ser um domínio privado da presidência da República durante a Quinta República. De acordo com Chafer (2002),

Mesmo que de acordo com a Constituição, a política africana seja de responsabilidade compartilhada entre o Presidente e o Primeiro Ministro, na prática esta política faz parte do ‘*domaine réserve*’ do Presidente desde 1958 e, cada Presidente teve seu próprio conselheiro sobre assuntos africanos como parte de uma ‘*célula*’ africana que opera fora dos canais governamentais normais e não presta contas nem ao governo nem ao parlamento (CHAFFER, 2002, p.346, tradução nossa²³).

Segundo Martin (1985),

A formulação e a implementação das principais decisões da política africana são quase exclusivamente do presidente da República, agindo através do seu principal assessor de assuntos africanos. [...] Praticamente nenhuma exceção à esse princípio de “competência reservada” é permitida. A competência dos Ministros- Relações Exteriores, Cooperação e Desenvolvimento- em assuntos africanos é estritamente e exclusivamente delegada da autoridade presidencial (MARTIN, 1985, p.201-202, tradução nossa²⁴).

Esta proximidade do Presidente na condução e formulação da política africana francesa foi fundamental para o estabelecimento das relações personalistas entre líderes franceses e africanos, que constitui uma das marcas fundamentais da política africana francesa.

1.3 - A visão estratégica do sistema internacional de Charles de Gaulle.

De Gaulle foi uma figura proeminente não apenas durante a libertação francesa do jugo alemão, mas a sua visão do sistema internacional e a sua concepção do papel e do lugar francês no sistema internacional – a *grandeur*²⁵ - forjaram a inserção internacional e a política

²³ No original: “Although according to the Constitution African policy is the shared responsibility of the President and the Primer Minister, it has in practice formed part of the President's “domaine reserve” since 1958 and each President has had his own personal adviser on African affairs as part of an African “cell” which operates outside the normal government channels and is not accountable either to the government or parliament.”

²⁴ No original: “The formulation and implementation of major African policy decisions is almost the exclusive preserve of the President of the Republic, acting through his main advisor of African affairs [...]. Practically no exceptions to this principle of ‘reserved competence’ are allowed. The competence of other Ministries- External Relations, Co-operation, and Development- in African affairs is strictly and exclusively by delegation of presidential delegation.”

²⁵ O conceito de *grandeur* não foi desenvolvido por De Gaulle, mas foi utilizado por ele para guiar e justificar sua política. De acordo com Bruno Charbonneau (2008), a construção do “Mito francês”, de uma única e indivisível França, de sua *grandeur* e excepcionalidade, são resultados de um processo de construção social de um Estado simbólico ocorrido durante a Terceira República Francesa a partir do reconhecimento da “importância e necessidade de símbolos que fortalecessem o mito nacional e o senso de identidade nacional [...] O mito francês de Estado Nação foi (e é) baseado na crença de que a entidade política pode ser baseada na unidade cultural” (CHARBONNEAU, 2008, p.24). Para uma análise detalhada da construção do Estado simbólico francês recomenda-se a leitura do primeiro capítulo da obra “*France and the New Imperialism*” de Bruno Charbonneau (2008).

externa francesa durante os primeiros anos da Quinta República e ainda a influência atualmente. Segundo Chafer, "O tema da grandeur, a preocupação com o grau e garantia de independência, baseado em um reivindicado universalismo da nação e dos direitos humanos, formaram a pedra fundamental da política externa gaullista" (CHAFER, 2014, p. 514, tradução nossa²⁶)

De Gaulle criou "uma certa ideia da França", um conceito de nação associada a ele e baseada na sua crença sobre a França. A ideia Gaullista da França, previa reestabelecer a honra da nação e afirmar sua grandeza e independência. "Durante três mil anos houve a aliança entre a grandeza da França e a liberdade do mundo". De Gaulle tomou para si o desafio de construir uma visão messiânica do destino histórico da França com o objetivo de reafirmar seu prestígio no mundo e superar a humilhação a que Vichy a tinha submetido. (KRITZMAN, 2007, p.158, tradução nossa²⁷).

Aliado a sua visão messiânica de grandeza e do papel de destaque da França no sistema internacional, De Gaulle possuía uma visão pouco otimista do conflito bipolar e das suas consequências para o projeto nacional francês que idealizara. De acordo com Kolodziej (1971), a França Gaullista desafiou o entendimento de que as superpotências poderiam garantir a paz, atender satisfatoriamente às necessidades de segurança dos outros Estados e, principalmente, acomodar os interesses das potências menores²⁸. Mais do que isso, segundo o mesmo autor, na visão francesa, o conflito bipolar ameaçava a independência e a efetiva influência dos Estados menores.

De acordo com a análise francesa, as superpotências tinham incentivos para coordenar as suas políticas externas e estratégicas e organizar a comunidade global em um condomínio internacional, dividindo o mundo em duas esferas de influência. Dentro de cada esfera estratégica, poder e iniciativa diplomática se tornariam gradualmente congruentes. Cada esfera estaria sob o controle e gestão do principal Estado do bloco. Os Estados iriam gradualmente perder sua capacidade de perseguir uma diplomacia independente; suas funções de segurança, que sustentaram suas reivindicações de soberania, seriam confiadas à (ou assumida por) uma grande potência. Restrições [impostas pela] superpotência externa, estratégicas e diplomáticas, contribuiriam com o decaimento interno do exercício das funções tradicionais do Estado para minar a existência jurídica, política e moral separada das potências menores. [...] Em suma, os superestados foram alternadamente acusado de provocar conflito e guerra global que iriam inevitavelmente destruir a integridade territorial e independência política de

²⁶ No original: " The theme of grandeur, the preoccupation with rank and the assertion of independence, underpinned by a claimed universalism of the nation and of human rights, formed the cornerstone of Gaullist foreign policy."

²⁷ No original: "De Gaulle invented "a certain idea of France," a concept of the nation associated with him and predicated on the belief in France itself. The Gaullist idea of France set out to restore the honor of the nation and affirm its grandeur and independence: "For three thousand years there has been a covenant between the greatness of France and the freedom of the world. " De Gaulle took it upon himself to construct a messianic view of France's historic destiny in order to reaffirm its prestige in the world and transcend the national humiliation to which Vichy had submitted itself."

²⁸ Por potências menores entende-se aqui atores intermediários do sistema internacional durante o conflito bipolar, ou seja, todos os atores que não fossem as superpotências.

outros Estados e, de desafiar, através do seu acordo mútuo, a identidade separada de Estados terceiros cujas soberania legal e autoridade política viável seriam enfraquecidas e, eventualmente, debilitadas pela erosão progressiva da sua capacidade para cumprir as suas responsabilidades tradicionais (KOŁODZIEJ, 1971, p.454-455, tradução nossa²⁹).

Esta visão do sistema internacional como desbalanceado e ameaçador à integridade, soberania e interesses nacionais dos atores intermediários no contexto do conflito bipolar entre Estados Unidos e União Soviética é um ponto nevrálgico para o entendimento da construção da política externa francesa durante a Quinta República. A busca por autonomia e diminuição da influência externa nos assuntos relacionados aos interesses nacionais franceses pode ser sentida na manutenção de um espaço de influência em seu antigo espaço colonial, na iniciativa de construção de um complexo europeu de defesa e na retirada francesa da OTAN.

A decisão francesa de desenvolver uma força independente de ataque nuclear, de construir uma Europa forte com a fundação da cooperação franco-alemã e de manter uma esfera privilegiada de influência na África foram os pilares da política de De Gaulle para manter o status internacional da França- sua *grandeur*- na era pós-colonial, a aurora de que agora cada vez mais via como inevitável. África negra era, portanto, um dos pilares fundamentais da sua estratégia de grandeza e ele, como os líderes políticos franceses que vieram depois dele, mobilizou um impressionante conjunto de instrumentos de política para garantir a sua implementação. A estratégia de grandeza era o produto de um conceito de poder que foi centrado em um Estado-Nação intervencionista, ativo e ligado ao controle territorial e força militar (CHAFFER, 2006, p.10, tradução nossa³⁰).

Dentre os três aspectos abordados por Chafer (2006), a manutenção da área de influência francesa na África é a mais importante para esta análise. O espaço de influência francesa na África foi percebido como a margem de manobra necessária para a relativa

²⁹ No original: “According to the French analysis, the superpowers had incentives to coordinate their foreign and strategic policies and to organize the global community into an international condominium, dividing the globe into two spheres of influence. Within each sphere strategic power and diplomatic initiative would become gradually congruent. Each sphere would be under the control and management of the major state in the bloc. States would gradually lose their capacity to pursue an independent diplomacy; their security functions, which sustained their claims of sovereignty, would be entrusted to (or assumed by) a Big Power. External superpower constraint, strategic and diplomatic, would conspire with internal decay in the exercise of traditional state functions to undermine the separate legal, political, and moral existence of third powers.”[...] “In sum, the superstates were alternately accused of provoking global conflict and war which would inevitably destroy the territorial integrity and political independence of other states, and of challenging, through their mutual accord, the separate identity of third states whose legal sovereignty and viable political authority would be weakened and eventually enfeebled by the progressive erosion of their capacity to discharge their traditional responsibilities.”

³⁰ No original: “the French decisions to develop an independent nuclear strike force, to build a strong Europe on the foundation of Franco-German cooperation and to maintain a privileged sphere of influence in Africa were the cornerstones of de Gaulle’s policy to maintain France’s world status—its *grandeur*—in the post-colonial era, the dawn of which he now increasingly saw as inevitable. Black Africa was thus one of the key pillars of his strategy of *grandeur* and he, like the French political leaders who came after him, mobilised an impressive array of policy instruments to ensure its implementation. The strategy of *grandeur* was the product of a concept of power that was centered on an active, interventionist nation-state and linked to territorial control and military strength.”

independência francesa frente ao conflito bipolar e seus constrangimentos sobre as potências intermediárias. Além disso,

Tal política, iniciada pelo General de Gaulle, é desenhada para colocar a França em uma posição de respeitável potência média, livre da hegemonia norte-americana e soviética, e verdadeiramente não-alinhada. De fato, 'é no Terceiro Mundo que a França encontra espaço político e econômico para se libertar da hegemonia das superpotências'. Nesta perspectiva, a África francófona constitui a base em que a França pode desenvolver relações com Estados localizados fora da sua tradicional esfera de influência – testemunhamos o recente aumento de participantes na Cimeira França-África- ou com outros países do Terceiro Mundo com que a África mantém relações regulares, incluindo o Brasil e a Índia. A esse respeito não há dúvidas de que 'a posição neocolonial francesa nos Estados francófonos, em alguns aspectos, facilitou a expansão da sua influência global' (MARTIN, 1985, p.206-207, tradução nossa³¹).

Se por um lado o conflito entre as superpotências mundiais e a ordem internacional bipolar da segunda metade do século XX eram vistos com desconfiança pelos líderes franceses, em especial De Gaulle, eles foram fundamentais para a construção da política africana francesa da Quinta República.

Graças a relativamente pacífica transição à independência na África central e ocidental (exceto Camarões), a África subsaariana surgiu como uma arena privilegiada para a projeção de poder francês (*rayonnement*) no período pós-colonial. [...] O sistema bipolar ofereceu à França a oportunidade de garantir seu autointitulado status de potência global, representando e protegendo os interesses ocidentais na África central e ocidental. Ao mesmo tempo, a relativa falta de importância estratégica da África subsaariana aos Estados Unidos durante a Guerra Fria forneceu a De Gaulle e os demais presidentes franceses um espaço físico em que eles poderiam garantir a não dependência e (relativa) autonomia francesa no sistema internacional (CHAFER, 2014, p.514, tradução nossa³²).

Assim, o antigo espaço colonial francês passa a ser o viabilizador da manutenção do status internacional da França e o garantidor da sua autonomia em relação aos dois blocos de poder.

³¹ No original: "Such a policy, initiated by General de Gaulle, is designed to build France into a respectable middle power, free for hegemony from United States and the Soviet Union, and truly 'non-aligned'. Indeed, 'It is in the Third World that France finds the political and economic space within which to disengage from superpower hegemony'. In this perspective, francophone Africa constitutes a base from which France can develop relations with countries located outside her traditional sphere of influence – witness the recent broadening of the participation in Franco-African summits- or with other third-world countries with which Africa entertains regular relations, including Brazil and India. In this respect, there is no doubt that 'France's neo-colonial position in the francophone countries in some respects has facilitated the extension of her global influence'."

³² No original: "Thanks to the relatively peaceful transition to independence in west and central Africa (apart from Cameroon), sub-Saharan Africa emerged as the privileged arena for the projection of French power (*rayonnement*) in the pos-colonial period. [...] The bipolar system provided France with the opportunity to assert its self-appointed status as a global power, representing and protecting Western interests in west and central Africa. At the same time, the relative lack of strategic importance attached to sub-Saharan Africa by the United States during the Cold War provided de Gaulle and successive French presidents with a physical space which they could assert France's non-dependence and (relative) autonomy on the global stage".

Não entusiasta do domínio colonial, de Gaulle, no entanto, viu a manutenção de uma esfera de influência na África como crucial para *grandeur* francesa, a sua visão da França como potência mundial no mundo pós-colonial. A atitude dos EUA foi de importância crucial aqui. Contra o pano de fundo da Guerra Fria, Washington viu a presença contínua da França, em uma parte do mundo que ele não conhecia bem, como desejável para assegurar que a região não caísse nas garras de Moscou. Assim, enquanto os EUA viram a manutenção de uma esfera de influência francesa como essencial para a contenção do comunismo na África, a França viu o seu *pré carré* como um meio para conter a influência 'anglo-saxã' – leia norte-americana e britânica-. No que diz respeito a influência britânica, a França não precisava se preocupar já que os governos britânicos tinham decidido que África ocidental era periférica às suas prioridades estratégicas no mundo pós-colonial, deixando a França como a única grande potência na região (CHAFFER, 2006, p.8-9, tradução nossa³³).

As descolonizações africanas representaram para as superpotências a abertura de um novo espaço de disputa por zonas de influência. Segundo Chazan, “para a URSS, a descolonização representou a oportunidade de forjar laços de amizade com os novos Estados, especialmente aqueles onde fortes movimentos anti-imperialistas surgiram. Para os Estados Unidos, as independências africanas colocou o desafio de manter as antigas colônias europeias dentro da zona de influência ocidental” (CHAZAN et al, 1999, p.421, tradução nossa³⁴). Ainda segundo os mesmos autores, nenhuma das duas superpotências possuíam experiência ou conhecimento genuíno sobre questões africanas, uma vez que este era um espaço de pouco envolvimento das superpotências no período anterior à emergência do conflito bipolar. Assim, suas políticas africanas foram desenhadas levando em consideração não as realidades ou necessidades africanas, mas a partir da ótica da rivalidade mútua e tentativa de contrabalançar a presença e influência da outra superpotência na região (CHAZAN et al, 1999).

Ainda que defensor do discurso anticolonialista, os Estados Unidos apoiaram as antigas potências coloniais europeias no espaço africano, já que a emergência de movimentos

³³ No original: “No enthusiast for colonial rule, de Gaulle nonetheless saw the maintenance of a sphere of influence in Africa as crucial to French grandeur, to his vision of France as a world power in the post-colonial world. The attitude of the USA was of crucial importance here. Against the background of the cold war, Washington saw France’s continuing presence, in a part of the world that it did not know well, as desirable to ensure that the region did not fall into the clutches of Moscow. Thus, while the USA saw the maintenance of a French sphere of influence as essential to the containment of communism in Africa, France saw its *pré carré* as a means of containing ‘Anglo-Saxon’—for which read American and British— influence. As far as British influence was concerned, France need not have worried as British governments had decided that western Africa was peripheral to its strategic priorities in the post-colonial world, leaving France as the only major power in the region.”

³⁴ No original: “For the Soviet Union, decolonization represented an opportunity to forge friendly ties with the new states, especially where strong antiimperialist movements emerged. For the United States, African independences posed the challenge of keeping the former European colonies inside the Western orbit of influence.”

nacionalistas de caráter anti-imperialista na região eram vistos como uma ameaça à hegemonia ocidental no continente. Com relação à França, uma das principais potências coloniais no continente africano, os Estados Unidos adotaram uma postura de complementaridade de política externa. A convergência dos eixos norteadores das políticas africanas das duas potências – contenção da influência soviética no caso norte-americano e manutenção de sua zona de influência no caso francês- tornou possível a complementaridade entre suas políticas africanas. Como aponta Schraeder (2000),

Os tomadores de decisão norte-americanos eram guiados basicamente pelo interesse ideológico de contenção da antiga URSS e seus aliados comunistas. [...] Em claro contraste, tomadores de decisão franceses buscavam primeiro e fundamentalmente consolidar e promover o *rayonnement* (propagação) dos mais notáveis aspectos da cultura francesa, incluindo a língua e as tradições intelectuais francesas.[...] Interesses econômicos eram percebidos pelos tomadores de decisão franceses tanto como paralelo quanto integrante da promoção da cultura francesa (SCHRAEDER, 2000, p.398, tradução nossa³⁵)

De acordo com a lógica norte-americana, o fortalecimento da presença de um aliado, ainda que por vezes contestador da hegemonia estadunidense, em um ambiente de intensa disputa ideológica era preferível ao risco de expansão da influência soviética e de outros países comunistas como a China.

[As] políticas norte-americana e francesa para a África francófona também eram complementares no que se refere à sua “ambiguidade criativa” no que diz respeito ao objetivos normativos de promover a democracia. No caso da França, tomadores de decisão franceses buscavam propagar a cultura francesa com o mesmo fervor ideológico com o que os tomadores de decisão norte- americanos buscavam prevenir a propagação do comunismo. Consequentemente, quando países francófonos tentavam renunciar ao seu relacionamento especial com a França, como fez a Guiné em 1958 quando votou contra a criação de uma nova comunidade francesa de Estados, a resposta francesa foi rápida: toda a ajuda para a Guiné foi abruptamente cortada por um irritado De Gaulle. Porém, enquanto esses países mantivessem forte apoio à *la francophonie* e laços estreitos com a França, até líderes autoritários dificilmente eram pressionados por Paris para democratizarem.[...] Contradições similares eram evidentes na frequentemente afirmada preferência de Washington pela democracia na África e a percepção de seus interesses de segurança nacional. Sempre que o ideal de democracia se chocava com os objetivos de segurança nacional de conter o comunismo, contenção prevalecia sobre a democracia (SHRAEDER, 20000, p.400, tradução nossa³⁶).

³⁵ No original: “American policy makers were principally guided by the ideological interest of containing the former Soviet Union and its communists allies.[...] In sharp contrast, French policy makers sought first and foremost to consolidate and promote the rayonnement (spread) of the most notable aspects of French culture, including the French language and intellectual traditions. [...] Economic interests were perceived by French policy makers as both parallel and integral to the promotion of French culture.”

³⁶ No original: “American and French policies toward francophone Africa were also complementary in terms of what has been referred to as their “creative ambiguity” concerning the normative goal of promoting democracy. In the case of France, French policy makers sought to spread French culture with the same ideological fervor

No entanto, o caráter complementar das políticas africanas francesa e norte-americana não significa ausência de conflito e/ou competição entre as potências, mas sim que esses conflitos permaneciam em níveis aceitáveis ou administráveis, raramente traduzindo-se em confrontação pública (SCHRAEDER, 2000). Um dos casos de maior atrito entre França e Estados Unidos foi a intervenção norte-americana na República Democrática do Congo,

De acordo com Foccart, os bem sucedidos esforços de Washington em 1965 de colocar no poder o pró-americano Mobutu Sese Seko facilitaram a penetração da ‘influência anglo-saxã’ no maior país da África francófona, e assim constituía uma clara ‘vitória’ dos Estados Unidos sobre os interesses franceses (SCHRAEDER, 2000, p.399-400, tradução nossa³⁷).

1.4 – A descolonização e a política africana do início da Quinta República

O relacionamento privilegiado entre França e suas antigas colônias é uma das características centrais dos relacionamentos franco-africanos e uma de suas maiores peculiaridades. A construção deste relacionamento privilegiado, personalista e neocolonial não pode ser explicado apenas pela vontade política de Charles de Gaulle ou pela configuração do sistema internacional no momento da descolonização africana. Este complexo relacionamento está assentado sobre diversas bases e para compreendermos como foi possível a sua criação e manutenção, é fundamental que levemos em consideração a autoimagem francesa e o lugar do seu império colonial na construção de sua autoimagem.

O discurso da excepcionalidade francesa precede De Gaulle. Ainda que a *grandeur* ou *a certain idea de France* tenham sido utilizadas por De Gaulle durante o período de luta e libertação francesa frente à ocupação alemã durante o segundo conflito mundial, a percepção de superioridade linguística e cultural francesa já estavam presentes na autoimagem francesa.

with which American policy makers sought to prevent the spread of communism. Consequently, when francophone countries tried to renounce their special relationship with France, as Guinea did in 1958 when it voted against the creation of a revised French community of states, French retribution was swift: all aid to Guinea was abruptly cut off by an angry de Gaulle. But as long as these countries maintained strong support for *la francophonie* and close ties with France, even authoritarian leaders were unlikely to find themselves under heavy pressure from Paris to democratize.[...] Similar contradictions were evident in Washington’s often-stated preference for democracy in Africa and perceived national security interests. Whenever the ideal of democracy clashes with the national security objective of containing communism, containment often prevailed at the expense of democracy.”

³⁷ No original: “According to Foccart, Washington’s successful efforts in 1965 to place in power the pro-United States Mobutu Sese Seko facilitated the penetration of ‘Anglo-Saxon influence’ into the largest country of francophone Africa, and therefore constituted a clear ‘victory’ for the United States at the expense of French interests.”

Diferentemente de outras potências coloniais europeias, a França, no momento de sua expansão colonial africana durante os séculos XIX e XX, já era uma República. Esta República fortemente influenciada pelos valores da Revolução Francesa que tinha por lema a igualdade, a liberdade e a fraternidade. Portanto, esta contradição em termo de ser uma República e um império colonial demandou a construção de uma justificativa para suas possessões coloniais: a *mission civilisatrice* (CHARBONNEAU, 2008; CUMMING, 2005). Defendendo a necessidade e o dever moral de levar a civilização à "raças inferiores",

Paris argumentava que, diferente de outras potências imperiais que se viam como administradoras [de suas colônias], ela estava trabalhando para integrar suas colônias em uma Grande República Francesa. Esta assim chamada República de 100 milhões de franceses seria construída por meio da *assimilação*, um processo em que os sujeitos coloniais seriam gradualmente integrados cultural e politicamente ao modo de vida francês (CUMMING, 2005, p. 234, grifo no original, tradução nossa³⁸).

Portanto, a ideia da construção de uma Grande República Francesa, transnacional e ostensivamente "não racial", baseada na propagação dos valores, da cultura e da língua francesa no exterior (*rayonnement*) como um processo de esclarecimento e libertação progressiva de "civilizações atrasadas", esteve na base da expansão colonial francesa (TAYLOR, 2010). No entanto, como aponta Crowder (1970), apenas uma pequena parcela da população colonial francesa desfrutava de direitos, ficando a esmagadora maioria da população, em especial da África Equatorial Francesa, sujeita aos duros códigos de indigenato ou da justiça administrativa. Assim,

Enquanto algumas estruturas republicanas foram replicadas, até certo ponto, nas colônias, o fato é que a lei francesa era aplicada apenas para os colonizadores europeus brancos. As populações nativas eram obrigadas a aceitarem o domínio colonial, que não se assemelhava em nada com a Declaração dos Direitos do Homem. Eles não usufruíam de liberdades democráticas, foram governados por decreto e praticamente não podiam opinar nos assuntos coloniais. Eles não se beneficiaram da igualdade, e sim foram sujeitados a trabalho forçado, taxaço de impostos, serviço militar compulsório e ao *indigénat* (um código legal que permitia aos administradores franceses impor penalidades sumárias aos 'nativos problemáticos') " (CUMMING, 2005, p. 235, tradução nossa³⁹)

³⁸ No original: "Paris argued that, unlike other imperial powers, who saw themselves as trustees, she was working to integrate her colonies into a Greater French Republic. This so-called Republic of 100 million French people would be achieved through assimilation, a process whereby colonial subjects would gradually be integrated culturally and politically into the French way of life."

³⁹ No original: "While republican state structures were mirrored, to some extent, in the colonies, the acts remains that French law applied only to 'white' European settlers. Indigenous populations were forced to accept a form of colonial rule that had nothing to do with the Declaration of the Rights of Man. They did not enjoy democratic freedoms but were ruled by decree and given virtually no say in colonial affairs. They did not benefit from

Porém, mesmo com todas as contradições entre a realidade da prática colonial e a retórica da *mission civilisatrice*, este foi um discurso amplamente utilizado para sustentar e legitimar o império colonial francês. A maior ameaça a este discurso se deu durante as guerras de independência da Argélia e Indochina, que desafiaram e colapsaram a moral e a política da Quarta República Francesa. Com suas próprias línguas, culturas e identidades religiosas, essas colônias buscaram garantir que suas populações não fossem sujeitadas ao modelo republicano francês, desafiando a própria autoimagem francesa e a ideia de uma Grande República Francesa (CUMMING, 2005). O desgaste moral e político gerado pelas guerras de libertação nacional da Argélia e Indochina despertou para a necessidade de repensar o domínio colonial francês e, principalmente, demonstrou que a hegemonia francesa poderia ser mantida de formas alternativas (MAZRUI, 1982), então os processos de independência foram suavizados pela transferência de poder da metrópole para elites francófonas privilegiadas e favoráveis aos interesses franceses em seus países.

Aliado à ideia de uma grande comunidade francófona, que englobava seu domínio colonial, o sistema político francês da Quarta República foi desenhado para garantir o acesso, ainda que limitado, de uma pequena elite francófonas a posições de poder na metrópole. Esta garantia de acesso às estruturas políticas da metrópole criou privilegiada elite francófona não radical (ainda que em alguns casos, anticolonialista) e alinhada aos interesses franceses (TAYLOR, 2010). De acordo com Siradag (2014, p.110) “entre 1946 e 1958, todos os chefes de Estado da África francófona se tornaram membros do Parlamento Francês com o objetivo de melhorar as relações bilaterais com a França”. Outros líderes, como Félix Houphouët-Boigny, da Costa do Marfim, e Léopold Sédar Senghor, do Senegal, chegaram a atuar como Ministros de Estado do governo francês e após as independências foram fortes aliados e defensores dos interesses franceses no continente africano.

Segundo Chazan et al (1999, p. 424),

As elites francófonas, por sua vez, se acostumaram com o tratamento privilegiado no mais alto nível do governo francês. Este tipo de tratamento concede-lhes visibilidade e reconhecimento internacional que seria difícil obter de outra maneira. Em resposta à

equality but were subject to forced labour, taxation, compulsory military service and the *indigénat* (a legal code which allowed French administrators to impose summary penalties on 'troublesome natives')."

lisonjeira atenção francesa, eles mantêm suas portas abertas para a influência francesa (tradução nossa⁴⁰).

Esta proximidade política e o alinhamento das elites com os interesses franceses propiciaram o estabelecimento de acordos bilaterais em diversas áreas podendo assim legitimar e dar uma nova roupagem aos laços de dominação colonial durante o período pós-colonial, processo que pode ser enquadrado como neocolonial. Ou seja, uma relação de sujeição e dependência social, econômica, cultural e política a qual foram submetidas as ex-colônias em relação à antiga metrópole. Gentili (2009) sustenta que

O neocolonialismo caracteriza-se hoje, mais do que pelo domínio político exclusivo de uma metrópole sobre suas antigas possessões coloniais, pelo domínio dos mercado capitalista internacional sobre países produtores de matérias-primas, privados de estruturas industriais integradas, dependentes financeira e tecnologicamente, e governados por classes políticas profundamente condicionadas pela estrutura da dependência econômica (GENTILI, 2009, p. 181).

No entanto, este era um fluxo de mão dupla. O governo de Paris necessitava da manutenção de sua zona de influência como um espaço geoestratégico em que pudesse ancorar sua política externa independente frente as superpotências e as elites da zona francófona dependiam do seu status e influência junto ao governo francês para legitimarem seu status local. Além disso, "as elites governantes africanas se beneficiaram de um aliado confiável que os fornecia suporte econômico, político, técnico e, se necessário, militar, em uma situação em que seu poder era sempre frágil. Contra um pano de fundo de extrema pobreza e divisão política e social nos países que governavam, a França representava para eles uma fonte de estabilidade" (CHAFER, 2002, p.344, tradução nossa⁴¹), o que justifica a pouca vontade política dessas elites em romperem os laços com a antiga metrópole (CHAFER, 2006).

A proximidade e o alinhamento das elites francesas e francófonas africanas possibilitaram um tipo peculiar de independência, aonde as instituições da Quinta República foram praticamente transplantadas para as colônias, em especial o executivo forte e

⁴⁰ No original: "The Francophone elites, in turn, have become accustomed to this privileged treatment at the highest level of the French government. Such treatment accords them a visibility and international recognition that would be difficult to acquire otherwise. In return for France's flattering attention, they have reserved an open door for French influence."

⁴¹ No original: "African governings elites benefited from a reliable ally that provided economic, political, technical, and, if needed, military support, in a situation in which their hold on power was often fragile. Against a background of extreme poverty and social and political divisions within the countries over which they ruled, France represented a source of stability."

centralizador. A despeito do discurso baseado na igualdade, fraternidade e liberdade sustentado desde a Revolução Francesa, as práticas adotadas após as independências africanas se contrapõem diametralmente a esse discurso, como pode ser observado nos acordos firmados entre líderes franceses e africanos. Como aponta Chazan et al.,

O culto de De Gaulle a dignidade nacional e a autoridade presidencial atraiu muitos líderes dos frágeis Estados recém-independentes. A França Gaullista cultivou esta afinidade por meio do fornecimento de consultores técnicos e professores que estes novos governos necessitavam para construir um aparato estatal e prover serviços básicos. Os franceses astutamente chamaram esta relação de dependência de '*la coopération*'; assegurando o fluxo de produtos franceses para estes mercados e protegendo o ambiente para investimento de capitais franceses. Através do apoio a uma moeda comum – o Franco CFA- Paris assegurou estreitos laços financeiros e uma medida da estabilidade monetária ao longo de toda comunidade francófona (apenas Guiné e Mali tentaram estabelecer suas próprias moedas, e ambas eventualmente buscaram a readmissão na zona do Franco) (CHAZAN et al. 1999, p 423-424, tradução nossa⁴², grifo no original).

Martin (2001) sustenta que,

A transição da colonização para a *coopération* foi suavizada antes da concessão formal das independências por meio da negociação de acordos bilaterais abrangentes entre a França e cada Estado francófono africano, cobrindo áreas como defesa e segurança; política externa e consulta diplomática; economia, finanças, comércio e questões monetárias; minerais estratégicos; e assistência técnica. Por meio da ligação estabelecida entre o acesso a soberania internacional, a assinatura dos acordos modelos de cooperação e a adoção no atacado do modelo constitucional francês da Quinta República, a França conseguiu institucionalizar sua preeminência política, econômica, monetária e cultural sobre suas antigas colônias, que assim – e pelas próximas três décadas- permaneceram excessivamente dependentes da antiga metrópole (MARTIN, 2001, p. 100, tradução nossa⁴³, grifo no original).

Esta série de acordos bilaterais entre a França e suas antigas colônias formaram a estrutura na qual as relações de dependências e os relacionamentos privilegiados entre a antiga metrópole e suas ex-colônias puderam continuar após as independências. É válido

⁴² No original: “De Gaulle’s cult of national dignity and presidential authority appealed to many of the leaders of fragile newly independent states. Gaullist France cultivated this affinity by supplying the technical advisers and teachers that these new governments needed to build a state apparatus and provide basic services. The French astutely named this dependent relationship “*la coopération*”; it assured the flow of French goods into these markets and protected the environment for French capital investment. By supporting a common currency – the CFA franc- Paris assured tight financial links and a measure of monetary stability throughout the entire francophone community (only Guinea and Mali tried to establish their own money, and both eventually sought readmission to the franc zone)”.

⁴³ No original: “The transition from colonization to *coopération* was smoothed before the formal granting of independence by the negotiation of comprehensive bilateral agreements between France and each francophone African state, covering such areas as defense and security; foreign policy and diplomatic consultation; economic, financial, commercial, and monetary matters; strategic minerals; and technical assistance. Through the linkage established between the accession to international sovereignty, the signing of model cooperation agreements, and the wholesale adoption of the French constitutional model of the Fifth Republic, France managed to institutionalize its political, economic, monetary, and cultural preeminence over its formal African colonies, which thereby- and for the next three decades- remained excessively dependent on the motherland.”

destacar que, assim como a expansão colonial francesa não foi motivada apenas pelo discurso da *mission civilisatrice* e seu "dever civilizador"⁴⁴, mas possuía fortes motivos econômicos, políticos e estratégicos (CUMMING, 2005), a construção desse arcabouço institucional também possuía claros interesse econômicos e estratégicos. A zona de influência francófona, blindada da presença de outras potências principalmente durante as primeiras décadas após as independências africanas, representou um espaço protegido para as empresas francesas atuarem, uma fonte de recursos naturais como petróleo e urânio, além de um grupo de apoio conciso em organismos multilaterais internacionais.

François-Xavier Verschave chamou este sistema político e institucional voltado para a manutenção da dominação francesa sobre suas ex-colônias de "Françafrique". Ainda que o termo tenha sido criado por Félix Houphuët-Boigny⁴⁵, presidente da Costa do Marfim, com conotação positiva para designar os estreitos laços históricos entre a França e suas colônias (TAYLOR, 2010), relações estas que Houphuët-Boigny era fervoroso defensor, Verschave (1998) atribuiu um significado contemporâneo, de conotação negativa, que remete às práticas neocoloniais, aos relacionamentos privilegiados e personalistas, e a cumplicidade de líderes franceses e africanos considerados "amigos da França".

De acordo com Verschave (1998), a *Françafrique* é como um iceberg onde apenas uma pequena parte dos relacionamentos privilegiados são visíveis, ficando a maior parte dos relacionamentos franco-africanos submersos e acobertados por um desenho institucional que não possibilita o controle do parlamento sobre os assuntos franco-africanos e em meio a redes personalistas. Como umas das principais práticas e consequências da *Françafrique*, Verschave (1998) aponta a corrupção, a pilhagem de matérias-primas, intervenções militares, desvio da ajuda para o desenvolvimento, apoio à regimes ditatoriais e o tráfico. Ainda que seja constantemente tida como sinônimo da política externa da França para a África, a "*Françafrique*" não deve ser entendida como tal. De fato, a "*Françafrique*" representa uma

⁴⁴ Ainda que o discurso da *mission civilisatrice* tenha sido utilizado como fator legitimador para a expansão colonial francesa, este não foi a motivação para esta expansão. Diversos autores abordam o assunto, no entanto, Cumming (2005, p. 235) oferece uma exposição concisa dos motivos. Segundo o mesmo, "A França estava interessada em se reestabelecer como uma grande potência imperial, em restaurar o orgulho nacional após a derrota em 1870-71 na Guerra Franco-Prussiana e assegurar acesso a matérias-primas, mercados e mão-de-obra que a África parecia estar pronta para oferecer."

⁴⁵ O termo originalmente utilizado por Houphuët-Boigny foi "France-Afrique", a forma "Françafrique" foi utilizada por Verschave em referência à expressão "France à Fric", onde "à fric" é uma expressão popular para dinheiro.

parte significativa da política externa francesa para a África, porém não a sua totalidade. Mesmo sendo por meio do comportamento dos tomadores de decisão da política africana da França que a "*Françafrique*" se revele (BOVCON, 2011) e tem continuidade, este não representa a totalidade da política africana da França.

De acordo com Chafer (2014), o uso da "*Françafrique*" como uma ferramenta analítica para o estudo da política externa francesa para a África se mostra inadequado por

Primeiro, os *pays du champ* passaram a incluir durante os anos 1970 as antigas colônias belgas como a República Democrática do Congo (RDC: antigo Zaire), Ruanda e Burundi. De fato, oficiais franceses e websites oficiais frequentemente referem-se a RDC como "*le premier pays francophone du monde*" (*Ministère des Affaires Étrangères, 2014*), perpetuando a visão da RDC como a âncora tanto da francofonia quanto dos relacionamentos especiais franco-africanos, enquanto de fato a maioria dos congolezes não falam francês e o país nunca foi uma colônia francesa. Assim, o relacionamento especial da França com a África não pode ser entendido puramente em referência ao seu passado colonial. Segundo, o termo *Françafrique* homogeniza um relacionamento cada vez mais complexo entre a França e suas antigas colônias na África Subsaariana. Algumas antigas colônias francesas não se consideram *pays du champ* e de fato nunca o foram. Um bom exemplo disso é o Mali (Sudão Francês durante o período colonial). Diferentemente de outras antigas colônias como a Costa do Marfim e o Gabão, nunca houve um relacionamento próximo entre a França e as elites governantes malinesas: estas sempre resistiram a cooptação por elites francesa e não há redes extraoficiais de relacionamento de perfil mafioso unindo os dois países. De fato, ainda que o Mali tenha mantido laços com a França no período pós-colonial, este relacionamento sempre foi tenso.[...] Em terceiro lugar, ao usar o termo *Françafrique* há o perigo de colocar a França como um ator unitário. [...] diversos atores possuem participação significativa no processo de tomada de decisão de política externa (CHAFER, 2014, p.516-517, tradução nossa⁴⁶).

Assim, mesmo constituindo uma parte significativa e importante das relações franco-africanas e devendo ser levada em consideração na análise da política africana da

⁴⁶ No original: "First, the *pays du champ* came to include in the 1970s former Belgian colonies such as the Democratic Republic of Congo (DRC: former Zaire), Rwanda and Burundi. Indeed, French officials and government websites often refer to the DRC as 'le premier pays francophone du monde' (Ministère des Affaires Étrangères 2014), perpetuating the notion of the DRC as a lynchpin of both Francophonie and the Franco-African special relationship, whereas in fact most Congolese do not speak French and the country never was a French colony. Thus, France's special relationship with Africa cannot be understood purely by reference to its colonial past. Secondly, the term *Françafrique* homogenises an increasingly differentiated relationship between France and its former colonies in sub-Saharan Africa. Some former French colonies do not consider themselves *pays du champ* and indeed have never done so. Mali (in colonial times French Sudan) is a good example of this. Unlike other former colonies such as Gabon and Côte d'Ivoire, there have never been close relations between French and Malian governing elites: the latter have always resisted co-optation by French elites and there are no mafia-like unofficial networks linking the two countries. Indeed, while Mali has maintained its links with France throughout the post-colonial period, these relations have often been tense. [...] Thirdly, in using the term *Françafrique* there is always the danger of appearing to posit 'France' as a unitary actor. [...] so many different actors have a significant stake in policymaking."

França, a *Françafrique* não deve ser entendido como sinônimo da política africana da França, tampouco será abordada como tal nesta análise.

A Françafrique constitui uma rede de relacionamentos privilegiados envolvendo políticos, empresários, especialmente dos ramos de petróleo e armas, oficiais militares franceses e membros elite africana formando a “zona cinzenta da diplomacia” (TOUATI, 2007). Sendo constantemente relacionada à interveniência francesa em regimes africanos, desde a manutenção de ditadores até golpes de Estado para depor opositores, a Françafrique é frequentemente relacionada ao caráter não-normalizado⁴⁷ das relações franco-africanas, além de representarem os quatro pilares da dominação francesa na África, sendo eles, o pilar político, monetário, cooperação e militar (BOULANIN, 2014).

Segundo Verschave (2016), a base do pilar político está no que ele chama de "*gouverneurs à la peau noire*" (governadores de pele negra), um grupo seleto de chefes de Estado, selecionados por Jacques Foccart, considerados "amigos da França" que, apesar da aparente impressão de independência, estão intimamente alinhados aos interesses franceses. Para a manutenção desse seleto grupo no poder, segundo Verschave (1998; 2016), a França utilizou desde assassinatos políticos, como no caso de Sylvanus Olympio⁴⁸ do Togo e Barthélémy Boganda da República Centro Africana; fraudes eleitorais, golpes de Estado e intervenções militares para socorrer líderes "amigos da França". Aliado a isto, se tem o discurso sobre a francofonia e os laços culturais compartilhados entre a ex-metrópole e suas antigas colônias, Estes laços culturais compartilhados foram utilizados como uma ferramenta central para a manutenção da zona francófona longe da ameaça da influência anglo-saxã, culminando na criação da Organization Internationale de la Francophonie – OIF, em 1970, com o objetivo de promover a língua e a cultura francesa dentre seus Estados membro e observadores.

⁴⁷ Por não-normalizado entende-se o relacionamento altamente personalista e privilegiado entre líderes franceses e africanos, bem como o baixo de controle institucional sobre esses relacionamentos, uma vez que não estão sujeitos à apreciação da Assembleia Nacional Francesa, fazendo parte do domínio privado da presidência da República.

⁴⁸ Sylvanus Olympio, primeiro presidente do Togo, foi assassinado em 13 de janeiro de 1963 durante um golpe de Estado com a participação de Étienne Gnassingbé Eyadéma que, quatro anos mais tarde se tornaria presidente por meio de outro golpe de Estado bem sucedido. Já Barthélémy Boganda, um promissor político da República Centro Africana faleceu em um controverso acidente aéreo em 29 de março de 1959.

A centralidade da questão da francofonia está no fato de legitimar a presença francesa na região e atuar como qualificador para a atuação francesa na resolução de questões que envolvessem ou envolvam o espaço francófono africano, afastando e/ou deslegitimando a atuação de outras potências na região. Esses laços forjados no período pós-colonial criam a ideia de “clube francófono”, de uma “família”, com relações profundamente personalistas entre líderes franceses e africanos. Estas relações foram nutridas e cultivadas por De Gaulle e por seus sucessores e estão na base da chamada "*Françafrique*". Apesar da importância dos pilares políticos e culturais, dois aspectos das relações privilegiadas entre a França e suas ex-colônias carecem de especial atenção: o pilar militar e o pilar econômico-monetário

1.4.1. O pilar militar:

Aliado ao pilar político e cultural, está o pilar militar. Apontados por alguns analistas como a espinha dorsal da dominação francesa sobre o espaço francófono africano, o pilar militar está baseado em acordos de defesa e acordos de cooperação militar. De acordo com Charbonneau (2008) as diferenças entre os acordos de defesa e os acordos de cooperação militar são mais teóricas do que práticas. Os acordos de defesa permitem o Estado signatário pedir ajuda e assistência francesa em caso de agressão externa e até instabilidade interna. Estes acordos permitem também que a França legalmente mantenha bases militares nos territórios dos países signatários e geralmente incluem cooperação técnica militar fornecida pela França. Já os acordos de cooperação militar variam tanto em nome quanto em conteúdo e dependem da peculiaridade de cada país signatário.

Para diferenciá-los dos acordos de defesa, os documentos diplomáticos receberam nomes diferentes: cooperação militar, assistência militar, convenções, "échanges de lettres". Eles normalmente são classificados como acordos de cooperação militar e preveem treinamento militar, assistência técnica (manutenção, logística e suprimentos) e/ou transferência de armas (CHARBONNEAU, 2008, p.61, tradução nossa⁴⁹).

Assim, o que diferencia os acordos de cooperação militar dos acordos de defesa é que o último, permite intervenções militares diretas e a presença de tropas e bases militares francesas nos territórios dos países signatários. No entanto, de acordo com Charbonneau (2008), a ausência de acordos de defesa nunca impediu a França de intervir militarmente em

⁴⁹ No original: "To differentiate them from the defense agreements, the diplomatic documents took different names: military cooperation, military assistance, conventions, 'échanges de lettre'. They usually are referred to as military cooperation accords and provide for military training, technical assistance (maintenance, logistics, and supply), and/or arms transfer."

sua zona de influência africana. É importante ressaltar também que especialmente os acordos de defesa

Frequentemente incluíam artigos e anexos que asseguravam que a França fosse informada sobre, tivesse acesso e prioridade sobre a sequência de "pesquisa, exploração e comércio de materiais como hidrocarbonetos líquidos e gasosos, urânio, tório, lítio, berílio, hélio e vários outros minerais e compostos". Além disso, os Estados africanos comprometeram-se a facilitar o fornecimento destes recursos e absterem-se de comercializá-los com aqueles países e clientes que o governo francês acreditavam ser ameaças à segurança nacional francesa (CHARBONNEAU, 2008, p. 61, tradução nossa⁵⁰).

Após as independências africanas o governo francês firmou acordos de defesa e cooperação militar com diversos países africanos, tanto ex-colônias quanto de países não pertencentes ao chamado *pré carré*, como pode ser constatado nas tabelas a seguir.

Tabela 1. Acordos de defesa assinados com países africanos.

País	Ano de assinatura	País	Ano de assinatura
Gabão	1960	Camarões	1974
RCA	1960	Senegal	1974
Costa do Marfim	1961	Djibouti	1977
Togo	1963	Comores	1978

Fonte: elaboração própria a partir dos dados fornecido por CHARBONNEAU, Bruno. France and the new imperialism. 2008, p.60

Tabela 2. Acordos de cooperação militar com países africanos

País	Ano de assinatura	País	Ano de assinatura
Benin	1975	Madagascar	1966
Burkina Faso	1961	Malawi	1980
Burundi	1969	Mali	1985
Camarões	1974	Maurício	1979
RCA	1974	Mauritânia	1986
Chade	1976	Marrocos	1994
Comores	1978	Níger	1977
Congo	1974	Ruanda	1975
Congo-Zaire	1974	Senegal	1974
Djibouti	1977	Seychelles	1979
Guiné Equatorial	1985	Togo	1963
Gabão	1960	Tunísia	1973
Guiné	1985	Zimbábue	1992

⁵⁰ No original: "[...] often included articles and annexes that ensured that France was informed of, had access to, and was given priority over the continuation 'of research, exploitation and trading of such materials as liquid and gaseous hydrocarbons, uranium, thorium, lithium, beryllium, helium and various other minerals and compounds". Moreover, African states undertook to facilitate the supply of these resources and to refrain from trading them to those states and clients that the French government deemed to be threats to French national security."

Costa do Marfim	1961		
------------------------	------	--	--

Fonte: CHARBONNEAU, Bruno. France and the new imperialism. 2008, p. 62.

Estes acordos de cooperação militar e acordos de defesa possibilitaram que a França pudesse interferir militarmente em seu antigo espaço colonial, tornando-se o principal ator militar estrangeiro na região. Diferentemente de outras antigas metrópoles europeias que se afastaram de questões securitárias em suas antigas colônias, a França manteve uma forte presença militar na região e foi o país estrangeiro que mais vezes interviu em conflitos africanos.

1.4.2. O pilar monetário.

Sem sombra de dúvidas um dos pontos mais peculiares nas relações entre a França e suas antigas colônias são as moedas comuns franco-CFAs e franco comorense. Imposta no contexto da dominação colonial, o franco - moeda oficial francesa à época da colonização - passou a ser utilizada em detrimento de moedas e meios de troca tradicionais e particulares dos povos africanos subjugados. A utilização da moeda da metrópole por suas colônias não foi exclusividade francesa. Esta foi uma estratégia utilizada por todas as potências coloniais europeias para comercializar e ter acesso às riquezas de seu espaço colonial, incluindo estas forças sociais locais ao sistema capitalista colonial.

Um dos principais objetivos do empreendimento colonial dos europeus na África, durante o século XIX, foi a apropriação de uma grande parte das riquezas do continente por meio da instauração de regimes comerciais favoráveis às metrópoles. Para tanto, os governos coloniais deveriam controlar os circuitos de produção e troca. E este controle passa necessariamente pela moeda. A fim de diminuir as resistências locais e fazer aceitar suas moedas, os colonizadores utilizaram todos os meios de pressão disponíveis e não hesitaram a recorrer alternadamente ao direito colonial e à violência (PIGEAUD e SYLLA, 2018, p.15, tradução nossa⁵¹).

A criação da zona do franco aconteceu no entre guerras, em 1939, dentro de um contexto de reorganização do império colonial francês abrangendo suas possessões coloniais na Ásia, África, Pacífico, Antilhas e Américas. Esta organização monetária colonial respeitava

⁵¹ No original: “ l’un des objectifs principaux de l’entreprise coloniale des Européens en Afrique, au XIX siècle, est l’appropriation d’une grande partie des richesses du continent à travers l’instauration de régime commerciaux à l’avantage des métropoles. Dans ce but, les pouvoirs coloniaux devaient contrôler les circuits de production et d’échange. Et ce contrôle passe forcément par celui de la monnaie. Afin de briser les résistances locales et de faire accepter leurs monnaies, les colonisateurs utilisèrent tous les moyens de pression à leur disposition et n’hésitèrent pas à recourir alternativement au droit colonial et à la violence.”

a lógica do livre comércio entre a colônia e a metrópole e do protecionismo, possibilitado a metrópole controlar moeda e o comércio exterior da zona.

Durante o período colonial esta estrutura institucional foi fundamental para a drenagem das riquezas das colônias para a metrópole. Devido a livre convertibilidade do franco cfa em franco por taxa fixa e a liberdade de transferência, as empresas metropolitanas podiam investir e desinvestir livremente no espaço colonial e transferir livremente seus lucros para a metrópole.[...] Além do mais, o fato do franco CFA estar atrelado a uma taxa fixa ao franco francês, reduzia enormemente os custos de transação das administrações coloniais e das empresas metropolitanas. Se cada colônia tivesse a sua moeda e esta estivesse submetida a um regime de câmbio flutuante, estas trocas seriam muito mais custosas e complexas (PIGEAUD e SYLLA, 2018, p.51-52, tradução nossa⁵²).

De acordo com Pigeaud e Sylla (2018, p. 35, tradução nossa⁵³), “ com a criação da zona do franco em 1939, a França buscou fazer de seu império colonial um escudo comercial e monetário para proteger sua economia de um contexto de crise monetária, econômica e política internacional”. Em 1945 ocorre a diferenciação do franco colonial com a criação do franco CFP (Colonies française du Pacifique) e do franco CFA (Colonies françaises d’Afrique). A peculiaridade envolvendo o franco CFA é que, ao contrário de outras moedas coloniais, esta continuou a ser utilizada pelas antigas colônias francesas na África e com uma lógica de funcionamento muito semelhante à do período de dominação colonial. Sendo assim, a França é a única ex-potência colonial a manter sua zona monetária após as independências (PIGEAUD e SYLLA, 2018).

Apesar de utilizarem a mesma sigla, existem duas comunidades de franco CFA distintas. O franco CFA (*franc de la Communauté financière en Afrique*) é utilizado nos estados da África Ocidental (Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné- Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo), sendo gerenciado pelo Banco Central dos Estados da África Ocidental -BCEAO. Já o franco CFA (*franc de la coopération financière en Afrique Centrale*) é utilizado em Camarões, Congo, Gabão, Guiné- Equatorial, RCA e Chade. Este franco CFA

⁵² No original: “Pendant la période coloniale, cette architecture institutionnelle a permis de faciliter le drainage des ressources des pays africains vers la métropole. Grâce à la libre convertibilité du franc CFA à taux fixe et à la liberté des transferts, les entreprises métropolitaines investissaient et désinvestissaient librement, et transféraient librement leurs profits vers la métropole. [...] Le fait que l’AOF et l’AEF aient eu une monnaie unique arrimée au franc métropolitain permettait de diminuer considérablement les coûts de transaction des administrations coloniales et des entreprises métropolitaines. Si les différents territoires sous administration française avaient eu chacun sa propre monnaie à parité fluctuante, le règlement des opérations commerciales aurait été plus compliqué et onéreux.”

⁵³ No original: “Lorsqu’elle crée la zone franc, en 1939, la France cherche à faire de son empire colonial un bouclier commercial et monétaire protégeant son économie dans un contexte de crise monétaire, économique et politique internationales”

também é gerenciado por um banco central específico, o Banco Central dos Estados da África Central- BEAC. A ilha de Comores possui uma moeda específica, o franco comorense, administrado pelo Banco Central de Comores -BCC.

Apesar de serem administrados por bancos centrais diferentes, os franco CFAs e comorense funcionam seguindo quatro princípios fundamentais: taxa fixa de paridade em relação ao franco francês; liberdade de transferência; conversibilidade ilimitada e centralização das reservas de troca.

A taxa fixa de paridade, os franco CFAs e comorense são fixados (ancorados) à moeda francesa, chamada de “moeda de ancoragem”, de maneira fixa: o valor da moeda francesa não varia de acordo com a conjuntura econômica. Ela não pode ser modificada sem que as autoridades políticas da zona do franco assim decidam (PIGEAUD e SYLLA, 2018, p.38, tradução nossa⁵⁴).

A livre transferência significa que as transações correntes (regulamentos de importações e de exportações, repatriamento de lucros e dividendos, envio de fundos de trabalhadores expatriados, etc) e as movimentações de capitais (como compras de títulos ou investimentos financeiros) são livres dentro da zona do franco, isto é, entre os países africanos e entre estes e a França (PIGEAUD e SYLLA, 2018, p.38, tradução nossa⁵⁵).

A conversibilidade ilimitada, [...] significa que se pode trocar os franco CFAs e comorense em moeda francesa sem restrição. Esta convertibilidade ilimitada é assegurada pelo Tesouro Francês: através de acordos monetários que mantém com as autoridades africanas, comprometeu-se a emprestar tanto dinheiro quando necessário aos bancos centrais da zona do franco caso seus recursos no exterior estiverem esgotados. O objetivo: garantir que seus bancos centrais nunca tenham falta de divisas estrangeiras e possam liquidar pagamentos externos ou transações cambiais diariamente, mas também assegurar que a liberdade de transferência nunca seja restrita dentro da zona do franco. Essa conversibilidade tem a particularidade de ser concretizada apenas sob a supervisão do Tesouro francês. Fora deste quadro, o franco CFA não é convertível: ao contrário das notas de dólar ou euro que podem ser trocadas praticamente em qualquer parte do mundo, as notas do franco CFA só podem ser trocadas dentro da sua zona de emissão (PIGEAUD e SYLLA, 2018, p.38-39, tradução nossa⁵⁶).

⁵⁴ No original: Fixité des parités, les francs CFA et comorien sont rattachés (ancrés) à la monnaie française, appelée ‘monnaie d’ancrage’, de manière fixe: leur valeur en monnaie française ne varie pas selon la conjoncture économique. Elle ne peut être modifiée que si les autorités politiques de la zone franc le décident.”

⁵⁵ No original: “le libre transfert. Cela signifie que les transactions courantes (règlements des importations et des exportations, rapatriement des profits et des dividendes, envois de fonds des travailleurs expatriés, etc) et les mouvements de capitaux (comme les achats de titres ou les placements financiers) sont libres au sein de la zone franc, c’est-à-dire entre les pays africaines et entre ces derniers et la France”

⁵⁶ No original: “La convertibilité illimitée[...] signifie que l’on peut échange les franc CFA et comorien contre de la monnaie française (franc puis euro) sans restriction. Cette convertibilité illimité est assurée par le Trésor français: à travers les accords monétaires qu’il a passés avec les autorités africaines, il s’est engagé à prêter autant d’argent qu’il le faut aux banques centrales de la zone franc dans le cas où leurs avoirs extérieurs seraient épuisés. L’objectif: faire en sorte que les banques centrales ne manquent jamais de devises et puissent régler les paiements extérieurs ou les opérations de change au quotidien, mais aussi faire en sorte que la liberté de transfert ne soit jamais restreinte au sein de la zone franc. Cette convertibilité présente la particularité de se concrétiser uniquement sous la supervision du Trésor français. En dehors de ce cadre, le franc CFA n’est pas convertible:

Em termos práticos, a característica da convertibilidade ilimitada garante que qualquer troca comercial em moeda estrangeira ou mesmo a troca do franco CFA ou comorense por outra moeda ou franco CFA emitido por um outro Banco Central, tenha necessariamente que passar pelo Tesouro Francês. Em uma situação ilustrativa, um turista brasileiro, em viagem à Dakar, Senegal, e depois Yaoundé, no Camarões, não poderá converter diretamente o Real em franco CFA-BCEAO ou Real em franco CFA-BEAC, tampouco o franco CFA-BCEAO em franco CFA-BEAC. O turista teria que trocar seus reais por euros e depois seus euros por francos CFA-BCEAO quando chegasse em Dakar, trocar seus francos CFA-BCEAO restantes por euros antes de deixar Dakar e, quando chegar a Yaoundé trocar novamente seus euros, desta vez por francos CFA-BEAC.

O quarto princípio que rege a zona do franco é a *centralização das reservas de troca*, de acordo com Pigeaud e Sylla (2018, p.40, tradução nossa⁵⁷),

O BEAC, o BCEAO e o BCC devem depositar uma parte de suas reservas estrangeiras na França, no Tesouro Francês. [...] Esta centralização de reservas representa uma contrapartida à garantia de conversibilidade ilimitada do Tesouro Francês. A centralização e a garantia francesa estabelecem assim uma dupla solidariedade. A primeira, vertical, entre a França e os países africanos para a garantia da conversibilidade. A outra, horizontal, se estabelece entre os países africanos: aqueles que têm mais recursos e, portanto, a maior parte da moeda permitem, por pooling⁵⁸, que aqueles que têm menos tirem proveito de sua reserva monetária.

Pigeaud e Sylla (2018) apontam que para que estes quatro princípios possam ser operacionalizados, existe um sistema próprio da zona do franco, as contas de operação. Segundo os autores, cada Banco Central possui a sua conta especial de operação por meio da qual o Tesouro Francês faz as trocas de moedas, atuando como o escritório de trocas oficial dos países da zona do franco. São nas contas especiais que são depositadas as reservas de cada Banco Central para garantir a livre conversibilidade das moedas. Quando um país da zona do franco faz comércio com um outro país que não usa euro, China ou Brasil, por exemplo, o seu Banco Central deve informar o Tesouro Francês que irá, por meio da conta de operação do

contrairement aux billets de dollars ou d'euros qui peuvent être échangés presque partout dans le monde, les billets de francs CFA ne peuvent l'être que dans leur zone d'émission."

⁵⁷ No original: "la BEAC, la BCEAO et la BCC doivent déposer une partie de leurs avoirs extérieurs en France, auprès du Trésor français. [...] Cette centralisation des réserves constitue la contrepartie de la garantie de convertibilité illimitée du Trésor français. La centralisation et la garantie française instaurent ainsi une double solidarité. La première, verticale, relie la France aux pays africains par la garantie de convertibilité. L'autre, horizontale, s'établit entre les pays africains: ceux qui ont le plus de ressources et donc le plus de devises permettent, par la mise en commun, à ceux qui en ont moins de profiter de leur matelas de devises."

⁵⁸ Pooling é uma técnica de finanças que visa reduzir os riscos e maximizar os ganhos de transações financeiras.

referido banco, converter o franco CFA em euro e depois trocar o euro pela moeda de destino. O mesmo acontece quando ocorre a operação inversa. A moeda estrangeira é convertida em euro e depois creditada em franco CFA na conta de operação específica.

Este processo é realizado por conta da não possibilidade de conversão direta dos franco CFAs e comorense em qualquer outra moeda que não seja o euro. Vale destacar ainda que esta conversão é feita no mercado de troca de Paris, gerando uma demanda suplementar para o euro, que se torna um intermediário privilegiado nas trocas entre países africanos. Mesmo que as trocas sejam entre países africanos, a França, e conseqüentemente o euro, acabam envolvidos indiretamente nestas trocas.

Do ponto de vista institucional, Pigeaud e Sylla (2018) apontam a centralidade de cinco atores, o governo francês, o Banco da França, os três Bancos Centrais (BEAC, BCEAO e BCC), os bancos comerciais e os governos africanos.

O governo francês intervém por meio do Tesouro Francês, que está ligado ao Ministério das Finanças francês. Ele garante a conversibilidade e gerencia as “contas de operação” dos Bancos Centrais, que estão de fato sob a sua tutela. O Banco da França é o banqueiro do Tesouro francês. Ela lida com o gerenciamento de suas contas, incluindo as contas das operações. Ela também é correspondente do BCEAO, BEAC e BCC. Isso significa que eles têm contas -diferentes das contas de operação - que funcionam como contas bancárias comuns. Se o BEAC quer fazer, por exemplo, uma transferência em euros à um operador na França, ele dá a ordem ao seu correspondente no local, o Banco da França, efetuar a transação. Este, através do sistema de correspondentes que os Bancos Centrais gerenciam suas relações financeiras com o exterior (PIGEAUD e SYLLA, 2018, p. 45-46, tradução nossa⁵⁹)

Por sua vez, os Bancos Centrais africanos são responsáveis pela emissão de moeda para a sua respectiva região, a fiscalização da atividade bancária local e a garantia da estabilidade monetária e financeira de sua zona. No entanto, cabe ressaltar que os Bancos Centrais africanos não possuem poder de decisão no estabelecimento de políticas financeiras e monetárias em suas regiões. Os representantes franceses participam do conselho de

⁵⁹ No original: “Le gouvernement français intervient à travers le Trésor français, qui dépend du ministère français des Finances. Il apporte sa garantie de convertibilité et gère les ‘comptes d’opérations’ des banques centrales qui sont, de fait, placées sous sa tutelle. La Banque de France, elle, est le banquier du Trésor français. Elle s’occupe de la gestion de ses comptes, dont les comptes d’opérations. Elle est également l’une des correspondantes de la BCEAO, de la BEAC et de la BCC. Cela signifie que ces dernières disposent auprès d’elle de comptes différents des comptes d’opérations - qui fonctionnent comme des comptes bancaires ordinaires. Si la BEAC veut adresser, par exemple, un virement en euros à un opérateur en France, elle donne l’ordre à sa correspondante sur place, la Banque de France, d’effectuer cette transaction. C’est à travers le système des correspondants que les banques centrales gèrent leurs relations financières extérieures.”

administração e do órgão responsável pela elaboração da política monetária, o Conselho de Política Monetária (PIGEAUD e SYLLA, 2018). Durante os anos 1970 houve um movimento de africanização das instituições do franco cfa, no entanto, a França continua com sua influência intacta sobre as estruturas institucionais da zona do franco.

A França continua dentro dos três Bancos Centrais de Dakar, Yaoundé e Moroni. Participa dos conselhos de administração das três instituições e possui o mesmo número de representantes e voz que qualquer Estado membro dos respectivos espaços monetários.[...] Isto significa de que França possui poder de veto implícito sobre questões essenciais. Paris também está representada nos outros órgão do BCEAO e BEAC: no Collège des censeurs, que controla a execução de seu orçamento, na Comissão Bancária, que fiscaliza a atividade bancária em seu respectivo espaço, dentre outras (PIGEAUD e SYLLA, 2018, p.97-98, tradução nossa⁶⁰).

Além do mais, o Tesouro Francês e Banco da França são os responsáveis pelo controle e análise de informações da zona do franco, bem como por formular recomendações para a zona e supervisionar as reuniões de Ministros de Finanças da zona do franco. O controle e a participação francesa sobre toda a política monetária e financeira da zona do franco é sem dúvida alguma uma importante ferramenta de dominação francesa sobre sua zona de influência africana e uma marca incontestável de seu relacionamento privilegiado com suas ex-colônias.

Por meio do estabelecimento de uma moeda comum – o Franco CFA- adotado por praticamente todos os países da zona francófona africana, a França consegue manter sua influência, bem como garantir o acesso as matérias primas estratégicas africanas, facilitar o escoamento de bens manufaturados franceses e espaço para investimento de capitais excedentes (KROSLAK, 2004). Além do mais, por meio do sistema monetário do Franco CFA a França mantém o controle sobre a moeda e política financeira das suas antigas colônias (SIRADAG, 2014), e de acordo com Verschave (1998, 2016), por meio do Franco CFA é possível o desvio de recursos da ajuda para o desenvolvimento, o que movimenta uma extensa rede de corrupção envolvendo líderes franceses e africanos.

⁶⁰ No original: “ La France siège toujours au sein des instances des trois banques centrales de Dakar, Yaoundé et Moroni. Au sein des conseils d’administration de ces trois institutions, elle dispose du même nombre de représentants et de voix que chaque État membre des espaces monétaires concernés. [...] Cela signifie que la France a un droit de veto implicite sur les questions essentielles. Paris est aussi représenté dans d’autres organes de la BCEAO et BEAC: le Collège des censeurs, qui contrôle l’exécution de leur budget, la Commission bancaire, qui surveille l’activité bancaire dans leur espace respectif, etc.”

1.5. Conclusão:

Neste primeiro capítulo buscou-se demonstrar, a partir de uma perspectiva histórica, os diversos fatores que contribuíram para o estabelecimento do peculiar relacionamento entre a França e os Estados de sua zona de influência africana. Como foi demonstrado, a complexidade e a profundidade desses relacionamentos estão relacionados a diversas peculiaridades históricas que, em conjunto, resultou em um tipo de relacionamento ímpar dentre as experiências africanas. Analisamos a importância da peculiar configuração do sistema internacional durante o período do conflito bipolar no qual a África francófona foi vista como pertencente à zona de influência francesa e fora dos limites de atuação de outras potências. Discutimos a contribuição do caráter ideologicamente orientado para a contenção da influência soviética no espaço africano da política africana norte-americana e a sua prevalência sobre a defesa dos ideais liberais estadunidenses como a democracia. Além de analisarmos o lugar e a importância do império colonial francês na construção de sua autoimagem e inserção internacional.

Com este capítulo, buscou-se também, em consonância com a abordagem estratégico-relacional adotada, entender o caráter e o perfil da peculiar política africana da França por meio da análise do contexto em que foi criada e das bases (o resgate da *grandeur*, a *mission civilisatrice* e o *rayonnement*) em que está assentada.

CAPÍTULO 2

Os desafios do século XXI

Neste capítulo abordaremos os principais desafios à política africana da França no pós Guerra Fria e início do século XXI, e como estes desafios colidem e/ou interagem com os pilares da política africana da França desenhada durante as primeiras décadas da Quinta República Francesa. Serão abordados fatores sistêmicos derivados na reorganização do sistema internacional após o fim da Guerra Fria, fatores regionais europeus, fatores regionais africanos e fatores políticos domésticos franceses. Cabe ressaltar que apesar de serem apresentados separadamente por questões metodológicas, estes fatores se afetam mutuamente sendo difícil isolar seus efeitos em uma única esfera.

2.1. Fatores sistêmicos:

2.1.1. Globalização

O fim da Guerra Fria, o desmembramento da União Soviética e o consequente desaparecimento do pólo comunista do conflito bipolar, trouxe a necessidade de reorganização do sistema internacional e a revisão das estratégias de inserção internacional de diversos atores internacionais para se adaptarem a nova ordem unipolar, aos efeitos do processo de globalização e consequentemente às novas oportunidades, limitações e escopo de atuação para os Estados Nacionais no ambiente internacional em mudança. Para a França este foi um momento particularmente delicado. A globalização e suas consequências culturais, econômicas e sociais, e principalmente, a projeção estadunidense como única superpotência do sistema internacional ameaçava diretamente o projeto de inserção internacional francês delineado e conduzido desde os primeiros anos da Quinta República.

No final do século XX, o anseio gaullista de perpetuar a *grandeur* (grandeza) nacional produziu uma tensão entre a desejo de longa data por liderança internacional e a realidade decrescente da influência nacional no sistema internacional. A internacionalização, e posteriormente a globalização, expôs a posição francesa como uma potência intermediária um pouco atrás das antigas superpotências da Guerra Fria,

EUA e URSS, e das atuais potências emergentes da “Nova Ordem Mundial”, como a China. (MACLEAN e SZARKA, 2008, p.6, tradução nossa⁶¹)

O debate sobre a globalização e seus efeitos tomou conta do debate político e da mídia francesa durante os anos 1990 e segundo Maclean e Szarka (2008, p.8, tradução nossa⁶²) “durante os anos 1990, este mundo unipolar implicou um contexto onde, para a França, a globalização era sinônimo de americanização, despertando o desejo de preservar as diferenças nacionais e a diversidade cultural”. De acordo com Gordon e Meunier (2001) o criticismo, e até certo ponto, resistência, da França em relação à globalização está fortemente relacionado à liderança norte-americana na condução deste processo e ao que os autores chamam de “cara norte-americana” deste processo.

Também é verdade que a globalização frequentemente vem acompanhada de uma cara norte-americana - por causa do papel do inglês como língua global na cultura e negócios, o tamanho da economia estadunidense e sua grande participação no comércio e investimento mundiais, o conforto dos Estados Unidos com práticas econômicas liberais associadas à globalização econômica, e a capacidade única dos Estados Unidos de projetar poder militar e diplomático internacionalmente. Esta é uma das razões pelo qual a globalização traz problemas particulares a França, que há muito compete com os Estados Unidos pela influência mundial e, como os Estados Unidos, sempre se viu como um modelo para o resto do mundo (GORDON e MEUNIER, 2001, p. 8, tradução nossa⁶³).

Assim como outros assuntos, a questão dos riscos e dos efeitos da globalização na cultura, identidade, economia e posição francesa no sistema internacional, uniu a esquerda e a direita política durante o período de *cohabitation*⁶⁴ do governo Chirac. Tanto Chirac quanto Lionel Jospin, seu Primeiro Ministro do Partido Socialista, concordavam e defendiam medidas para administrar, regular e acalmar os efeitos da globalização e o estabelecimento de acordos internacionais para administrar os efeitos geopolíticos da globalização. O

⁶¹ No original: “In the late twentieth century, the Gaullist ambition to perpetuate national grandeur (greatness) produced a tension between a long-standing will to international leadership and the reality of diminishing national influence on the world stage. Internationalisation, and latterly globalisation, have exposed France’s position as an ‘intermediary’ power some way behind the Cold War superpowers of yesteryear, the USA and the USSR, and the emerging powers of today’s ‘new world order’, such as China.”

⁶² No original: “By the 1990’s this unipolar world entailed a context where, for the French, globalisation was often synonymous with Americanisation, stirring the desire to preserve national differences and cultural diversity.”

⁶³ Yet it is also true that globalization often comes with an American face—because of the role of the English language in global culture and business, the size of the U.S. economy and its large share of world trade and investment, Americans’ comfort with the liberal economic practices associated with economic globalization, and the United States’ unique power to project military force and diplomatic influence abroad. This is one of the reasons why globalization poses particular problems to France, which has long competed with the United States for world influence and, like the United States, has always seen itself as something of a model for the rest of the world.

⁶⁴ “Cohabitation politique” é um termo utilizado para denominar a coexistência institucional de um chefe de Estado e um chefe de governo politicamente antagonistas.

entendimento sobre a necessidade de administrar e regular os processos de globalização e os mercados de bens, capitais e pessoas, está relacionado às tentativas de conter crescente a influência norte-americana no sistema internacional, à necessidade de manter a posição francesa no sistema internacional por meio da criação de uma ordem internacional multipolar e do controle da globalização por organizações internacionais multilaterais, o “*maîtriser la mondialisation*” (MACLEAN e SZARKA, 2008; GORDON e MEUNIER, 2001). Assim,

A França aprendeu a conceber a Europa como um meio de aumentar a influência francesa, reconhecendo que os interesses franceses e europeus partilhavam muitos pontos em comum. Ao desempenhar um papel de liderança na Comunidade Europeia (CE), a França descobriu que poderia transcender as limitações nacionais e desfrutar de um papel ampliado no cenário mundial, retendo assim mais controle sobre seu próprio destino do que apenas considerações geopolíticas e históricas logicamente teria permitido (MACLEAN e SZARKA, 2008, p. 10, tradução nossa⁶⁵)

Em sua obra, Gordon e Meunier (2001) discutem quatro aspectos centrais para que a globalização seja tão desafiadora para a França. O primeiro aspecto diz respeito à tradição intervencionista (*dirigisme*) do Estado francês na economia e na política, uma vez que o processo de globalização e liberalização econômica demanda a diminuição do controle estatal sobre a economia e conseqüentemente sobre a sociedade. O segundo fator está intimamente relacionado à identidade e a cultura francesa, que estariam ameaçadas em especial pela projeção cultural norte-americana e pela anglofonia. O terceiro fator diz respeito aos desafios aos princípios e valores sobre os quais a República Francesa foi fundada. “Enquanto a República Francesa está baseada, em teoria, na racionalidade- o Estado esclarecido se engajou na melhora do destino coletivo do povo francês- a globalização é inevitavelmente um processo desordenado e bagunçado que interfere na capacidade do Estado de desempenhar esse papel” (GORDON e MEUNIER, 2001, p. 9, tradução nossa⁶⁶). O quarto fator, e mais importante para esta análise, é que a globalização era vista como ameaçadora para a projeção internacional francesa justamente por reforçar a projeção internacional dos Estados Unidos.

⁶⁵ No original: “France learned to conceive of Europe as a means of extending French influence, recognising that French and European interests shared much common ground. Through playing a leading role in the European Community (EC), France discovered that it could transcend national limitations and enjoy an amplified role on the world stage, thus retaining more control over its own destiny than geopolitical and historical considerations alone would logically have permitted”.

⁶⁶ No original: “Whereas the French republic is based, in theory, on rationality—the enlightened state engaged in the improvement of the collective destiny of the French people— globalization is inevitably a messy and disorderly process that interferes with the state’s ability to play that role.”

2.1.2. O fim da política externa ideologicamente orientada dos EUA:

O ambiente internacional do fim da Guerra Fria impôs à França, além dos desafios relacionados à globalização, dois desafios fundamentais a sua política africana. O primeiro foi o fim da política externa norte-americana ideologicamente orientada para a contenção da URSS e assim da chancela para atuação francesa no espaço francófono como representante dos interesses capitalistas ocidentais e da relativa exclusividade de atuação francesa na região. O segundo, a crescente presença de outros atores internacionais na zona de influência francesa no continente. Além da crescente presença de democracias industrializadas do norte, houve o crescimento significativo da presença de potências emergentes no espaço africano, em especial após o início do século XXI.

Durante trinta anos a França conseguiu manter sua zona francófona africana relativamente livre da influência das duas superpotências da Guerra Fria, e também relativamente livre da presença de outras grandes potências e potências intermediárias. Por meio da chancela norte-americana para lidar com questões envolvendo seu espaço de influência africano, a França conseguiu se manter como o principal potência em sua zona de influência africana. Mesmo com seu discurso anticolonial, os Estados Unidos assistiram com apreensão o fim do jugo colonial europeu no continente africano, em especial devido a questões estratégicas envolvendo a balança de poder internacional que vigorava na ocasião. Como aponta Chazan et al. (1999), a África foi historicamente um espaço de pouca prioridade para os Estados Unidos e especialmente no momento da descolonização, os Estados Unidos, assim como a União Soviética, sabiam pouco sobre o espaço africano.

A contenção da influência soviética e o controle da proliferação de regimes radicais no continente africano foram a espinha dorsal da atuação norte-americana no espaço africano durante a Guerra Fria. A pouca experiência norte-americana em lidar com questões relacionadas ao espaço africano foi um fator preponderante para a permanência dos estreitos laços entre França e suas ex-colônias, uma vez que esta atuou como um aliado ocidental na África, tendo assim ampla liberdade para lidar com questões que envolviam sua zona de influência. Como aponta Schraeder (2000),

Enquanto os Estados Unidos e a França perseguiram interesses de política externa fundamentalmente diferentes, porém complementares – ideológicos pelos EUA e culturais e econômicos pela França- a África francófona permaneceu como o beneficiária de um regime complementar da Guerra Fria em que as relações

EUA-França tendiam a ser balanceadas, cooperativas e previsíveis. Independentemente da França ser governada pelos partidários conservadores de Charles de Gaulle ou pelo socialista François Mitterrand, os tomadores de decisão franceses previsivelmente reivindicavam que os laços históricos e a proximidade geográfica justificavam a localização da África francófona na esfera de influência francesa. A premissa implícita que se refere a versão francesa da Doutrina Monroe em que a África francófona constitui o *chasse gardée*⁶⁷ (campo de caça privado) francês e por isso permaneceu fora do alcance de outras grande potências, independentemente do fato de serem “amigos”, como os Estados Unidos e outras democracias industrializadas do Norte, ou inimigos, como a antiga União Soviética e outras potências “radicais” (SCHRAEDER, 2000, p. 398-399, tradução nossa⁶⁸).

No entanto, o fim da Guerra Fria representou também o fim da atuação ideologicamente orientada para a contenção da influência da URSS no espaço africano adotada pelos EUA e a perda da importância estratégica do continente. Sem a necessidade de conter a expansão do bloco soviético ou regimes radicais no continente africano, o fiel da balança do conflito bipolar, este espaço perdeu parte considerável da sua importância estratégica que foi redirecionada a outras regiões, em especial a porção leste e central do continente europeu, devido os preparativos para a admissão dos países integrantes do antigo bloco comunista na União Europeia (CHAFER, 2008) e aos intensos conflitos nos balcãs. Esta perda de importância estratégica do continente africano se estende durante grande parte da década de 1990 e o continente permaneceu na periferia dos interesses estratégicos das grande potências ocidentais durante a maior parte dos anos 1990, rompendo esta indiferença apenas por questões securitárias ou humanitárias decorrente das graves crises políticas, conflitos internos, genocídios e epidemias que demandavam posicionamentos de organizações multilaterais internacionais.

⁶⁷ A expressão “*Chasse gardée*” é comumente encontrada na literatura sobre relações franco-africanas e pode se referir tanto ao espaço geoestratégico da zona francófona africana, quanto à questão institucional da competência quase exclusiva do Presidente da República e do seu Conselheiro para Assuntos Africanos na definição da política externa francesa para a África. Cabe ressaltar que esta expressão não é exclusivamente utilizada para tratar sobre as relações Franco-Africanas. Não raramente esta expressão é encontrada na literatura para se referir a algum outro espaço geográfico dominado ou sob forte influência de outro ator, por exemplo, a América Latina como um *chasse gardée* dos Estados Unidos da América.

⁶⁸ No original: “As long as the United States and France were pursuing fundamentally different but complementary foreign policy interests-ideology for the United States and culture and economics for France-francophone Africa remained the beneficiary of a complementary cold war regime in which U.S.-French relations tended to be balanced, cooperative, and predictable. Regardless of whether France was led by the conservative partisans of Charles de Gaulle or the socialists of François Mitterrand, French policy makers predictably claimed that historical links and geographical proximity justified placing francophone Africa within France's sphere of influence. The implicit assumption of what is referred to as the French version of the Monroe Doctrine is that francophone Africa constituted France's *chasse gardée* (private hunting ground) and therefore remained off limits to other great powers, regardless of whether they were "friends," such as the United States and the other northern industrialized democracies, or "enemies," such as the former Soviet Union and other "radical" powers.”

Ainda que muito tenha se falado sobre os emergentes e sua cooperação sul-sul com o continente africano, assunto abordado adiante, a crescente presença de aliados franceses em sua zona de influência mostra-se o verdadeiro desafio à atual política africana francesa.

Em termos comerciais, o volume de comércio entre os Estados Unidos e os países do CEMAC [Central Africa Economic and Monetary Community] em 2010 mostra que os Estados Unidos superou não apenas a China, mas também os 27 países da União Europeia (incluindo a França). E possui como importantes parceiros comerciais na região: Congo (2.544,2 milhões de euros), Gabão (1.751,8 milhões de euros), Guiné Equatorial (1.798 milhões de euros) e Chade (1.516,7 milhões de euros). Apenas Camarões (329,7 milhões de euros em 2010) e República Centro Africana (12,5 milhões de euros) são exceções. A posição dos Estados Unidos também é notória do ponto de vista da coabitação militar com a França no Djibouti, com a crescente influência na região dos Grandes Lagos, previamente dominada pelos franceses. No campo cultural, a jovem elite francófona prefere o estilo americano e são atraídos pela América do Norte. De fato, um grande número de africanos francófonos formados na França ou Bélgica estão se mudando para os Estados Unidos ou Canadá (Québec). Como Achille Mbembe coloca, “Fundamentalmente, a França está perdendo uma grande parte da influência cultural que possuía sobre a elite africana. (...) Os Estados Unidos são os principais beneficiários dessa mudança” (MBABIA, 2014, p. 31, tradução nossa⁶⁹).

Como revela o relatório “More than humanitarianism: a strategic U.S. approach toward Africa” publicado pelo Council on Foreign Relations em 2006, no início dos anos 2000, o continente africano saiu da periferia dos interesses estratégicos dos EUA para ocupar uma posição de maior centralidade, tanto para os interesses dos Estado Unidos quanto para o resto do mundo, superando o interesse humanitário dispensado por estes em décadas anteriores. Dentre os pontos centrais da política americana para a África analisada no relatório estão o combate ao terrorismo, o combate a AIDS e a questão energética. De acordo com Sombra Saraiva,

O título da estratégia norte- americana [more than humanitarianism] fala por si, ao lançar as bases conceituais para a ação dos norte-americanos para as próximas décadas. Pragmatismo mais que humanitarismo, disputa por recursos minerais, ampliação da diversificação no campo da energia, cooperação com os governos democráticos e ocupação de espaços na luta contra o terrorismo são as linhas gerais de trabalho para os próximos 20 anos dos Estados Unidos na África. Querem disputar a

⁶⁹ No original: In commercial terms, the value of trade between the United States and the countries of the CEMAC in 2010 shows that the US topped not only China but also the 27 European Union countries (including France). And has as important commercial partners there: Congo (2 544.2 million euro), Gabon (1 751.8 million euro), Equatorial Guinea (1 798 million euro) and Chad (1 516.7 million euro). Only Cameroon (329.7 million euro in 2010) and CAR (12.5 million euro) are exceptions. The US position is also visible through a military cohabitation with France in Djibouti, with an increased influence in the Great Lakes region previously dominated by France. In the cultural field, young Francophone elite prefer the American way and are attracted by North America. As a matter of fact, large numbers of Francophone Africans trained in France or Belgium are moving to the US or Canada (Quebec). As Achille Mbembe put it, “More fundamentally. France is losing a large part of the cultural influence it once had on African elite. (...) The United States is clearly the principal beneficiary of this defection.”.

partilha com as ex-metrópoles, particularmente Inglaterra e França, mas sobretudo querem enfrentar a potência do dragão oriental (SOMBRA SARAIVA, 2008, pg. 97).

O novo posicionamento norte-americano, cada vez mais rivalizado ao francês, é significativo para compreender a nova dinâmica de poder na região, especialmente após o fim da Guerra Fria. Esta por sua vez foi substituída pela “paz fria” em que as grandes potências lutam pela supremacia econômica no ambiente econômico altamente competitivo do início do novo milênio (SCHRAEDER, 2000). Além da competição econômica no início do século XXI, após os atentados de 11 de setembro de 2001, o espaço africano passou a ser securitizado pelos EUA dentro da lógica da guerra contra o terror da Doutrina Bush, em especial as regiões do Sahel, Golfo da Guiné e o Chifre da África.

2.1.3. A “Guerra ao Terror” estadunidense e a securitização do espaço africano:

Se durante a maior parte dos anos 1990 o continente africano encontrava-se na periferia dos interesses estratégicos dos Estados Unidos, esta situação é modificada após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 e o lançamento da iniciativa norte-americana de “Guerra ao Terror”, também conhecida como Doutrina Bush. Durante a primeira década do século XXI a Guerra ao Terror se torna o ponto central da política externa norte-americana, assim como o anticomunismo o tinha sido durante o conflito bipolar. Durante os primeiros anos da década de 2000, viu-se uma crescente militarização da política externa norte-americana e a securitização de diversos espaços geoestratégicos como a África e Oriente Médio sob a chancela do combate ao “Terrorismo Islâmico” e dos riscos que este impunha à segurança dos Estados Unidos.

Desde o 11 de setembro não há dúvidas que o combate ao terrorismo internacional tem sido constantemente uma prioridade para os diferentes governos norte-americanos. Com relação à África, os Estados falidos e grandes espaços sem governo atraíram mais atenção de Washington, uma vez que de acordo com as análises estes espaços poderiam ser potenciais hospedeiros de grupos terroristas e [funcionarem como] campos de treinamento para terroristas (OLSEN, 2017, p. 6, tradução nossa⁷⁰).

⁷⁰ No original: Since September 11 there is not much doubt that the fight against international terrorism constantly has been a high priority of the different American administrations. In relation to Africa, the failed states and the large ungoverned spaces attracted much attention from Washington (Schraeder 2011; Ploch 2010) because of the analysis that these areas potentially could host terrorists and terrorists training camps.

O primeiro frente de securitização do espaço africano no contexto da Guerra ao Terror foi a região do Chifre da África e a África Oriental com o estabelecimento da base norte-americana no Camp Lemonnier, Djibouti, e da “Combined Joint task Force- Horn of Africa” (CJTF-HOA) em 2002 com o objetivo de “descobrir e destruir redes terroristas internacionais no Chifre da África, África Oriental, Iêmen e em ilhas adjacentes no Oceano Índico” (SCHMIDT, 2013, p. 215, tradução nossa⁷¹). No ano seguinte uma nova iniciativa norte-americana foi lançada na região, a “East Africa Counterterrorism Initiative (EACTI)

[A East Africa Counterterrorism Initiative foi] Um programa de US\$ 100 milhões para combater atividades terroristas no Quênia, Tanzânia, Uganda, Eritrêia, Etiópia e Djibouti. Pessoal desses países foram treinados em segurança de fronteiras, costeira e de aviação além de trabalho de polícia em geral. o EACTI também estabeleceu programas para impedir a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo, bem como programas de educação para reduzir o apelo de ideologias extremistas (SCHMIDT, 2013, p. 2015-2016, tradução nossa⁷²).

No entanto, as iniciativas de securitização do espaço africano não ficaram contidas à região do Chifre e África Oriental. Também em 2002 o governo Bush lançou o “Pan Sahel Initiative (PSI)” com foco na região Sahelina e do Golfo da Guiné, centro da zona de influência francesa no continente.

Em 2005, o programa PSI foi expandido e transformado na iniciativa interagência de cinco anos de duração “TransSahara Counterterrorism Initiative (TSCTI). Assim como seu correspondente na África Oriental, a missão TSCTI era para ajudar países com grandes populações muçulmanas reduzir a proliferação de ideologias extremistas e o apelo do terrorismo estendendo ajuda aos descontentes. O programa militar do TSCTI, “Operation Enduring Freedom -Trans Sahara (OEFTS), proveu equipamentos, suporte logístico e treinamento em controle de fronteiras, capacidade de respostas rápidas e prevenção ao terrorismo (SCHMIDT, 2013, p. 216, tradução nossa⁷³).

No entanto, é com a criação do AFRICOM em 2008, o comando responsável especificamente pelo continente africano, que o continente se consolida como espaço

⁷¹ No original: “[CJTF-HOA’s] mission was to discover and destroy international terrorist networks in the Horn, East Africa, Yemen, and adjacent Indian Ocean islands.”

⁷²No original: “ a \$100 million program to combat terrorist activities in Kenya, Tanzania, Uganda, Eritrea, Ethiopia, and Djibouti. Personnel from these countries were trained in border, coastal, and aviation security and in general police work. EACTI also established programs to thwart money laundering and terrorist financing, as well as education programs to undermine the appeal of extremist ideologies.”

⁷³ No original: In 2005, the PSI program was extended and transformed into the five-year interagency TransSahara Counterterrorism Initiative (TSCTI). Like its counterpart in East Africa, TSCTI’s mission was to help countries with large Muslim populations curtail the proliferation of extremist ideologies and the appeal of terrorism by extending aid to the disaffected. TSCTI’s military program, Operation Enduring Freedom–Trans Sahara (OEFTS), provided equipment, logistical support, and training to regional forces in border control, rapid response capabilities, and terrorism prevention.

estratégico para os EUA. Para entender a importância estratégica do estabelecimento do AFRICOM, precisamos entender a lógica adotada pelo Pentágono. De acordo com Mcfate (2007), o Pentágono divide o mundo em “Unified Combatant Commands (COCOMs)”, os “*Unified Commands*”, cada comando é responsável por uma área designada e é o responsável por “coordenar, integrar e administrar todos os ativos e operações do Departamento de Defesa em suas áreas de responsabilidade designada” (MCFATE, 2007, p. 111, tradução nossa⁷⁴)

Segundo o mesmo autor, existem dois tipos de “*Unified Commands*”, os responsáveis por territórios e os responsáveis por funções. Os comandos territoriais são responsáveis por espaços geográficos definidos, enquanto os comandos de função são responsáveis pelo desempenho de responsabilidades transregionais ao redor do globo (PLOCH, 2010). Como exemplo de Comando territorial tem-se o “Southern Command (SOUTHCOM)”, responsável pela América Central e do Sul e como exemplo do Comando de função tem-se o “Special Operations Command (SOCOM)” responsável pelas operações especiais norte-americanas no exterior. Atualmente existem seis comandos territoriais e 4 funcionais. Tendo sido concebidos como forma de coordenar as ações norte-americanas para a contenção da União Soviética durante a Guerra Fria, os “*Unified Commands*” são liderados por um General quatro estrelas e suas unidades conjuntas, envolvendo o exército, a marinha, a força aérea e os fuzileiros navais (MCFATE, 2007; PLOCH, 2010).

Até o estabelecimento do AFRICOM em 2008, o espaço africano estava dividido entre três *Unified Commands*: o European Command (EUCOM), Central Command (CENTCOM) e Pacific Command (PACOM). A ausência de um comando específico para o espaço africano pode ser relacionada à pouca prioridade estratégica dada ao continente pelos EUA durante o período da Guerra Fria e no imediato pós-Guerra Fria (MCFATE, 2007; PLOCH, 2010). Esta pouca prioridade estratégica atribuída ao continente africano durante a Guerra Fria pode estar relacionada à chancela norte-americana para que as antigas potências coloniais, principalmente a França, lidassem com questões africanas. Portanto, a criação do Africom pode ser entendida como a revogação da postura norte-americana de delegar aos europeus as questões africanas e passa a engajar diretamente sua presença militar na região.

⁷⁴ No original: “[is responsible] for coordinating, integrating and managing all Department of Defense (DoD) assets and operations in its designated area of responsibility.”

Assim, a criação deste comando se dá com o objetivo estratégico de

Trabalhar com os parceiros africanos para ajudar a fortalecer a estabilidade e a segurança na região por meio do aperfeiçoamento das capacidades de segurança e da profissionalização dos militares. Um aspecto central da missão do Comando é o seu papel de suporte para os esforços de outras agências e departamentos no continente, mas como outros comandos de combate espera-se que o AFRICOM desempenhe operações militares, quando direcionadas, para conter agressões e responder a crises (PLOCH, 2010, p. 1, tradução nossa⁷⁵)

Segundo Ploch (2010), existe no AFRICOM um fator de diferenciação em relação aos tradicionais comando territoriais. De acordo com a autora, além de desempenhar as funções tradicionais de um comando territorial, como facilitar ou executar operações militares, há no AFRICOM um fator de soft power com a incorporação de uma vasta gama de agências civis do governo norte-americano objetivando a construção de um ambiente de segurança estável e por esta razão alguns oficiais do Departamento de Defesa norte-americano referem-se ao AFRICOM como um “Command plus”.

No entanto, os interesses estadunidenses na região do Sahel e na porção ocidental e central do continente africano não está restrito a questões securitárias. Como aponta González (2018), o Golfo Pérsico e a Arábia Saudita, grandes fornecedores de petróleo para os Estados Unidos, têm apresentado um declínio em sua produção petroleira nos últimos anos. Além disso, a região passa por momentos de tensão e insegurança o que teria aumentado a busca por parte dos Estados Unidos de novos fornecedores de petróleo. Ainda que o continente africano também enfrente focos de instabilidade no Sahel e na porção ocidental do continente, estes focos de instabilidade não afetam as zonas produtoras de petróleo, localizadas principalmente na Costa Atlântica. Assim, ainda de acordo com González (2018), o AFRICOM cumpriria a dupla função de combater o terrorismo islâmico na região e também garantir os interesses econômicos e militares estadunidenses na região.

O explícito e crescente envolvimento norte-americano no continente africano demonstra a mudança no perfil da interação das políticas externas estadunidense e francesa.

⁷⁵ No original: “ By working with the African partners to help strengthen stability and security in the region through improved security capability and military professionalization. A key aspect of the command’s mission is its supporting role to the other agencies’ and departments’ efforts on the continent. But like other combatant command, AFRICOM is expected to oversee military operations, when directed, to deter aggression and respond to crises. ”

Se, como demonstrado no capítulo anterior, estas políticas outrora possuíam um caráter complementar, hoje possuem um caráter competitivo, ainda que não opostos.

2.1.4. Os novos atores

Se durante a maior parte dos anos 1990 o continente africano foi visto como espaço de atuação humanitária e com pouco valor estratégico, esta situação é revertida no início do século XXI com o crescimento do valor estratégico do continente e com a reformulação da política africana de diversos países. De acordo com Mangala (2010, p.8-10), há pelo menos seis fatores fundamentais para esta mudança do status internacional do continente africano. Em primeiro lugar, o autor aponta as significativas transformações econômicas, institucionais e políticas que ajudaram a combater a ideia do “afro-pessimismo” típico dos anos 1990; em segundo lugar, a crescente demanda por recursos energéticos e naturais africanos; em terceiro, a securitização do espaço africano no contexto da “Guerra ao Terror” por parte dos Estados Unidos e países membro da União Europeia; em quarto, a crescente importância do continente nas estruturas de governança global e da importância da garantia do apoio africano para avanço de agendas globais, em especial em negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), já que o continente africano representa quarenta por cento dos membros da organização; em quinto, o autor destaca a importância de questões demográficas e sociais decorrentes da diáspora e da interação entre normas socioculturais africanas e estrangeiras; sexto, a redefinição da política africana de grandes e médias potências que é, em grande parte, uma reação à crescente presença chinesa no continente.

Dentre os emergentes, a presença chinesa possui especial relevância. O impressionante crescimento econômico chinês nas últimas décadas bem como sua nova postura em relação à política externa, muito mais internacionalizada em contraposição a sua posição outrora isolacionista, tem transformado a China em um ator com expressivo peso internacional.

Com a crescente interdependência econômica entre a China e a África, Pequim percebeu um ambiente internacional pacífico não apenas como necessidade econômica, mas também como um atraente objetivo de política externa e assim sendo, os Estados Unidos e a China compartilham interesses básicos. Pequim possui um interesse político-estratégico em fazer aliados na África com o objetivo de fortalecer o bloco africano de votação na ONU possuindo um grupo de países que compartilhem

suas mesmas opiniões, desafiando a dominância internacional dos Estados Unidos e do Ocidente (OLSEN, 2017, p. 5, tradução nossa⁷⁶).

Sendo, desde 2010, a segunda maior economia do mundo, a China vem muito rapidamente formando novos eixos de relacionamento onde as parcerias são consolidadas muito além das trocas comerciais ou investimentos. Contando com importação de valores culturais e principalmente, com um modelo de desenvolvimento alternativo “Made in Beijing”, o governo chinês se propõem oferecer uma via de desenvolvimento alternativa ao modelo ocidental proposto por Washington.

Ao apresentar o seu modelo de desenvolvimento econômico, dissociado da democratização política, como uma solução viável nas regiões onde o modelo ocidental não tem apresentado os resultados esperados, e posicionando-se como um parceiro e não como um guia que dita as regras do relacionamento, a China constitui uma alternativa aos doadores ocidentais na África e na América Latina (MENDES, 2010, p. 39).

Com uma estratégia explícita que envolve a) exportação para a África do modelo chinês de tratamentos dos temas da agenda internacional, apresentando-se como uma representante natural dos países em desenvolvimento; b) exportação dos bens industriais e armas e importação de produtos primários; c) exploração de todas as fontes possíveis e necessárias de recursos minerais, estratégicos e de energia que garanta a sustentabilidade do seu crescimento econômico, (SOMBRA SARAIVA, 2008, p.97) a China tem superando sucessivamente diversas potências europeias, representando hoje um dos principais parceiros comerciais e um importante investidor no continente. No campo multilateral, a iniciativa do Fórum China-África de Cooperação (FOCAC), representa uma importante ferramenta de aproximação e construção de laços entre a potência asiática e o continente africano.

O Fórum de Cooperação Sino-Africano é, oficialmente, uma plataforma de consultas e diálogos coletivos entre a China e os "países africanos amigos". Apresenta-se como uma estrutura de colaboração igualitária entre os países que sofreram os danos do colonialismo e que querem se inserir, na continuidade do espírito de Bandung, a base do movimento dos Não-Alinhados. Nessa linha, o Fórum se reúne com o objetivo de "combater juntos a

⁷⁶ No original: “With the increasing economic interdependency between China and Africa, Beijing perceives a peaceful international environment not only an economic necessity but also an attractive foreign policy goal (Zengyu and Taylor 2011: 150–151; Lei 2011: 346ff) and as such, the USA and China share basic interests. Beijing has a political–strategic interest in making allies in Africa with the aim to strengthen the African voting bloc within the UN having a group of likeminded countries challenging the global dominance of the USA and the West”

hegemonia e a dominação ocidentais" e estabelecer "uma nova ordem mundial" (GAZIBO e MBABIA, 2012)

Carbone (2011) argumenta que a crescente presença chinesa na África após o primeiro FOCAC e o lançamento da Política Africana da China em 2006 consolidaram o entendimento de que o relacionamento entre a potência asiática e o continente africano iam além de oportunidades de negócio e cooperação para o desenvolvimento.

O interesse chinês na África certamente é orientado por interesses econômicos, com o objetivo de assegurar matérias-primas, ter acesso a recursos energéticos e encontrar mercado para seus produtos manufaturados. Isto, no entanto, possui uma importante dimensão política. Por se apresentar como o maior país em desenvolvimento do mundo, a China não apenas consegue projetar uma identidade de ser um ator pós-colonial, próximo às necessidades dos países em desenvolvimento, mas também busca ativamente conquistar o apoio africano para um modelo alternativo de desenvolvimento. Segundo, em consonância com a lógica de sua política externa, a China tem perseguido a política de não interferência em direitos humanos e governança democrática. Isto significa uma rejeição a qualquer tipo de condicionalidade (exceto a política da “Uma China⁷⁷”). Isso, no entanto, tem atraído grande criticismo por conta das consequências (não intencionais) de apoiar regimes não-democráticos. (CARBONE, 2011, p.207, tradução nossa⁷⁸)

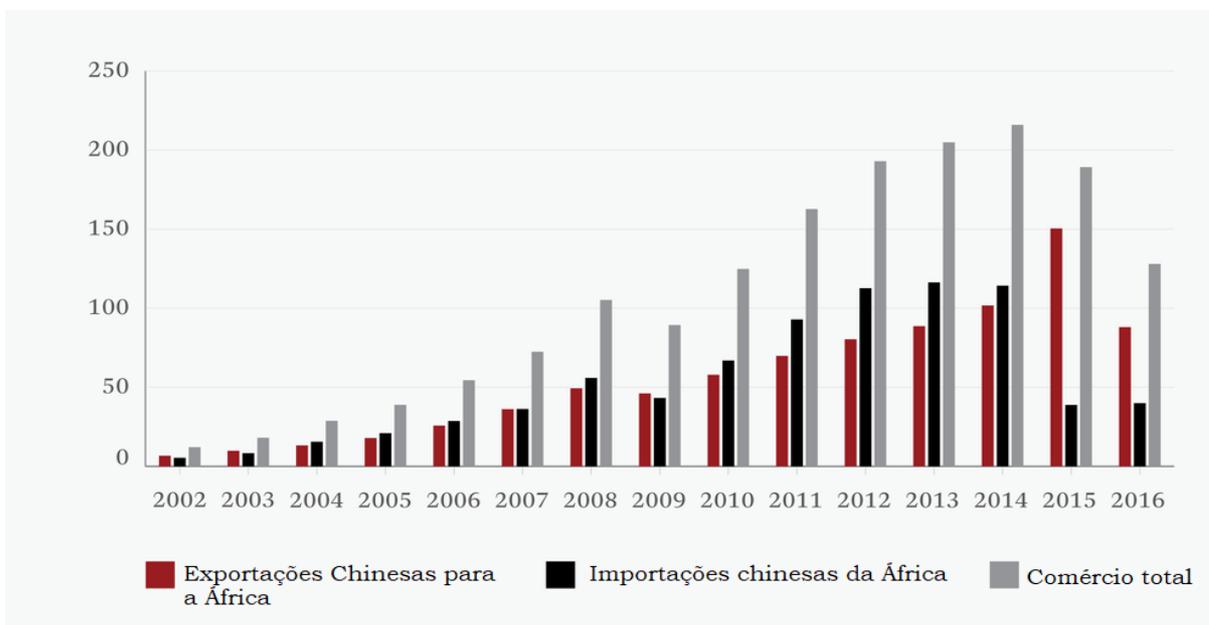
De acordo com dados da United States International Trade Commission (USITC), o comércio bilateral entre a China e a África cresceu a uma média anual de 30%, passando de US\$10.8 bilhões em 2001 para US\$150.3 bilhões em 2011 (GAMACHE, HAMMER E JONES, 2013). Enquanto as exportações chinesas para a África são compostas majoritariamente de equipamentos de comunicação, maquinário, eletrônicos e veículos, a China importa basicamente recursos naturais com petróleo, ferro e outros minérios/concentrados e cobre para abastecer suas indústrias. Ainda de acordo com o mesmo órgão norte-americano, os principais exportadores de petróleo para a China (segundo maior importador de petróleo do mundo, atrás apenas dos EUA) são Angola, Sudão, República do Congo, Líbia, Argélia e Nigéria, representando 90% das importações de petróleo africano da

⁷⁷ A política da Uma China (One China Policy), diz respeito ao não reconhecimento de Taiwan como uma província independente, assumindo assim a existência de um único governo e único país, a China.

⁷⁸ No original: “First, China’s interest in Africa has certainly been driven by economic interests, with the aim of securing raw materials, gaining access to energy sources and finding a market for its manufactured goods. It has had, moreover, an important political dimension. By presenting itself as ‘the largest developing country in the world’, not only has China been able to project an identity of being a post-colonial actor, closer to the needs of developing countries, but it has also actively sought to gain African support for an alternative development model. Second, in line with the logics of its foreign policy, China has pursued a policy of non-interference in human rights and democratic governance. This has meant a rejection of any type of conditionality (except the ‘One China’ policy). This, however, has attracted wide criticism because of its (unintended) consequences, that of supporting undemocratic regimes.”

China. A China também é responsável por um grande volume de investimento no setor petrolífero da Nigéria, Sudão, Angola, Egito, Chade e Níger (GAMACHE, HAMMER E JONES, 2013).

Gráfico 2. Comércio China-África (em bilhões de dólares):



Fonte: CHINA-AFRICA RESEARCH INITIATIVE, dez.17⁷⁹.

As relações sino-africanas têm passado por um considerável salto qualitativo impulsionado pela grande demanda chinesa por matérias-primas energéticas, em especial o petróleo, mercado consumidor para escoar sua enorme produção, matérias-primas para suas indústrias e fonte de alimento para sua população, além de ser destino de investimentos, ajuda e obras de infraestrutura e apoio político (VISENTINI, 2013).

É inegável, contudo, que a maioria dos Estados africanos têm sido rápidos em suas respostas à China e têm conseguido concluir acordos nas mais diversas áreas, que vão desde a formação de profissionais até a construção de ampla infraestrutura, passando, obviamente, pelo setor de petróleo e recursos naturais. Os investimentos feitos por Pequim em educação, infraestrutura de capacitação, por exemplo, são interpretados como uma prova da intenção chinesa de estabelecer uma ligação duradoura com o continente africano, e não de manter uma relação apenas de exploração conjuntural de seus recursos naturais (VISENTINI, 2013, p. 13).

⁷⁹ Disponível em: <http://www.sais-cari.org/data-china-africa-trade/>

Mesmo sendo um grande competidor no campo econômico, a crescente presença econômica chinesa no continente é ambígua para os interesses franceses. De acordo com Melly e Darracq (2013), a África precisa de um grande volume de Investimentos Diretos Externos (IDE), especialmente em setores como infraestrutura, e, em um contexto em que os países ocidentais tradicionalmente presentes no continente encontram-se em dificuldades econômicas devido aos efeitos da crise internacional de 2008, os emergentes representam uma importante fonte de IDE.

Setores de negócios franceses com grande presença no continente africano como telecomunicações, operação de portos, transporte aéreo e ferroviário são diretamente beneficiados pela presença dos emergentes, em especial na porção subsaariana do continente, devido ao volume de negócios e serviços promovido por eles. Outros setores como construção civil e indústria automobilística são negativamente impactados pela presença dos emergentes já que não conseguem ser mais competitivas e oferecerem preços mais baixos do que os oferecidos por empresas chinesas (MELLY e DARRACQ, 2013).

Além das transformações econômicas, a presença chinesa tem causado transformações sociais importantes no continente africano. Os produtos manufaturados chineses com preços mais competitivos do que os fornecidos por países ocidentais gerou possibilidade de consumo para uma grande fatia da população africana que ficava à margem do mercado consumidor. Esta inserção econômica de grupos que estavam à margem do mercado consumidor contribuiu para dinamização das economias locais. A cooperação técnica fornecida pela China também tem causado impactos sociais no continente africano, uma vez que cria alternativas ao conhecimento disponibilizado por países ocidentais, em especial a França.

As potências emergentes como a China, Índia, Brasil, Turquia e os países do Golfo do Oriente Médio aumentaram seus envolvimento econômico com a África durante a primeira década do século XXI. Apesar desses países inicialmente desempenharem apenas pequenos papéis militares e diplomáticos, suas presenças deram aos Estados africanos mais flexibilidade e oportunidade de formarem alianças internacionais. (SCHMIDT, 2013, p. 221, tradução nossa⁸⁰).

⁸⁰ No original: “emerging powers such as China, India, Brazil, Turkey, and the Middle Eastern Gulf states increased their economic involvement in Africa during the first decade of the twenty-first century. Although these countries initially played only limited diplomatic and military roles, their presence gave African states more flexibility and opportunity in forming international alliances.”

Menos discutida, mas igualmente crescente, a presença indiana no continente africano também é um ponto a ser considerado. Pham (2010) destaca que as relações indo-africanas remetem a tempos ancestrais, antes mesmo da era cristã. No entanto, estes contatos diminuíram consideravelmente durante o colonialismo europeu que colocou sob o seu jugo tanto o continente africano quanto a Índia. Um novo período de aproximação ocorreu durante as lutas de libertação nacionais africanas e indiana e especialmente durante os primeiros anos após a Conferência de Bandung⁸¹ e a criação do Movimento Não-alinhados. Após sua independência, a Índia passou a se apresentar no sistema internacional como uma campeã na luta contra o colonialismo e racismo, e utilizou os países afro-asiáticos como principal área de atuação política e diplomática (NAIDU, 2009; TAYLOR, 2010).

Outro ponto relevante é a significativa presença de indianos no continente africano. Esta comunidade originada pela diáspora indiana dentro do império britânico ocupou principalmente porção austral e oriental do continente africano. Muitas vezes levada como mão-de-obra barata, a comunidade da diáspora indiana logo assumiu o importante papel de pequenos comerciantes e pequenas indústrias, atuando como uma classe intermediária entre o poder europeu e as populações locais (NAIDU, 2009; VISENTINI, 2013).

Com o fim da Guerra Fria, a Índia buscou reinventar e rejuvenescer seu relacionamento com o continente africano. Em princípio, o relacionamento indo-africano é baseado em um campo moral por terem compartilhado a experiência histórica do colonialismo. De acordo com a burocracia, a atual política africana da Índia é alinhada com a confluência de interesses em torno da justiça no sistema internacional objetivada pelo incremento de suas respectivas posições internacionais para promover uma nova ordem internacional (NAIDU, 2009), e também para o fortalecimento da cooperação Sul-Sul e do multilateralismo (VISENTINI, 2013). A crescente presença indiana no continente africano também está relacionada a interesses geoestratégicos de nível regional. A Índia tem buscado a conter da presença chinesa no Indian Ocean Rim e competir com a potência asiática por

⁸¹ A Conferência de Bandung foi uma reunião de 29 países asiáticos e africanos recém independentes na cidade de Bandung, Indonésia, entre os dias 18 e 24 de Abril de 1955. A conferência tinha como objetivo de mapear o futuro de uma nova força política global (Terceiro Mundo), visando a promoção da cooperação econômica e cultural afro-asiática, como forma de oposição ao que era considerado colonialismo ou neocolonialismo, por parte dos Estados Unidos e da União Soviética, dando origem ao Movimento Não Alinhado.

mercados consumidores e fornecedores de matérias-primas para abastecerem suas economias pujantes (VISENTINI,2013).

Como parte do seu comprometimento com o multilateralismo, a Índia tem enfatizado seu comprometimento com o estabelecimento de uma nova ordem internacional cooperativa e com os interesses compartilhados pelo sul global em combater a desigualdade, se colocando como uma porta-voz da região (TAYLOR, 2010). Apesar do aparente viés idealista da política diplomática indiana, sua atual política está muito mais orientada para a consecução de interesses nacionais, principalmente econômicos. Hoje em dia a Índia se apresenta para os países africanos como um fornecedor de maquinário, produtos farmacêuticos, plástico, equipamentos de transporte, dentre outros, como um preço muito mais atrativo do que os oferecidos por potências ocidentais (TAYLOR, 2010).

O início do século XXI também marcou um período de intenso crescimento econômico indiano. Sendo a sétima maior economia do mundo em 2017 (IPRI-FUNAG, 2017) e com taxa de crescimento de 6.62% no mesmo ano (THE WORLD BANK. 2018), a Índia se consolida como um importante ator econômico. Com um crescimento econômico e demográfico vigoroso e demanda crescente por matéria-prima e gêneros alimentícios, a Índia tem encontrado no continente africano uma importante fonte de recursos.

Devemos notar, no entanto, que diferentemente da China e outros países que competem pelo acesso aos recursos de petróleo africano, a Índia tem enfatizado que ela não está interessada em apenas comprar o petróleo africano, mas em participar de todas as fases de produção, refino, armazenamento e transporte. Hidrocarbonetos não são os únicos recursos naturais visados pela crescente economia indiana. Vedanta Resources, um conglomerado de capital aberto do ramo de metais fundado em Mumbai em 1976, investiu mais de \$750 milhões de dólares em minas de cobre na Zâmbia, enquanto a Libéria firmou um acordo de 25 anos com a Arcelor Mittal para lançar o projeto de 1 bilhão de dólares da mina de minério de ferro que provavelmente irá empregar 20.000 [trabalhadores] e com previsão de começar a exportar ano que vem após a companhia restaurar as linhas férreas danificadas durante a longa guerra civil do país. No Senegal, um grupo público-privado indiano tem investido \$250 milhões de dólares em troca da participação em uma empresa do período colonial, as Indústrias Químicas do Senegal, com minas de fosfato de rocha e estrutura para produzir ácido fosfórico usado na agricultura. Empresas indianas também começaram a ver na África a possível solução para o problema de segurança alimentar de seu país, já que terras agricultáveis foram usadas para urbanização e industrialização. Há poucos anos atrás, por exemplo, duas empresas indianas, Ms Mashuli Gashmani Ltd e Angelique, investiram o total de \$12 milhões de dólares em Uganda para estabelecer, respectivamente, a pesca comercial de camarão e desenvolvimento de aquicultura. Uganda tem se tornado principal receptor de investimentos indianos em agricultura. No final de 2009, Jay Shree Tea & Industries, parte do B.K Birla, grupo de companhias que possuem cultivos extensivos de chá em Assam, Darjeeling, Jalpaiguri, Uttar Dinajpur e Tamil Nadu, anunciou sua primeira aquisição estrangeira em Uganda, bem como planos de se estabelecer no Quênia. Este tipo de

empreendimento indubitavelmente irá se proliferar a medida que a Índia, cujo nível de ingestão diária de calorias por pessoa continua inferior a 2500 kcal e com perspectiva de crescimento de sua população a taxa de 1% ao ano pelos próximos trinta anos, superar a China como a líder mundial em demanda por produtos agrícolas (PHAM, 2010, p. 119, tradução nossa⁸²)

O vigoroso crescimento econômico indiano tem demandado enormes quantidades de matérias-primas energéticas e, estando desde os anos 1970 sem descobrir reservas significativas de petróleo, a Índia precisa buscar parceiros que possam fornecer matérias-primas energéticas. É esperado que até 2030 a Índia seja o terceiro maior consumidor de energia do mundo (NAIDU, 2009). O Golfo da Guiné é uma região rica em petróleo e possui um tipo de petróleo apreciado internacionalmente por sua qualidade. Nos últimos anos diversas novas reservas de petróleo foram descobertas fora de zonas de conflitos no continente africano e, aliado à possibilidade de estabelecer parcerias de exploração com empresas estrangeiras em diversos sítios, torna o continente ainda mais atrativo para as empresas indianas (GONZÁLEZ, 2018).

Assim, a presença indiana tem crescido rapidamente em países da zona de influência francesa, como o Gabão e a Costa do Marfim. Além de petróleo, as companhias indianas também estão envolvidas na mineração de urânio no Níger (TAYLOR, 2010), o principal fornecedor de urânio da França, que tem sua matriz energética amplamente baseada na energia nuclear. A presença de diversas potências emergentes no continente africano tem tornado o mercado de matérias-primas, em especial energéticas, crescentemente competitivo, o que

⁸² No original: “It should be noted, however, that unlike China and a number of other countries with which it in competition for access to Africa’s petroleum resources, India has “stressed that it [is] interested not just in buying Africa’s oil but in participating in all phases of oil production, refining, storage, and transport.” Hydrocarbons are not the only natural resources being sought by the growing Indian economy. Vedanta Resources, a publicly traded metals conglomerate founded in Mumbai in 1976, has invested over \$750 million in Zambian copper mines, while Liberia entered into a 25-year deal for Arcelor Mittal to launch a \$1 billion iron ore mining project that will eventually employ 20,000 and is expected to begin exports next year after the company refurbishes train tracks damaged during the West African country’s long civil conflict. In Senegal, a joint public-private Indian group has invested \$250 million in exchange for a stake in colonial era enterprise, Industries Chimiques du Senegal, with rock phosphate mines and plants to produce phosphoric acid used in agriculture. Indian firms are also beginning to see in Africa a possible solution to their country’s food security challenge as formerly agricultural lands are lost to urbanization and industrialization. A few years ago, for example, two Indian firms, MsMashuli Gashmani Ltd. and Angelique, invested a total of \$12million in Uganda to establish, respectively, a commercial prawn fishery and turnkey aquaculture development. Uganda has become something of a favorite for Indian agricultural investment. At the end of 2009, Jay Shree Tea & Industries, a part of the B.K. Birla group of companies that has extensive tea-growing holdings in Assam, Darjeeling, Jalpaiguri, Uttar Dinajpur, and Tamil Nadu, announced plans for its first overseas acquisition in Uganda as well as plans to establish itself in Kenya. Such enterprises like these will undoubtedly proliferate as India, where the average food energy intake per person is still below 2500 kcal and the population is set to grow at an average of over 1 percent per year over the next three decades, overtakes China as the major driver of growth in world demand for agricultural products.”

impacta diretamente os interesses de empresas francesas do setor, que tiveram exclusividade sobre a exploração deste tipo de matéria-prima na região por várias décadas.

Outro ponto a ser destacado nas relações indo-africanas é que a Índia, detentora de uma das maiores forças armadas do mundo, tem participado ativamente de operações de paz no continente africano especialmente após o fim da Guerra Fria. Sendo o terceiro maior provedor de tropas para as operações de *peacekeeping* lideradas pela ONU no continente africano, a Índia tem investido na formação de líderes militares africanos por meio de do oferecimento de treinamentos à militares de diversos países africanos em suas escolas militares, principalmente na National Defense College e na Defense Services Staff College (PHAM, 2010; NAIDU, 2009, TAYLOR, 2010; VISENTINI, 2013).

Pham (2010), destaca ainda o importante papel que a Índia tem desempenhado na promoção da democracia no continente africano, “a história da Índia permite que o seu governo articule uma mensagem anti-extremismo e pró-democracia de credibilidade em lugares que a credibilidade dos EUA e de outras potências ocidentais é bastante limitada” (PHAM, 2010, p.124-125, tradução nossa⁸³). No entanto, como destaca Taylor (2010), a ajuda militar indiana atua como facilitadora para as atividades econômicas indianas no continente e também colocam a Índia em uma posição de destaque, aumentando a sua influência no sistema internacional.

Diante do exposto, podemos concluir que a presença dos países emergentes no continente africano abriu um novo leque de possibilidades de parcerias estratégicas, comerciais e diplomáticas para os Estados africanos, diminuindo sua dependência das tradicionais potências ocidentais e oferecendo caminhos e estratégias de desenvolvimento alternativas às impostas por organizações ocidentais. No entanto, a presença dos emergentes e o seu crescente envolvimento no continente africano deve ser tomada com cautela, uma vez que não anula a influência e a preponderância de potências ocidentais em determinadas áreas da política africana, principalmente nas questões securitárias. Outro ponto relevante a ser destacado é que a presença de emergentes no continente africano não necessariamente leva a

⁸³ No original: “India’s history enables its government to articulate the anti-extremism, pro-democracy message credibly in places where, quite simply, the credibility of the United States and other Western nations is very limited.”

situações de conflito entre as potências emergentes e os tradicionais atores europeus, uma vez que esta interação pode levar a situações de cooperação e coordenação de interesses.

2.2. Fatores Regionais Europeus

O processo de integração regional europeia, aprofundado e consolidado durante os anos 1990, e as consequentes mudanças na política nacional e na atuação dos Estados-membros em decorrência deste processo de integração (usualmente chamado de Europeização), também é um importante aspecto a ser analisado devido o seu impacto na ação política dos Estados-membro. O ponto central da análise dos processos de integração regional - tanto europeus, quanto africanos-, é que estes processos limitam a margem de manobra dos Estados em negociações bilaterais, uma vez que submetem a ação dos Estados-membros à regras comuns definidas pelas organizações regionais, mas, em contrapartida, aumenta o poder de negociação e barganha internacional dos atores em situações que agem em bloco.

O período da Guerra Fria e a iminência de confrontação militar norte-americana e soviética, expunha o continente europeu a ameaça de conflito em seu espaço geográfico e em sua periferia. Esta ameaça iminente levou a construção da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), um sistema de defesa coletiva que buscava a criação de capacidades militares coletivas para proteção e socorro em caso de ataques à Estados-membro por alguma entidade ou Estado não pertencente à Organização. Isto colocou o continente europeu sob o “guarda-chuva” securitário norte-americano. Porém, com o fim da ameaça soviética no início dos anos 1990, os laços que uniam Europa e Estados Unidos em questões securitárias se afrouxam e expõe a pouca capacidade europeia de atuar como um importante ator militar no sistema internacional.

Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos carregaram o fardo da projeção de poder da aliança anti-soviética. A Europa Ocidental se especializou enormemente no bem-estar do continente e em áreas circunvizinhas. A capacidade de projeção de poder da Inglaterra e França reduziu consideravelmente com o fim dos seus impérios. Os Estados Unidos empregaram a capacidade de projeção de poder militar que foi legado da Guerra Fria para proteger sua influência e poder pelo globo. (POSEN, 2006, p.159, tradução nossa⁸⁴)

⁸⁴ No original: “During the Cold War, the United States carried the burden of global power projection for the anti-Soviet alliance. Western Europeans largely specialized in warfare on the continent and in their neighboring

O fim da Guerra Fria e desagregação do bloco soviético trouxe consigo a emergência de graves conflitos na periferia europeia e a pouca vontade dos EUA em lidar com a situação de conflito que irrompeu nos Balcãs, evidenciou para a UE que a construção de capacidade militar comum era uma condição necessária para a garantia de sua autonomia de ação e para a redução dos custos envolvidos na dependência militar em relação à potência norte-americana.

[A] União Europeia está se preparando para lidar autonomamente com problemas securitários na periferia europeia e para ter voz em decisões sobre questões securitárias mais distantes, caso tenham interesse. Isto está acontecendo porque os europeus não acreditam que os Estados Unidos estarão sempre dispostos a lidarem com estes problemas e porque muitos europeus não gostam da maneira com que os Estados Unidos lidam com estes problemas. Eles querem outras opções e eles perceberam que é necessário ter poder militar para ter opções. A UE está balanceando o poder norte-americano, ainda que haja uma baixa percepção por parte dos europeus de uma ameaça direta e iminente por parte dos EUA (POSEN, 2006, p.150-151, tradução nossa⁸⁵).

Neste contexto França assume um papel de liderança na defesa da necessidade de construção de um complexo europeu de segurança, paralelo à OTAN, por meio da criação de capacidades militares regionais e pela criação de uma política de segurança e defesa da União Europeia. Esta iniciativa de construção de capacidade militar e de uma política comum de segurança da UE enfrentou resistência por parte outras potências europeias, em especial da Inglaterra que defendia uma maior aproximação com os Estados Unidos em questões de segurança e defesa. No entanto, a instabilidade prolongada gerada pelos conflitos na porção leste do continente europeu reforçou e evidenciou a necessidade de forças militares autônomas europeias, não necessariamente rivalizadas à OTAN, mas como uma alternativa para a atuação europeia desvinculada dos EUA.

Primeiro, as potências mais capacitadas da União Europeia, especialmente Inglaterra e França, mas também Alemanha e em alguma medida a Itália, deveriam estar no centro do desenvolvimento [da Política de Segurança e Defesa da União Europeia] porque são os únicos membros que poderiam pelo menos cogitar tal esforço. Considerações

seas. British and French power projection capability contracted as they shed their empires. The United States has employed the military power projection capabilities that were its Cold War legacy to project its influence and power across the globe.”

⁸⁵ No original: “the EU is preparing itself to manage autonomously security problems on Europe’s periphery and to have a voice in the settlement of more distant security issues, should they prove of interest. It is doing so because Europeans do not trust the United States to always be there to address these problems and because many Europeans do not like the way the United States addresses these problems. They want another option, and they realize that military power is necessary to have such an option. The EU is balancing U.S. power, regardless of the relatively low European perception of an actual direct and imminent threat emanating from the United States.”

sobre poder e autonomia deveriam constar em suas decisões de apoiar a PSDUE. Segundo, eventos demonstraram o risco da dependência securitária dos EUA foram os eventos que mais estimularam o desenvolvimento da PSDUE. A guerra dos Balcãs foi tal evento e as lições aprendidas foram intimamente relacionadas à PSDUE. Terceiro, as capacidades buscadas deveriam muito mais que entregar presentes aos Estados Unidos; por exemplo, eles deveriam dar esperança de um algum grau de autonomia estratégica genuína. Em particular, os europeus devem procurar sua própria habilidade de comando e controle complexo, operações militares multinacionais além de suas fronteiras e apoiar estas operações com inteligência adequada. (POSEN, 2006, p.164-165, tradução nossa⁸⁶)

A construção de uma política externa comum tem que lidar e conciliar interesses variados de múltiplos atores. Isto pode ser um fator dificultador para tradução de objetivos específicos franceses em objetivos de política externa comum, ou seja a França tem que convencer os outros países membro da UE da relevância da sua pauta e transformar esta pauta específica (francesa) em uma pauta comum regional (europeia). Um exemplo deste tipo de transformação de uma pauta específica em pauta regional é a própria construção de uma capacidade militar comum no âmbito da União Europeia defendida e liderada pela França.

Esta atuação em bloco é especialmente favorável à França por fornecer os instrumentos necessários para que ela possa balancear a hegemonia norte-americana no sistema internacional, o que não seria possível se agisse individualmente, já que sua economia, capacidade militar e capital diplomático não são suficientes para sua projeção como pólo de poder alternativo aos EUA.

Uma Europa unida pode alcançar muito mais influência em negociações internacionais, quer seja em relação a comércio, meio ambiente, segurança alimentar, reforma financeira internacional, política externa, exceção cultural⁸⁷ ou qualquer outro tema. Individualmente, nenhum Estado-membro da União Europeia conseguiria com sucesso contrapor os norte-americanos em qualquer uma dessas áreas, porém a UE -

⁸⁶ No original: “First, the EU’s most capable powers, especially Britain and France, but also Germany and to some extent Italy, should be at the heart of these developments because they are the only members who can even consider such an effort. Considerations of autonomy and power should figure in their decisions to support ESDP. Second, events that demonstrate the risks of security dependence on the United States should be the major proximate events stimulating ESDP developments. The Balkan wars were such events, and their lessons were closely tied to ESDP. Third, the capabilities being sought should do more than merely deliver presents to the United States; for example, they should provide the hope of some degree of genuine strategic autonomy. In particular, Europeans should seek their own ability to command and control complex, multinational military operations beyond their own borders and to support those operations with adequate intelligence.

⁸⁷ Segundo Sophie des Beauvais, “o conceito de ‘Exception Culturelle’ (exceção cultural) foi um termo usado pela primeira vez pela França durante as negociações do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio em 1993. O termo se refere ao fato de bens culturais e serviços não serem tratados como bens regulares em acordos de comércio e na Organização Mundial do Comércio. Este conceito permite os países implementarem barreiras de comércio indiretas, como cotas para difusão de trabalhos artísticos estrangeiros ou oferecer subsídios ao setor cultural local”.

Para mais informações acessar: <https://worldpolicy.org/2014/11/03/france-ending-the-cultural-exception/>

com seu PIB e população igual ou até maior que as do EUA- é capaz de o fazer com crescente sucesso. (MEUNIER, 2004, p.131, tradução nossa⁸⁸)

Ainda que o fato de existir uma política externa comum e uma estrutura regional que molde esta política, limite a atuação bilateral francesa no continente africano, esse não extingue a capacidade do governo francês de estabelecer objetivos de política externa próprios e independentes. Ao mesmo tempo, este tipo de atuação por meio de organizações regionais, funciona como um diluidor de custos políticos e econômicos da presença e do envolvimento francês no continente africano que passou a sofrer maior criticidade após o controverso envolvimento francês na Guerra Civil Ruandesa.

A criação e o aprofundamento da integração na União Europeia também significou o estabelecimento de uma política africana comum da União Europeia envolvendo uma complexa arquitetura institucional que a baliza, tornando as relações entre UE e África mais densas e complexas (MANGALA, 2010). Os acordos entre UE e o continente africano abrangem diversas áreas, como paz e segurança, governança e direitos humanos, migração, comércio e integração regional. Assim como a construção de uma política externa comum, estes acordos e a atuação em bloco da UE em relação a África, atua como um limitador para a atuação francesa na região por ter que conciliar os diversos interesses dos outros membros da UE no estabelecimento dos acordos e a diminui a margem de manobra para atuações bilaterais francesas.

2.3 Fatores regionais africanos

Como discutido anteriormente, período imediatamente posterior ao fim da Guerra Fria representou um significativo declínio para o prestígio e para a posição do continente africano no sistema internacional. Com o fim do conflito bipolar e o posterior desaparecimento da União Soviética, a estratégia de atuação internacional ideologicamente orientada para a contenção da propagação da influência soviética no terceiro mundo e, em especial no

⁸⁸ No original: “A united Europe can wield much more influence in international negotiations, whether they be on trade, the environment, food safety, international financial reform, foreign policy, the cultural exception, or anything else. Individually, none of the EU Member States could successfully stand up to the Americans in any of these areas, but the EU — with a GDP and population on a par or indeed even greater than those of the United States — does so with increasing success.”

continente africano, que tinha colocado o continente em uma posição privilegiada e estrategicamente relevante desde as independências, perde sua razão de ser e a África passa a vivenciar um período de marginalização nos interesses estratégicos das grandes potências. Esta marginalização foi potencializada pelo deslocamento do foco estratégico das grandes potências para o leste europeu e região dos Balcãs, que vivenciavam uma situação graves conflitos em decorrência da desintegração da União Soviética, além da grande atenção dispensada para a reintegração dos antigos membros da URSS à ordem capitalista.

Esta marginalização política e o relativo desengajamento das grande potências do continente africano, marcam o declínio do continente africano no sistema internacional durante os anos 1990. Além da marginalização política, o continente africano passou por um intenso processo de marginalização econômica entre meados dos anos 1980 e o final da década de 1990. Com uma participação cada vez menor no comércio mundial e com a perda da importância das *commodities* produzidas no continente, os níveis de renda per capita e crescimento africanos rapidamente se deterioraram tornando o continente menos atraente para investidores, corporações e bancos internacionais. Assim, o continente africano se tornou cada vez mais dependente de agentes externos, em especial o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, e seus empréstimos atrelados a rigorosas condicionalidades (WAPMUK e AKINKWOTU, 2017)

A carga representada pela dívida externa e a conseqüente necessidade por câmbio externo tornou os Estados africanos muito dependentes de uma variedade de atores externos, os quais utilizaram sua influência para encorajar uma maior liberalização econômica e lançar condicionalidades de política econômica. A questão é que, após duas décadas de implementação do ocidentalizado “Programa de Ajuste Estrutural”, as economias africanas pioraram. A África não apenas criticou e buscou alternativas para o programa (AAF-SAP 1989), ela também questionou por completo o modelo de desenvolvimento ocidental, ou o chamado Consenso de Washington. Parte das modificações do Programa de Ajuste Estrutural, baseado em registros escassos, correspondia à introdução da noção de boa governança e democracia. Devido às dramáticas mudanças políticas no mundo, entre 1989-90, e a busca por uma nova política externa para substituir a contenção (*containment*), os Estados Unidos transformaram a governança em uma condicionante política, focando na democracia e na sociedade civil. A nova condicionante, que se vinculava à econômica, criou um dilema para os países africanos, aos quais foram requisitadas reformas e a adoção de sistemas democráticos de governo. (WAPMUK e AKINKWOTU, 2017, p.18-19)

Com suas economias a beira do colapso, menor peso internacional e, em muitos casos uma herança de rivalidade étnica produzida pelos colonizadores europeus, o continente

africano vivenciou a proliferação de conflitos internos e guerras civis durante os anos 1990, resultando no colapso e falência de diversos Estados africanos.

Mesmo com esta situação, Chazan aponta que houve uma significativa relutância por parte das grandes potências de se comprometerem com a reconstrução dos Estados falidos. A indiferença das grande potências em relação ao continente africano é rompida diante a instabilidade generalizada gerada por diversas crises como as ocorridas na Somália, Ruanda, Congo, Libéria, Serra Leoa e Burundi, e demandou a intervenção de organizações internacionais para evitar o colapso de diversos Estados, o que colocaria diretamente em risco a estabilidade de diversas regiões do continente.

Durante a maior parte do período pós-Guerra Fria, a África foi apresentada e abordada nos círculos Ocidentais essencialmente como objeto de interesse humanitário; um caso de caridade; um continente devastado por guerra e conflitos e assolado por doenças, pobreza e corrupção endêmica; uma parte marginal do mundo devastada por Estados falidos e fracos; um continente que parecia, para a maioria dos seus Estados, preso em um subdesenvolvimento crônico. (MANGALA, 2010, p.7-8, tradução nossa⁸⁹)

O início dos anos 2000 foi um ponto de inflexão na trajetória de decadência do prestígio do continente africano tanto no aspecto político, quanto no aspecto econômico. Como já apontado no início da seção 2.1.4, Mangala (2010) aponta que diversos fatores foram determinantes para a reverter o “afro-pessimismo” típico dos anos 1990. Nesta seção nos aprofundaremos nos aspectos políticos e institucionais que contribuíram para esta mudança.

Na última década, a África iniciou um novo capítulo, política e economicamente. Conflitos diminuíram em alguns países, como em Moçambique, em Angola e em Ruanda, e surgiram em outros. Há uma renovada onda de democracia, com 30 países conduzindo processos democráticos no período entre meados dos anos 1990 a 2008, enquanto que, nos anos 1980, não havia mais que quatro governos democraticamente eleitos. Golpes de Estado não são tão frequentes quanto eram no período pós-independência, uma vez que a UA condena fortemente mudanças inconstitucionais de governo. De um modo geral, o futuro da África parece melhor que seu passado (Perry 2012). Na frente econômica, por exemplo, o PIB coletivo africano em 2008 é dito como muito similar ao PIB do Brasil ou da Rússia, em 1,6 trilhões de dólares, quase que dobrando os números de uma década atrás. Com um gasto combinado de consumo de aproximadamente 860 bilhões de dólares durante o mesmo período, e projetado para crescer para 2,6 trilhões até 2020, não há dúvidas de que a África segue uma trajetória de progresso (WAPMUK e AKINKWOTU, 2017, p.27).

⁸⁹ No original: “During most of the post-Cold War period, Africa has been presented and approached in Westerns circles primarily as an object of humanitarian concern; a case for charity; a continent ravaged by wars and conflicts and plagued with diseases, poverty, and endemic corruption; a marginal part of the world ravaged by failed and weak states; a continent that seemed, for the majority of its states, stuck in chronic underdevelopment.”

González (2018) sustenta que durante o início do século XXI, em especial sua segunda década, o continente africano vivenciou um período de melhora em seu panorama outrora de crise. A estrutura institucional do continente sofreu uma melhora significativa, o que possibilitou a solução e prevenção de conflitos. No entanto o continente ainda enfrenta graves problemas quanto a sua economia e novos desafios como o terrorismo e o questões climáticas. Porém, os desafios propostos por questões securitárias, principalmente em zonas com abundantes recursos naturais e governos corruptos ainda são um desafio a ser enfrentado pelos países africanos

2.3.1. Da Organização da Unidade Africana à União Africana:

Williams (2007) destaca que a criação da Organização da Unidade Africana em 1963 buscava estabelecer um equilíbrio entre os posicionamentos por vezes antagônicos das principais correntes geopolíticas do continente africano. A corrente árabe, a corrente francófona e a corrente anglófona, conhecidas como blocos de Casablanca, Brazzaville e Monrovia respectivamente, representam as principais correntes geopolíticas africanas.

O bloco de Brazzaville teve uma vida curta e tornou-se um subgrupo do bloco de Monrovia que se posicionou contra o muito menor bloco de Casablanca. Durante o desenrolar das negociações que estabeleceram a OUA, os grupos de Monrovia e Casablanca discordavam em dois aspectos centrais. Primeiro, sobre como liberar a África do domínio europeu, o principal ponto de desentendimento era sobre apoiar ou não a luta da Frente Nacional de Libertação contra a França na Argélia. O segundo ponto de discórdia foi sobre a divisão territorial do continente. Havia querelas sobre os casos da Somália e do Marrocos - Mauritânia, mas o caso mais importante foi os desdobramentos da crise do Congo após, entre outros fatores, a secessão de Katanga. Durante as negociações da OUA, essas e outras divisões menos fundamentais deram origem a duas visões concorrentes sobre a unidade africana. A primeira apelidada de “Estados Unidos da África” e liderada por Kwame Nkrumah e Julius Nyerere, defendia um único governo continental. A segunda, apelidada “Nações Unidas da África” venceu e isto foi exemplificado com a criação de uma organização dos Estados recém independentes. (WILLIAMS, 2007, p.264, tradução nossa⁹⁰)

⁹⁰ No original: “The Brazzaville bloc proved to be rather short-lived and became a sub-set of the Monrovia group which stood opposed to the much smaller Casablanca group. In the run-up to the negotiations establishing the OAU, the Monrovia and Casablanca groups disagreed over two main issues. First, over how to liberate Africa from European rule, the main bone of contention being whether or not to support the National Liberation Front’s struggle against the French in Algeria. The second divisive issue was the territorial partition of the continent. There were squabbles over the cases of Somalia and Morocco–Mauritania, but the most important case was the crisis unfolding in the Congo over, among other things, Katanga’s secession. By the time of the OAU negotiations, these and other less fundamental divisions had given rise to two competing visions of African unity. The first, dubbed the ‘United States of Africa’ and championed by Kwame Nkrumah and Julius Nyerere, argued

Portanto, a Organização da Unidade Africana foi criada sob a égide do Pan-Africanismo com o objetivo de ser uma instituição que transcendesse diferenças étnicas e nacionais e garantisse a soberania dos Estados-membro. Um dos pontos centrais da recém criada organização africana era a proteção à soberania e a garantia de não-interferência nos assuntos internos dos Estados-membro, estas transformadas em normas fundamentais da organização. A garantia de não-interferência em assuntos internos dos Estados-membros assegurou a proteção de regimes autoritários e ditatoriais, mesmo quando estes violavam direitos fundamentais e agiam contra seu próprio povo, dando pouco incentivo à democratização e nenhuma coerção quanto à Golpes de Estado. Ao privilegiar, ainda que implicitamente, as fronteiras herdadas do colonialismo, a OUA também impossibilitou que movimentos secessionistas fossem tratados de maneira construtiva (MOLLER, 2009).

Durante o período de 1999 a 2002, a atuação de três potências regionais africanas foi determinante para transformação da Organização da Unidade Africana em União Africana. Este processo resultou da convergência/ fusão de interesses estratégicos da África do Sul, Nigéria e Líbia. A África do Sul, liderada por Thabo Mbeki, via na criação da UA uma estratégia para melhorar a imagem internacional do continente africano e assim atrair investimentos estrangeiros, colocando a África do Sul como uma importante nação comercial global. Buscando uma nova imagem do continente africano no sistema internacional, Mbeki resgata a expressão “Renascimento Africano” como sinônimo de “visão holística orientada para a promoção da paz, prosperidade, democracia, desenvolvimento sustentável, liderança progressista e bom governo” (TIEKU, 2004, p.255, tradução nossa⁹¹).

A Nigéria, governada por Olusegun Obasanjo, buscava na criação da UA uma forma de dividir os custos políticos e econômicos do envolvimento nigeriano em missões de paz em países africanos. Obasanjo sofria uma série de fortes críticas internas após ser revelado os altos gastos do governo com a missões de paz em Serra Leoa. A proposta nigeriana defendia uma visão ampliada de segurança onde tratava segurança como uma questão humanitária, securitária, desenvolvimentista e interdependente (TIEKU, 2004). A Líbia, liderada por

for a single continental government. The second, dubbed the ‘United Nations of Africa’ won the day, however, and was exemplified by the creation of an organization of newly independent sovereign states.”

⁹¹ No original: “‘holistic vision . . . aimed at promoting peace, prosperity, democracy, sustainable development, progressive leadership and good governance’.”

Muammar Al-Ghaddafi, viu na iniciativa de reforma da OUA uma oportunidade de retornar à geopolítica da África subsaariana. A proposta líbia defendia a criação dos “Estados Unidos da África” por meio de uma presidência continental, do estabelecimento de uma moeda comum africana e uma única força militar. Esta proposta líbia foi rejeitada e no Ato Constitutivo da União Africana não há referências aos “Estados Unidos Africanos” (TIEKU, 2004).

A criação da União Africana (UA), em maio de 2002, para substituir a Organização da Unidade Africana (OUA) visava atender três objetivos centrais: unir as diversas organizações sub-regionais africanas para buscar a cooperação e a integração entre os Estados Africanos; diminuir a probabilidade de guerras entre Estados africanos por meio do engajamento social, econômico e das relações políticas; desenhar um aparato institucional para os Estados africanos participarem de maneira mais efetiva do mercado internacional e das negociações comerciais, financeiras, de dívida, dentre outras (ATO CONSTITUTIVO DA UNIÃO AFRICANA, 2002). Estas mudanças visavam corrigir as limitações institucionais da OUA, especialmente quanto à limitação de atuação da Organização em casos de violação dos Direitos Humanos.

Diferentemente da OUA, a UA possui poderes reais. Por exemplo, ao contrário da Carta da OUA, que fez do princípio da soberania jurídica uma cláusula inviolável, o Ato Constitutivo da UA abriu brechas para a organização continental interferir em algumas prerrogativas soberanas dos Estados africanos. De fato, o Artigo 4(h) do Ato Constitutivo reza que a UA possui o direito de intervir, sem consentimento, em um Estado membro com o objetivo de: restaurar a paz e a estabilidade, prevenir crimes de guerra, genocídios e crimes contra a humanidade; responder à uma séria ameaça à ordem legítima. A nova autoridade delegada à UA não apenas deu “dentes” à organização continental, mas também marca uma radical revisão da cooperação entre os Estados africanos (TIEKU, 2004, p.250, tradução nossa⁹²).

Além da alínea (h), o artigo 4 do Ato Constitutivo da União Africana traz dois princípios relevantes. A alínea (m) fala do “respeito pelos princípios democráticos, Direitos Humanos, Estado Democrático de Direito e boa governança” (ATO CONSTITUTIVO DA UNIÃO AFRICANA, 2002, p.7), enquanto a alínea (p) trata da “condenação e rejeição a trocas inconstitucionais de governantes” (ATO CONSTITUTIVO DA UNIÃO AFRICANA,

⁹² No original: “Unlike the OAU, the AU has real powers. For instance, in sharp contrast to the Charter of the OAU, which made the principle of juridical sovereignty an inviolable artefact, the Constitutive Act (CA) of the AU creates room for the continental organization to interfere with some sovereign prerogatives of African states. Indeed, Article 4(h) of the CA states that the AU has the right to intervene, without consent, in a member state in order: to ‘restore peace and stability’; to ‘prevent war crimes, genocide and crimes against humanity’; and in response to ‘a serious threat to legitimate order’. The new authority delegated to the AU has not only given some ‘teeth’ to the continental organization, but also marks a radical overhaul of co-operation among African states.”

2002, p.7). Estes princípios revelam a menor tolerância da organização regional à governos autoritários e não democráticos, tornando politicamente custoso para os Estados-membros recorrerem a estratégias não democráticas de tomada de poder, por exemplo, a utilização de Golpes de Estado. Durante as primeiras décadas após as independências africanas, a França recorreu diversas vezes a Golpes de Estado para garantir a permanência de aliados franceses a frente de Estados africanos, bem como para retirar do poder líderes que contestavam o papel francês no continente. A partir da criação da UA, esta deixa de ser uma estratégia viável para a manutenção da influência política francesa na região. Utilizar esta ferramenta de dominação política resultaria em custos políticos altíssimos para a França.

2.4. Fatores domésticos

Mesmo com a longevidade dos relacionamentos franco-africanos, fatores relacionados à política doméstica francesa contribuíram para a alteração de alguns aspectos destes relacionamentos. Chafer (2002) aponta para a importância da mudança geracional de líderes franceses e africanos. No final dos anos 1990 e início dos anos 2000 diversas figuras centrais para o estabelecimento e manutenção dos relacionamentos privilegiados entre a França e suas ex-colônias africanas faleceram, como Jacques Foccart em 1997, François Mitterrand em 1996 e Félix Houphouët-Boigny em 1993. Assim, devido o caráter personalista das relações franco-africanas, o desaparecimento de figuras centrais invariavelmente afetaria essas relações. Outro aspecto importante relacionado às mudanças geracionais é o fato dos novos líderes franceses estarem muito menos apegados ao legado do império colonial francês e seus laços culturais e históricos compartilhados com o continente africano. Os novos líderes têm buscado relacionamentos pautados em ganhos diplomáticos e econômicos, instrumentalizando esta retórica de laços compartilhados quando lhes é conveniente para maximizar ganhos e defendem a normalização destas relações para minimizar custos relacionados à presença francesa na região.

Esta mudança geracional desencadeia um processo de clivagem política entre reformistas e tradicionalistas, onde os reformistas defendem a normalização das relações franco-africanas e a importância destas relações serem pautadas pela *realpolitik*, enquanto os tradicionalistas sustentam a importância da manutenção dos relacionamentos privilegiados

entre políticos franceses e elites africanas para assegurar interesses estratégicos franceses no continente.

Uma alteração que não pode ser negligenciada é a reação da opinião pública em relação aos escândalos envolvendo a presença francesa no continente africano. A repercussão negativa na mídia internacional e nacional francesa da controversa atuação da França na Guerra Civil ruandesa e as implicações no genocídio do povo Tutsi e Hutus moderados em meados dos anos 1990 expôs à população francesa as entranhas, até então desconhecidas do grande público, da política africana da França. Outros escândalos como o “Angolagate”, escândalo que envolveu grande parte da elite política francesa em um esquema de tráfico de armas, tráfico de influência, evasão de divisas e corrupção durante a Guerra Civil Angolana quando o governo angolano sofreu um embargo de armas pela ONU em 1992 e políticos franceses utilizaram empresários franceses e comerciantes de armas europeus para fornecerem ilegalmente armas e munições para o recém-eleito presidente angolano, José Eduardo dos Santos em troca de petróleo e dinheiro (ALLEN, 2010), desencadeou uma onda de pressão por parte da opinião pública demandando reformas e a normalização da política africana da França.

Mesmo com a clivagem entre reformistas e tradicionalistas e a pressão por reformas por parte da opinião pública francesa em relação à política africana da França, o continente continua ocupando uma posição de destaque dentro da política externa francesa. Apesar da importância dos laços históricos que existem entre África e França, há razões contemporâneas que são responsáveis pela posição de destaque do continente dentro da política externa francesa. Melly e Darracq (2013, p.3) apontam pelo menos três razões políticas e econômicas contemporâneas para essa posição de destaque, sendo elas,

1) O continente africano representa aproximadamente três por cento das exportações francesas e também é um importante fornecedor de petróleo e metais- dentre os quais o urânio do Níger é particularmente estratégico para a segurança energética do país, uma vez que aproximadamente um quarto da produção de energia elétrica francesa é de origem nuclear, dependendo diretamente do urânio. As companhias francesas são particularmente fortes em setores como logística, operação de portos e ferrovias, telecomunicações, transporte marítimo,

bancário e transporte aéreo, além de ter interesse significativo nas commodities e agricultura (tradução nossa⁹³);

2) Pelo menos 240.000 franceses vivem no continente africano⁹⁴ (tradução nossa⁹⁵);

3) O relacionamento francês com Estados africanos possui um importante papel para a manutenção da imagem francesa como uma grande potência. Os países africanos podem ser uma importante fonte de apoio em votações das Nações Unidas e eles podem ser aliados-chave para a França e acompanhar os membros da União Europeia em negociações internacionais sobre determinadas questões globais, notavelmente as mudanças climáticas (tradução nossa⁹⁶).

2.5. Os anos 1990 e as primeiras alterações da política africana da França.

A década de 1990 trouxe consigo significativas mudanças no sistema internacional e, conseqüentemente, mudanças no ambiente político que propiciaram o desenvolvimento e a manutenção da política africana da França durante as três primeiras décadas após a independência formal das suas colônias. Assim, algumas alterações relevantes nesta política ocorreram durante este período, em especial durante os governos Mitterrand (1981-1995) e Chirac⁹⁷ (1995-2007).

⁹³ No original: “It accounts for 3 per cent of France’s exports and also remains an important supplier of oil and metals- uranium from Niger is particularly strategic for energy security as about one-quarter of France’s electricity production depends on it. French companies are particularly strong in sectors such as logistic, port and rail operations, telecoms, shipping, banking and air transport; they also have a significant interest in tropical commodities and agriculture”.

⁹⁴ O autor não deixa claro se este número inclui os aproximadamente 900 mil franceses que vivem no departamento ultramarino francês Ilha Reunião.

⁹⁵ No original: “At least 240,000 French nationals are registered as living in Africa”.

⁹⁶ No original: “French engagement with African states have played an important role in sustaining its image as a major power. African countries can be a valuable source of supportive votes at the UN and they have been key allies for France and fellow EU members in international negotiations on certain global issues, notably climate changes.”

⁹⁷ No ano 2000, por meio uma reforma do sistema eleitoral francês, houve a redução do mandato presidencial de 7 para 5 anos que entrou em vigor nas eleições de maio de 2002. Assim o primeiro mandato de Jacques Chirac teve duração de 7 anos, enquanto o segundo durou 5, e esta é a atual duração do mandato presidencial francês.

2.5.1. A doutrina Abidjan

Enquanto a Doutrina La Baule atrelava a concessão de ajuda para o desenvolvimento a adoção de reformas políticas, a Doutrina Abidjan, lançada em 1994 e defendida pelo então Primeiro Ministro francês Édouard Balladur, condicionava o "suporte orçamentário para países africanos à conclusão de acordos de ajustes estruturais com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial" (CHAFFER, 2005, p. 15, tradução nossa⁹⁸).

Isso exigiu que os países do *pré carré* reestruturassem suas economias em consonância com os princípios do liberalismo internacional. Significativamente, a adoção da Doutrina Abidjan marcou o fim de uma característica distintiva dos relacionamentos "familiares" franco-africanos – o fornecimento de assistência financeira aos *pays du champ* sem qualquer exigência econômica formal. A partir de agora, somente países que tivessem realizado os programas de reformas do FMI/Banco Mundial estavam elegíveis para receber ajuda (CHAFFER, 2005, p. 15, tradução nossa⁹⁹).

Simultaneamente a Doutrina Abidjan, a desvalorização em 50% do franco CFA em janeiro de 1994 pode ser apontada como a primeira iniciativa significativa de uma nova política africana da França. Mantido por mais de trinta anos a uma taxa fixa de um para um em relação ao franco, o franco CFA supervalorizado estava aumentando consideravelmente os custos do apoio orçamentário concedido aos países da zona do franco (CHARBONNEAU, 2008), assim a desvalorização do franco CFA representou uma significativa redução dos custos da política africana da França (CHAFFER, 2005), além de ter um importante impacto simbólico para os líderes africanos que consideravam a antiga taxa fixa de troca entre o franco e o franco CFA um dos pilares do relacionamento privilegiado entre a França e suas antigas colônias (CHAFFER, 2002).

2.5.2. Opération Turquoise

A atuação francesa durante o conflito interno que resultou no genocídio de aproximadamente um milhão de pessoas em Ruanda foi divisor de águas na sua política

⁹⁸ No original: "budgetary support for African states became conditional upon the prior conclusion of structural adjustment agreements with the International Monetary Fund (IMF) and World Bank.

⁹⁹ No original: "This required states in the *pré carré* to restructure their economies in accordance with the principles of international liberalism. Importantly, the adoption of the Abidjan doctrine marked an end to one of the distinguishing features of the Franco-African 'family' relationship - the provision of financial assistance to the *pays du champ* without any formal economic conditions attached. From now on, only countries undertaking an IMF/ World Bank- sponsored reform programme were eligible for aid."

africana de segurança. Segundo Charbonneau (2008), a origem do genocídio ruandês está em "uma mitologia cultural que se tornou realidade" e remete ao passado colonial de Ruanda.

Antes da descolonização (e de fato até os dias atuais), o pensamento de raças claramente condicionou a visão e a política europeia em relação a Ruanda. Os alemães descobriram complexas estruturas sociais e ficaram maravilhados pela complexidade da ordem social, porém eles a redefiniram em termos de raças. Ruanda era habitada por Hutus, Tutsi e Twa, que compunha um por cento da população. No entanto, ser Tutsi ou Hutu nada tinha a ver com raça ou classe. Agricultura era o domínio os Hutus e os Tutsis era proprietário de gado. Gado era significado de riqueza, poder, status, e o meio de ascensão social (CHARBONNEAU, 2008, p.123, tradução nossa¹⁰⁰).

Durante o período colonial, em especial durante o domínio belga, esta resignificação deturpada da organização social ruandesa foi reforçada e adquiriu contornos ainda mais racista, onde as "autoridades belgas passaram a classificar Hutus, Tutsis e Twas de acordo com sua altura, tamanho do nariz, formato dos olhos e depois introduziram em 1933 carteiras de identidade que especificava a qual raça o indivíduo pertencia" (CHARBONNEAU, 2008, p.124, tradução nossa¹⁰¹), além disso, criou-se o discurso de que os Hutus eram uma raça inferior e a elite Tutsi foi mantida no poder durante o jugo colonial.

No entanto, as relações entre a elite Tutsi e a metrópole começaram a deteriorar pouco antes da independência ruandesa, o que levou a uma importante mudança política no país após a independência. A elite Tutsi foi destituída e os Hutus assumiram o poder. Após esta "revolução social" houve a inversão do discurso racista, agora direcionado aos Tutsi, causando o banimento do povo Tutsi da vida social e política ruandesa. Durante o governo Kayibanda (1961-1973) houve uma intensa e violenta perseguição ao povo Tutsi, gerando ondas de refugiados para países vizinhos como Burundi, Tanzânia, Zaire e Uganda (CHARBONNEAU, 2008). Devido ao tom repressivo de seu governo, Kayibanda sofreu um golpe de Estado em 1973 e levou Juvénal Habyarimana ao poder.

Habyarimana conseguiu relativa estabilidade durante a primeira década de seu governo, no entanto a situação política voltou a deteriorar devido as dificuldades econômicas

¹⁰⁰ No original: "Until decolonization (and indeed up to this day), race-thinking clearly conditioned European views and policies regarding Rwanda. The Germans discovered intricate social structures and were amazed by complexities of the social order, but they redefined it all in racial terms. Rwanda was inhabited by Hutu, Tutsi, and Twa, who comprised one per cent of the population. However, to be Hutu or Tutsi had nothing to do with race or class. Agriculture was the domain of the Hutu and Tutsi were the owners of cattle. Cattle were a sign of wealth, power, good breeding, and a means for upward social mobility."

¹⁰¹ No original: "The Belgian colonial authorities also classified Hutu, Tutsi, and Twa according to their height, the length of their nose, the shape of their eyes, and then introduced identity cards in 1933 which specified who belonged to which 'race'"

causadas pela desvalorização das exportações ruandesas a partir de 1974. Com a crise econômica e o conseqüente enfraquecimento político de Habyarimana, em outubro de 1990 a Frente Patriótica Ruandesa (FPR), liderada por Paul Kagame, invadiu Ruanda, o que segundo Charbonneau (2008), forneceu a justificativa para que Habyarimana reforçasse posições extremista e iniciasse uma perseguição não apenas ao FPR, mas também aos Tutsi e até Hutus moderados. Esta radicalização da postura do governo ruandês levaria ao genocídio do povo Tutsi e Hutus moderados. Diante da ameaça a um "governo amigo", a França forneceu apoio militar ao governo Habyarimana por meio da Operação *Noroît*, que além de incapaz de evitar a escalada do conflito e o genocídio¹⁰², forneceu as condições necessárias para que este ocorresse.

Com a crescente pressão internacional devido as terríveis conseqüências humanitárias do conflito ruandês e a crescente criticidade sobre a responsabilidade francesa neste, bem como a deslegitimação de sua atuação unilateral em Ruanda, o governo francês por meio da Organização das Nações Unidas lançou a Operação *Turquoise*. Assim, alegando motivações puramente humanitárias e sob a chancela da Organização das Nações Unidas, a Operação *Turquoise* foi lançada com o objetivo de prevenir mais mortes e criar uma zona segura de refugiados para o povo Tutsi e Hutus moderados vítimas de perseguição e genocídio perpetrado pelo governo Hutu extremista de Habyarimana. No entanto, o governo francês foi duramente criticado e acusado de criar uma rota de fuga para os genocidas Hutus.

O apoio logístico e militar francês a Habyarimana no início do genocídio e o conseqüente envolvimento do governo francês na preparação do genocídio focou a atenção da opinião, tanto doméstica quanto internacional, na intervenção militar francesa na África negra de forma inédita. Desde a independência em 1960 até 1994, houve uma média de uma intervenção militar francesa na África negra por ano. Mas isso agora acabou. A combinação do criticismo tanto doméstico quanto internacional sobre o papel francês em Ruanda serviu para deslegitimar intervenções militares diretas como instrumento político (CHAFER, 2002, p.348-349, tradução nossa¹⁰³).

Como resultado, as intervenções militares unilaterais francesas foram desacreditadas. Não apenas isto, mas a França não podia impedir a anglófona Frente Patriótica

¹⁰² Segundo Pesnot (2010, p. 399), genocídio é definido pela "Organização das Nações Unidas como a destruição sistemática de um grupo étnico por meio do massacre de dezenas de milhares de homens, mulheres e crianças."

¹⁰³ No original: "French military and logistical support for Habyarimana in the run-up to the genocide and the consequent implication of the French government in preparations for the genocide focused the attention of both international and domestic opinion on French military intervention in Black Africa in a manner that was unprecedented. From political independence in 1960 to 1994, there had been an average of one French military intervention in Black Africa per year, but these now stopped. The combination of international and domestic criticism of the French role in Rwanda serves to de-legitimize overt military interventions as an instrument of policy."

Ruandesa de chegar ao poder. O resultado foi a substituição de um governo pró-França por um novo governo que era hostil a França e a saída de Ruanda da "família" franco-africana (CHAFFER, 2005, p. 15, tradução nossa¹⁰⁴).

Após as desastrosas consequências de sua atuação no conflito ruandês, o governo francês lançou o programa RECAMP (*Renforcement des capacités Africaines des Maintien de la Paix*) com o objetivo de incrementar as capacidades africanas, sob a égide da Organização das Nações Unidas e em cooperação com a Organização da Unidade Africana –OUA, de promover operações de peacekeeping no território africano (CHARBONNEAU, 2008). Segundo Chafer,

A principal inovação para a França é a 'multilateralização' da política militar, que compreende dois elementos: a 'africanização' da segurança regional e a 'multilateralização' dos interesses Ocidentais exemplificados pelas iniciativas franco-britânica e norte-americana de criar forças regionais de peacekeeping. Isto é de interesse francês por vários motivos. Isto ajuda a evitar o perigo da França ficar militar e diplomaticamente isolada e, em caso de uma decisão para intervir militarmente, ela divide as responsabilidades, riscos e custos financeiros de uma intervenção militar. [...] Para Paris, esta nova abordagem tem a vantagem de manter a influência - e os lucrativos mercados de armas- enquanto reduzem os consequentes riscos políticos e econômicos de intervenções militares unilaterais (CHAFFER, 2002, p. 349-350, tradução nossa¹⁰⁵).

¹⁰⁴ No original: "As a result, old-style, unilateral French military interventions in Africa were discredited. Not only this, but France could do nothing to prevent the English-speaking Rwanda Patriotic Front from taking power in Kigali. The result was the replacement of a pro-French government with a new government that was hostile to France and the loss of Rwanda from the Franco-African 'family'."

¹⁰⁵ No original: "The central innovation for France is the 'multilateralization' of military policy, which comprises two elements: the 'Africanization' of regional security and a 'multinationalization' of Western interests exemplified by Franco-British and American-led initiatives to create regional peacekeeping forces. This is in France's interest for several reasons. It helps avoid the danger of France becoming militarily and diplomatically isolated and, in the case of a decision to intervene militarily, it share the responsibilities, risks and financial burden of military intervention. [...] For Paris, this new approach has the advantage of maintaining influence - and lucrative arm markets- while reducing the attendant political risks and economic costs of unilateral military interventions."

2.6. Conclusão

Neste capítulo buscamos apontar as principais transformações, em diversos níveis, que impactaram ou modificaram o contexto em que foram forjados os relacionamentos privilegiados entre a França e suas ex-colônias abordados no capítulo I. O fim da Guerra Fria e o conseqüente fim da política externa norte-americana ideologicamente orientada para a contenção da influência soviética, a emergência de competição por parte das democracias industrializadas dos norte e dos emergentes (importantes atores internacionais nas décadas iniciais do século XXI), os processos de integração europeus e africanos, os desafios da globalização e as clivagens internas entre tradicionalistas e reformistas, foram alguns dos fatores discutidos neste capítulo para traçar o panorama do atual sistema internacional e seus desafios à tradicional política africana da França. Nos capítulos seguintes discutiremos como este cenário internacional impactou na política africana de Nicolas Sarkozy e François Hollande.

CAPÍTULO 3

A política africana de Nicolas Sarkozy:

Neste capítulo será analisada a política africana da França durante o mandato presidencial de Nicolas Sarkozy (2007-2012). Em consonância com a abordagem estratégico-relacional, este capítulo busca capturar a reação dos atores tomadores de decisão frente o ambiente operacional interno e externo do século XXI apresentado no capítulo anterior, bem como detectar possíveis inconsistências na condução desta política no período proposto.

3.1. Sarkozy no Élysée:

O final dos anos 1990 e início dos anos 2000 foi um período de polêmicas e escândalos envolvendo elites políticas francesas e seu relacionamento com o continente africano. A grande repercussão de escândalos como o caso de corrupção envolvendo a petroleira estatal francesa Elf Aquitaine, o caso Angolagate, a crítica internacional acerca da atuação francesa em Ruanda e seu apoio a governos autoritários desgastaram a opinião pública francesa a respeito dos relacionamentos franco-africanos e fortaleceu o discurso de necessidade de normalização destas relações já endossado por Mitterrand e Chirac.

A candidatura de Nicolas Sarkozy à presidência da República em 2007, um político relativamente jovem, filho de um imigrante húngaro e uma francesa, que construiu sua carreira política focada no plano interno, sem ligações aparentes com a África e defensor do discurso de necessidade de normalização das relações franco-africanas, gerou grande expectativa sobre o futuro das relações entre a França e o continente africano.

Sarkozy chegou ao Palácio do Élysée após vencer a candidata do Partido Socialista, Ségolène Royal, no segundo turno das eleições presidenciais em maio de 2007. Em uma campanha marcada por questões como a alta taxa de desemprego (por volta de 10%) e ânimos acirrados entre minorias étnicas menos favorecidas (BBC BRASIL, 2007a), os franceses escolheram o discurso de “direita moderna” endossado por Sarkozy (BBC BRASIL, 2007b).

3.2. Discurso e prática: de Cotonou a Dakar.

Em um discurso proferido em Cotonou, Benin, em 2006, Sarkozy, que à época ocupava o cargo de Ministro do Interior, defendeu que as relações entre a França e a África deveriam passar por uma transformação substancial e deixar de serem pautadas pelo paternalismo, passando a serem pautadas pelo respeito mútuo e principalmente transparência (FOUTOYET, 2009). Em um trecho do discurso Sarkozy defende o fim dos “emissários especiais” e sua política personalista que atuam fora dos meios tradicionais de diplomacia.

Precisamos construir uma relação nova, limpa, desinibida e equilibrada, livre das escórias do passado e da obsolescência que perdura nos dois lados do Mediterrâneo. Isso envolve várias mudanças fundamentais, algumas das quais, felizmente, estão em ação.

Primeiro, esse relacionamento precisa ser mais transparente. Precisamos nos livrar das redes de outra época, emissários não oficiais que não têm mandato além do que inventam. O funcionamento normal das instituições políticas e diplomáticas deve prevalecer sobre canais informais que causaram tanto dano no passado. Devemos definitivamente virar a página de elogios, segredos e ambiguidades. (SARKOZY, DISCURSO EM COTONOU, 2006, tradução nossa¹⁰⁶)

Este discurso sobre a necessidade imediata de transformar as relações franco-africanas, tornando-as “democráticas e humanistas”, deu o tom do discurso e da plataforma de campanha presidencial de Nicolas Sarkozy, sendo especificado em seu programa de campanha (FOUTOYET, 2009).

Logo após sua eleição em maio de 2007, Nicolas Sarkozy deu continuidade a seu discurso reformista e constituiu um gabinete de viés modernizador com indicações de nomes como Jean-Marie Bockel para o Ministério da Cooperação e Francofonia, Bernard Kouchner¹⁰⁷ para o Ministério das Relações Exteriores e Bruno Joubert como Conselheiro de Assuntos Africanos- o *Messieur Afrique*, como são conhecidos os ocupantes de tal cargo. Um ponto relevante em relação à indicação de Joubert é que Sarkozy requisitou que o mesmo se reportasse a Jean-David Levitte, Conselheiro Geral de Política Externa do Elysée e não

¹⁰⁶ No original: “Il nous faut construire une relation nouvelle, assainie, décomplexée, équilibrée, débarrassée des scories du passé et des obsolescences qui perdurent de part et d'autres de la Méditerranée. Cela implique plusieurs changements de fond, dont certains sont heureusement à l'oeuvre.

D'abord, cette relation doit être plus transparente. Il nous faut la débarrasser des réseaux d'un autre temps, des émissaires officieux qui n'ont d'autre mandat que celui qu'ils s'inventent. Le fonctionnement normal des institutions politiques et diplomatiques doit prévaloir sur les circuits officieux qui ont fait tant de mal par le passé. Il faut définitivement tourner la page des complaisances, des secrets et des ambiguïtés.”

¹⁰⁷ Bernard Kouchner é um médico francês e um dos fundadores da ONG Médicos sem Fronteiras.

diretamente ao presidente, como havia acontecido desde a fundação da Quinta República Francesa (CUMMING, 2013).

Apesar de defender o discurso de necessidade de normalização das relações franco-africanas e de aparentemente não possuir nenhuma ligação direta com o continente africano ou mesmo laços sentimentais com a herança e o passado colonial francês como seus predecessores, Sarkozy construiu sua carreira política dentro do partido Gaullista. Este fato sugere o que mesmo tenha construído relacionamentos com importantes personagens que moviam as engrenagens dos relacionamentos privilegiados entre a França e suas antigas colônias. Sarkozy ocupou posições de destaque dentro do partido Gaullista UMP (*Union pour un Mouvement Populaire*), o qual presidiu de 2004 a 2007, posição que abdicou para assumir a presidência francesa, e também assumiu importantes funções no governo francês como Ministro do Orçamento, ainda no governo Mitterrand e Ministro do Interior no governo Chirac.

Como aponta Moncrieff (2012b, p.11, tradução nossa¹⁰⁸) “os laços entre os líderes africanos e o movimento Gaullista francês têm sido tão densos que é altamente improvável que alguém consiga ascender em sua estrutura sem algum suporte daqueles ligados à África”. Esta dualidade entre o discurso modernizador e a necessidade de acomodar interesses ligados à tradicional política africana francesa será nítida durante todo o governo Sarkozy. Um episódio peculiar que ilustra a aparente ambivalência da política africana do governo Sarkozy foi a visita, logo em seu primeiro mês à frente do governo francês. Sarkozy recebeu a visita de Ellen Johnson Sirleaf, presidente da Libéria - primeira mulher a ocupar o cargo de presidente em um país africano, de um país anglófono e que tem se destacado na região da África Ocidental por seus avanços democráticos- em um dia e recebeu Omar Bongo - um aliado histórico francês e árduo defensor dos relacionamentos privilegiados entre França e África- no dia seguinte (MONCRIEFF, 2012b).

Em sua primeira viagem oficial ao continente africano, Sarkozy fez sua primeira parada na capital do Senegal, Dakar, onde proferiu um controverso discurso na Universidade de Dakar Cheikh Anta Diop em 26 de julho de 2007. O discurso foi alvo de duras críticas, em

¹⁰⁸ No original: “such has been the density of links between African leaders and the French Gaullist movement, that it is highly improbable that anyone could rise through its ranks without some support from those connected to Africa.”

especial na França, onde foi acusado de racismo devido o tom infantilizado que tratava os africanos e devido tentativa de negação da participação francesa nos problemas africanos (FOUTOYET, 2009).

A tragédia da África é que o homem africano não foi longe o suficiente para a história. O camponês Africano, que por milhares de anos, vive com as estações do ano, cujo ideal de vida é estar em harmonia com a natureza, conhece apenas a eterna renovação de tempo pontuado pela repetição infinita dos mesmos gestos e mesmas palavras. Neste mundo imaginário, onde tudo começa de novo, não há lugar para a aventura humana ou para a idéia de progresso. Neste universo onde a natureza comanda tudo, o homem escapa à angústia da história, que agarra o homem moderno, mas o homem permanece imóvel em meio a uma ordem imutável em que tudo parece escrito antecipadamente. O homem nunca corre para o futuro. Nunca chega à ideia de sair da repetição para inventar um destino.

O problema da África - diz um amigo da África - está lá. O desafio da África é aprofundar-se na história, explorar a energia, a força, o desejo, a vontade de ouvir e casar a sua própria história. O problema da África é parar sempre repetindo, ensaiar constantemente, libertar-se do mito do eterno retorno, é tornar-se consciente de que a idade de ouro que ela nunca deixa de lamentar [seu fim] não retornará porque nunca existiu. O problema da África é que ela vive demais na nostalgia do paraíso perdido da infância. O problema da África é que muitas vezes julga o presente em relação a uma pureza de origens totalmente imaginárias e que ninguém pode esperar ressuscitar. O problema da África não é inventar um passado mais ou menos mítico para ajudar a sustentar o presente, mas inventar um futuro com meios próprios. O problema da África não é preparar o retorno do infortúnio, como se ele se repetisse indefinidamente, mas querer dar a si mesmo os meios para evitar o infortúnio, porque a África tem o direito de felicidade como todos os outros continentes do mundo. O problema da África é permanecer fiel a si mesmo sem ficar parado.

O desafio para a África é aprender a considerar sua ascensão ao universal não como uma negação do que é, mas como uma conquista. O desafio para a África é aprender a sentir a herdeira de tudo o que é universal em todas as civilizações humanas, é apropriar-se dos direitos do homem, democracia, liberdade, igualdade, justiça como patrimônio comum de todas as civilizações e de todos os homens e apropriar-se da ciência e tecnologia modernas como o produto de toda a inteligência humana. (SARKOZY, DISCURSO DE DAKAR, 2007, tradução nossa¹⁰⁹)

¹⁰⁹ No original: “Le drame de l'Afrique, c'est que l'Homme africain n'est pas assez entré dans l'Histoire. Le paysan africain, qui depuis des millénaires, vit avec les saisons, dont l'idéal de vie est d'être en harmonie avec la nature, ne connaît que l'éternel recommencement du temps rythmé par la répétition sans fin des mêmes gestes et des mêmes paroles. Dans cet imaginaire où tout recommence toujours, il n'y a de place ni pour l'aventure humaine ni pour l'idée de progrès. Dans cet univers où la nature commande tout, l'Homme échappe à l'angoisse de l'Histoire qui tenaille l'Homme moderne mais l'Homme reste immobile au milieu d'un ordre immuable où tout semble être écrit d'avance. Jamais l'Homme ne s'élançe vers l'avenir. Jamais il ne lui vient à l'idée de sortir de la répétition pour s'inventer un destin.

Le problème de l'Afrique -- permettez à un ami de l'Afrique de le dire --, il est là. Le défi de l'Afrique, c'est d'entrer davantage dans l'Histoire, c'est de puiser en elle l'énergie, la force, l'envie, la volonté d'écouter et d'épouser sa propre histoire. Le problème de l'Afrique, c'est de cesser de toujours répéter, de toujours ressasser, de se libérer du mythe de l'éternel retour, c'est de prendre conscience que l'âge d'or qu'elle ne cesse de regretter ne reviendra pas pour la raison qu'il n'a jamais existé. Le problème de l'Afrique, c'est qu'elle vit trop le présent dans la nostalgie du paradis perdu de l'enfance. Le problème de l'Afrique, c'est que trop souvent elle juge le présent par rapport à une pureté des origines totalement imaginaire et que personne ne peut espérer ressusciter. Le problème de l'Afrique, ce n'est pas de s'inventer un passé plus ou moins mythique pour s'aider à supporter le présent mais de s'inventer un avenir avec des moyens qui lui soient propres. Le problème de l'Afrique, ce n'est pas de se préparer au retour du malheur, comme si celui-ci devait indéfiniment se répéter, mais de vouloir se

Moncrieff (2012b) sustenta que o discurso de Dakar é um importante marco na definição da política africana de Nicolas Sarkozy, pois atua como um vetor de diálogo com a extrema direita francesa, a qual Sarkozy buscou apoio eleitoral por meio da retórica sobre o controle da imigração (MARTHALER, 2008) e da identidade nacional francesa, questão levantada pelo próprio Sarkozy, por meio de suas leis de imigração, quando ocupou a chefia do Ministério do Interior. Sarkozy discursava na África para ouvidos franceses.

A eleição de Nicolas Sarkozy trouxe respostas ambivalentes do continente africano. Como aponta Moncrieff (2012b), por um lado os africanos esperavam que Sarkozy desse continuidade e aprofundasse as reformas na política africana iniciadas durante os anos da administração de Jacques Chirac justamente por conta da aparente ausência de ligação entre ele e as estruturas da Françafrique, algo inédito na Quinta República. De acordo com Bayart (2011, p.148, tradução nossa¹¹⁰), “seu estilo voluntarista, sua relativa juventude e seu desejo de "ruptura" pareciam auspiciosos, pelo menos para uma parte da nova geração de líderes africanos, com pressa para pôr fim ao velho clientelismo franco-africano”. Por outro lado, havia a desconfiança por conta de sua atuação como Ministro do Interior francês, período no qual defendeu a restrição de imigração, o maior rigor na verificação e a deportação de imigrantes ilegais (os *sans-papiers*). O histórico de Sarkozy no tocante à imigração e suas duas “Leis Sarkozy”, fez soar o sinal de alerta sobre possíveis comportamentos xenofóbicos em relação ao continente africano.

Desde a suspensão da migração laboral para [indivíduos] não provenientes da Comunidade Europeia em 1974, a principal fonte de imigração para a França tem sido a reunificação familiar. Em 2005, 70 por cento dos imigrantes entraram no país com este propósito e apenas 7 por cento com propósito laboral. Cerca de 70 por cento dos imigrantes franceses vêm das antigas colônias no norte da África e a maior comunidade de imigrantes vem do Magreb, especialmente da Argélia e do Marrocos (MARTHALER, 2008, p.383, tradução nossa).

donner les moyens de conjurer le malheur, car l'Afrique a le droit au bonheur comme tous les autres continents du monde. Le problème de l'Afrique, c'est de rester fidèle à elle-même sans rester immobile.

Le défi de l'Afrique, c'est d'apprendre à regarder son accession à l'universel non comme un reniement de ce qu'elle est mais comme un accomplissement. Le défi de l'Afrique, c'est d'apprendre à se sentir l'héritière de tout ce qu'il y a d'universel dans toutes les civilisations humaines, c'est de s'approprier les droits de l'Homme, la démocratie, la liberté, l'égalité, la justice comme l'héritage commun de toutes les civilisations et de tous les Hommes, c'est de s'approprier la science et la technique modernes comme le produit de toute l'intelligence humaine.”

¹¹⁰ No original: “son style volontariste, sa relative jeunesse et son désir de « rupture » paraissaient de bon augure à une partie au moins des nouvelles générations africaines de cadres, pressées d'en finir avec le vieux clientélisme franco-africain.”

A questão da migração africana, em especial de muçulmanos do Magreb, passou então a ser vista como uma ameaça a identidade nacional francesa - risco da islamização-, à lei, à ordem e aos empregos franceses. Ainda que este seja um debate presente desde os anos 1980, o fortalecimento da extrema direita xenofóbica francesa, representada pelo partido Front National¹¹¹, durante a corrida presidencial de 2002 trouxe uma nova dimensão ao debate. Pela primeira vez em sua história, o Front National chegou ao segundo turno das eleições presidenciais francesas. No entanto, Jean-Marie Le Pen, do Front National, foi derrotado por Jacques Chirac, seu concorrente do partido Gaullista. Nicolas Sarkozy, então Ministro do Interior, propôs sua primeira lei de imigração em 2003 buscando medidas mais efetivas de controle de imigração e aumentar a integração de imigrantes já estabelecidos no país. Quanto ao primeiro objetivo, a lei buscava aumentar o número de deportações de imigrantes ilegais, bem como reduzir o número de requerentes de asilo (MARTHALER, 2008).

Em julho de 2006, pouco menos de ano antes das eleições presidenciais francesas, Sarkozy lançou sua segunda lei de imigração. Conhecida como segunda Lei Sarkozy, a edição de 2006 visava “adaptar a imigração à capacidade francesa de receber os imigrantes e às necessidades econômicas do país” (MARTHALER, 2008, p.389, tradução nossa¹¹²). A segunda Lei Sarkozy sofreu duras críticas devido ao seu caráter seletivo de imigração que buscava restringir a imigração às necessidades econômicas francesas, em especial no que se refere à mão-de-obra qualificada. Este aspecto da lei foi imediatamente relacionada a uma tentativa de “brain drain” - fuga de cérebros- enfraquecendo ainda mais os países africanos que sofrem de uma deficiência crônica de mão-de-obra qualificada.

Apesar da iniciativa de Sarkozy de regular e limitar a migração estar diretamente relacionada à fatores internos, ou seja, a competição eleitoral e a tentativa de recapturar os votos da extrema direita se apoderando de uma de suas principais bandeiras - o controle da imigração-, este é um fato que afetou de maneira inegável a imagem de Sarkozy no continente africano.

Na formação antecipada de seu governo o presidente tentou neutralizar a ameaça política doméstica do [partido] xenofóbico Frente Nacional criando um ministério

¹¹¹ Fundado em 1972 por Jean- Marie Le Pen, o partido Front National buscava unificar a extrema direita francesa de caráter nacionalista e protecionista. Atualmente o partido é liderado por Marine Le Pen, filha de Jean-Marie, e teve seu nome alterado para *Rassemblement National*.

¹¹² No original: “this one was aimed at better adapting immigration to France’s capacity to receive immigrants and to the country’s economic needs.”

separado para regular a imigração. Para os olhos africanos o discurso de Dakar, vindo apenas algumas semanas depois, reforçou a percepção de que ele via o continente de maneira negativa (MELLY E DARRACQ, 2013, p.7, tradução nossa¹¹³).

3.3. Ambivalência: entre reformistas e tradicionalistas:

Logo após sua eleição, Sarkozy deu continuidade a sua plataforma reformista em especial no que se refere à política externa.

Ele inicialmente indicou um Ministro das Relações Exteriores de esquerda, Bernard Kouchner, e várias outras figuras não da direita para indicar seu desejo de romper com as práticas anteriores e ser mais inclusivo e inovador. Ele pediu diversos relatórios e “white papers” sobre política externa e defesa, e iniciou o debate sobre o que poderia ser feito com os recursos disponíveis. Nos seus primeiros meses ele anunciou o “retorno da França para a Europa” (para superar a rejeição francesa ao referendo de 2005 da União Europeia); um completo retorno às estruturas de comando da OTAN; a reconciliação com os Estados Unidos, marcado principalmente pelo envio de tropas adicionais para o Afeganistão; uma iniciativa para a União para o Mediterrâneo; um relacionamento renovado com a África bem como com o Oriente Médio (ROWDYBUSH e CHAMOREL, 2012, p.164-165, tradução nossa¹¹⁴).

Apesar do viés reformista inicial do governo Sarkozy, a ambivalência foi a marca central de seu governo no tocante à sua política africana. A formação inicial do gabinete reformista se desfez quando o Ministro da Cooperação, Jean-Marie Bockel, foi exonerado por influência de membros do Françafrique. A declaração de Bockel, em janeiro de 2008, de que a França devia suspender a ajuda e perdão de dívidas de países em que suas elites se beneficiam da sua grande produção de petróleo enquanto suas populações vivem na miséria, incomodou diretamente os presidentes de Camarões, Gabão e República do Congo e abalou sua posição como Ministro da Cooperação. Aliado a isto, a ampla repercussão na mídia francesa da

¹¹³ No original: “ In forming his government earlier the president had attempted to defuse the domestic political challenge of the xenophobic Front National by establishing a separate ministry to regulate immigration. In African eyes the language of the Dakar speech, coming just a few weeks later, reinforced perceptions that he saw the continent largely in negative terms.”

¹¹⁴ No original: He initially appointed a foreign minister from the left, Bernard Kouchner, and several other figures not from the right to indicate he wished to break with previous practices and be more inclusive and innovative. He ordered several reports and white papers on foreign policy and defense, and pushed the debate about what could be accomplished with available resources. In his first months, he announced the “return of France in Europe” (to overcome France's rejection of the 2005 EU referendum); a full and complete return to NATO's command structures; a reconciliation with the United States, marked in particular by sending additional troops to Afghanistan; an initiative for a Union for the Mediterranean; and a renewed relationship with Africa as well as the Middle East.

denúncia sobre as propriedades de Omar Bongo na França foi a gota d'água para sua saída do governo francês (CUMMING, 2013; MONCRIEFF, 2012a).

A saída de Bockel do Ministério da Cooperação foi feita ao melhor estilo “old way”, por meio de um emissário especial. Robert Bourgi, um advogado libanês com relação pessoal com diversos líderes africanos, atuou por diversas vezes como um porta-voz especial dos líderes africanos junto ao governo francês após a morte de seu tutor Jacques Foccart (CUMMING, 2013; MONCRIEFF, 2012b) e chegando a ser condecorado em 2007 por Sarkozy (MONCRIEFF, 2012a). Sua presença e influência no governo francês demonstra que a promessa feita por Sarkozy de romper com a prática dos emissários especiais, pode ter sido exatamente isto, uma promessa.

O governo Sarkozy é frequentemente apontado por sua ambiguidade e, até certo ponto, confusão, quanto a condução da política externa. No entanto, mesmo com as idas e vindas de sua política externa, percebe-se uma continuidade na busca por destaque e liderança internacional, marca incontestável da política externa da Quinta República francesa. Sarkozy tentou ampliar o prestígio e o envolvimento internacional francês por meio da liderança em assuntos internacionais como o retorno à OTAN em 2009, busca de uma maior projeção na União Europeia, reaproximação com os Estados Unidos e tentativa do estabelecimento de relações privilegiadas com a potência norte-americana. Porém, a falta de uma estratégia clara que desse um posicionamento e uma direção sólida para esta política externa causou reações nem sempre esperadas do meio levando a diversas correções de política externa, o que foi entendido como ambiguidade e controvérsias e até mesmo falta de estratégia por parte dos analistas da política externa francesa.

3. 4. Novos Livros Brancos de Defesa e Segurança Nacional e de Política Externa:

No início de seu governo, Sarkozy solicitou a elaboração de novos Livros Brancos de Defesa e Segurança Nacional (LBDSN) e Política Externa (LBPE) com o objetivo de adequar estas políticas francesas aos novos desafios do sistema internacional (ROWDYBUSH e CHAMOREL, 2011). A edição de 2008 do LBDSN trouxe uma nova discussão sobre as

ameaças à segurança nacional francesa com maior destaque para ameaças não tradicionais como meio-ambiente, terrorismo e interdependência econômica.

Esta lista não esgota a incerteza do mundo em que nós vivemos, um mundo que não necessariamente se tornou mais perigoso, mas certamente mais imprevisível, mais instável, mais contraditório do que aquele que existia em 1994, quando o Livro Branco anterior [foi elaborado]. Em tal ambiente, as novas vulnerabilidades afetam o território nacional e a população francesa. Elas se impõem como elementos determinantes para a adaptação de nossa defesa e de nossa segurança (FRANÇA, 2008a, p. 14, tradução nossa¹¹⁵).

A nova edição do LBSDN destacou a interdependência securitária internacional, ou seja, a vulnerabilidade francesa e europeia frente a conflitos em sua vizinhança. A ameaça terrorista e a necessidade de seu combate aparecem como um dos principais objetivos da política de segurança e defesa francesa. No contexto de combate ao terrorismo, a região do Sahel e o arco estratégico que se estende da Mauritânia à Somália e fronteiras do Mediterrâneo, do Oriente Médio, Golfo Pérsico, Afeganistão e Paquistão, tornaram-se espaços estratégicos para a segurança e defesa nacional francesa devido a proliferação do terrorismo jihadista na região.

Esta região não constitui um todo homogêneo. Cada país possui sua identidade e sua história, sua instância política, social, econômica e humana. Cada subconjunto regional tem sua lógica: o da zona do Sahel, da Mauritânia para a Somália, é distintamente diferente das fronteiras do Mediterrâneo, do Oriente Leste, Golfo Pérsico, Afeganistão e Paquistão. Mas nesta parte do mundo, na vizinhança da Europa, coração de interesses estratégicos para a segurança global, desenvolvimentos alterações essenciais aos dados de segurança da França e Europa. (FRANÇA, 2008a, p.43, tradução nossa¹¹⁶)

A porção norte do continente africano continua com uma política distinta da dispensada à porção subsaariana. Tradicionalmente, os países norte-africanos -Marrocos, Mauritânia, Líbia, Tunísia e Argélia- estão inseridos em uma política externa voltada para o mundo árabe (RIEKER, 2017). A porção subsaariana do continente também é citada no novo LBDSN. Enquanto a principal ameaça destacada na região norte é a proliferação do

¹¹⁵ No original: “Cette liste n’épuise pas l’incertitude du monde dans lequel nous sommes entrés, un monde qui n’est pas nécessairement devenu plus dangereux, mais certainement plus imprévisible, plus instable, plus contradictoire que celui qui se dessinait en 1994, lors de l’élaboration du précédent Livre blanc. Dans un tel environnement, des vulnérabilités nouvelles affectent le territoire national et la population française. Elles s’imposent comme des éléments déterminants pour l’adaptation de notre défense et de notre sécurité.”

¹¹⁶ No original: “Cette région ne constitue pas un ensemble homogène. Chaque pays y a son identité et son histoire, ses ressorts politiques, sociaux, économiques et humains. Les sous-ensembles régionaux ont chacun sa logique: celle de la zone sahélienne, de la Mauritanie jusqu’à la Somalie, se distingue nettement des bordures de la Méditerranée, du Proche-Orient, du golfe Arabo-Persique, ou de l’Afghanistan et du Pakistan. Mais, dans cette partie du monde, au voisinage de l’Europe, au coeur d’intérêts stratégiques pour la sécurité mondiale, des évolutions essentielles modifient les données de la sécurité de la France et de l’Europe.”

terrorismo jihadista, na porção subsaariana destacam-se as ameaças provenientes do subdesenvolvimento. A migração por conta dos baixos padrões de vida, escassez de alimentos, falta de saneamento básico e movimento de urbanização desordenado na região, constituem ameaça para a Europa e para a França por facilitarem redes de tráfico de drogas, tráfico humano, epidemias e pandemias, além dos problemas causados pela migração. Assim, o LBDSN aponta a necessidade do comprometimento europeu e francês na luta contra a degradação das condições de vida na África subsaariana para diminuir os fluxos migratórios e os conflitos na região (FRANÇA, 2008a).

A potencialidade de desestabilização regional dos conflitos internos subsaarianos é apontada como a principal ameaça à segurança e estabilidade africana com potencialidade de afetar a paz e segurança europeia. Em consonância com a estratégia de segurança adotada, o LBDSN reforça o apoio às organizações regionais de segurança africanas.

A África aspira a ter a sua própria capacidade de resolução de conflitos, prevenção de crises e manutenção da paz. A França e a Europa têm um grande interesse em contribuir para o estabelecimento destes meios. Para este fim, eles devem continuar a apoiar os esforços da União Africana, das organizações regionais e dos próprios países africanos (FRANÇA, 2008a, p.44-45, tradução nossa¹¹⁷).

O tom geral do LBDSN e do LBPE demonstram a estratégia francesa de construir uma liderança na UE e principalmente de multilateralizar esta atuação por meio do discurso da segurança comum e dos riscos que a Europa corre em decorrência da instabilidade no continente africano.

A estabilidade do norte da África, e especialmente do Magreb, é de particular importância para a Europa e a França, devido à nossa proximidade e estreitos laços tecidos em ambos os lados do Mediterrâneo, histórico ou cultural, mas também político e econômico. No entanto, esta região vivencia uma evolução contrastada, com: uma transição demográfica em curso, mas forte pressão migratória da África Subsaariana; um dinamismo econômico, mas fortes desequilíbrios sociais (especialmente em termos de emprego); um risco terrorista persistente e provavelmente mais internacionalizado (ilustrado pelo papel da "Al Qaeda no Magreb Islâmico"). A longo prazo, a reforma política, a capacidade de antecipar a degradação ambiental, o desenvolvimento da educação, melhorando a gestão do desenvolvimento

¹¹⁷ No original: "L'Afrique aspire à disposer de ses propres capacités de règlement des différends, de prévention des crises et de maintien de la paix. La France et l'Europe ont un intérêt majeur à contribuer à l'établissement de ces moyens. À cette fin, elles doivent continuer d'accompagner les efforts de l'Union africaine, des organisations régionales et des pays africains eux-mêmes."

serão fatores importantes na evolução desta sub-região (FRANÇA, 2008b, p.23, tradução nossa¹¹⁸).

3.5. *A revisão dos Acordos de Defesa*

No tocante aos assuntos de defesa, a administração Sarkozy deu continuidade às reformas iniciadas nos anos 1990. Durante a campanha presidencial, Sarkozy havia prometido renegociar e publicizar os acordos de defesa franceses, reduzir a presença militar francesa e priorizar o apoio à construção de capacidades militares africanas e dar continuidade ao movimento de priorização de atuações multilaterais sobre as unilaterais (CUMMING, 2013). A decisão de rever os acordos de defesa e submetê-los ao parlamento francês representou um importante passo em direção à normalização das relações franco-africanas por dar a estes relacionamentos uma maior transparência e controle em oposição ao seu caráter historicamente personalista e secreto.

Outro ponto importante da reforma militar conduzida por Sarkozy foi o fechamento de bases militares francesas espalhadas pelo continente africano. A França possuía bases militares no continente africano localizadas ao longo de sua zona de influência em Dakar, Senegal; Abidjan, Costa do Marfim, Djibouti e Gabão. Com a reforma, são mantidas apenas as bases do Djibouti e Gabão. Em consonância com a busca da multilateralização da presença militar francesa no continente em detrimento de intervenções unilaterais, a reforma conduzida por Sarkozy buscou adaptar a presença militar francesa para apoiar estruturas africanas de administração de crises por meio do apoio à estruturas que compõe Arquitetura Africana de Paz e Segurança (CUMMING, 2013).

A França adaptou sua presença militar para apoiar administração de crises africanas, não apenas os esforços da União Africana para construir suas próprias estruturas institucionais, a Arquitetura Africana de Paz e Segurança. As forças francesas agora apoiam quatro componentes da força africana de estabilização: com o Gabão cobre a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC); Djibouti apoiando

¹¹⁸ No original: “La stabilité de l’Afrique du Nord, et tout particulièrement du Maghreb, est d’une importance particulière pour l’Europe et la France, en raison de notre proximité et des liens étroits tissés de part et d’autre de la Méditerranée, historiques ou culturels, mais aussi politiques et économiques. Or, cette région connaît une évolution contrastée, avec : une transition démographique en cours, mais une forte pression migratoire venue d’Afrique subsaharienne ; un dynamisme économique inégal, mais de forts déséquilibres sociaux (notamment en termes d’emploi); un risque terroriste persistant et sans doute plus internationalisé (qu’illustre le rôle d’«Al Qaïda au Maghreb islamique »). À long terme, la réforme politique, la capacité à anticiper sur la dégradation environnementale, le développement de l’éducation, l’amélioration de la gestion du développement urbain seront des facteurs importants de l’évolution de cette sous-région.”

as organizações regionais da África Oriental (IGAD e EASBRIG); Senegal cobrindo a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO/ ECOWAS) e a base em Réunion (território francês) reforçando a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) (DE ROHAN 2011 apud CUMMING, 2013, p.29, tradução nossa¹¹⁹).

Além do maior apoio às organizações regionais africanas e à União Africana, o governo francês buscou cada vez mais angariar apoio de seus parceiros membros da União Europeia e da Organização das Nações Unidas como estratégia para reduzir os custos políticos e econômicos de sua presença militar no continente e também trazer uma maior legitimidade a ela.

No entanto, Sarkozy trabalhou na ONU, EU e organizações regionais para perseguir objetivos franceses. Isto permitiu a França manter uma importante voz no futuro da arquitetura de paz africana, mesmo com a redução física de sua presença no continente. A França também alargou seu foco econômico para além de seus tradicionais parceiros francófonos, para alcançar as maiores economias subaarianas, a África do Sul e a Nigéria. (MELLY e DARRACQ, 2013, p. 5, tradução nossa¹²⁰)

Porém, estas reformas francesas devem ser analisadas com cuidado e parcimônia. Mesmo com o fechamento de bases militares e a redução do número de tropas, a França pode mobilizar uma quantidade significativa de tropas e material bélico no continente africano em um curto período de tempo - forças de ação rápida- o que faz dela a principal força militar estrangeira no continente. Além disso, a França se mostra particularmente disposta a empregar sua força militar e engajar em conflitos no continente africano, o que faz dela um parceiro potencial para questões que envolva paz e segurança no continente.

Mesmo com alguns países africanos despontando como potências militares regionais, a exemplo da África do Sul e Nigéria, estes países não possuem uma infraestrutura militar que possa fazer frente à capacidade militar francesa na região. Mesmo a União Africana, principal organização multilateral africana, enfrenta limitações quanto a possibilidade de atuação militar devido às restrições financeiras para arcar com os altíssimos custos de intervenções

¹¹⁹ No original: “France did adapt her military presence to support African crisis management, not least the AU’s efforts to construct its own institutional framework, the African Peace and Security Architecture. French forces now support the four regional components of the African standby force: with Gabon covering the Economic Community of Central African States (CEEAC); Djibouti supporting East Africa’s regional organisations (IGAD, EASBRIG); Senegal covering the Economic Community of West African States (ECOWAS); and the base in Re’union (French sovereign territory) bolstering the South African Development Community (SADC).”

¹²⁰ No original: “However, Sarkozy did also work through the UN, EU and regional organizations to pursue French objectives. This allowed France to maintain an important voice on the future of Africa’s security architecture, even as it reduced its physical military presence on the ground. France also widened its economic focus away from traditional francophone partners, to reach out to the largest subSaharan economies, South Africa and Nigeria.”

militares. Assim, a França permanece como uma importante força militar no continente e uma importante parceira das organizações regionais e multilaterais africanas na condução da sua política de paz e segurança.

Outro ponto que carece que especial atenção é a busca por apoio multilateral em organizações como a União Europeia e Organização das Nações Unidas. No primeiro caso, nota-se a busca por contrapartida financeira para arcar com os custos do envolvimento militar e até mesmo uma participação de menor expressão de outras potências europeias nas operações, desde que esta não comprometa a liderança francesa na condução de assuntos militares (RIEKER, 2017). Um sinal desta estratégia foi a transformação do programa RECAMP em EURORECAMP. Em 2008 Sarkozy promoveu a europeização do programa RECAMP com a alteração do seu nome para EURORECAMP e o colocando sob a responsabilidade do Conselho Europeu (CHAFER, 2016). Nota-se também a busca por legitimidade por meio da chancela internacional como forma de reduzir os custos políticos envolvidos neste tipo de engajamento.

Europeização sempre foi vista como um meio para evitar a acusação de neocolonialismo, além do mais uma operação militar da União Europeia não teria a mesma associação direta com a França e deveria ser vista como politicamente “neutra”. Além do mais, do ponto de vista francês, europeização assim como africanização, significa divisão de custos: divisão de riscos e custos de operações militares na África com outros membros da UE (CHAFER, 2016, p.130, tradução nossa¹²¹).

Com a transformação do programa RECAMP em EURORECAMP, a França passa a cooperar de maneira mais profunda e pragmática com outro importante ator militar europeu, o Reino Unido.

Desde a cúpula franco-britânica de Saint-Malo em 1998, e especialmente desde a cúpula de Cahors em 2001, a França tem cooperado cada vez mais com o Reino Unido em questões de segurança na África (Chafar e Cumming, 2010). Cúpulas franco-britânicas agora incluem regularmente um capítulo sobre a África e pontes institucionais foram construídas através de destacamentos de pessoal e reuniões regulares que são projetadas para melhorar a compreensão dos dois países do modus operandi uns dos outros no campo da paz e segurança. Além disso, na sequência da cimeira da UE de Dezembro de 2007 em Lisboa, a França e o Reino Unido assumiram a liderança na transformação do programa de formação francês RECAMP num programa da UE, o EURORECAMP. Com sede em Paris, como a França é a

¹²¹ No original: “Europeanization was also seen as a means of avoiding the charge of neo-colonialism, insofar as an EU military operation would not have the same direct association with France and would thus be seen as more politically ‘neutral’. More generally, from a French point of view, Europeanization, like Africanization, is about burden-sharing: sharing the risks, and costs, of military operations in Africa with other EU member states.”

"nação-marco" designada pela UE, o EURORECAMP tem um general francês como seu diretor e um oficial britânico como vice-diretor (CHAFER, 2014, p.517, tradução nossa¹²²).

3.6. *Intervenções militares: Costa do Marfim e Líbia*

Dentre as intervenções militares francesas no continente africano durante o governo de Nicolas Sarkozy, duas se mostram particularmente importantes, a intervenção na Costa do Marfim e a intervenção na Líbia. A primeira, ocorrida em um país historicamente próximo à França, dentro de sua zona de influência subsaariana. A segunda, em um país do norte da África, região que historicamente possui um perfil diferenciado de política externa francesa, mais próximo ao perfil franco-árabe do que do perfil franco-subsariano.

3.6.1. Costa do Marfim:

3.6.1.1. A Primeira Guerra Civil Marfinense

A Costa do Marfim passou por um período de estabilidade política e crescimento econômico no período posterior a sua independência. Sempre mantendo laços profundos com a ex-metrópole, a Costa do Marfim chegou a ser considerada a “Suíça Africana” por conta de seu modelo de desenvolvimento, integração comunitária e cooperação com a França conduzida por Félix Houphouët-Boigny. Este panorama de estabilidade e receptividade com os imigrantes transformou a Costa do Marfim em um destino de migração econômica e laboral na região, atraindo migrantes principalmente do Mali e Burkina Faso para trabalharem em plantações de cacau e café, principais produtos de exportação marfinenses (GONZÁLEZ, 2018).

No entanto, este período de estabilidade e prosperidade econômica começa a ruir com a queda do preço internacional do cacau e café aliado as consequências da implementação das

¹²² No original: Since the 1998 Saint-Malo Franco-British summit, and especially since the Cahors summit of 2001, France has increasingly cooperated with the UK on security issues in Africa (Chafer and Cumming 2010). Franco-British summits now regularly include a chapter on Africa and institutional bridges have been built through secondments of personnel and regular meetings that are designed to improve the two countries' understanding of each other's modus operandi in the peace and security field. Moreover, in the wake of the December 2007 EU summit in Lisbon, France and the UK took the lead in transforming the French RECAMP training programme into an EU programme, EURORECAMP. Based in Paris, as France is the 'framework nation' designated by the EU, EURORECAMP has a French general as its director and a British officer as its deputy director.

reformas neoliberais propostas pelo Banco Mundial e FMI durante os anos 1980. Com a morte de Houphouët-Boigny em 1993, a crise econômica transformou-se em crise política e adquiriu um importante viés étnico-religioso e regional por conta das contradições entre as elites políticas regionais de maioria católica ao sul e muçulmana ao norte.

Com a mediação do governo francês foi assinado em janeiro de 2003 os acordos de Linas-Marcoussis objetivando a reunificação nacional, desarmamento e eleições presidenciais para o ano de 2005. Porém, em setembro do mesmo ano, o grupo Forças Novas acusou o então presidente Laurent Gbagbo de pretender não cumprir com o acordo de Linas-Marcoussis, dando início a um período de tensão e instabilidade no país (GONZÁLEZ, 2018). Em um ato de retaliação ao envolvimento francês na crise política da Costa do Marfim, as forças armadas marfineses bombardearam posições francesas, que por sua vez destruiu completamente a aviação militar do país africano ao bombardear suas aeronaves ainda em solo.

As eleições de 2005 não ocorreram devido ao não cumprimento do desarmamento por parte dos rebeldes. As Nações Unidas, por meio de uma resolução, prorrogou por mais um ano o mandato do presidente Laurent Gbagbo, o que provocou uma escalada na onda de violência (GONZÁLEZ, 2018, p.85, tradução nossa¹²³)

A situação de tensão na Costa do Marfim continuou e diversas tentativas de solucionar o conflito mostram-se ineficazes nos anos seguintes.

Entre 2007 e 2010 a Costa do Marfim se viu em meio a um processo de paz que buscava a estabilidade política. Os passos concretos dados para alcançar tal objetivo se materializaram em: a formação de um governo no qual se integrou o principal líder rebelde na função de Primeiro-Ministro, a desmobilização dos combatentes e a sua integração em um exército nacional misto, assim como a entrega das cidades controladas por eles. Apesar disto, o processo não avançava: o desarmamento efetivo não ocorreu com rapidez, tampouco o fez a reunificação das forças de segurança, se registravam crimes violentos, assaltos armados e roubos em estradas por grupos relutantes em aceitar as negociações (GONZÁLEZ, 2018, p.86, tradução nossa¹²⁴)

¹²³ No original: “Las elecciones programadas no pudieron efectuarse debido al no cumplimiento del desarme por parte de los rebeldes. Las Naciones Unidas, mediante una resolución, prorrogó un año más el mandato del presidente Laurent Gbagbo, lo que provocó una escalada en la ola de violencia”.

¹²⁴ No original: “Entre el 2007 y el 2010 Costa de Marfil se vio involucrada en un proceso de paz que buscaba la estabilidad política. Los pasos concretos dados para lograr este objetivo se materializaron en: la formación de un gobierno a cual se integró el principal líder rebelde en la función de Primer Ministro, la desmovilización de los combatientes y su integración en un ejército nacional mixto, así como la entrega de las ciudades controladas por ellos. A pesar de esto, el proceso no avanzaba: el desarme efectivo no fluyó con rapidez, tampoco lo hizo la reunificación de las fuerzas de seguridad, se reportaban crímenes violentos, asaltos armados y robos en las autopistas por grupos reacios a aceptar las negociaciones.”

Finalmente em 2010 ocorreu a eleição presidencial prevista para acontecer em 2005. O primeiro turno do pleito ocorreu de maneira satisfatória e com significativa participação da população marfinense. Foi então no segundo turno, disputado por Gbagbo e Ouattara que a instabilidade política voltou a se agravar devido aos resultados contraditórios do pleito e a questões legais envolvendo a legislação eleitoral marfinense.

O segundo turno das eleições presidenciais foi marcado pela proclamação de dois resultados contraditórios. Um resultado proclamado pelo presidente da Comissão Eleitoral Independente no quartel geral do candidato Alassane Ouattara, atual presidente, que representava a oposição na época. Esses resultados o deram como vencedor das eleições com mais de 54% dos votos, segundo o relatório final da Missão de Observação Eleitoral da União Europeia (2011) e acabaram levando a controvérsias quanto à validade jurídica e ética da proclamação de tais resultados. Isso se justifica pelo fato dos resultados não terem sido detalhados como recomendam os textos do código eleitoral marfinense e do próprio procedimento já observado durante o primeiro turno. Além disso, foram dadas em circunstâncias duvidosas como, por exemplo, o fato dos resultados serem proclamados apenas pelo presidente da Comissão Eleitoral Independente, sem a presença dos vice-presidentes desse órgão administrativo, no quartel geral do candidato Ouattara, e no quarto dia após as eleições, enquanto a Constituição prevê um prazo máximo de três dias para a proclamação dos resultados provisórios que deveriam, logo em seguida, serem averiguados e confirmados ou não pelo Conselho Constitucional. O segundo resultado foi dado pelo presidente do Conselho Constitucional em ruptura com o resultado dado horas antes pelo presidente da Comissão Eleitoral Independente. Com base em relatos e informações comprovadas de fraudes em massa e violências físicas contra os seus militantes, a coalizão de partidos que apoiava o então presidente Gbagbo entrou com pedidos em anulação dos votos em algumas regiões do país. Esses pedidos encontraram um parecer favorável da parte do Conselho Constitucional que, com base nas provas apresentadas, anulou os resultados de sete departamentos do Norte e do Centro do país e proclamou a vitória do presidente Laurent Gbagbo. (PENNA FILHO e BADOU, 2014, p.167)

Ambos os candidatos se proclamaram vencedores e montaram seus gabinetes de governo. Esta crise pós-eleitoral, permeada de denúncias mútuas de fraudes durante a corrida eleitoral, levaram a confrontos armados entre os apoiadores de Gbagbo e Ouattara. A relutância de Gbagbo em deixar o poder, mesmo cinco anos depois do fim do seu mandato e sua recusa em aceitar o resultado das eleições, deu origem a uma nova guerra civil na Costa do Marfim em 2011 (MONCRIEFF, 2012a).

3.6.1.2. A Segunda Guerra Civil Marfinense:

Diante do impasse provocado pelas eleições presidenciais, organizações multilaterais internacionais e regionais (ONU, UA e CEDEAO) tentaram mediar a crise política marfinense. Estados Unidos, União Europeia e França reconheceram formalmente a vitória de Alassane Ouattara e deram início a uma série de medidas para isolar diplomaticamente Laurent Gbagbo.

A abordagem inicial da França foi pressionar por um isolamento diplomático do regime de Gbagbo, rejeitando qualquer possibilidade de uma intervenção militar, e colocando em prática sanções para isolar Gbagbo em seu próprio campo e persuadindo aqueles envolta dele da desesperança de sua causa. Depois o visto europeu de Gbagbo e de 58 de seus apoiadores foi suspenso, em 14 fevereiro 85 pessoas e 11 companhias foram alvo de um congelamento de ativos por todo o continente europeu, afetando especialmente o setor exportador de cacau. Este regime de sanções europeias foi incomumente firme e vasta. Em 23 de dezembro de 2010 o Banco Central da África Ocidental da zona do franco parou de emitir dinheiro para o governo Gbagbo. [...] Os bancos comerciais franceses ficaram presos entre as pressões de Gbagbo para continuarem abertos e o colapso de suas atividades diárias a medida que a crise se desdobrava e a liquidez se esgotava (MONCRIEFF, 2012a, p.29-30, tradução nossa¹²⁵)

O histórico de envolvimento francês na política e economia marfinense foi utilizado por Gbagbo e seus apoiadores para criar um discurso de conspiração francesa contra seu governo, teoria que foi amplamente difundida por meio da internet por seus apoiadores (MONCRIEFF, 2012a). Muitos dos apoiadores de Gbagbo apontavam o envolvimento francês no conflito marfinense como uma prova incontestável do retorno da velha política intervencionista francesa nos assuntos e na política africana (BANÉGAS, 2014), o que indiscutivelmente influenciou no acirramento da tensão política que o país vivia.

O outro lado [o lado de Gbagbo], por contraste, via isto como a prova cabal da “guerra da França contra a Costa do Marfim” e a intervenção como a confirmação da ambição neocolonialista de Paris no conflito marfinense. De fato, desde o início da crise, muitos marfinenses - desde aqueles ligados ao regime de Gbagbo até simples cidadãos- tentaram interpretar e até experienciar o conflito ao longo de linhas

¹²⁵ no original: “The initial French approach was to push for broad diplomatic isolation of the Gbagbo regime, rebuff any possibility of French military intervention, and to put in place sanctions to isolate Gbagbo within his own camp and persuade those around him of the hopelessness of his cause. Following a European visa ban on Gbagbo and 58 of his supporters, on 14 February 85 people and 11 companies were subject to a Europe-wide asset freeze, affecting in particular the cocoa export sector. This European sanctions regime was unusually firm and broad. On 23 December 2010 the West African Central Bank of the Franc Zone stopped emitting money to the Gbagbo government. [...]French-owned commercial banks were caught between pressure from Gbagbo to stay open and the collapse of their day-to-day work as the crisis unfolded and liquidity dried up.

agonistas como uma luta pela libertação nacional e uma “segunda guerra de independência”. Entre 2002 e 2011, esta retórica se tornou o principal instrumento com o qual o regime, que carecia de apoio interno e externo, buscou conquistar legitimidade. Isto ofereceu o argumento para uma verdadeira máquina de propaganda estatal que atribuía a origem da rebelião à França de Chirac e Sarkozy e atribuía todas as mazelas do país à alienação colonial (BANÉGAS, 2014, p.65-66, tradução nossa¹²⁶).

Com o pleito eleitoral de 2010, criou-se duas legitimidades concorrentes, uma defendia a legalidade e a legitimidade do governo de Gbagbo e outra apontava Ouattara como o legítimo presidente eleito. Mesmo sem o reconhecimento internacional, Gbagbo continuava com controle sobre setores estratégicos e toda a porção do território não ocupado pela rebelião. Já o governo Ouattara possuía reconhecimento internacional de diversos países europeus, africanos e dos Estados Unidos, no entanto não possuía controle real da estrutura institucional e de setores estratégicos do país (PENNA FILHO e BADOU, 2014).

Em 1º de abril de 2011 parecia que as forças leais a Ouattara estavam prestes a depor Gbagbo sem nenhuma ajuda significativa das forças francesas. No entanto, Gbagbo se manteve firme, e sob uma trégua, suas forças libertaram Abidjan. Neste momento, entre 9-10 de abril, mediante um pedido tanto de Ouattara quanto do Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, os franceses começaram a bombardear de maneira contundente as posições de Gbagbo. Em 11 de abril as forças francesas ajudaram a cercar a residência de Gbagbo enquanto ele era capturado. No entanto, teve uma cuidadosa apresentação para mostrar Gbagbo sendo capturado pelas forças pró-Ouattara, agora é sabido que as forças francesas desempenharam um papel crucial no fim. (MONCRIEFF, 2012a, p.30, tradução nossa¹²⁷)

¹²⁶ No original: “The other side, by contrast, saw it as the ultimate proof of ‘France’s war against the Côte d’Ivoire’ and a striking confirmation of Paris’ neo-colonialist ambitions in the Ivorian conflict. Indeed, since the start of the crisis, many Ivorians – those with ties to Laurent Gbagbo’s regime as well as simple citizens – have tended to interpret and even experience the conflict along agonistic lines as a fight for national liberation and a ‘second war of independence’. Between 2002 and 2011, this rhetoric became the preferred vehicle by which the regime, which lacked internal and external support, sought to win legitimacy. It provided the grist for a veritable state propaganda machine that attributed the origins of the rebellion to Chirac and Sarkozy’s France and presented colonial alienation as the source of all of the country’s ills.”

¹²⁷ No original: “On 1 April 2011 it seemed that the forces loyal to Ouattara were about to depose Gbagbo with no significant help from French forces. However, Gbagbo held out, and under cover of a truce, his forces pushed out into Abidjan. At this point, on 9–10 April, following a request from both Ouattara and the UN secretary-general, Ban Ki-moon, the French started heavy bombardment of Gbagbo’s positions. On 11 April French forces helped to surround Gbagbo’s residency while he was captured. Although there was a careful presentation to show Gbagbo being captured by pro-Ouattara forces, it is now known that French forces played a crucial role right to the end.”

Diante dos desdobramentos do conflito e instabilidade prolongada pelo qual a Costa do Marfim passou, surge o questionamento sobre quais motivos levaram a França a se envolver no país africano. Como destaca González (2018), a França possui grandes interesses econômicos na Costa do Marfim e Laurent Gbagbo possuía uma postura crítica sobre os envolvimento franceses no país. Gbagbo apresentava uma postura pró-estadunidense, o que colocava em risco interesses econômicos franceses no país, e teria contribuído para que a França apoiasse Ouattara como vencedor da campanha presidencial.

3.6.2. Líbia:

Diferentemente da Costa do Marfim, afetada por instabilidade política interna, os conflitos na Líbia iniciaram no contexto da chamada “Primavera Árabe”. A série de conflitos que se espalhou pelo norte da África teve início na Tunísia e Egito. Estes países norte-africanos passavam por uma grave crise econômica e social por conta da alta dos preços dos alimentos e deterioração das condições de vida das classes trabalhadoras. Segundo Joffé (2011), a alta global dos preços dos alimentos e energia atingiu de maneira contundente estes países e assim, “O efeito imediato foi uma impressionante escalada nos preços dos alimentos e da energia na região, com um impacto directo nas populações que já viviam perto do limiar de pobreza, o que acontece com frequência no Norte de África” (JOFFÉ, 2011, p.87).

O estopim para conflitos foi o suicídio de Mohamed Bouazizi, um vendedor ambulante que ateou fogo ao próprio corpo em frente a prefeitura de Sidi Bouzid, Tunísia, em 04 de janeiro de 2011, como forma de protesto contra o preço dos alimentos e condições de vida dos trabalhadores tunisianos. Os protestos então tomaram as ruas do Egito e Tunísia (PRASHAD, 2012), no entanto não ficaram restritos a eles. Outros países do norte da África e Oriente Médio também foram atingidos pela onda de protestos, como Líbia, Argélia, Marrocos, Kuwait, Bahrein e Iêmen.

Ao contrário do que aconteceu no Egito e Tunísia, onde os protestos surgiram de movimentos sociais, na Líbia, onde não havia espaço para contestação social do regime, os protestos foram iniciados por grupos tribais contrários do regime Kadhafista na região de Benghazi (JOFFÉ, 2011). Diante das primeiras manifestações de conflito na Líbia, o então

Primeiro Ministro inglês, David Cameron, solicitou junto ao CSNU a imposição de uma “No fly zone” à Líbia. Porém, diante da pouca receptividade estadunidense em se envolver militarmente em mais um país árabe, Cameron voltou atrás de sua decisão e “anunciou em 1 de março que o Reino Unido iria restringir o seu envolvimento [no conflito líbio] ao oferecimento de apoio político aos rebeldes” (HOWORTH, 2014, p.408, tradução nossa¹²⁸).

Ao contrário de Cameron, Sarkozy viu no conflito líbio uma oportunidade de projetar a liderança francesa e assumiu o protagonismo na reivindicação da intervenção ocidental no país norte-africano.

Foi Nicolas Sarkozy, por outro lado, em um discurso em Ancara em 25 de fevereiro, que primeiro pediu a saída de Gaddafi. Foi novamente Sarkozy quem, nos primeiros dias de março, entrou em contato pela primeira vez com o "rebelde" Conselho Nacional de Transição (CNT). Durante as duas primeiras semanas de março, o presidente francês batia constantemente o tambor de guerra, pedindo regularmente "ataques direcionados" contra as forças de Gaddafi. Ele foi amplamente visto pela mídia européia como sendo o autoproclamado líder do partido de guerra. "Parece que Sarkozy quer esmagar o ditador líbio sozinho", opinou um jornalista de Berlim, acrescentando, maliciosamente, que "alguns meses atrás, ele estaria disposto a vender-lhe reatores nucleares". Foi Sarkozy quem, em nome da França, em 10 de março, reconheceu oficialmente o CNT como o único representante legítimo do povo líbio - uma decisão tomada unilateralmente às vésperas de uma cúpula europeia convocada justamente para discutir a questão do reconhecimento. Em todos esses movimentos, primeiro-ministro do Reino Unido parecia estar atrás de seu parceiro francês (HOWORTH, 2014, p. 408, tradução nossa¹²⁹).

Sob os auspícios da “responsabilidade de proteger” (R2P), a Resolução 1973 do CSNU foi aprovada em 17 de março de 2011 e autorizava a imposição de uma “no fly zone” à Líbia e autorizava o uso de qualquer medida necessária para proteger as populações civis das ameaças de ataques. “A ação militar contra a Líbia começou dois dias depois, e em

¹²⁸ No original: “announced on 1 March that the UK would restrict its involvement to offering political support to the rebels.”

¹²⁹ No original: “It was Nicolas Sarkozy, on the other hand, in a speech in Ankara on 25 February, who first called for the departure of Gaddafi. It was again Sarkozy who, in the early days of March, first entered into contact with the ‘rebel’ Transitional National Council (TNC). During the first two weeks of March, the French president constantly beat the war drum, calling regularly for ‘targeted strikes’ on Gaddafi’s forces. He was widely seen by the European media as being the self-proclaimed leader of the war party. ‘It seems Sarkozy wants to smash the Libyan dictator all on his own’, opined a Berlin journalist, adding, maliciously, that ‘a few months ago, he would have been keen to sell him nuclear reactors’. It was Sarkozy who, on behalf of France on 10 March, officially recognised the TNC as the sole legitimate representative of the Libyan people – a decision taken unilaterally on the eve of a European summit convened precisely to discuss the issue of recognition. In all these moves the UK prime minister appeared to be trailing behind his French partner.”

outubro o coronel Muammar al-Khadafi estava morto e o Conselho Nacional de Transição estava no poder” (HEHIR, 2013, p.138, tradução nossa¹³⁰).

Apesar da curta duração da intervenção na Líbia, finalizada logo após o fim do regime de Khadafi, podemos inferir importantes motivações para a atuação francesa no caso líbio. O primeiro motivo pode ser relacionado à uma busca de melhora nos índices de popularidade do governo (HOWORTH, 2013). Sarkozy sofreu desde o início de seu mandato presidencial de uma baixa popularidade. Em abril de 2008, pouco menos de um ano de governo, o índice de aprovação estava em apenas 32% e a baixa aprovação do governo estava fortemente relacionada a questões econômicas e aos planos de cortes de gastos propostos pelo governo (REUTERS, 2008). A fraca performance francesa durante o início da chamada “primavera árabe” na Tunísia e Egito, também contribuiu para a baixa aprovação do governo (HOWORTH, 2013). Às vésperas da eleição presidencial, a intervenção poderia também ser uma forma de aumentar a popularidade e a aprovação do governo Sarkozy por meio da atuação internacional francesa.

O segundo motivo pode ser relacionado à questões regionais europeias. Nos últimos anos, Alemanha tem se destacado em diversas áreas da União Europeia, no entanto, o aspecto militar ainda é ponto de poder importante para a França, uma vez que ela pode tomar para si a liderança em matérias de defesa e segurança (RIEKER, 2017), e assim contrabalançar a liderança alemã no seio da organização regional.

3.7. A França além do pré-carré.

Um aspecto inegável da política africana de Nicolas Sarkozy é tentativa de expandir a influência francesa para além da sua tradicional zona francófona. Nos últimos anos, países como Angola, África do Sul e Nigéria apresentaram taxas consistentes de crescimento e abriram novas oportunidades de negócios para empresas francesas, principalmente no setor energético. A França passou a mirar de maneira mais contundente espaços além da zona francófona como forma de competir com outras potências pelo acesso aos mercados e

¹³⁰ No original: “Military action against Libya began two days later, and by October Col. Muammar al-Qaddafi was dead and the National Transitional Council was in power.”

oportunidades de negócios na África. Este movimento de expansão para além da zona tradicional de influência aponta para a tendência do distanciamento de uma política de “laços compartilhados” e para o fortalecimento de uma política voltada para os interesses econômicos.

No entanto, nota-se, durante a gestão Sarkozy, uma dualidade para se relacionar com o continente africano. Sarkozy buscou uma abordagem mais individualizada para cada país, utilizando diferentes abordagens, desde uma abordagem mais normalizada, ou seja, respeitando os canais formais de diplomacia, até abordagens “à moda antiga francesa”. Esta dualidade demonstra uma instrumentalização dos laços compartilhados entre a França e a África. Por diversas vezes Sarkozy invocou a memória dos laços históricos que unem o país europeu e o continente africano para justificar a presença e a necessidade francesa de intervir no continente, como ocorrido durante a intervenção na Costa do Marfim. Porém, Sarkozy não exitou em invocar a necessidade de normalização das relações franco-africanas quando estas eram demasiado custosas econômica ou politicamente.

Cabe ressaltar que a busca de Sarkozy de expansão da influência francesa não está restrita ao continente africano. Desde início de seu governo, Sarkozy demonstrou interesse em retomar as relações com os Estados Unidos, com quem a França possui uma animosidade histórica, e construir um eixo Washington-Paris. Além disso, Sarkozy explicitou este objetivo ao reintegrar a França à estrutura de comando da OTAN e no anúncio do “retorno da França para a Europa” como forma de dirimir a rejeição francesa ao referendo de 2005 da União Europeia (ROWDYBUSH e CHAMOREL, 2012).

3.7.1. *A Union Méditerranéenne*

Em seu discurso de posse em 16 de maio de 2007, Nicolas Sarkozy anunciou a iniciativa da União do Mediterrâneo. Esta iniciativa, em um primeiro momento, abrangeria apenas os países da costa do Mediterrâneo e buscaria discutir uma união política, econômica e cultural dos estados banhados pelo mar Mediterrâneo, abrangendo países europeus, africanos e parte do Oriente Médio. No entanto, a iniciativa de Sarkozy não foi prontamente aceita por outros importantes membros da UE, especialmente a Alemanha. Para eles, a proposta excluía

do processo os países-membro não situados às margens do Mediterrâneo, marginalizava as principais iniciativas europeias de integração e relacionamento entre a Europa-Mediterrâneo e negligenciava a existência de outras estruturas institucionais que tratavam do assunto, como o processo de Barcelona e a Política Europeia de Vizinhança (European Neighbourhood Policy-ENP) (EMERSON, 2008).

A declaração de Barcelona identificava três objetivos centrais para a parceria Euro-Mediterrânea. 1) estabelecimento de uma área comum de paz e estabilidade por meio do fortalecimento do diálogo político e securitário. 2) criando uma área de prosperidade compartilhada por meio de uma parceria econômica e estabelecimento gradual de uma área de livre-comércio e 3) reunindo pessoas por meio de uma parceria humana, cultural e social buscando promover o entendimento entre culturas e trocas entre sociedades civis (MANGALA, 2010, p.171. tradução nossa¹³¹).

A Alemanha, sob o comando da chanceler Angela Merkel, adotou uma postura crítica em relação à proposta de Sarkozy por acreditar que tal iniciativa criaria um subgrupo dentro da UE (EMERSON, 2008; BICCHI, 2011).

Não foi de surpreender que o projeto tenha encontrado uma relutância inicial por parte dos outros estados membros europeus e da Comissão, principalmente porque a proposta inicial deixou de fora a UE. Os parceiros europeus da França reagiram com igual insatisfação, assim como alguns dos países parceiros do Mediterrâneo. O excessivo unilateralismo do presidente francês, juntamente com natureza do projeto que parecia competir diretamente com a atual política mediterrânea da UE, a exclusão dos parceiros europeus não mediterrâneos, o unilateralismo na concepção e apresentação, e a grandiloquência com a qual foi esboçado, trouxeram medo de um retorno a uma Paris mais individualista (DELGADO, 2012, p.11, tradução nossa¹³²).

Grande parte da apreensão dos outros membros da UE em relação à iniciativa de Sarkozy se deve a falta de amadurecimento da proposta no momento do seu anúncio. Este comportamento impulsivo do presidente francês em anunciar propostas pouco amadurecidas e

¹³¹ No original: “The Barcelona Declaration identified three main objectives to the Euro-Mediterranean Partnership: (1) establishing a common area of peace and stability through the reinforcement of political and security dialogue; (2) creating an area of shared prosperity through an economic partnership and the gradual establishment of a free-trade area; and (3) bringing people together through a social, cultural, and human partnership aimed at promoting understanding between cultures and exchanges between civil societies.”

¹³² No original: “It was not surprising that the project met with initial reluctance from the other European member states and the Commission, mainly because the initial proposal left out the EU. France’s European partners reacted with equal disaffection, as did some of the Mediterranean partner countries. The excessive unilateralism of the French president, together with the nature of the project that seemed to compete directly with existing EU Mediterranean policy, the exclusion of the non-Mediterranean European partners, the unilateralism in the design and presentation, and the grandiloquence with which it was outlined, all brought fears of a return to a more individualistic Paris.”

sem uma estratégia sólida em que pudesse se basear, mostrou-se recorrente durante a administração Sarkozy (EMERSON, 2008). Porém, isto mostra-se mais uma questão de estilo de condução política do líder do que uma característica da política externa francesa.

Após um período inicial de apreensão por parte dos demais membros da União Europeia e dos demais países às margens do mediterrâneo, em grande parte devido a falta de clareza da proposta francesa e da incerteza quanto ao papel dos demais envolvidos neste processo, uma nova abordagem foi adotada pelos diplomatas franceses e um intenso processo de negociações teve início. A retórica francesa tomou então uma direção mais inclusiva e menos individualista e tentou incluir os demais membros de UE na definição dos contornos da nova instituição. A Itália e Espanha juntaram-se a França na construção da nova instituição, no entanto, ambas impuseram como condição a completa participação da União Europeia, a alteração do nome da instituição de “União do Mediterrâneo” para “União para o Mediterrâneo” e que esta nova instituição fosse complementar e não substituta do Processo de Barcelona (DELGADO, 2011).

Por um lado, a França consolidou o seu papel de genuína empreendedora, fazendo concessões e demonstrando uma atitude menos rígida e mais cooperativa. Por outro lado, a França não renunciou ao papel de *primus inter pares*. Paris retomou o nome e o desenho institucional consolidando a abordagem intergovernamental (DELGADO, 2011, p. 52, tradução nossa¹³³).

Mesmo com o apoio italiano e espanhol e o capital político e diplomático despendido pela França, a viabilidade da instituição só pôde ser alcançada devido a participação de outros importantes atores da UE, principalmente a Alemanha e os países nórdicos. A iniciativa União para o Mediterrâneo foi oficialmente lançada em 13 de julho de 2008 pelo presidente Nicolas Sarkozy (BICCHI, 2011) e conta com a participação dos 28 membros da União Europeia e mais 15 países localizados na margem sul e leste do mediterrâneo¹³⁴.

¹³³ No original: “on the one hand, France consolidated its role as a genuine entrepreneur, making concessions and showing a less rigid and more cooperative attitude. On the other hand, France did not renounce the role of *primus inter pares*. Paris got back the name and the institutional design consolidating the intergovernmental approach.”

¹³⁴ De acordo com o website oficial da União para o Mediterrâneo, fazem parte da organização: Albânia, Argélia, Áustria, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, Chipre, República Tcheca, Dinamarca, Egito, Estônia, Finlândia, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Israel, Itália, Jordânia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Mauritânia, Mônaco, Montenegro, Marrocos, Holanda, Palestina, Polónia, Portugal, Romênia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia, Tunísia, Turquia e Reino Unido. A Síria, apesar de ter participado inicialmente da organização, foi suspensa em 01 de dezembro de 2011.

A iniciativa de Sarkozy pode ser inserida em uma estratégia de resgate da influência francesa dentro da União Europeia, que teve o seu número de membros ampliado de 15 para 27 e mostrava-se cada vez menos disposta a seguir a liderança francesa, além de estar relacionada à retórica defendida por Sarkozy de reformas e mudanças na política interna e externa francesa. A escolha do mediterrâneo como zona estratégica, pode ser relacionada ao pertencimento desta região ao “guarda-chuva” de atuação francês, o que lhe daria legitimidade, dentro da União Europeia e em relação aos outros países mediterrâneos não europeus, quanto a esta iniciativa (DELGADO, 2011; BICCHI, 2011). Além de representar uma política diferenciada para a porção norte do continente, essa iniciativa demonstra a importância do continente africano para a projeção internacional francesa, tanto no contexto regional da União Europeia, quanto em um contexto global.

A iniciativa de Sarkozy de propor e articular a criação da União para o Mediterrâneo também pode ser entendida como uma tentativa de estreitar laços com os países do norte da África, região que, apesar de participar da francofonia, a França possui uma influência reduzida quando comparada à sua influência na porção subsaariana do continente. Além disso, a criação da base militar de Abu Dhabi no contexto da revisão dos acordos de defesa franceses, demonstra o interesse francês em projetar sua presença militar para além da sua tradicional zona de influência, expandindo sua presença para a região do Oriente Médio (DELGADO, 2011).

3.8. Incoerência ou retorno ao gaullismo?

O governo Sarkozy foi frequentemente apontado como ambíguo e incoerente por analistas de política externa francesa. Seu perfil pessoal impulsivo e o uso de relacionamentos personalistas para lidar com assuntos externos mostram além de uma característica pessoal do presidente, um retorno às práticas básicas do gaullismo. Sarkozy também utilizou, desde a sua campanha presidencial, temas de política externa para captar apoio eleitoral interno. A pauta do controle de imigração foi utilizada para criar um diálogo interno com a crescente extrema direita francesa que se apresentava com o apoio ao partido Frente Nacional. A intervenção

militar na Líbia foi utilizada para aumentar a popularidade baixíssima de Sarkozy durante o período pré-eleitoral, por exemplo. Esta estratégia do uso das pautas de política externa para a criar a união dos franceses e assim apoiar a figura do líder, é uma das características básicas do gaullismo.

As pautas de reformas defendidas por Sarkozy, tanto no plano interno quanto externo, e seu anseio por colocar a França novamente em uma posição de liderança dentro da União Europeia, onde a Alemanha tem aumentado consideravelmente seu poder, assim como em organizações internacionais, como o retorno à OTAN e seu papel durante a articulação da intervenção na Líbia, a qual a França foi a principal incentivadora, demonstra uma tentativa de retorno à política da grandeur. Ainda que a tentativa de Sarkozy esteja mais ligada à uma estratégia de realpolitik do que à estratégia ideológica gaullista, demonstrada por meio de seu tratamento personalizado a cada país e seus interesses, percebe-se a tentativa de recolocamento da França como um ator relevante no sistema internacional.

O alargamento da zona estratégica francesa e seu foco para além da sua tradicional zona influência, em especial para o mundo árabe e a tentativa de reaproximação com os Estados Unidos no contexto de uma política atlântico-mediterrânea, e a busca da construção de parcerias com outros países subsaarianos não-francófonos como Angola, Nigéria e África do Sul, apontam para a tentativa de readequação e instrumentalização da política externa por meio da aplicação de uma política externa mais voltada para ganhos econômicos e expansão francesa para além da sua tradicional zona de influência. Outro aspecto notável da política externa de Sarkozy é a manipulação das relações privilegiadas francesas para atenderem as necessidades do país europeu. Um traço frequente nos discursos do líder francês é a utilização dos laços históricos compartilhados em situações em que este discurso fosse favorável aos interesses franceses e a utilização do discurso de anacronismo e necessidade de revisão e normalização dos relacionamentos franco-africanos quando estes representavam um alto custo político à França.

No entanto, as tentativas de reforma e reorganização da política externa francesa por Sarkozy, não foram de todo exitosas. A falta de uma estratégia clara e as disputas entre reformistas e tradicionalistas no interior do governo mostraram-se empecilhos para uma alteração mais profunda da política externa e principalmente africana. Acreditamos que este

comportamento errático e potencialmente incoerente na condução da política externa durante o governo Sarkozy se dê por conta da utilização da política externa como meio para de incrementar a popularidade interna do governo e, por conta das mudanças na política interna, nos índices de popularidade do governo, muito mais voláteis do que as alterações e reações do meio externo, tenha contribuído enormemente para as constantes correções de rumos na política externa. Algumas atitudes de Sarkozy também justificaram a acusação de incoerência de seu governo. Um exemplo foi a promessa de maior controle da Assembleia Nacional sobre as decisões presidenciais de política externa que logo foi esquecida e a Assembleia continuou sem poderes reais sobre a matéria.

3.9. Conclusão

Neste capítulo, analisamos a política africana de Sarkozy frente os constrangimentos internacionais e domésticos e em especial sua tentativa de retomar o papel de liderança internacional francesa diante dos desafios de uma economia enfraquecida, uma ordem internacional multipolar e uma população e cultura ameaçadas de declínio. Não é possível pensar a política externa sem levar em consideração os interesses nacionais. Com a globalização esses interesses se afastam do Estado e se aproximam dos interesses do setor privado. O Estado francês, centralizador em sua essência, perde um pouco da sua autonomia de definir os interesses nacionais e precisa acomodar os interesses dispersos dos diversos setores da economia o que torna ainda mais difícil para a França buscar uma posição de destaque e liderança no sistema internacional.

CAPÍTULO 4

François Hollande: “Le temps de la Françafrique est révolu”?

A política africana da França é marcada pela sua continuidade e longevidade que perpassa diferentes governos e diferentes correntes ideológicas. Neste capítulo analisaremos a política africana de François Hollande, um político jovem, do partido socialista, sem ligações com o continente africano ou com o passado colonial francês. Analisaremos a sua tentativa de reforma da estrutura de tomada de decisão na elaboração da política africana francesa e seus constrangimentos, bem como a intervenção no Mali.

4. 1. Socialistas no poder.

Pela segunda vez na história da Quinta República Francesa, o Partido Socialista ocupava a Presidência da República. François Hollande derrotou o candidato gaullista Nicolas Sarkozy, candidato a reeleição, na corrida eleitoral de 2012 e iniciou seu mandato em maio do mesmo ano. François Hollande e François Mitterrand se tornaram assim os únicos membros do partido socialista a governar a França durante a Quinta República.

A eleição do socialista François Hollande no início de 2012 levantou questionamentos sobre a sua postura em relação à política africana da França. Durante sua campanha presidencial, François Hollande, assim como havia feito seu predecessor em 2007, defendeu a necessidade de revisão da política africana da França, o fim do Françafrique e mais transparência nas relações franco-africanas, colocando fim na corrupção e nas relações privilegiadas, personalistas e não-normalizadas (DARNIS, 2012). Hollande não possuía nenhum vínculo aparente com as redes do Françafrique nem com nenhum líder africano, não tinha nenhum interesse conhecido no continente, e, além disso, Hollande foi pupilo de Lionel Jospin, um influente político francês do Partido Socialista que ocupou o cargo de Primeiro Ministro no período de 1997 a 2002, durante o governo de Jacques Chirac, e que também defendia durante o seu mandato a necessidade de normalização das relações franco-africanas.

Apesar da defesa da necessidade de normalização das relações franco-africanas, durante a campanha presidencial Hollande não fez nenhuma promessa concreta em relação ao continente africano nem o visitou durante este período. Sua primeira manifestação concreta da intenção de romper com os relacionamentos privilegiados franco-africanos e de compromisso com a normalização desses relacionamentos ocorreu após sua posse. Em “27 de agosto em um comunicado endereçado a 163 embaixadores franceses ao redor do globo, ele prometeu uma renovação da política africana” (CHAFER, 2014, p. 515, tradução nossa¹³⁵). No mesmo comunicado Hollande destacava a necessidade de uma política diferente da “política do passado” e que a nova política deveria se pautar pela transparência nas relações econômicas e comerciais (CHAFER, 2014).

Assim como Sarkozy, Hollande, em sua primeira visita ao continente africano, visitou a capital do Senegal, Dakar, onde proferiu um discurso na Assembleia Nacional Senegalesa. Ao contrário de Sarkozy, o discurso de Hollande foi surpreendentemente bem recebido e “em seu próprio ‘Discurso de Dakar’, o presidente Hollande claramente indicou sua intenção de romper com a tônica condescendente e a incoerência política da era Sarkozy. Renovando sua promessa de iniciar uma nova era nos relacionamentos franco-africanos.”(CHAFER, 2016, p.122, tradução nossa¹³⁶) e, buscou destacar “que enquanto a política francesa para a África deve ser sempre orientada por seu compromisso com os princípios da democracia e direitos humanos, o relacionamento com os países africanos deve ser baseado no princípio do respeito mútuo de suas identidades e independências” (MELLY e DARRACQ, 2013, p.9, tradução nossa¹³⁷). A boa repercussão do discurso de Hollande dirimiu as dúvidas dos líderes africanos em relação à visão do novo líder francês sobre os relacionamentos franco-africanos.

Em um trecho do discurso, Hollande disse, "O tempo da Françafrique acabou: há a França, há a África, existe a parceria entre a França e a África, com relações baseadas no respeito, clareza e solidariedade" (HOLLANDE, 2012, tradução nossa¹³⁸). Este trecho

¹³⁵ No original: “ on 27 August 2012 in an address to France’s 163 ambassadors across the world, he promised a renewal of Africa policy”

¹³⁶ No original: “In his own ‘Dakar speech’, President Hollande clearly indicated his intention to break with the condescending tone and policy incoherences of the Sarkozy era. Renewing his promise to inaugurate a new era in Franco-African relations.”

¹³⁷ No original: “While French policy towards sub-Saharan Africa would always be shaped by its own attachment to the principles of democracy and human rights, relationship with African countries would be founded on the principle of mutual respect for their identity and independence.”

¹³⁸ No original: "Le temps de la Françafrique est révolu : il y a la France, il y a l'Afrique, il y a le partenariat entre la France et l'Afrique, avec des relations fondées sur le respect, la clarté et la solidarité"

tornou-se especialmente conhecido e é frequentemente apontado como a síntese do discurso de Dakar proferido por Hollande. Neste trecho, o presidente tentou enviar aos líderes africanos a mensagem que a África seria vista como parceira da França e não seria sujeitada à antiga metrópole. Mais uma vez o fim da Françafrique era declarado.

Além do conteúdo do discurso, o peso simbólico do mesmo - proferido no mesmo país em que o desastroso discurso de Sarkozy-, foi amplamente apontado como mais uma declaração do compromisso de romper com a antiga política africana francesa e com a política de Sarkozy.

Embora não tenha sido a primeira vez que um líder francês declarou o fim da Françafrique, a diferença agora foi que foi seguido por uma mudança também nas práticas (Chafer 2014). Primeiro, Hollande seguiu suas palavras denunciando domínio colonial brutal da França sobre a Argélia. Como nenhum de seus antecessores se atreveu a fazer isso, isto serviu para aumentar sua legitimidade. Em segundo lugar, Hollande foi instrumental na mudança da política africana da França para o potencial econômico do continente, em vez de ver a África unicamente como uma fonte estratégica de matérias-primas como petróleo, gás e urânio. Em terceiro lugar, ele deu mais atenção questões de desenvolvimento do que seus antecessores, alocando 0,7% do PIB do assistência ao desenvolvimento (Melly e Darracq 2013). E finalmente, Hollande alcançou a renovação administrativa, dando a posição de chefe da unidade consultiva para a África do Elysée a Hélène Le Gal, diplomata cuja experiência concentrou-se em grande parte no leste e sul anglófono do continente africano e não o seu oeste francófono (RIEKER, 2017 p.50, tradução nossa¹³⁹).

Outro ponto de distanciamento da agenda de Hollande para a África em relação à agenda de Sarkozy é o menor foco na questão da imigração. Esta não se mostrava uma questão prioritária para Hollande, o que, para os olhos dos líderes africanos, era mais um sinal que a África voltava a uma boa posição na política externa francesa. No entanto, podemos inferir que este distanciamento e menor destaque à pauta da imigração pode estar relacionada ao alinhamento político-ideológico de Hollande. Por pertencer ao Partido Socialista, Hollande

¹³⁹ No original: “While it was not the first time that a French leader declared Françafrique dead, the difference now was that it was followed by a change also in practices (Chafer 2014). First, Hollande followed up his words by denouncing France’s brutal colonial rule over Algeria. As none of his predecessors had dared to do that, it served to boost his legitimacy (Hollande 2012b). Second, Hollande was instrumental in shifting French African policy more towards the economic potential of the continent, instead of viewing Africa solely as a strategic source of raw materials like oil, gas and uranium. Third, he paid greater attention to development issues than his predecessors, allocating 0.7% of France GNI to development assistance (Melly and Darracq 2013). And finally, Hollande achieved administrative renewal by giving the position as head of the Elysée advisory unit for Africa to Hélène Le Gal, a diplomat whose career expertise had focused largely on the anglophone east and south of the African continent and not its francophone west.”

não disputa diretamente o apoio eleitoral da extrema-direita, para quem a pauta do controle da imigração é central. Este é um campo de disputa mais próximo ao partido gaullista por possuir um alinhamento político-ideológico de direita.

4.2. Um novo direcionamento da política africana francesa:

Em consonância com seu discurso reformista das relações franco-africanas, seu pouco envolvimento e conhecimento do continente africano, François Hollande buscou promover mudanças na política africana francesa. Como aponta Leboeuf e Quénot-Suarez (2014),

Estes primeiros momentos da relação François Hollande com a África são, portanto, caracterizados por um distanciamento e pelo desejo de normalizar as relações, especialmente, opondo-se de maneira clara às práticas anteriores de Nicolas Sarkozy. Esta oposição é legível no discurso Dakar de François Hollande. O simbolismo do lugar não escapa a ninguém. Quanto ao mérito do discurso, se não é muito inovador, ele desenvolveu ideias interessantes, especialmente ideias da África com uma parceira e uma franqueza necessária no relacionamento. No entanto, como lamentou um diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MAE), sem medidas concretas para acompanhar, ideias não podem tomar o lugar da estratégia. O desejo de "não fazer como Sarkozy" parece ter sido um forte motor para o relacionamento com África e permitiu François Hollande encontrar um posicionamento muito claro, que se traduz em dois elementos. Notamos antes de tudo uma mudança de estilo nas relações entre presidentes, já que François Hollande está mais atento para demonstrar o seu respeito e amizade para os seus parceiros africanos e tomar o tempo para ouvir antes de tomar uma decisão. Em segundo lugar, o mudança também aparece na descentralização da tomada de decisão sobre a África (LEBOEUF e QUÉNOT-SUAREZ, 2014, p.11, tradução nossa¹⁴⁰).

Uma de suas primeiras marcas no tocante à política africana é a busca pelo distanciamento em relação aos líderes africanos que não seguem as regras de boa governança

¹⁴⁰ No original: "Ces premiers temps de la relation de François Hollande à l'Afrique sont donc caractérisés par une prise de distance nette et par le souhait de normaliser les relations, notamment en s'opposant de manière claire aux pratiques antérieures de Nicolas Sarkozy. Cette opposition est lisible dans le discours de Dakar de François Hollande. La symbolique du lieu n'échappe à personne. Quant au fond du discours, à défaut d'être très novateur, il développe des idées intéressantes, en particulier avec les idées d'une Afrique partenaire et d'une nécessaire franchise dans la relation. Toutefois, comme le regrette un diplomate du ministère des Affaires étrangères (MAE), sans mesure concrète pour les accompagner, des idées ne peuvent tenir lieu de stratégie. La volonté de « ne pas faire comme Sarkozy » semble avoir été un moteur fort pour la relation à l'Afrique et a permis à François Hollande de trouver un positionnement très clair, qui se traduit concrètement par deux éléments. On note tout d'abord un changement de style dans les relations entre présidents, puisque François Hollande est plus attentif à démontrer son respect et son amitié pour ses partenaires africains, et à prendre le temps de les écouter avant de prendre une décision. Deuxièmement, le changement s'affiche aussi par la décentralisation du pouvoir de décision sur l'Afrique."

em um movimento de marginalização dos líderes autocráticos do “pré-carré” e uma aproximação em relação aos líderes democraticamente eleitos e com índices razoáveis de boa governança (LEBOEUF e QUÉNOT-SUAREZ, 2014). Como aponta Leboeuf e Quenót-Suarez (2014), esta aproximação dos líderes democráticos africanos buscava focar no respeito e parceria em relação aos parceiros africanos. Em uma tentativa de maior formalidade, Hollande queria que estes líderes africanos fossem tratados com o mesmo respeito que a França despenderia a qualquer outro líder de qualquer outro país. Este movimento é uma tentativa de trazer as relações franco-africanas de um relacionamento “familiar” para um relacionamento formal.

No contexto desta formalização e respeito em relação aos parceiros africanos, o uso de emissários especiais, que utilizavam seus relacionamentos personalistas na condução da política africana, também foi uma prática desencorajada por Hollande que preferia o uso de corpos diplomáticos oficiais para tratar junto aos seus parceiros africanos.

O funcionamento da unidade e do departamento de África no Ministério das Relações Exteriores tornou-se mais formalizado. As autoridades lidam com a maior parte da carga de trabalho, mas é Hollande e seus ministros que se envolvem em diálogos diretos com seus colegas africanos, enquanto presidentes franceses anteriores freqüentemente enviavam conselheiros ou enviados confiáveis para transmitir mensagens de maneira informal e personalizada. As autoridades foram instruídas a respeitar formalidades e usar canais oficiais formais para que os líderes africanos sintam que são tratados com o mesmo respeito pela sua posição que se aplicaria às negociações francesas com governos em outras partes do mundo. Além disso, os atores tradicionais das antigas redes da Françafrrique têm seu acesso negado ao Palácio do Élysée. (MELLY e DARRACQ, 2013, p 10, tradução nossa¹⁴¹)

Esta marginalização de figuras ligadas a Françafrrique também é um aspecto da iniciativa de Hollande de incutir um caráter mais normalizado e menos personalista às relações franco-africanas e uma tentativa de afastar sua imagem da imagem dos seus antecessores.

A mudança nas práticas de política externa também é confirmada pelo fato de que os atores tradicionais nas antigas redes da Françafrrique não tiveram acesso ao Palácio do Élysée. Em vez de ter uma célula africana no Elysée - que costumava lidar com os países africanos em um estilo altamente personalizado que permitia o florescimento do clientelismo e da corrupção - os assuntos africanos foram colocados principalmente sob o Ministro das Relações Exteriores, dando assim ao parlamento

¹⁴¹ No original: “the operation of both the unit and the Africa department at the Ministry of Foreign Affairs has become more formalized. Officials handle most of the workload, but it is Hollande and his ministers who engage in direct dialogue with their African counterparts, whereas previous French presidents often dispatched trusted advisers or envoys to convey messages on an informal, personalized basis. Officials have been instructed to respect formalities and use formal official channels so that African government leaders feel they are treated with the same respect for their rank that would apply to French dealings with governments elsewhere in the world. Moreover, traditional players in the old Françafrrique networks have been denied access to the Elysée Palace.”

papel de supervisão nas novas relações francesas com a África (RIEKER, 2017, p.50-51, tradução nossa¹⁴²)

Uma característica central na política africana da França durante a V^o República é esta pertencer ao domínio privado da presidência da República. Ainda que em alguns governos o Ministério das Relações Exteriores tenha sido mais ou menos marginalizado na condução e elaboração da política africana, Hollande buscou tornar as decisões sobre a política africana um pouco menos centralizadas e menos vinculadas a figura do presidente.

Sob Hollande, o Ministério de Assuntos Estrangeiros e Europeus [Ministério das Relações Exteriores] recuperou um papel importante na formação da abordagem francesa das relações africanas, ao invés de simplesmente implementar uma política estabelecida no Palácio do Élysée. Isso até certo ponto fortaleceu novamente os diplomatas profissionais que lidam com a África, e a tendência foi reforçada pela escolha do ministro das Relações Exteriores - ex-primeiro-ministro Laurent Fabius, um peso-pesado do partido socialista no poder. O ministério não é mais marginalizado. (MELLY e DARRACQ, 2013, p.10, tradução nossa¹⁴³)

A escolha de Hollande para a chefia da célula africana também demonstra uma iniciativa de modernização das relações franco-africanas. Para tal cargo, Hollande escolheu Hélène Le Gal, uma diplomata de carreira com expertise em África. Porém, Le Gal tinha construído sua carreira voltada para a África Anglófona e não para a tradicional zona de influência francófona, como era de se esperar (MELLY e DARRACQ, 2013; CHAFER, 2016; RIEKER, 2017).

Ainda que Hollande tenha se empenhado em defender a normalização das relações africanas, estas encontram barreiras institucionais. Mesmo que o presidente ocupe uma posição central na elaboração e condução da política africana, a França não é um ator unitário. Existe uma multiplicidade de atores institucionais que também elaboram sua própria política africana.

¹⁴² No original: “The change in foreign policy practices is also confirmed by the fact that the traditional actors in the old Françafrique networks have now been denied access to the Elysée Palace. Instead of having a cellule Africaine in the Elysée – which used to deal with the African countries in a highly personalized style that allowed clientelism and corruption to flourish – African affairs have been placed mainly under the Minister of Foreign Affairs, thereby also giving the parliament an oversight role new in French relations with Africa”

¹⁴³ No original: “Under Hollande the Ministry of Foreign and European Affairs has recovered a major role in shaping France’s approach to African relationships, rather than simply implementing a policy set in the Elysée Palace. This has to some extent re-empowered the professional diplomats dealing with Africa, and the trend has been reinforced by the president’s choice of foreign minister – former premier Laurent Fabius, a heavyweight in the ruling Socialist party. The ministry is no longer marginalized.”

Se esforços para renovar o relacionamento forem feitos, eles se deparam com restrições institucionais que limitam consideravelmente o seu escopo. A concorrência burocrática entre instituições envolvidas, como o Ministério das Relações Exteriores, a Direção-Geral do Tesouro, que depende do Bercy¹⁴⁴, ou a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), por exemplo, formulam cada uma uma política africana própria, decorrente da sua cultura institucional e de suas agendas particulares. No entanto, sem reforma profunda das instituições e suas relações, a renovação das relações com a África continuará superficial e concentra-se principalmente no final redes e relações de amizade ou clientelismo entre os França e alguns países africanos (LEBOEUF e QUÉNOT-SUAREZ, 2014, p. 8, tradução nossa¹⁴⁵).

As tentativas de normalizar as relações franco-africanas não se restringiram a aspectos políticos e institucionais. O envolvimento militar francês no continente também foi um dos aspectos que Hollande buscou normalizar, porém, como veremos em um tópico específico a seguir, este se mostrará ponto muito mais complexo. Em consonância com a postura multilateralizada já adotada por seus antecessores, Hollande buscou reforçar a imagem francesa como um aliado e apoiador das decisões africanas. Esta postura pode ser percebida nas diversas tentativas francesas de legitimar suas intervenções por meio de consultas aos organismos regionais africanos e internacionais, em uma busca de “validação internacional, um certificado de causa legítima” (LEBOEUF e QUÉNOT-SUAREZ, 2014).

Outro ponto central no discurso de normalização das relações franco-africanas de Hollande são as relações comerciais. Mesmo não sendo um objetivo inédito nas relações franco-africanas, este apresenta uma inovação na sua centralidade para estas relações. As transformações econômicas do continente africano, com sua taxa de crescimento contínua e as crescentes oportunidades de negócios, transformaram este espaço em um novo destino de investimentos estrangeiros e competição por mercados e por matérias-primas. Como demonstrado no capítulo 2, e engajamento econômico das potências emergentes e outras democracias industrializadas do norte, tornaram o continente africano um ambiente muito mais competitivo economicamente.

Este declínio comercial muito forte força a França a um reposicionamento no plano econômico no continente africano, porque seu poder econômico - mais modesto que o da China, por exemplo - e sua capacidade diplomática - muito grande, com a terceira

¹⁴⁴ Ministério da Economia e Finanças

¹⁴⁵ No original: “Si des efforts de renouvellement de la relation sont faits, ils se heurtent à des contraintes institutionnelles qui en limitent considérablement la portée. La compétition bureaucratique entre les institutions impliquées, telles que le ministère des Affaires étrangères, la direction générale du Trésor, qui dépend de Bercy, ou l’Agence française de développement (AFD) par exemple, formulent chacune une politique africaine propre, issue de leur culture institutionnelle et de leurs agendas particuliers. Or, sans réforme profonde des institutions et de leurs relations, le renouvellement des relations avec l’Afrique reste superficiel et se concentre essentiellement sur la fin des réseaux et des rapports d’amitié ou de clientélisme entre la France et certains pays africains.”

rede diplomática do mundo, uma história colonial e uma assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas - estão em dissonância constante. Este reposicionamento passa por uma profunda redefinição da "profissão" de diplomata (LEBOEUF e QUÉNOT-SUAREZ, 2014, p. 43, tradução nossa¹⁴⁶).

A estratégia utilizada para uma política mais orientada para ganhos comerciais foi a maior coordenação e cooperação entre os Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Economia e Finanças. A crescente queda da participação francesa no comércio africano e o cenário de crise do euro, transformou esta aproximação entre o MAE e o Bercy em uma parceria prioritária para resgatar a economia francesa (LEBOEUF e QUÉNOT-SUAREZ, 2014).

Segundo Chafer (2014), Hollande continuou a expansão iniciada por Sarkozy dos negócios franceses para além do pré-carré, objetivando parcerias com as maiores economias africanas e buscando desvencilhar a imagem francesa do antigo retrato da Françafrrique. O sucesso de sua Cúpula França-África em 2013 demonstra o empenho do governo francês em construir novos laços econômicos com o continente e expandir sua área de atuação.

Os presidentes franceses convidaram líderes africanos de fora do pré-carré para as cúpulas França-África, desde o final dos anos 70. No entanto, a presença não-francófona na cimeira de 2013 foi sem precedentes, com 40 líderes africanos, incluindo muitos anglófonos, presentes, ao lado do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, para discutir a paz e a segurança no continente. O Élysée fez tudo o que podia, antes da cúpula, para convencer os líderes africanos de que isso não seria simplesmente outro encontro neocolonial de estilo antigo. O sucesso dessa estratégia pode ser medido pelo fato de que os presidentes da Nigéria, Uganda, Tanzânia e Serra Leoa, entre outros, compareceram pela primeira vez (CHAFER, 2014, p.526, tradução nossa¹⁴⁷).

¹⁴⁶ No original: “Ce recul commercial très fort oblige la France à se repositionner au plan économique sur le continent africain, parce que sa puissance économique – plus modeste que celle de la Chine par exemple – et sa capacité diplomatique – très grande, avec le troisième réseau diplomatique du monde, une histoire coloniale et un siège permanent au Conseil de sécurité des Nations unies – sont en dissonance constante. Ce repositionnement passe par une redéfinition profonde du « métier » de diplomate.”

¹⁴⁷ No original: “French presidents have invited African leaders to the Franco-African summits from outside France’s original pré’ carre’ since the late 1970s. However the non-francophone presence at the 2013 summit was unprecedented, with 40 African leaders, including many Anglophones, in attendance, alongside the UN Secretary-General Ban Ki-moon, to discuss peace and security on the continent. The E’ lyse’e did everything it could, prior to the summit, to convince African leaders that this would not simply be another old-style, neo-colonial gathering. The success of this strategy may be gauged from the fact that the presidents of, among others, Nigeria, Uganda, Tanzania and Sierra Leone attended for the first time.”

4.3. Os conflitos no Mali.

O Mali nunca ocupou uma posição de destaque dentro da política africana francesa nem manteve laços estreitos com a ex-metrópole, como aconteceu com a Costa do Marfim e Gabão, por exemplo. Ao contrário de outras elites africanas francófonas, as elites governantes malinesas sempre resistiram a cooptação francesa, o que impediu a construção de relacionamentos privilegiados nos moldes do Françafrique. A inexistência de relacionamentos privilegiados nos moldes do Françafrique não significa ruptura total entre a antiga metrópole e a ex-colônia, mas evidencia os perfil tenso das relações entre o Mali e a França.

Cabe destacar também que o país sahelino, com grande parte do seu território ocupado pelo deserto do Saara, o que reduz enormemente seu potencial agrícola, e com poucos recursos naturais como petróleo e urânio, nunca se mostrou atrativo para os interesses comerciais estrangeiros (CHAFER, 2014). Além do mais, ao contrário do que acontece em outras ex-colônias francesas, o número de cidadãos franceses vivendo no Mali não é expressivo e grande parte desses cidadãos são portadores de dupla cidadania, o que não traz o mesmo peso nas decisões que o socorro à outras comunidades francesas mais importantes, até economicamente, como as da Costa do Marfim ou Gabão (MARCHAL, 2013).

No entanto, se o Mali não se mostra atrativo para interesses comerciais estrangeiros, o país está localizado em uma região estratégica para a França. O Mali está localizado no coração da zona de influência francesa na África e faz fronteira o Níger, Costa do Marfim, Burkina Faso, Guiné, Senegal, Mauritânia e Argélia. Dentre os países limítrofes ao Mali estão países estratégicos para a França, como o Níger, um dos maiores produtores de urânio do mundo e um dos principais fornecedores de urânio para a França.

As minas de Arlit e Akoa, próximas à fronteira [do Níger] com o Mali e também situadas na área Tuaregue, são exploradas pela Areva, uma das maiores produtoras mundiais de urânio e uma campeã nacional francesa. O urânio do Níger representa 20% do combustível dos 58 reatores nucleares franceses, que por sua vez são responsáveis pela geração de 75% da energia elétrica francesa. A importância dessas minas para a França é ilustrada pelo fato de que elas são protegidas, de um local secreto nas proximidades, por comandos franceses (BOEKE e SCHURMAN, 2015, p.6-7, tradução nossa¹⁴⁸).

¹⁴⁸ No original: “The mines at Arlit and Akoka, near the border with Mali and also situated in Tuareg country, are exploited by Areva, one of the world’s biggest producers of uranium and one of France’s national economic champions. Niger’s uranium provides 20 per cent of the fuel for France’s 58 nuclear reactors, which are in turn responsible for generating nearly 75 per cent of France’s electricity. The importance of these mines for France is illustrated by the fact that they are protected, from a secret nearby location, by French commandos.”

Chafer (2014, p. 522) salienta que se o Mali não é um ator-chave ou parceiro prioritário para a França, a região em que ele está situado é sim estratégica, tanto econômica quanto politicamente, para os interesses franceses, uma vez que diversas empresas francesas operam na região, e,

No contexto da globalização econômica, todos os países capitalistas têm interesse em securizar espaços globais como locais seguros para a economia capitalista operar. Além disso, como membro do G7 e uma das maiores economias do mundo, a França possui interesse central em garantir que a África represente um ambiente seguro para que as empresas capitalistas possam operar. Como o oeste e o Sahel central são o coração da zona de influência francesa no continente, neste sentido é “normal” que a França lidere a securização desta área do Sahel para a atividade econômica, graças também às suas tropas pré-posicionadas e a capacidade militar de o fazer. (Chafer, 2014, p.522-523, tradução nossa¹⁴⁹)

A região norte do Mali é uma região com histórico de instabilidade e conflitos. Habitada majoritariamente por Tuaregues¹⁵⁰, Mouros, Songhai, Peul e Bozo, esta região alega historicamente negligência e abandono por parte do governo central localizado em Bamako, região sul do Mali. A primeira revolta dos povos do norte do Mali remonta à década de 1960, sendo repetida nos anos 1990, em 2006 e 2012. Durante as décadas de 1970 e 1980 houve uma grande estiagem que aliada a praticamente inexistente infraestrutura de educação, saúde e comunicação e ao vácuo de presença do Estado na região, gerou um fluxo de migração dos povos do norte do Mali para países vizinhos, principalmente para a Líbia, onde tiveram a oportunidade de servir as forças armadas de Muammar Kadafi e conseqüentemente tiveram acesso a treinamentos e adquiriram experiência de combate. Devido à deterioração econômica líbia durante os anos 1980, muitos retornaram ao Mali no final da década de 1980 e participaram da segunda rebelião iniciada em junho de 1990 (BOILLEY, 2012; BLAYDES e MAIO, 2010; DUARTE, 2013).

¹⁴⁹ No original: “In the context of economic globalisation, all capitalist countries have an interest in securing global spaces as safe places for capitalist economics to operate. Thus, as a member of the G7 and one of the world’s largest economies, France has a central interest in ensuring that Africa provides a secure environment in which capitalist enterprise can function. As the western and central Sahel are at the heart of France’s sphere of influence on the continent, it is in this sense ‘normal’ that France takes the lead in securing this part of the Sahel for economic activity, not least because, thanks to its pre-positioned troops, it has the military capacity to do so.”

¹⁵⁰ Os Tuaregues são um povo berbere que habita o deserto do Saara e no passado dominavam as rotas comerciais do deserto. Os Tuaregues estão espalhados por diversos países sahelinos como Argélia, Mali, Níger, Líbia, Chade, Burkina Faso e Nigéria

No ano seguinte, em 1991, foi assinado os Acordos de Tamanrasset, um acordo de paz negociado entre rebeldes Tuaregues e o governo do Mali, que previa dentre outros aspectos “maior autonomia para as províncias do norte, investimentos na economia e infraestrutura dessa região e integração dos tuaregues às forças regulares do Mali e a todas as instâncias administrativas do governo” (DUARTE, 2013, p.8). Este acordo, no entanto, não foi bem aceito por outros povos que também habitavam o norte do Mali e alegavam que foram excluídos das negociações e que o acordo restabelecia a hegemonia do povo Tuareg na região (BLAYDES e MAIO, 2010). Em 2006 uma nova revolta do povo Tuaregue se inicia devido a insatisfação com a pouca eficiência e demora do governo central em implementar os termos dos acordos que deram fim aos conflitos do início dos anos 1990. Esta terceira revolta do povo Tuaregue durou até 2009, quando novos acordos foram firmados e, assim como ocorreu no início dos anos 1990, foi realizada a cerimônia de entrega das armas por parte dos rebeldes (DUARTE, 2013).

Os conflitos no Mali reiniciaram em janeiro de 2012 quando o grupo armado Movimento Nacional de Libertação do Azauade (MNLA) lançou uma grande ofensiva militar na região norte do país. Posteriormente aliado a outros grupos como Al Qaeda no Magreb Islâmico (AQIM), Movimento pela Unidade e Jihad na África Ocidental (MUJAO) e Ansar Eddine, o MNLA tomou o controle da região, enfraquecendo o governo central. Grande parte indivíduos Tuaregues que faziam parte do MNLA, haviam lutado na guerra civil líbia em 2011, onde tiveram acesso a armamentos pesados e ao retornarem ao Mali e Níger, levaram consigo estes armamentos (VALLIN, 2015; DUARTE,2013; BOILLEY,2012).

No Níger, eles foram parados na fronteira e foram desarmados, enquanto no Mali, Amadou Toumani Touré, Presidente do Mali, creio eu, não jogou as coisas corretamente, isso é, de fato, ele acolheu os Tuaregue, de braços abertos, o que foi muito bom, mas ele não os desarmou, simplesmente os confinou. E, como o MNLA já tinha pretensões anteriores de independência, evidentemente, essa foi uma forma de criar um braço militar, que permitiu a conquista de território no norte do Mali (BOILLEY, 2012, p.261).

Com a rápida escalada de violência, os rebeldes controlando a porção norte do país e ameaçando uma ofensiva sobre a capital Bamako e o governo central com dificuldades para restaurar o controle sobre a região, Amadou Haya Sanogo, capitão do exército malinês, liderou um golpe de Estado que retirou do poder o então presidente Amadou Toumani Touré em 22 de março de 2012. Os conflitos na região do Azauade geraram uma grande onda de

migração para os países vizinhos, causando uma situação de emergência humanitária na região, e em janeiro de 2013 o governo do Mali pediu oficialmente ajuda francesa para combater os rebeldes do norte e restaurar o controle sobre a região (VALLIN, 2015; DUARTE, 2013; BOILLEY, 2012).

4.3.1. Operação Serval

Durante meses o governo francês defendeu que seu envolvimento no conflito do Mali deveria se limitar ao suporte logístico e de inteligência às forças africanas comandadas pela ECOWAS. Simultaneamente, o governo francês exercia pressão diplomática tanto para a votação da Resolução 2071 no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) quanto em sobre seus aliados europeus para o lançamento da missão de treinamento EUTM Mali (European Union Training Mission). Esta missão tinha como objetivo reconstruir o exército malinês para que este fosse capaz de restaurar o controle sobre a porção norte do território. No entanto, o governo francês viu suas pressões serem ineficazes tanto em relação aos seus parceiros Europeus, que não consideravam a crise no Mali uma ameaça real à Europa, quanto no CSNU.

Hollande surpreendeu diversos analistas de política externa ao lançar a operação Serval como resposta ao pedido oficial de assistência militar do Presidente interino do Mali, Dioncounda Traoré, à França e a Organização das Nações Unidas devido a ofensiva armada dos grupos rebeldes sobre as cidades de Konna e Mopti e o aeroporto de Sévaré. Esta ofensiva quebrou o acordo implícito entre rebeldes e o governo de Bamako de que nenhuma tropa, rebelde ou governamental, ultrapassaria a fronteira estabelecida entre rebeldes e governo central na primavera anterior. Em resposta imediata, o Presidente François Hollande autorizou o destacamento das tropas francesas estacionadas na base militar francesa no Burkina Faso para conter o avanço dos rebeldes no Mali (VALLIN, 2015; MARCHAL, 2013; BOEKE e SCHUURMAN, 2015). Segundo Rieker (2017),

Para Hollande, era importante ressaltar que a decisão de intervir não foi iniciada pela França, e que as tropas francesas estavam respondendo aos pedidos do Mali com o apoio de aliados regionais africanos e globais. Nesse sentido, deve ser visto como parte da guerra contra o terrorismo - não uma guerra para preservar os interesses

econômicos nacionais franceses, para os quais intervenções francesas anteriores na África foram tão amplamente criticadas (RIEKER, 2017, p. 52, tradução nossa¹⁵¹).

Então, em 11 de janeiro de 2013 a Operação Serval foi lançada contendo três objetivos centrais 1) ajudar as forças armadas do Mali a conter o avanço dos rebeldes e repeli-los, assegurando a segurança da população civil; 2) ajudar o Mali a recuperar sua integridade territorial e sua soberania; 3) Facilitar a implementação de decisões internacionais, permitindo a rápida implementação de duas missões internacionais complementares: a Missão Internacional de Apoio ao Mali (MISMA) e a Missão de Formação do Exército do Mali da União Europeia (EUTM) (MINISTÈRE DES ARMÉES, 2013, tradução nossa¹⁵²). A Operação Serval durou até 31 de julho de 2014, sendo encerrada como uma operação exitosa, uma vez que conseguiu conter o avanço dos rebeldes do norte e dispersar os grupos extremistas da região.

Em 1º de agosto de 2014, imediatamente após o fim da Operação Serval, o governo francês anunciou a Operação Barkhane como sucessora da Operação Serval e da Operação Epervier¹⁵³ no Chade, com o objetivo de “promover a participação dos países parceiros do G5 Sahel¹⁵⁴ na luta contra os grupos armados terroristas (GAT), através da Faixa Sahel-Sahariana (FSS)” (DOSSIER DE PRESSE- OPÉRATION BARKHANE, 2018, p.3, tradução nossa¹⁵⁵). Esta é uma operação que visa o fortalecimento e a capacitação das forças armadas dos países do G5 Sahel para que eles adquiram capacidade de garantir sua segurança de maneira independente, especialmente no que diz respeito ao combate aos grupos terroristas na região, impedindo o surgimento de novos “santuários terroristas “ e contribuindo para a segurança das

¹⁵¹ No original: “For Hollande, it was important to stress that the decision to intervene was not initiated by France, and that French troops were responding to Malian pleas with the support of both regional African and global allies. In this sense, it must be seen as part of the war against terrorism – not a war to preserve French national economic interests, for which earlier French interventions in Africa have been so widely criticized.”

¹⁵² No original: “1. Aider les forces armées Maliennes (FAM) à arrêter la progression des groupes terroristes et à les repousser tout en assurant la sécurité des populations civiles; 2. Aider le Mali à recouvrer son intégrité territoriale et sa souveraineté; 3. Faciliter la mise en œuvre des décisions internationales en permettant le déploiement rapide de deux missions internationales complémentaires : la mission internationale de soutien au mali (MISMA) et la mission de formation de l'armée malien de l'union Européenne (EUTM).”

¹⁵³ Operação Epervier é o nome dado ao conjunto de operações militares francesas no Chade durante o período de 1986 a 2014.

¹⁵⁴ O grupo G5 Sahel é formado pelo Burkina Faso, Mali, Mauritânia, Níger e Chade e foi criado em 2014 pelos Chefes de Estado dos países sahelinos como um marco institucional para o monitoramento da cooperação regional, coordenar as políticas de desenvolvimento e segurança de seus membros.

¹⁵⁵ No original: “en priorité à favoriser l’appropriation par les pays partenaires du G5 Sahel de la lutte contre les Groupes armés terroristes (GAT), sur l’ensemble de la Bande sahélo-saharienne (BSS).”

populações locais. Esta operação, conduzida pelo exército francês, se baseia em uma abordagem global que envolve aspectos políticos, de segurança e desenvolvimento e encontra-se em curso até a presente data com o envolvimento de aproximadamente 4.500 militares franceses¹⁵⁶.

Os conflitos no Mali, iniciados ainda durante a corrida eleitoral francesa, se mostraram um grande choque de realidade para o discurso reformista de Hollande. Sua tentativa inicial de marginalizar líderes autocráticos do pré-carré logo se mostrou inviável. A temática da boa governança teve que ser deixada em segundo plano devido a necessidade de apoio de líderes regionais, como Idriss Déby do Chade, para viabilizar a Operação Serval (LEBOEUF e QUÉNOT-SUAREZ, 2014; CHAFER, 2016 ; RIEKER, 2017).

Chafer (2016, p.132), aponta que apenas meses antes do lançamento da operação Serval, Hollande se recusou a convidar Déby ao Palácio do Élysée por conta do pouco respeito aos direitos humanos despendido pelo seu governo, mas teve que voltar atrás e buscar uma reconciliação com o líder africano por conta da rápida deterioração da situação do Mali e a iminência da necessidade de intervenção no país. O Chade atuou grande parceiro francês na operação Serval por meio do fornecimento de contingentes militares. De acordo com Leboeuf e Quénot-Suarez (2014),

Para a França, a participação das forças africanas na Costa do Marfim ontem, Mali e CAR hoje é essencial, não somente militarmente (por exemplo, as forças chadianas no Mali, que desempenharam um papel central na guerra contra jihadistas do norte), mas também politicamente. Paris insiste no fato que os atores africanos foram consultados durante muito tempo antes das intervenções no Mali e na RCA, na medida em que a posição de Paris seria o resultado do posicionamento de seus parceiros africanos (LEBOEUF e QUÉNOT-SUAREZ, 2014, p.24-25, tradução nossa¹⁵⁷), .

Esta no entanto, esta não foi a única aproximação em relação a um líder autocrático africano que Hollande teve que promover para viabilizar sua atuação militar no continente. Em 2013, simultaneamente ao desenrolar da Operação Serval, uma crise afetou outro país

¹⁵⁶ Segundo informações do Ministère de la Défense francês de dezembro de 2017, a Operação Barkhane envolve 4500 militares, 5 drones, 8 caças, 17 helicópteros, entre 6 e 10 aviões de transporte tático e estratégico, 260 veículos blindados pesados, 210 veículos blindados leves e 360 veículos logísticos.

¹⁵⁷ No original: “pour la France, la participation de forces africaines en Côte d’Ivoire hier, au Mali et en RCA aujourd’hui est essentielle, non seulement militairement (exemple des forces tchadiennes au Mali, qui ont joué un rôle central dans la guerre contre les groupes armés djihadistes du Nord), mais aussi politiquement. Paris insiste sur le fait que les acteurs africains ont été longuement consultés avant les interventions au Mali et en RCA, au point que la position de Paris serait la conséquence des positionnements de ses partenaires africains.”

africano, desta vez a República Centro Africana. Assim como o ocorrido durante a fase inicial dos conflitos no Mali, Hollande declarou que não tinha intenção de intervir na crise da RCA. No entanto, diante dos desdobramentos da crise, em 5 de dezembro de 2013 foi lançada a Operação Sangaris com o objetivo de evitar um possível genocídio e desarmar os rebeldes (VALLIN, 2015).

Para a viabilização da Operação Sangaris e qualquer outra operação militar que a França desenvolva na África Central, o presidente precisa lidar com um outro líder autocrático, o presidente do Camarões. Leboeuf e Quénot-Suarez (2014) apontam para a necessidade da manutenção de relações cordiais com o presidente de Camarões, Paul Biya, que governa o país desde o início dos anos 1980, uma vez que a França utiliza o Porto de Douala para o desembarque de tropas e equipamentos para as suas operações na África Central. A França, mesmo sendo a maior potência militar estrangeira no continente africano e com a maior capacidade de se engajar militarmente no continente, precisa do apoio de líderes africanos, estes muitas vezes autocráticos. O apoio desses líderes possui uma importância política na busca da legitimação destas operações nas organizações regionais africanas e operacional seja com envio de tropas para atuarem nas operações sob a liderança francesa, seja permitindo que a França utilize seu território para a viabilidade destas operações.

A agência e o papel dos líderes africanos não pode ser negligenciada. Como destaca Chafer (2014), alguns dos principais aliados franceses na África são líderes autocráticos e estes preferem a manutenção dos relacionamentos privilegiados e personalistas aos relacionamentos normalizados. Esta postura de resistência à normalização por parte dos líderes africanos, que ainda veem na França um parceiro confiável e preferem manter a maneira de negociar com Paris à moda antiga, se coloca como uma força de resistência às tentativas de normalização das relações franco-africanas.

4.4. Um novo Livro Branco:

Logo em seus primeiros meses a frente do Palácio do Élysée, Hollande solicitou a elaboração de um novo Livro Branco de Defesa e Segurança Nacional. Como aponta Darnis

(2012, p.2. tradução nossa¹⁵⁸), “a aceleração do processo e a redefinição do planejamento de defesa da França se devem a duas variáveis independentes além do personalidade e programa do próprio presidente: lições aprendidas com a Líbia e uma previsão orçamentária pessimista, que induzem novos cálculos ao debater questões de tamanho e capacidade de defesa”

A versão de 2013 do LBDSN traz muitos pontos em comum com a edição de 2008, por exemplo o foco na segurança regional e na ameaça representada pelo terrorismo jihadista à segurança francesa e europeia. Segundo Chafer (2014, p.523), nos últimos anos, políticos franceses buscaram apontar para seus pares europeus os perigos que a instabilidade política, as atividades criminosas internacionais como tráfico de drogas e de pessoas, e o fortalecimento de grupos islâmicos radicais na região do Sahel ofereciam à segurança europeia, argumentação reforçada na edição de 2013 do Livro Branco para a Defesa francês.

Após reexame dos sérios problemas humanitários enfrentados pelos frágeis Estados em regiões como o Sahel e a incapacidade de seus governos em enfrentá-los e garantir a segurança de seus cidadãos [franceses e europeus], o Livro Branco buscou demonstrar que esses problemas representam uma ameaça à segurança europeia devido sua proximidade geográfica “aux portes de l’Europe” [às portas da Europa] (CHAFFER, 2014, p.523, tradução nossa¹⁵⁹).

No Livro Branco para a Defesa de 2013 (p.53-55), o governo francês destaca o interesse e a importância da estabilidade da região como fatores cruciais para a segurança europeia, e destaca também o risco de a região funcionar como berço para a proliferação e radicalização de grupos extremista e terroristas com capacidade de colocar em risco a segurança tanto do continente europeu quanto de seus cidadãos residentes no continente africano. Os interesses econômicos europeus na região do Sahel e do vizinho Golfo da Guiné, região que nos últimos anos tem presenciado um significativo crescimento econômico e demográfico, tornando-se assim uma região atrativa para os interesses comerciais e econômicos europeus, também são abordados no Livro Branco francês.

¹⁵⁸ No original: “the speeding up of the process and the redefinition of France’s defence planning are due to two independent variables beyond the personality and programme of the president himself: lessons learned from Libya and a pessimistic budget forecast, both of which induce new calculations when debating issues of defence capability and size.”

¹⁵⁹ No original: “After reviewing the serious humanitarian problems facing fragile states in regions such as the Sahel and the inability of their governments effectively to address them and ensure the security of their citizens, the White Paper goes on to explain that these problems represent a threat to the security of Europe because of their geographical proximity ‘aux portes de l’Europe’”.

Apesar da grande continuidade na identificação das ameaças à segurança, e até mesmo um alinhamento com as estratégias de prevenção delineadas no LBDSN 2008, a versão de 2013 traz uma tônica diferente quanto a independência de ação francesa.

Como afirmou Nicolas Sarkozy no preâmbulo do Livro Branco: "Esta estratégia traz uma ambição europeia e internacional" (Livro Branco 2008: 10). O tom do Livro Branco de 2013 foi marcadamente diferente. Em seu preâmbulo a este último, François Hollande afirmou que os três princípios no cerne da política francesa de defesa e segurança são proteção, dissuasão e intervenção. Para implementar esses princípios, a ênfase em todo o Livro Branco esteve na autonomia do Estado, tanto na tomada de decisões quanto nas ações que realiza (CHAFFER, 2016, p.132, tradução nossa¹⁶⁰)

Em sua mensagem no início do LBDSN, Hollande destaca a posição francesa no sistema internacional, seu comprometimento com os valores de organizações multilaterais, porém ressalta que esta manterá sua independência e capacidade de iniciativa.

Por sua economia, suas idéias, sua linguagem, suas capacidades diplomáticas e militares e o lugar que ocupa no Conselho de Segurança das Nações Unidas, a França, está comprometida com o cenário internacional, com seus interesses e valores. Ela age em estreita consulta com os seus parceiros europeus e com os seus aliados, mas mantém a sua capacidade de iniciativa própria (FRANÇA, 2013, p.7, tradução nossa¹⁶¹).

Esta intenção de manter a autonomia de atuação francesa é explicitada no segundo capítulo do LBDSN 2013, que em seu preâmbulo justifica esta como um aspecto central da soberania nacional

A soberania repousa sobre a autonomia de decisão e ação do Estado. Num mundo interdependente, só é eficaz se a nação mantiver a capacidade de influenciar um ambiente externo do qual não pode isolar-se. Mas a Nação só pode contribuir de maneira sustentável para a segurança internacional se as ações empreendidas forem reconhecidas como legítimas. O respeito pelo estado de direito aumenta a soberania dos Estados. A França pretende preservar sua soberania, dando-se os meios de ação e influência, e contribuir para a segurança internacional, colocando suas ações em legitimidade nacional e internacional. A soberania e a legitimidade internacional são,

¹⁶⁰ No original: "As Nicolas Sarkozy stated in the preamble to the white paper: 'Cette stratégie porte une ambition européenne et internationale' (Livre Blanc 2008: 10). The tone of the 2013 white paper was markedly different. In his preamble to the latter, François Hollande asserted that the three principles at the heart of French defence and security policy are protection, deterrence and intervention. In order to implement these principles, the emphasis throughout the white paper was on the autonomy of the state, both in decision-making and in the actions it undertakes"

¹⁶¹ No original: "Par son économie, par ses idées, par sa langue, par ses capacités diplomatiques et militaires, par la place qu'elle occupe au Conseil de sécurité des Nations unies, la France est engagée sur la scène internationale, conformément à ses intérêts et ses valeurs. Elle agit en concertation étroite avec ses partenaires européens comme avec ses alliés, mais garde une capacité d'initiative propre."

portanto, dois fundamentos essenciais e complementares de sua estratégia de defesa e segurança nacional. (FRANÇA, 2013, p.19, tradução nossa¹⁶²)

Desde a elaboração e lançamento do LBDSN de 2008, a França esteve envolvida em pelo menos duas grandes intervenções militares na África, e a pouca disposição da UE e ONU em intervirem nos conflitos do Mali ou apoiarem as iniciativas francesas na região, despertaram para a necessidade da manutenção de algum grau de autonomia francesa.

Isto foi justificado por referência ao contexto estratégico internacional em mudança, em que os Estados Unidos se tornaram menos dispostos a realizar intervenções militares externas e esperam que a Europa desempenhe um papel mais importante na garantia da sua própria segurança, e em que progressos para a adoção de uma política comum. A política de segurança e defesa da UE tem sido lenta. Neste contexto, "A manutenção de nossa autonomia estratégica, garantia da liberdade de decisão e de ação, se impõe como o princípio de nossa estratégia" (Livre Blanc 2013: 88). Em suma, houve um retorno a um discurso geopolítico no pensamento estratégico francês que enfatiza o risco de perder o status de grande poder e enfatiza a necessidade de manter a autonomia e a soberania da nação, uma noção que é completamente incompatível com a europeização da nação.(CHAFER, 2016 p.132, tradução nossa¹⁶³)

Um ponto relevante derivado da estratégia de ação mais unilateralizada é o reengajamento da presença militar francesa no continente. Enquanto a versão de 2008 do LBDSN previa o fechamento de algumas das bases militares francesas no continente africano, em 2014, principalmente devido a Operação Barkhane, a França voltou a estabelecer bases militares no continente. Segundo Leboeuf e Quénot-Suarez (2014) a nova disposição dos dispositivos militares franceses na África

Baseia-se em quatro bases: dois pólos operacionais na Costa do Marfim e Djibuti e duas bases de operações em Libreville e no Senegal (elementos franceses no Senegal). Soma-se a isso as quatro principais bases da operação Barkhane em Ndjamená, Niamey, Gao e Ouagadougou, bem como pré-posicionamento de forças especiais em Burkina Faso, bases e drones em Niamey e Atar (Mauritânia), bem como locais em cidades estratégicas servindo como "fulcros" ou "bases temporárias": Tessalit no Mali,

¹⁶² No original: "La souveraineté repose sur l'autonomie de décision et d'action de l'État. Dans un monde interdépendant, elle n'est effective que si la Nation conserve la capacité de peser sur un environnement extérieur dont elle ne peut s'isoler. Mais la Nation ne concourt durablement à la sécurité internationale que si les actions entreprises sont reconnues comme légitimes. Le respect de l'État de droit renforce la souveraineté des États. La France entend préserver sa souveraineté, en se donnant les moyens de l'action et de l'influence, et contribuer à la sécurité internationale en inscrivant ses actions dans une légitimité nationale et internationale. Souveraineté et légitimité internationale sont donc deux fondements essentiels et complémentaires de sa stratégie de défense et de sécurité nationale."

¹⁶³ No original: " This was justified by reference to the changing international strategic context, in which the United States has become less willing to undertake external military interventions and expects Europe to play a greater role in ensuring its own security, and in which progress towards the adoption of a common EU security and defence policy has been slow. Against this background 'le maintien de notre autonomie stratégique, gage de liberté de décision et d'action, s'impose comme le premier principe de notre stratégie' (Livre Blanc 2013: 88). In short, there has been a return to a geopolitical discourse in French strategic thinking that emphasizes the risk of losing great power status and stresses the need to retain the autonomy and the sovereignty of the nation, a notion that is completely incompatible with the Europeanization of security policy."

Madama no Níger ou Faya-Largeau no Chade (LEBOEUF e QUÉNOT-SUAREZ, 2014, p.36, tradução nossa¹⁶⁴)

Os últimos envolvimento militares franceses no continente africano foram justificados pelo combate ao terrorismo e para contenção da proliferação de grupos extremistas nas regiões remotas, notadamente do Sahel. Este engajamento é motivado por múltiplos fatores, dentre eles fatores de segurança regional europeia, defesa de cidadãos e interesses franceses na região do Sahel e Golfo da Guiné, e também para demonstrar a disposição e a capacidade francesa de combater o terrorismo em sua área de influência, reforçando sua posição como uma potência militar internacional.

Chafer (2016) aponta que “já que o país não é mais uma potência em escala global em termos de população e economia, uma forte crença permanece dentre a elite governante francesa de que agir para a estabilidade na África continua sendo um ferramenta-chave para justificar a posse francesa de um assento no Conselho de Segurança da ONU (CHAFER, 2016, p.131, tradução nossa¹⁶⁵).” Esta crença e este posicionamento, corroboram o entendimento da necessidade francesa de se manter como um ator relevante no continente africano para assim conseguir projetar sua posição no sistema internacional e na própria UE. Com a Alemanha conquistando a liderança em diversas áreas da UE, as pautas de segurança e defesa ainda são pautas que a França consegue exercer liderança. Junto com o Reino Unido¹⁶⁶, a França possui a maior capacidade militar da UE e este é um dispositivo-chave para a sua posição no seio da organização regional.

No entanto, não é apenas no âmbito da UE que a França vê sua posição desafiada. Nas primeiras décadas do século XXI, com o crescimento da projeção internacional das potências

¹⁶⁴ No original: “Il s’appuie sur quatre bases : deux pôles opérationnels en Côte d’Ivoire et à Djibouti et deux bases opérationnelles à Libreville et au Sénégal (Éléments français au Sénégal). À cela s’ajoutent les quatre bases principales de l’opération Barkhane à Ndjamena, Niamey, Gao et Ouagadougou, ainsi que des pré-positionnements de forces spéciales au Burkina Faso, des bases aériennes et de renseignement (drones) à Niamey et à Atar (Mauritanie), ainsi que des implantations dans des villes stratégiques servant de « points d’appui » ou de « bases temporaires » : Tessalit au Mali, Madama au Niger ou Faya-Largeau au Tchad.”

¹⁶⁵ No original: “Thus, according to Foreign Minister Laurent Fabius, the intervention allowed France to demonstrate its willingness to take responsibility for dealing with global terrorism in ‘its’ area of influence. Moreover, in the French geopolitical imaginary, France is a medium-sized power that continues to have a global role. However, since the country is no longer a major player on a global scale in terms of population and economics, a strong belief subsists among France’s governing elites that acting for stability in Africa remains a key tool to justify retaining the French permanent seat at the UN Security Council.”

¹⁶⁶ No momento de escrita desta tese, o Reino Unido encontra-se no processo de saída da UE (Brexit), o qual ainda não foi finalizado.

emergentes e as transformações do sistema internacional, proliferaram pedidos de reformas das estruturas do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ainda que estas reformas não tenham se concretizado, sinalizam para a possibilidade de perda de uma das principais ferramentas de projeção internacional francesa, o que também pode ser relacionado à busca por mais autonomia de ação militar e a retomada do reengajamento militar francês na África.

4.5. A França no Mundo

Durante seu governo, Hollande tentou, além de dar um novo rumo para a política africana francesa, se distanciar de forma contundente do seu predecessor. Este foi um importante aspecto da política africana francesa durante o governo do presidente socialista. Enquanto o governo Sarkozy foi por diversas vezes acusado de ser incoerente e ambivalente, Hollande buscou mandar mensagens claras ao continente africano. Sua primeira tentativa de normalizar as relações franco-africanas, em especial a controversa rede da Françafrique, por meio de um tratamento formalizado das relações com os presidentes africanos, abandono da prática do uso de emissários especiais, marginalização de líderes autocráticos e a escolha de Hélène Le Gal para comandar a célula africana, demonstram um comprometimento com esta agenda.

No entanto, a marginalização dos líderes autocráticos se mostrou uma difícil medida a ser mantida. Negligenciar a influência dos líderes africanos na manutenção ou normalização das relações franco-africanas é colocar o continente como subalterno e submisso ao país europeu e excluir completamente o poder de agência desses líderes no sistema internacional e na definição de sua inserção e atuação internacional. Além disso, significaria assumir que o mesmo é um relacionamento de mão única. A margem de manobra e poder de influência nas decisões internacionais disponível aos países africanos tem aumentado significativamente nos últimos anos. Mesmo sofrendo de problemas crônicos gerados e geradores do subdesenvolvimento, os países da tradicional zona de influência francesa têm passado por transformações econômicas significativas e diminuído sua dependência em relação à França devido ao número de competidores econômicos na região.

A projeção e envolvimento militar francês na região é a espinha dorsal de sua inserção internacional. É por meio dela que a França sustenta e justifica a sua posição como membro permanente do CSNU e como se coloca como um dos principais membros da UE e também é um vetor para a difusão dos valores culturais relacionados à francofonia (*rayonnement*). Porém, este engajamento também está atrelado à contrapartida dos líderes africanos. Estes são países soberanos e do ponto de vista do direito internacional, uma nação estrangeira só pode adentrar seu território mediante autorização do governo ou em casos previstos em convenções e acordos internacionais, por exemplo, em caso de intervenções derivadas de violação ou forte ameaça de violação de direitos humanos. Portanto, o apoio dos líderes africanos às pautas securitárias francesas é de fundamental importância.

Para viabilizar as operações Serval, Sangaris e Barkhane, Hollande precisou reverter a sua medida inicial de marginalização dos líderes autocráticos e manter relações cordiais com os mesmos. Dentre estes líderes, muitos foram forjados pelas redes do relacionamento privilegiado franco-africano e apresentam uma forte resistência à normalização destas relações, preferindo mantê-las aos tradicionais moldes da família francófona, pelos canais não-normalizados e por meio de emissários especiais. Romper completamente ou impor relações normalizadas para estes líderes pode ser um risco à influência francesa na região.

Apesar da busca pelo distanciamento de Sarkozy ser uma marca profunda na política africana de Hollande, não podemos apontá-la como o único impulso para as tentativas de reorientação da mesma.

Essa mudança não foi simplesmente orientada pela normativa: ela também foi considerada uma necessidade. Com a França, cada vez mais desafiada economicamente por atores como a China e outros estados emergentes, sua influência cultural estava em risco. Tornou-se impossível manter o antigo regime em uma África mais moderna e autoconfiante. Embora o total de importações e exportações da África tenha diminuído de forma consistente (Melly e Darracq 2013). No que diz respeito à influência cultural, vários países de língua francesa, como o Gabão e o Ruanda, começaram a mover-se em direção à língua francesa para o inglês (RIEKER, 2017, p.49-50, tradução nossa¹⁶⁷).

¹⁶⁷ No original: "This change has not been simply normatively driven: it was also deemed a necessity. With France increasingly challenged economically by actors like China and other emerging states, also its cultural influence was at risk. It had become impossible to maintain the old regime in a more modern and self-confident Africa. Although total imports and exports from Africa had increased on the whole, the French share was consistently declining (Melly and Darracq 2013). Concerning cultural influence, several French-speaking countries, like Gabon and Rwanda, have begun moving away from the French language towards English."

A história francesa, sua revolução, a República, a Declaração dos Direitos do Homem, a lembrança do seu império colonial e da sua língua como uma língua internacional, trazem a lembrança de uma época que a França exercia um papel proeminente no sistema internacional. Hoje, no entanto, a França lida com a realidade de declínio no seu prestígio internacional, aspecto tratado na literatura da *déclinologie*.

A inserção internacional francesa durante a V^o República foi construída sobre uma base africana de laços privilegiados e não normalizados, e orientada por uma crença de excepcionalidade que persiste até os dias de hoje dentre os líderes e corpo diplomático francês. Durante diversos e sucessivos governos (de Mitterrand a Hollande) houve pequenas mudanças e tentativas de mudanças para a adequação da política africana da França ao sistema internacional do pós-Guerra Fria e as transformações do período. Não seria de todo audacioso afirmar que hoje a França precisa da África mais do que a África precisa da França.

O continente africano, e em especial a África francófona, é o único espaço geoestratégico em que a França continua exercendo um papel relevante no sistema internacional. Ainda que a França seja um importante ator no seio da União Europeia, sua atuação tem sido cada vez mais rivalizada por outras potências europeias como a Alemanha. Com a possibilidade de saída do Reino Unido, da União Europeia, processo conhecido como Brexit, a França pode enfrentar ainda mais dificuldade em sustentar suas pautas securitárias no seio da organização regional, uma vez que o Reino Unido tem sido um grande apoiador destas pautas francesas desde os acordos de Saint-Malo. No entanto, apesar de a França ainda exercer um papel preponderante no continente africano, esta não é mais o único ator na região. A África Ocidental tem se tornado um espaço cada vez mais competitivo economicamente, o que inevitavelmente aumenta a margem de manobra dos líderes africanos e o seu poder de barganha em relação a França e em relação aos novos atores.

4.6. Conclusão:

Neste capítulo analisamos o governo do presidente socialista François Hollande, sua tentativa de normalização das relações franco-africanas e os consequentes constrangimentos a esta tentativa. O título deste capítulo vem de um trecho do discurso de Dakar proferido por Hollande, onde, mais uma vez, um presidente francês anunciava o fim dos relacionamentos privilegiados entre a França e a África, principalmente a África francófona. Como demonstramos, apesar das tentativas de normalização destas relações, os relacionamentos franco-africanos extrapolam o escopo de uma política externa desenhada e direcionada para uma determinada região e englobam a própria estratégia de inserção internacional francesa, o que por si só é um forte empecilho para qualquer mudança drástica nestas relações.

CONCLUSÃO:

A política africana da França durante a V^o República em muitos momentos se confunde com a própria estratégia de inserção internacional francesa. Essa foi delineada e conduzida para a consecução de um objetivo claro de proeminência no sistema internacional diante da particular configuração do sistema internacional durante o período da Guerra Fria. Como foi demonstrado no capítulo 1, Charles de Gaulle, o pai fundador da V^o República, via o sistema internacional bipolar como potencialmente prejudicial às potências intermediárias, o que aliado à sua crença na *grandeur* francesa e sua defesa da proeminência no sistema internacional, serviu de base para a criação de uma política externa orientada para a busca de independência, criando uma “terceira via” francesa.

Assim, a política africana da França foi desenhada contra um pano de fundo de perda de influência no sistema internacional - a humilhação da ocupação alemã, o governo colaboracionista de Vichy e a construção do Movimento França Livre por De Gaulle, as guerras de libertação da Argélia e Indochina e o fim de seu império colonial. A construção de laços privilegiados e não-normalizados, ou seja, não sujeito aos canais formais de diplomacia, por meio de um processo de independência conduzido por Paris, mostrou-se uma estratégia viável para a manutenção da independência e margem de manobra francesa frente as superpotências EUA e URSS, e da posição de proeminência internacional reivindicada por Paris.

Valores como a *grandeur*, o *rayonnement* e a francofonia são aspectos que interferem na elaboração e condução da política externa francesa por serem parte da sua identidade nacional e valores incutidos nos corpos diplomáticos franceses. Estes aspectos são tidos como relevantes pela abordagem estratégico-relacional, fazendo parte do processo de formulação e decisão da política externa no campo da imagem, percepção e cultura. Estes valores interferem na leitura do sistema internacional e do meio operacional pelos tomadores de decisão, além de influenciar na percepção da sua posição, influência e papel no sistema internacional.

Como demonstrado no capítulo 2, o fim da Guerra Fria trouxe uma série de transformações no sistema internacional que desafiaram as bases da tradicional política

africana da França¹⁶⁸, explicitando a necessidade da adequação dessa política à nova realidade do sistema internacional. O processo de globalização, a unipolaridade inicial dos Estados Unidos e a emergência de novos pólos de poder, a ascensão de competidores no espaço africano no início dos anos 2000, o aprofundamento dos processos de integração regional europeia, a reforma e transformação da Organização da Unidade Africana em União Africana, a morte de líderes franceses e africanos ligados à manutenção de laços privilegiados entre os países africanos e o país europeu e a ascensão uma nova geração de líderes africanos muito menos alinhados aos interesses franceses e as críticas internacionais e domésticas quanto a atuação francesa na África, são fatores que transformaram o ambiente operacional e afetaram de maneira incontestável a política africana francesa.

Dentre os estudiosos e analistas da política africana da França, encontramos diversos posicionamentos em relação à atual configuração deste relacionamento. Alguns analistas apontam a manutenção praticamente irrestrita das práticas neocoloniais francesas, outros apontam um desengajamento francês da região, enquanto uma terceira corrente defende que estes relacionamentos estão passando por um processo contínuo de transformação. Quanto ao primeiro grupo, não concordamos com a afirmação da manutenção completa das práticas neocoloniais francesa. O recurso à Golpes de Estado ou intervenções militares para garantir a continuidade de regimes alinhados à Paris era uma prática regular na tradicional política africana francesa. No entanto, esta não parece ser atualmente uma prática que os líderes franceses estejam dispostos a aplicar. Primeiramente, o uso de Golpes de Estado ou qualquer tipo de troca inconstitucional de governantes é condenado no artigo 4(p) do Ato Constitutivo da UA, acarretando o não reconhecimento do novo governo pela organização regional. Em segundo lugar, as intervenções militares têm se tornado cada vez mais custosas política e economicamente, o que torna o seu uso uma manobra arriscada.

No entanto, não parece nos parece correto também afirmar que há um desengajamento francês do continente. A França ainda monopoliza as políticas monetárias da zona do franco CFA e Comores, ainda é o país estrangeiro com maior contingente militar no continente e possui uma influência indiscutível na política de suas ex-colônias. Além disso, a França

¹⁶⁸ No referimos aqui como tradicional política africana da França, a política africana desenhada e conduzida desde a descolonização até o fim da Guerra Fria, quando esta política começa a sofrer as primeiras iniciativas de reforma.

possui um escopo de atuação geopolítico relativamente limitado. Possuindo maior influência no continente africano, algumas partes do oriente médio e na própria Europa, a França possui pouca influência em outras regiões do globo, o que coloca um desengajamento do continente como um desafio para a sua estratégia de relevância internacional.

Portanto, as conclusões desta análise estão alinhadas com a terceira vertente. Acreditamos que a política africana da França está em processo de adequação à nova realidade do sistema internacional, do posicionamento francês e do contexto de mudança do continente africano, tanto em aspectos políticos quanto econômicos, processo que classificamos como modernização. Utilizando a escala de mudança de política externa proposta por Charles Hermann (1990), na qual estas mudanças podem se dar em quatro níveis, a saber: mudança de ajuste; mudança de programa; mudança de problema/objetivo e mudança de orientação internacional, podemos categorizar as mudanças ocorridas na política africana da França como uma mudança de programa.

Como conceitua Hermann (1990), neste nível, “a mudança se dá no método ou meios pelo qual o objetivo ou problema é endereçado. O que é feito e como é feito muda, mas o propósito pelo qual é feito permanece o mesmo”. Diante dos desafios impostos pela nova configuração do sistema internacional, percebemos que diversas tentativas de adaptar os relacionamentos franco-africanos à nova realidade internacional foram aplicadas durante sucessivos governos em um processo contínuo e gradual desde o governo Mitterrand. Estas medidas, no entanto, nem sempre foram completamente bem-sucedidas. Estas dificuldades ou sucesso/fracasso parcial das mudanças podem ser atribuídas ao que Brighi e Hill (2012) apontam como constrangimentos à implementação da política.

De acordo com o raciocínio dos dois autores apresentado no capítulo 1, o sucesso ou fracasso de qualquer política externa não está relacionado apenas a uma definição clara dos objetivos e escolha de instrumentos apropriados, mas principalmente à interação entre a estratégia do ator e o contexto em que está inserido. Devido a multiplicidade de atores e organizações envolvidas no processo de contínuo de elaboração, aplicação e correção de política externa, muitas vezes, por maior que seja o esforço político para conduzir estas rupturas, a resistência à ruptura por parte dos atores e organizações afetados é muito maior, o

que leva a processos de mudança gradual e contínua, podendo passar por períodos de mudanças aceleradas e períodos de menor velocidade de mudança.

Acreditamos que um dos principais constrangimentos a uma mudança de nível 3, ou mudança de problema/objetivo, em relação à política africana da França está relacionada ao fato de que a inserção internacional francesa, seu lugar reivindicado no sistema internacional e em organizações multilaterais durante a Quinta República foi forjada sobre a base africana e sua influência neste continente. Uma ruptura nas relações franco-africanas poderia significar a necessidade de construção de uma nova base de inserção internacional.

A França vem utilizando nos últimos anos uma abordagem mais pragmática das suas relações com o continente africano. A política ideologicamente orientada pelos laços históricos compartilhados e a francofonia tem dado espaço a abordagens mais orientadas para o alcance de objetivos em outras esferas de atuação francesa, principalmente na União Europeia, onde ocupa o lugar de principal potência militar ao lado do Reino Unido e na Organização das Nações Unidas, onde busca consolidar seu lugar como uma nação defensora dos Direitos Humanos e da liberdade, além de garantir a manutenção do seu assento no CSNU.

A grande questão que decorre do status atual dos relacionamentos franco-africanos é até que ponto a França está apenas perseguindo seus interesses nacionais e quando se torna neocolonial? Quando ocorre essa mudança de perspectiva? Mais ainda, é possível que a França estabeleça um relacionamento com suas ex colônias que não seja ou não seja acusado de ser neocolonialista? É possível que a relação assimétrica entre dois Estados possa ser vista como equilibrada? Perseguir e defender interesses nacionais é o objetivo da política externa. Não existe política externa sem interesses nacionais. A forma de atuação externa dos atores é definida para aumentar as chances de conseguir atingir seu objetivo, isto não significa que a escolha da forma de atuação será sempre a ideal ou a mais adequada, apenas reflete o entendimento dos atores tomadores de decisão sobre a sua percepção do seu local, sua leitura da conjuntura do sistema internacional e a sua expectativa sobre a reação dos outros atores internacionais diante da sua iniciativa.

Quanto a possibilidade de normalização e equilíbrio, as relações entre a França e a África podem se tornar institucionalmente normalizadas por meio de reformas institucionais

que aproximem a elaboração da política africana e as relações entre a França e o continente da normalidade institucional. No entanto, é pouco provável que em um futuro próximo estas relações sejam balanceadas, uma vez que existe uma grande disparidade de capacidades entre a França e seus parceiros africanos. A França pode influenciar a política e a economia de diversos países africanos, mas em contrapartida, precisa do apoio dos líderes desses países - muitas vezes não democráticos- para a manutenção da sua inserção internacional, constituindo assim um complexo ciclo difícil de ser rompido.

No ramo da análise de política externa, podemos abordar a matéria de diferentes perspectivas e assim encontrarmos diferentes indícios e respostas. Esta no entanto é uma visão metodológica de abordagem da realidade. Sendo a realidade política composta por múltiplas dimensões mutuamente influenciáveis, isolar o foco de análise em uma categoria específica (instituições, meio, tomadores de decisão, grupos de interesses e etc) é apenas um instrumento metodológico para o entendimento de fenômenos políticos e sociais. Nesta análise buscamos abordar a política africana da França de maneira ampla, baseada na abordagem estratégico-relacional, para compreendermos como se deu a construção e a manutenção desta política tão particular e duradoura, bem como para compreendermos quais são os seus desafios atuais e os rumos desta política durante os governos estudados.

Concluimos então, que os objetivos inicialmente propostos foram atingidos. Quanto a hipótese de trabalho aqui adotada de que a conjuntura do sistema internacional do pós Guerra Fria possibilitou a emergência de competição, em especial norte-americana e chinesa, ao poder francês no continente africano. Isto, aliado às transformações endógenas ocorridas no continente africano e o aprofundamento da integração europeia, transformaram o ambiente operacional em que foi inicialmente desenhada a política africana da França, evidenciando, assim, a necessidade de revisão e modernização desta política, também se confirma.

O crescimento da presença de novos atores e fortalecimento da presença de atores menos expressivos na zona de influência francófona, levou a uma dinamização econômica da região, transformando este espaço monopolizado pela França em um espaço de competição pelo acesso à recursos naturais, mercado consumidor e matérias-primas. Além disso, as oportunidades de cooperação com outras potências do sistema internacional, quebrou a hegemonia francesa na região, fragilizando a blindagem da francofonia. Não podemos negligenciar a ampliação da margem de manobra dos líderes africanos em negociações em

decorrência da dinamização econômica da região. Ainda que a França possua uma influência incontestável na região, esta não é mais sua zona privada de atuação.

O aprofundamento da integração regional europeia e a transformação da OUA em UA também contribuíram para a modernização da política africana da França, uma vez que são limitadores da margem de manobra dos atores em negociações bilaterais por estarem sujeitos às regras das organizações regionais. Assim, todas essas alterações no sistema internacional e as demais alterações citadas e analisadas de maneira mais aprofundada durante o texto, demandaram a definição de novas estratégias, mais adequadas ao sistema internacional do século XXI, para a operacionalização da política externa francesa para a África. No entanto, os objetivos para o qual esta política é endereçada permanecem inalterados.

REFERÊNCIAS:

- ALLEN, Elizabeth P. *Anatomy of a scandal: Angolagate*. *World Policy Journal*, v. 27, n. 1, p. 14-16, 2010.
- BAYART, Jean-François. *Quelle politique africaine pour la France?*. *Politique africaine*, n. 1, p. 147-159, 2011.
- BANÉGAS, Richard. *France's intervention policy in Africa seen from below: Some thoughts on the case of Côte d'Ivoire*. *European Review of International Studies*, v. 1, n. 3, p. 60-79, 2014.
- BARTOLINI, Stefano. **Gaullismo** (verbetes). In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Editora UnB, Brasília, 1998, 11ª edição.
- BBC Brasil. **Entenda as eleições presidenciais na França** . 19/04/2017. (2007a)
Disponível em:
https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/04/070417_francaqandafn.shtml
- BBC Brasil. **Conservador Nicolas Sarkozy é eleito presidente da França**. 06/05/2007. (2007b).
Disponível em:
https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/05/070506_franca_daniela_dg.shtml
- BICCHI, Federica. *The Union for the Mediterranean, or the changing context of Euro-Mediterranean relations*. *Mediterranean Politics*, v. 16, n. 01, p.3-19, 2011.
- BLAYDES, Lisa; DE MAIO, Jennifer. *Spoiling the peace? Peace process exclusivity and political violence in north-central Africa*. *Civil Wars*, v. 12, n. 1-2, p. 3-28, 2010.
- BOILLEY, Pierre. *AZAWAD, MALI? QUAIS RAÍZES E QUAIS EVOLUÇÕES?*. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 44, 2013.
- BOEKE, Sergei; SCHUURMAN, Bart. *Operation 'Serval': A strategic analysis of the French intervention in Mali, 2013–2014*. *Journal of strategic studies*, v. 38, n. 6, p. 801-825, 2015.
- BOULANIN, Vicent. **France**. In *Security activities of external actors in Africa*. Org. ISMAIL, Olawale e SKÖNS, Elisabeth. Oxford, Oxford University press, 2014.

BOVCON, Maja. *Françafrique and regime theory*. *European Journal of International Relations*, 2011. 19:5, P.5-26.

BRIGHI, Elisabetta; HILL, Christopher. *Implementation and Behavior*. In. SMITH, S; HADFIELD, A.; DUNNE, T. *Foreign policy: Theories, actors and cases*. Oxford University Press, Oxford, 2012. P148-167.

CAMERON, David; HOFFERBERT, Richard. *Continuity and change in Gaullism: The General's legacy*. *American Journal of Political Science*. Vol.17, n°1 (Feb., 1973), p. 77-98.

CARBONE, Maurizio. *The European Union and China's rise in Africa: Competing visions, external coherence and trilateral cooperation*. *Journal of Contemporary African Studies*, v. 29, n. 2, p. 203-221, 2011.

CARLSNAES, Walter. *Foreign Policy*. In *Handbook of international Relations*. Org. CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas e SIMMONS, Beth. Londres, SAGE Publications, 2008.

_____. *Actors, structures, and foreign policy*. In. SMITH, S; HADFIELD, A.; DUNNE, T. *Foreign policy: Theories, actors and cases*. Oxford University Press, Oxford, 2012. P. 113-129.

CHAFER, Tony. *Franco-African relations: no longer so exceptional?*. *African Affairs* (2002), 101, p. 343-363.

_____. *Chirac and 'la Françafrique': no longer a family affair*. *Modern & Contemporary France*, 13:1, 2005, p. 7-23.

_____. *From Confidence to Confusion: Franco-African Relations in the Era of Globalisation* p.37-56 In: MACLEAN, Mairi; SZARKA, Joseph (Ed.). *France on the World Stage: Nation State Strategies in the Global Era*. Springer, 2008.

_____. *Hollande and Africa Policy*. *Modern & Contemporary France*. 22:4, 2014. P. 513-531.

_____. *France in Mali: Towards a new Africa strategy?*. *International journal of francophone studies*, v. 19, n. 2, p. 119-141, 2016.

CHARBONNEAU, Bruno. *France and the new imperialism: security policy in sub-saharan Africa*. Ashgate, Hampshire, England, 2008.

CHAZAN, Naomi, et al. *Politics and Society in Contemporary Africa*. Boulder, Lynne Rienner Publishers, 1999, 3^o edição.

CONSTITUTIVE ACT OF AFRICAN UNION.

Disponível em: https://au.int/sites/default/files/pages/32020-file-constitutiveact_en.pdf

Acessado em: novembro de 2018.

CROWDER, Michael. *Vichy e a França Livre na África Ocidental durante a Segunda Guerra*. Revista Afro-Ásia, N 10-11, 1970, p.67-78.

CUMMING, Gordon. *Transposing the 'republican' model? A critical appraisal of France's historic mission in Africa*. *Journal of Contemporary African studies*. 23:2, 2005, p. 233-252

_____. *Nicolas Sarkozy's Africa policy: Change, continuity or confusion?*. *French politics*, v. 11, n. 1, p. 24-47, 2013.

DARNIS, Jean-Pierre. *François Hollande's Presidency: New Era in French Foreign Policy?*. *SIstituto affari internazionali*, 2012.

DEUTSH, Karl. *Análise das Relações Internacionais*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982, 2^o edição

DELGADO, Mireia. *France and the Union for the Mediterranean: Individualism versus Co-operation*. *Mediterranean Politics*, v. 16, n. 01, p. 39-57, 2011.

DOSSIER DE PRESSE - *Opération Barkhane*, Ministère des Armées de France, abril de 2018.

Disponível em:

<https://www.defense.gouv.fr/operations/operations/sahel/dossier-depresentation-de-l-operation-barkhane/operation-barkhane>

DUARTE, Geraldine Rosas. *Crise no Mali: as origens do conflito e os entraves para a resolução*. *Conjuntura internacional*, v. 10, n. 1, p. 7-14, 2013.

EMERSON, Michael. *Making sense of Sarkozy's Union for the Mediterranean*. *CEPS Policy Brief No. 155*, March 2008.

PIGEAUD, Fanny; SYLLA, Ndongo Samba. *L'arme invisible de la Françafrique: une histoire du franc CFA*. La Découverte, 2018.

FRANÇA. *La France et l'Europe dans le monde. Livre Blanc sur la politique étrangère et européenne de la France (2008-2020)*. Paris, 2008

_____. *Le Livre Blanc sur la Défense et Sécurité nationale*. Paris, 2008

_____. *Le Livre blanc sur la défense et la sécurité nationale*. Paris, 2013.

FREIRE, Maria Raquel; VINHA, Luís da. *Política externa: modelos, actores e dinâmicas IN Política externa: as relações internacionais em mudança*. Org. FREIRE, Maria Raquel. Coimbra, Imprensa Universidade de Coimbra, 2011.

FOUTOYET, Samuel. *Nicolas Sarkozy ou la Françafrique décomplexée*. Éd. Tribord, 2009.

GAMACHE, Lauren; HAMMER, Alexander; JONES, Lin. *China's trade and investment relationship with Africa*. USITC executive briefings on trade, 2013.

GAZIBO, Mamoudou; MBABIA, Olivier. *Reordering International Affairs: The Forum On China-Africa Cooperation*. Austral: *Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, v. 1, n. 1, p. 51-74, 2012.

GENTILI, Anna Maria. *verbete: Colonialismo*. In: Dicionário de Política. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Org. Editora UnB, Brasília, 2009, 13° edição.

GONZÁLEZ. Yoslán. *África Occidental: crisis vs esabilidad política*. Livraria Palmarinca, Porto Alegre, 2018.

GORDON, Philip H.; MEUNIER-AITSAHALIA, Sophie. *The French challenge: Adapting to globalization*. Brookings Institution Press, 2001.

HEHIR, Aidan. *The permanence of inconsistency: Libya, the Security Council, and the Responsibility to Protect*. *International Security*, v. 38, n. 1, p. 137-159, 2013.

HUDSON, Valerie. *Foreign policy analysis: actor-specific theory and the ground of international relations*. Oxford, *Foreign Policy Analysis*, 1 -30, 2005, p.1-30.

_____. *The history and evolution of Foreign Policy Analysis*. In. SMITH, S.; HADFIELD, A.; DUNNE, T. *Foreign policy: Theories, actors and cases*. Oxford University Press, Oxford, 2012. 13-34.

HOLLANDE. François. *Discours du Président de la République française François Hollande devant l'Assemblée nationale sénégalaise, le 12 octobre 2012*.

Disponível em:

<https://www.jeuneafrique.com/173903/politique/france-afrique-le-texte-du-discours-de-dakar-prononc-par-fran-ois-hollande/>

HOWORTH, Jolyon. 'Opération Harmattan' in Libya: a paradigm shift in French, European and transatlantic security arrangements?. *Journal of Transatlantic Studies*, v. 12, n. 4, p. 405-417, 2014.

IPRI-FUNAG. *As 15 maiores economias do mundo*.

Disponível em:

<http://www.funag.gov.br/ipri/index.php/o-ipri/47-estatisticas/94-as-15-maiores-economias-do-mundo-em-pib-e-pib-ppp>

Acessado em: novembro de 2018.

JOFFÉ, George. *A Primavera Árabe no Norte de África: origens e perspectivas de futuro*. *Relações Internacionais (R: I)*, n. 30, p. 85-116, 2011.

KNAPP, Andrew. *Introduction: France's "Long" Liberation, 1944-47*. In: KNAPP, Andrew (ed). *The uncertain foundation. France at the Liberation, 1944-47*. Palgrave Macmillan, Nova York, 2007, p 1-22.

KNAPP, Andrew; WRIGHT, Vincent. *The government and politics of France*. Routledge, Londres, 2006, 5ª edição.

KOLODZIEJ, Edward A. *Revolt and revisionism in the Gaullist global vision: An analysis of French strategic policy*. *The Journal of Politics*. Vol.33, Nº2 (May, 1971), p.448-447.

KRITZMAN, Lawrence. *A certain idea of de Gaulle*. *Yale French Studies*, Nº111, *Myth and Modernity* (2007), p.157-168.

KROSLAK, Daniela. *France's policy towards Africa: continuity or change?* In: TAYLOR, Ian; WILLIAMS, Paul. *Africa in international politics*. London/ New York, Routledge, 2004.

LAKE, Anthony et al. *More Than Humanitarianism: A Strategic US Approach Toward Africa: Report of an Independent Task Force*. Council on Foreign Relations, 2006.

LEBOEUF, Aline; QUÉNOT-SUAREZ, Hélène. *La Politique africaine de la France sous François Hollande: renouvellement et impensé stratégique*. *IFRI, Programme Afrique subsaharienne*, v. 19, 2014.

MACLEAN, Mairi; SZARKA, Joseph. *Globalisation and the Nation State: Conceptual Lenses on French Ambitions in a Changing World Order* p.1-19 In: MACLEAN, Mairi; SZARKA, Joseph (Ed.). *France on the World Stage: Nation State Strategies in the Global Era*. Springer, 2008.

MANGALA, Jack. *Introduction: Africa and the New World Era: Context and Stakes*. In: MANGALA, Jack (Ed.). *Africa and the new world era: from humanitarianism to a strategic view*. Springer, 2010. p. 1-17.

_____. *The European Union and Africa: Old partners in a Changing World*. In: MANGALA, Jack (Ed.). *Africa and the new world era: from humanitarianism to a strategic view*. Springer, 2010. p.167-191.

MARTHALER, Sally. *Nicolas Sarkozy and the politics of French immigration policy*. *Journal of European Public Policy*, v. 15, n. 3, p. 382-397, 2008.

MARTIN, Guy. *France's African policy in transition: disengagement and redeployment*. *Colección Edición Especial*. 2 (2001): 97-119.

_____. *The Historical, Economic, and Political Bases of France's African Policy*. *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 23, No. 2 (Jun., 1985), pp. 189-208

MAZRUI, Ali A. *Africa between Nationalism and Nationhood: A political survey*. *Journal of Black Studies*. Vol.13, n°1, *Communication and Change in Sub-Saharan Africa* (Sep.1982), p.23-44.

MBABIA, Olivier. **STRUCTURAL POWER TOWARD WEAK STATES: FRANCE, NOT CHINA, MATTERS IN FRANCOPHONE AFRICA**. *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, v. 3, n. 5, 2014.

MCFATE, Sean. **Briefing: US Africa Command: next step or next stumble?**. *African Affairs*, v. 107, n. 426, p. 111-120, 2007.

MELLY, Paul; DARRACQ, Vincent. **A New Way to Engage?: French Policy in Africa from Sarkozy to Hollande**. London: Chatham House, 2013.

MENDES, Carmen Amado. **A China e a cooperação Sul-Sul**. *Relações Internacionais (R: I)*, n. 26, p. 39-46, 2010.

MEUNIER, Sophie. **Globalization and Europeanization: A challenge to French politics**. *French Politics*, v. 2, n. 2, p. 125-150, 2004.

MINISTÈRE DES ARMÉES DE FRANCE. **Présentation de l'opération- Opération Serval (2013-2014)**.

Disponível em: <https://www.defense.gouv.fr/operations/operations/autresoperations/operations-achevees/operation-serval-2013-2014/dossier/presentation-de-loperation>

MØLLER, Bjørn. **The African Union as a security actor: African solutions to African problems?**. 2009.

MONCRIEFF, Richard. **French Relations with Sub Saharan Africa Under President Sarkozy**. *SAIIA*, n107, january, 2012a.

_____. **French Africa policy: Sarkozy's legacy, and prospects for a Hollande Presidency**. *South African Journal of International Affairs*, v. 19, n. 3, p. 359-380, 2012b.

NAIDU, Sanusha. **India's engagements in Africa: self-interest or mutual partnership?** in: SOUTHALL, Roger; MELBER, Henning (Ed.). **A new scramble for Africa?: imperialism, investment and development**. Scottsville: University of KwaZulu-Natal Press, 2009.

OLSEN, Gorm Rye. **Obama and US policy towards Africa: A study in failure?**. *International Politics*, v. 54, n. 1, p. 73-88, 2017.

PENNA FILHO, Pio; KOFFI, Robert Badou. *A FRANÇA NA ÁFRICA: AS INTERVENÇÕES MILITARES E SUAS MOTIVAÇÕES—O CASO DA COSTA DO MARFIM*. *Carta Internacional*, v. 9, n. 2, p. 156-172, 2014.

PESNOT, Patrick. *Rwanda: la France em procès*. In: Pesnot, Patrick. *Les dessous de la Françafrique: les dossiers secrets de Monsieur X*. Nouvelle Monde Éditions, 2010. Paris.

PINHEIRO, Leticia. *Política externa brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro, Zahar, 2010, 2ª edição

PHAM, J. Peter. *INDIA'S NEW ENGAGEMENT OF AFRICA: trends and implications*. In: MANGALA, Jack (Ed.). *Africa and the new world era: from humanitarianism to a strategic view*. Springer, 2010.

PLOCH, Lauren. *Africa Command: US strategic interests and the role of the US military in Africa*. DIANE Publishing, 2010.

POSEN, Barry R. *European Union security and defense policy: response to unipolarity?*. *Security studies*, v. 15, n. 2, p. 149-186, 2006.

PRASHAD, Vijay. *Arab Spring, Libyan Winter*. Oakland: AK Press Publishing & Distribution, 2012.

REUTERS. *Popularidade de Sarkozy bate recorde negativo, diz pesquisa*. 28/04/2008. (2008).

Disponível em:

<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL428853-5602,00-POPULARIDADE+DE+SARKOZY+BATE+RECORDE+NEGATIVO+DIZ+PESQUISA.html>

RIEKER, Pernille. *French foreign policy in a changing world: Practising grandeur*. Springer, 2017.

ROWDYBUSH, Brinton; CHAMOREL, Patrick. *Aspirations and reality: French foreign policy and the 2012 elections*. *The Washington Quarterly*, v. 35, n. 1, p. 163-177, 2012.

SARKOZY, Nicolas. *Discours de M. Sarkozy au Mali et au Bénin et 19 mai 2006*

Disponível em: <http://discours.vie-publique.fr/notices/063001811.html>

_____. *Discours à l'Université de Dakar (26/06/2007)*

Disponível em:

https://www.lemonde.fr/afrique/article/2007/11/09/le-discours-de-dakar_976786_3212.html

SCHRAEDER, Peter. *Cold war to cold Peace: Explaining U.S.-French competition in Francophone Africa*. *Political Science Quarterly*, Vol. 115, N°3 (Autumn, 2000), p.395-419.

SCHMIDT, Elizabeth. *Foreign intervention in Africa: From the cold war to the war on terror*. Cambridge University Press, 2013.

SIRADAG, Abdurrahim. *Understanding French foreign and security policy towards Africa: Pragmatism or altruism*. *Afro Eurasian Studies Journal*. Vol. 3. Issue 1, Spring 2014.

SOLOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Leticia. *Análise de política externa e política externa brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos*. *Revista Brasileira de Política internacional*. 56 (1) p. 40-59, 2013.

SOMBRA SARAIVA, José Flávio. *A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51, n. 1, 2008.

TAYLOR, Ian. *The International Relations of Sub-Saharan Africa*. Continuum, Nova York, 2010.

THE WORLD BANK. **GPD growth (annual%)**.

Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/ny.gdp.mktp.kd.zg>

Acessado em: novembro de 2018.

TIEKU, Thomas Kwasi. *Explaining the clash and accommodation of interests of major actors in the creation of the African Union*. *African Affairs*, v. 103, n. 411, p. 249-267, 2004.

TOUATI, Sylvain. *French Foreign Policy in Africa: Between pré carré and multilateralism*. Chatham House, 2007.

VERSCHAVE, François-Xavier. *De la Françafrique à la Mafrafrique*. Éditions Tribord, 2016, Belgique

_____. *La Françafrique: Le plus long scandale de la République*. Paris: Stock, 1998.

VALLIN, Victor-Manuel. *France as the Gendarme of Africa, 1960-2014*. *Political science quarterly*, v. 130, n. 1, p. 79-102, 2015.

VISENTINI, Paulo. *África e as Potências Emergentes*. Editora Século XXI, 2013.

WAPMUK, Sharkdam; AKINKWOTU, Oluwatooni. *AS DINÂMICAS DA ÁFRICA NAS RELAÇÕES MUNDIAIS: DO AFRO-PESSIMISMO PARA O AFRO-OTIMISMO?*. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, v. 2, n. 4, 2017.

WILLIAMS, Paul D. *From non-intervention to non-indifference: the origins and development of the African Union's security culture*. *African Affairs*, v. 106, n. 423, p. 253-279, 2007.

Bibliografia auxiliar:

DE CHARETTE, Hervé. *Nicolas Sarkozy et la politique étrangère de la France: entre changement et continuité*. *Revue internationale et stratégique*, n. 2, p. 7-12, 2008.

THIAM, Assane. *La politique africaine de Nicolas Sarkozy: rupture ou continuité?*. *Politique étrangère*, n. 4, p. 873-884, 2008.

LE GLOANNEC, Anne-Marie. *Sarkozy's Foreign Policy: Substance or Style?*. *The international spectator*, v. 43, n. 1, p. 15-21, 2008.

LONCLE, François. *François Hollande et la nouvelle donne diplomatique française*. *Geoeconomie*, n. 2, p. 47-56, 2013.

VÉDRINE, Hubert; BONIFACE, Pascal; LEQUESNE, Christian. *La politique étrangère de la France en débat*. *Esprit*, n. 3, p. 103-116, 2018.

NAIDU, Sanusha. *India's growing African strategy*. *Review of African political economy*, v. 35, n. 115, p. 116-128, 2008.

LEQUESNE, Christian. *France and the European Union: a story of reason rather than love*. Norwegian Institute of International Affairs. Policy Brief 5/ 20115, 2015.

CHAFER, Tony. *The end of empire in French West Africa: France's successful decolonization*. Bloomsbury Publishing, 2002.

CHAFER, Tony; GODIN, Emmanuel (Ed.). *The end of the French exception?: decline and revival of the 'French model'*. Springer, 2010.

CHAFER, Tony; SACKUR, Amanda (Ed.). *Promoting the Colonial Idea: propaganda and visions of Empire in France*. Springer, 2001.

SMITH, Karen E. *European Union foreign policy in a changing world*. John Wiley & Sons, 2013.

WA MUIU, Mueni; MARTIN, Guy. *A new paradigm of the African state*. In: *A New Paradigm of the African State*. Palgrave Macmillan, New York, 2009. p. 191-210.

AKOKPARI, John; NDINGA-MUVUMBA, Angela; MURITHI, Tim. *The African Union and its institutions*. 2008.

BUSSO, Anabella. *Identidad y fuerzas profundas en Estados Unidos. Excepcionalismo, tradición liberal-tradición conservadora, aislacionismo-internacionalismo, política y religión: su impacto en la política exterior*. Busso A.(comp.) *Fuerzas profundas e identidad. Reflexiones en torno a su impacto en la política exterior*. Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 2008.

WILÉN, Nina. *Justifying Interventions in Africa. International Organization and Global Governance*. London, 2012.

IWILADE, Akin; AGBO, Johnson Uchechukwu. *ECOWAS and the Regulation of regional Peace and Security in West Africa*. *Democracy and Security*, v. 8, n. 4, p. 358-373, 2012.

TOURAY, Omar A. *The common African defence and security policy*. *African Affairs*, v. 104, n. 417, p. 635-656, 2005.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A África na política internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial*. *Curitiba: Juruá*, p. 54-72, 2010.

KIRCHNER, Emil J. *The challenge of European Union security governance*. *JCMS: Journal of common market studies*, v. 44, n. 5, p. 947-968, 2006.

GAULME, François. *Intervenir au Mali: le retour du politique*. *Études*, v. 418, n. 5, p. 583-594, 2013.

WYSS, Marco. *The Gendarme stays in Africa: France's military role in Côte d'Ivoire*. ***African Conflict and Peace building Review***, v. 3, n. 1, p. 81-111, 2013.

RENOU, Xavier. *A new French policy for Africa?*. ***Journal of Contemporary African Studies***, v. 20, n. 1, p. 5-27, 2002.

DAVIDSON, Jason W. *France, Britain and the intervention in Libya: an integrated analysis*. ***Cambridge Review of International Affairs***, v. 26, n. 2, p. 310-329, 2013.

PHAM, J. Peter. *AFRICOM from Bush to Obama*. ***South African Journal of International Affairs***, v. 18, n. 1, p. 107-124, 2011.

GAFFNEY, John. *Political Leadership in France: From Charles de Gaulle to Nicolas Sarkozy*. Springer, 2010.

ANEXOS

Disponível em: <http://discours.vie-publique.fr/notices/063001811.html>

Discours de M. Sarkozy au Mali et au Bénin et 19 mai 2006

Mesdames et Messieurs les ministres et les parlementaires,

Je suis venu vous dire aujourd'hui mon respect. Respect, parce que vous avez bâti en quelques années, au Bénin, une démocratie forte et vivante, prouvée par trois alternances réussies. Nous, les Français, qui sommes si fiers d'être la patrie des droits de l'Homme, il nous a fallu plusieurs siècles pour cela.

Le Bénin a été et reste plus que jamais un exemple pour l'Afrique toute entière. Vous avez été les premiers à tirer les conclusions de la chute du mur de Berlin, en tournant pacifiquement le dos au communisme dès 1989 (bien plus rapidement que certains intellectuels français !). Et c'est à la transition démocratique déjà engagée au Bénin que le président Mitterrand pensait lorsqu'il prononça son désormais célèbre discours de La Baule en juin 1990.

Chacun sait que les Béninois ont participé à près de 70% à l'élection présidentielle de mars dernier. C'est une nouvelle preuve de la vitalité de votre démocratie : votre peuple est profondément, fondamentalement démocratique. Personne n'a pu réussir à le manipuler. La lutte a été forte, car la démocratie c'est aussi la compétition, et le combat politique est parfois un combat rude. J'en sais quelque chose. Mais c'est librement que le peuple béninois a pu se déterminer entre des candidats de grande valeur.

J'ai déjà eu l'occasion de dire au président Boni Yayi toute l'admiration dans laquelle je tiens son engagement sincère de nommer aux responsabilités des hommes neufs, choisis pour leurs compétences. Avec lui, le Bénin a choisi de prendre le chemin de la bonne gouvernance, qui est la condition du développement. Et vous, les Béninois, comme les Maliens ou les Ghanéens, vous avez asséné une solide leçon à tous ceux qui ne cessent de répéter que la démocratie n'est pas faite pour les Africains. Il n'y a pas d'exception africaine, pas de prétendue spécificité culturelle qui justifierait je ne sais quelle incompatibilité entre l'Afrique et la démocratie. Vous démontrez le contraire. Vous démontrez que la démocratie, ici comme ailleurs, est non seulement possible, mais surtout souhaitable. Seule la démocratie peut répondre aux aspirations des citoyens. Seule la démocratie peut permettre à un pays de se sortir d'une crise interne, aussi grave et longue soit-elle. Quoi qu'on ait pu penser pendant si longtemps, la dictature, ce n'est pas la stabilité. Seule la démocratie peut créer les conditions de la stabilité en profondeur. Qu'il me soit donné ici l'occasion de rendre hommage à Helen Johnson-Sirleaf, première femme élue présidente en Afrique, à qui les Libériens ont confié, avec une grande maturité politique, la si difficile mission de sortir leur pays d'une guerre

civile de 15 ans, qui a fait 250 000 morts, et dont les effets se sont fait sentir dans toute la sous-région. Je veux lui dire que la France sera à ses côtés pour redonner l'espoir au peuple libérien.

La démocratie, vous et nous le savons bien, car nous le vivons, cela ne se résume pas à des élections. On ne peut s'arrêter à ce premier pas, sinon la démocratie reste de façade. Il faut aller plus loin : faire vivre la démocratie, c'est bâtir un état de droit, où l'administration est neutre, les circuits financiers transparents, où la presse est à la fois responsable et indépendante, où l'autorité judiciaire est libre de travailler sans influence extérieure. Et ce seul fait rend nécessaire une vigilance de tous les instants. Le projet démocratique place l'individu au coeur du projet de société : il impose le respect des libertés individuelles, le refus des communautarismes, et notamment de l'éthnicisme. Et vous, les Béninois, vous avez en plus montré qu'en Afrique, la démocratie n'a pas nécessairement de base ethnique. C'est aussi le principe de l'égalité des citoyens, et notamment la parité, et le respect de l'intégrité physique et morale des femmes, qui sont les égales des hommes et qui "portent l'Afrique sur leur dos", comme le dit un proverbe africain.

Alors, existe-t-il un lieu mieux choisi que Cotonou, le "quartier latin de l'Afrique", pour parler des relations que la France doit avoir avec l'Afrique ? Nos relations sont amicales, constructives, décomplexées : nous nous disons les choses franchement, et, je le crois, nous nous comprenons. Alors permettez-moi de vous parler très franchement, comme on ne le fait sans doute pas assez souvent entre Français et Africains.

Car en m'adressant à vous, vous qui faites vivre la francophonie, c'est à l'Afrique d'aujourd'hui et de demain que je veux m'adresser, à l'Afrique ancrée dans le XXIème siècle, qui refuse les archaïsmes et qui regarde l'avenir avec confiance. A l'Afrique qui sait que son destin est entre ses mains, et qu'elle est pleinement responsable de ses choix, de ses actes, et de son avenir. A l'Afrique qui a choisi d'assumer cette responsabilité et de relever les défis auxquels elle doit faire face.

Ces défis, quels sont-ils ?

- bâtir la démocratie, en respectant les échéances électorales, mais aussi l'état de droit et la bonne gouvernance ;
- construire des institutions solides ;
- construire une économie qui offrira à votre jeunesse, nombreuse, motivée, des débouchés et un avenir, la promesse d'une vie meilleure ; et chacun sait que c'est un défi majeur, car la moitié des Africains ont moins de quinze ans.
- s'insérer dans un monde globalisé, alors même que l'Afrique apparaît aujourd'hui comme le perdant de la mondialisation : cela passe par le développement du commerce intra-africain et l'émergence des marchés régionaux.

- faire la paix, en créant les conditions de la stabilité.

Ces défis ne sont pas minces. Mais ils sont à votre portée. La réussite, votre réussite, dépend d'abord et avant tout de vous-mêmes. La responsabilité du succès ou de l'échec est d'abord la vôtre. C'est cette responsabilité, celle de son destin, que le Bénin a choisi d'assumer. C'est un choix courageux, un choix lucide, un choix intelligent. C'est le seul choix viable : les autres options sont des impasses.

Mais si cette responsabilité est la vôtre, elle peut se nourrir du dialogue avec des partenaires. La France veut être le premier de ces partenaires.

La relation entre l'Afrique et la France est une relation ancienne et dense ; une histoire partagée, qui a aussi connu des épisodes de violence et parfois, des épisodes tragiques. Je le sais et je respecte le nécessaire devoir de mémoire que nous avons tous à l'égard de cette histoire commune, y compris de ses heures sombres. Ensuite est venu, pour les anciennes colonies françaises, le choix des indépendances, en 1960, il y a déjà près d'un demi-siècle. Ce passage à l'indépendance s'est fait dans le dialogue, dans la paix, dans la confiance. Il n'en pas été ainsi partout sur le continent : ailleurs, des indépendances ont été conquises dans le sang et dans les troubles. Je salue les qualités visionnaires du général de Gaulle, qui a su comprendre les aspirations de l'Afrique à l'autonomie puis à l'indépendance, les respecter et faire de l'ancienne métropole un partenaire, même si d'un côté comme de l'autre nous considérons que ce partenariat est imprégné d'une dimension affective qui est unique.

Il faut aujourd'hui refuser le poids des habitudes. La poursuite de relations fortes entre deux partenaires repose sur deux conditions de base : une volonté commune et un respect mutuel.

Au Bénin, je constate que l'Afrique aime la France. Mais malgré tout je ne veux pas esquiver mes responsabilités. Je veux aborder franchement la question des relations de la France et de l'Afrique.

Je crois indispensable de faire évoluer, au-delà des mots, notre relation. L'immense majorité des Africains n'ont pas connu la période coloniale. 50% des Africains ont moins de 17 ans. Comment peut-on imaginer continuer avec les mêmes réflexes ?

Il nous faut construire une relation nouvelle, assainie, décomplexée, équilibrée, débarrassée des scories du passé et des obsolescences qui perdurent de part et d'autres de la Méditerranée. Cela implique plusieurs changements de fond, dont certains sont heureusement à l'oeuvre.

D'abord, cette relation doit être plus transparente. Il nous faut la débarrasser des réseaux d'un autre temps, des émissaires officieux qui n'ont d'autre mandat que celui qu'ils s'inventent. Le fonctionnement normal des institutions politiques et diplomatiques doit prévaloir sur les circuits officieux qui ont fait tant de mal par le passé. Il faut définitivement tourner la page des complaisances, des secrets et des ambiguïtés.

Il nous faut aussi ne pas nous contenter de la seule personnalisation de nos relations. Les relations entre des Etats modernes ne doivent pas seulement dépendre de la qualité des relations personnelles entre les chefs d'Etat, mais d'un dialogue franc et objectif, d'une confrontation des intérêts respectifs, du respect des engagements pris.

Nous voulons dialoguer sur un pied d'égalité, entre partenaires responsables. Notre relation doit être décomplexée, sans sentiment de supériorité ni d'infériorité, sans sentiment de culpabilité d'un côté ni soupçon d'en jouer de l'autre, sans tentation de rendre l'autre responsable de ses erreurs. A nous Français de renier tout paternalisme, d'exclure toute condescendance à l'endroit des Africains. Et surtout plus de respect. Nous ne savons pas mieux que vous quel est le bon chemin. Je refuse la posture d'une France donneuse de leçons. Mais je refuse tout autant de transiger sur nos valeurs. Ces valeurs de démocratie, de respect des droits de l'homme, de bonne gouvernance, nous les défendons partout, en Asie comme en Amérique latine ou en Europe de l'Est. Nous devons les défendre en Afrique comme ailleurs : ces principes ne s'arrêtent pas aux portes du continent !

Les crises que nous voyons éclater sur le continent, dont les conséquences sont souvent si brutales, ne naissent pas sans cause. Elles se sont nouées parfois bien avant, provoquées par des dérives autoritaires, des écarts par rapport aux lois fondamentales ou par rapport à la morale, des politiques xénophobes, des comportements arbitraires, des humiliations... Pourquoi alors devrions-nous renoncer à nos valeurs et nous taire devant ces dérives ? Pourquoi désespérer les hommes et les femmes de bonne volonté, militants associatifs, hommes politiques d'opposition, entrepreneurs, responsables religieux, tous ceux qui luttent pour la démocratie et la bonne gouvernance, si nombreux mais parfois si vulnérables, qui espèrent dans l'angoisse un geste de soutien de notre part ? Au nom de quel principe supérieur ? Nous mettons-nous à ce point en danger en disant à haute et intelligible voix les torts que causent les excès d'un dictateur à son propre pays ? Mes chers amis, nous devons défendre les valeurs de la démocratie ici comme ailleurs parce que ceux qui luttent pour la démocratie doivent nous trouver à leurs côtés.

A nous aussi de débarrasser la relation Afrique-France de ses fantasmes et de ses mythes qui la polluent. Disons les choses clairement : la France n'a pas les intentions et l'influence qu'on lui prête. On lui prête la faculté de redresser les situations, de rechercher des intérêts économiques que nous n'avons pas et d'être capables d'assurer la stabilité ou de créer l'instabilité dans un pays. Bien souvent d'ailleurs, les deux fantasmes sont mêlés : la politique de la France en Afrique aurait pour seul objectif de s'approprier les ressources géologiques du continent. Où est la vérité ? A ceux qui pensent cela, je veux quand même rappeler qu'il n'existe plus de compagnie minière française, et que les entreprises françaises présentes en Afrique sont surtout spécialisées dans les services.

Il y a bien le pétrole, me direz-vous. Regardons bien les faits : les deux pays africains où Total réalise l'essentiel de sa production sont le Nigeria et l'Angola, deux pays qui ne sont pas parmi les plus proches de la France. Il n'y a en réalité qu'un petit nombre de grands groupes français

qui réalisent une part importante de leur activité en Afrique : Bouygues, Air France, Bolloré, et quelques autres. Peut-être les choses ont-elles été différentes par le passé, mais ce que je sais, c'est qu'aujourd'hui ces grands groupes français n'ont pas besoin de la diplomatie française pour exister et se développer en Afrique. S'ils y sont aussi dynamiques, c'est à l'ancienneté de leur implantation - ils ont cru à l'Afrique avant beaucoup d'autres-, au talent de leur management et de leurs collaborateurs qu'ils le doivent, et à eux seuls. Mais de leur côté, les Africains doivent comprendre que l'aide publique au développement ne peut rien sans les investisseurs privés. Et ceux-là, soyez-en sûrs, ne viendront durablement que si les pays d'Afrique peuvent leur garantir un climat serein et stable pour y mener leurs affaires.

L'immigration est devenue un autre enjeu majeur de la relation entre la France et l'Afrique. Le sujet ne doit plus être tabou. Il est absolument essentiel d'en parler entre nous. Si on laisse aux partis extrémistes le monopole du discours sur l'immigration, il ne faut pas être surpris de voir progresser la xénophobie et le racisme. L'immigration peut être un atout pour la France comme pour les pays africains. Mais elle sera une chance si elle est choisie et non subie. C'est tout le sens de mon projet de loi relatif à l'immigration et à l'intégration en cours de discussion au Parlement. L'immigration doit être pour la France une ouverture sur la diversité, le dialogue des cultures, la tolérance. Or le résultat de plusieurs décennies d'immigration subie est exactement inverse : aujourd'hui, les petits enfants des migrants qui ont la nationalité française se sentent moins français que leurs grands-parents qui n'avaient pas la nationalité française.

A côté de cette réalité, les Africains qui n'ont que des bonnes raisons de venir en France, pour des raisons d'affaire, d'études, de travail, rencontrent aujourd'hui les pires difficultés pour obtenir un visa. Il faut sortir de cette situation. C'est tout l'objectif de la politique d'immigration choisie que je suis en train de mettre en place. Le terme immigration choisie a été beaucoup caricaturé et utilisé à des fins de polémique. Dans mon esprit, immigration choisie ne signifie en aucun cas la mise en place d'un filtre destiné à faire venir les diplômés et à rejeter les autres. Quand je parle d'immigration choisie, c'est une immigration choisie aussi bien par le pays d'origine que par le pays de destination. Immigration choisie veut dire immigration régulée, organisée, négociée entre les pays d'origine et les pays de destination. L'émigration est une richesse pour l'Afrique. Les transferts d'épargne des migrants installés en France représentent une somme presque aussi importante que l'aide publique au développement. En outre, les migrants qui reviennent de France avec une formation et une expérience professionnelle peuvent jouer un rôle déterminant pour le développement de leur pays d'origine. Un grand chantier doit donc s'ouvrir entre la France et les pays d'Afrique pour mettre en place une politique commune définissant les nouvelles règles d'une immigration choisie. Nous devons favoriser la mobilité et la circulation des hommes tout en évitant le pillage des cerveaux. D'après un rapport récent de l'OMS, "l'Afrique supporte 24% du fardeau des maladies et ne possède désormais plus que 3% du personnel sanitaire". La plupart des médecins béninois exercent aujourd'hui en France. Nul ne peut se satisfaire de cette situation dont les conséquences sont catastrophiques pour les Africains. Il est donc urgent de mettre en place une grande politique de co-développement qui facilitera la mobilité des personnes et la

réinstallation volontaire en Afrique de migrants. Et c'est ensemble que nous devons organiser les migrations pour sortir de l'impasse actuelle et en faire un véritable atout en faveur du développement, mais aussi de la tolérance et de l'amitié entre l'Afrique et la France.

Il nous faut enfin analyser avec sérénité cette idée obsessionnelle que la relation entre l'Afrique et la France serait une relation d'exclusivité. On ne cesse de dire : "la France perd ses positions en Afrique". Ce vocabulaire n'est pas respectueux des Africains ! Il ne s'agit ni de parts de marché, ni non plus de possessions. Ceux qui tiennent ce discours chez nous se croient des amis de l'Afrique. Le moins que l'on puisse dire, c'est qu'ils en ont une vision d'un autre âge.

Il arrive que des Africains tiennent également ce discours. Ils l'assortissent en général d'un autre commentaire : "les Américains, les Chinois et les Indiens s'installent partout"... Je vais peut-être vous surprendre, mais je considère que c'est une bonne nouvelle pour l'Afrique. D'abord, je ne vois pas la France dans une compétition pour savoir quel est celui qui aura la "meilleure place" en Afrique. L'Afrique est la patrie des Africains. Ceux qui se plaignent de l'arrivée de nouveaux investisseurs ont la vision passéiste de l'économie des comptoirs, une conception qui a au minimum cinquante ans de retard ! L'Afrique, pour eux, ce serait un gâteau que l'on partage, un champ clos et immuable. Pour tout dire, c'est l'inverse de la réalité africaine d'aujourd'hui, qui voit heureusement de nombreux pays afficher des taux de croissance que nous aimerions connaître en France : l'économie africaine est aussi une économie dynamique, malgré le sous-développement et malgré l'endettement.

Qu'il n'y ait pas de malentendu entre nous : je souhaite vivement que les entreprises françaises viennent en Afrique, qu'elles y investissent et qu'elles y prospèrent. Je souhaite qu'elles y restent les plus nombreuses, de la même façon que je crois à une relation privilégiée entre mon pays et les pays africains. Mais sincèrement, pour défendre nos intérêts commerciaux et nos parts de marché, comme partout ailleurs dans le monde, je fais confiance au savoir-faire et au dynamisme de nos entrepreneurs. C'est de leur talent que dépend notre puissance économique. L'Etat, notre diplomatie doivent les aider. La relation avec l'Afrique doit même constituer une priorité de notre action diplomatique. Mais il n'y a pas de chasse gardée.

La concurrence est plus forte aujourd'hui qu'hier ? Tant mieux ! C'est la preuve que l'Afrique intéresse, que l'Afrique s'insère dans la mondialisation. On ne peut expliquer que la concurrence est une bonne chose et ne pas l'accepter pour soi-même. La présence des Américains et des Chinois en Afrique n'est pas moins légitime que celle d'autres. Les besoins sont tels que chacun y a sa place.

Je souhaiterais néanmoins que nos amis américains élèvent le niveau de leur aide publique à celui des pays européens, pour montrer que leur approche de l'Afrique n'est pas uniquement motivée par le souci de faire des affaires.

Par ailleurs, tous les pays ne méritent pas d'être aidés de la même façon : le respect des droits de l'homme n'est pas un critère moins important que la localisation des matières premières.

Je ne suis pas ici pour esquiver les interpellations qui sont faites à la France. Je vois bien que certains pays d'Afrique, avec lesquels la France avait depuis toujours entretenu des rapports d'amitié, paraissent aujourd'hui la rejeter. Cette tendance est le plus souvent confuse et ambiguë : parfois les mots contredisent les actes : parfois on dit pis que pendre de la France mais en coulisses on lui demande une aide budgétaire supplémentaire. Parfois les actes contredisent les mots. La France doit reconnaître sa part des torts. Mais ceux qui s'en prennent à la France et l'accusent de tous les maux sont eux-mêmes dans le passé : ils semblent avoir besoin d'un bouc émissaire pour cacher leur propre incurie, et s'inventent par ce nouveau mythe une légitimité de façade.

Cela étant je prends cette évolution au sérieux et avec respect : je comprends tout à fait que certains de nos amis et partenaires aient pu être déçus. Qu'ils trouvent eux-mêmes leur chemin. Peut-être nous retrouverons-nous plus tard, quand les rancoeurs réciproques se seront apaisées. Je veux simplement rappeler à ceux qui rejettent aujourd'hui la présence française que les Français d'Afrique dans leur grande majorité ont toujours considéré que ce continent était pour eux leur deuxième patrie, et qu'ils ont contribué à la développer par leur travail. Oui, ils ont travaillé durement et pris des risques qui n'ont pas toujours été payés de retour. Certains, nous le savons, ont souffert physiquement et ont tout perdu. Et aujourd'hui, j'ai une pensée pour les Français de Côte d'Ivoire qui ont été victimes de violences. Et c'est en pensant à eux que je dis ici que la France se fera respecter, et qu'elle n'entend pas que ses ressortissants soient pris à partie dans des pays où ils n'apportent que leur bonne volonté et leur travail.

Il y a d'autres questions dont nous devons parler franchement, entre partenaires et amis. La présence de nos bases militaires dans plusieurs pays du continent est une de ces questions. La première mission de ces bases, c'est d'aider l'Union Africaine, bel exemple d'une intégration africaine réussie, à construire une architecture de paix et de sécurité régionale, qui permettra au continent de disposer d'un outil pour mieux assurer, solidairement, sa sécurité et sa stabilité.

Dans la période actuelle, le fait d'être présent militairement dans un pays nous conduit parfois à devoir intervenir dans un conflit ou une crise interne, à titre humanitaire, pour préserver la sécurité des populations civiles, ainsi que celle des ressortissants étrangers (et pas seulement des Français). Ces interventions sont parfois mal comprises, en Afrique mais aussi en France. Ce sont toujours des décisions difficiles, qui consistent à choisir entre deux mauvaises solutions. Soit nous n'intervenons pas, et l'on nous accuse de manquer à nos engagements bilatéraux et d'abandonner des gouvernements souverains ! Soit nous intervenons, et l'on nous reproche d'intervenir dans les affaires intérieures d'un Etat souverain !

La vérité, c'est que nous sommes présents, et que nous avons une capacité à agir militairement : il est donc logique que l'on vienne nous solliciter pour rétablir l'ordre et éviter des drames. Car nous devons bannir toute tentative de prise du pouvoir par la force. Cela veut dire

intervenir dans une crise qui bien souvent ne nous concerne pas. Nous le faisons pour préserver des vies humaines, et le plus souvent en concertation avec la communauté internationale, avec les Nations Unies et l'Union Africaine. On peut reprocher à la France son interventionnisme, mais je constate que rares sont les candidats pour venir en aide à des Etats d'Afrique en proie à une crise politico-militaire. Quelles qu'aient pu être les insuffisances de la politique suivie par la France au Rwanda avant le génocide, en 1994, il y avait beaucoup de gens pour dénoncer les atrocités et les massacres commis contre les Tutsis, mais bien peu pour intervenir directement afin d'arrêter ce crime contre l'humanité, comme le fit, seule, la France, sous l'autorité d'Edouard Balladur. Sans doute devons-nous réfléchir davantage aux moyens d'anticiper ces crises, aux moyens de les prévenir avec l'Union Africaine. Cela passe par le renforcement des capacités africaines de maintien de la paix, et c'est en cela que la présence militaire française en Afrique doit trouver toute son utilité. Vous les Béninois, avez justement pris vos responsabilités en envoyant des contingents au Libéria et au Congo.

Je le répète, prévenir les crises, cela suppose que nous n'attendions plus pour dire à nos partenaires africains que nous estimons que telle décision ou telle politique ne sont rien moins que des manipulations électorales ou des dérives autocratiques, et qu'à ce titre elles sont porteuses d'instabilité. L'autoritarisme, ce n'est pas la stabilité. Il n'y a pas d'issue hors de la démocratie. Et la conclusion, c'est que nous devons parler de tout, y compris de ce qui est sensible.

Mesdames et Messieurs,

C'est en confiance et en toute amitié que j'ai voulu vous indiquer mes espérances dans la relation entre l'Afrique et la France. Je crois que l'Europe doit continuer à s'impliquer en Afrique, et que la France est la meilleure des passerelles entre nos deux continents. Notre relation est forte, ancienne, historique, elle est faite de sentiments qui dépassent le protocole, qui vont au-delà des relations habituelles entre les Etats. Notre relation est spéciale et doit le demeurer. La modernisation de notre relation, la responsabilisation de chacun permettront d'ouvrir de nouvelles pages, et de construire ensemble nos avenir respectifs.

Pour avancer dans cette voie, nous disposons d'un outil commun particulièrement précieux : le français. C'est grâce aux Africains que le français reste une des grandes langues de communication internationale. 28 des 63 Etats membres de l'Organisation internationale de la Francophonie se trouvent en Afrique. Je veux saluer ici les efforts déployés par le président Abdou Diouf à la tête de cette Organisation. Je sais que les Africains attendent beaucoup de la Francophonie, sur l'éducation et l'enseignement, le développement des technologies de l'information et la promotion de la culture africaine. C'est aussi une exigence à laquelle nous devons répondre.

Vous le voyez, Mesdames et Messieurs, c'est à un renforcement de nos relations que j'appelle. Nos destins sont et resteront liés. Vous pouvez compter sur mon engagement pour que ce lien si particulier qui nous unit soit renforcé. Et, plus encore, vous pouvez compter sur mon amitié.

Disponível em:

https://www.lemonde.fr/afrique/article/2007/11/09/le-discours-de-dakar_976786_3212.html

Discours à l'Université de Dakar

M. LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE

Mesdames et Messieurs,

Permettez-moi de remercier d'abord le gouvernement et le peuple sénégalais de leur accueil si chaleureux. Permettez-moi de remercier l'université de Dakar qui me permet pour la première fois de m'adresser à l'élite de la jeunesse africaine en tant que Président de la République française. Je suis venu vous parler avec la franchise et la sincérité que l'on doit à des amis que l'on aime et que l'on respecte. J'aime l'Afrique, je respecte et j'aime les Africains. Entre le Sénégal et la France, l'histoire a tissé les liens d'une amitié que nul ne peut défaire. Cette amitié est forte et sincère.

C'est pour cela que j'ai souhaité adresser, de Dakar, le salut fraternel de la France à l'Afrique tout entière. Je veux, ce soir, m'adresser à tous les Africains, qui sont si différents les uns des autres, qui n'ont pas la même langue, qui n'ont pas la même religion, qui n'ont pas les mêmes coutumes, qui n'ont pas la même culture, qui n'ont pas la même histoire et qui pourtant se reconnaissent les uns les autres comme des Africains. Là réside le premier mystère de l'Afrique.

Oui, je veux m'adresser à tous les habitants de ce continent meurtri et en particulier aux jeunes, à vous qui vous êtes tant battus les uns contre les autres et souvent tant haïs, qui parfois vous combattez et vous haïssez encore mais qui pourtant vous reconnaissez comme frères, frères dans la souffrance, frères dans l'humiliation, frères dans la révolte, frères dans l'espérance, frères dans le sentiment que vous éprouvez d'une destinée commune, frères à travers cette foi mystérieuse qui vous rattache à la terre africaine, foi qui se transmet de génération en génération et que l'exil lui-même ne peut effacer.

Je ne suis pas venu, jeunes d'Afrique, pour pleurer avec vous sur les malheurs de l'Afrique. Car l'Afrique n'a pas besoin de mes pleurs. Je ne suis pas venu, jeunes d'Afrique, pour m'apitoyer sur votre sort parce que votre sort est d'abord entre vos mains. Que feriez-vous, fière jeunesse africaine, de ma pitié ? Je ne suis pas venu effacer le passé car le passé ne

s'efface pas. Je ne suis pas venu nier les fautes ni les crimes car il y a eu des fautes et il y a eu des crimes.

Il y a eu la traite négrière, il y a eu l'esclavage, les hommes, les femmes, les enfants achetés et vendus comme des marchandises. Et ce crime ne fut pas seulement un crime contre les Africains, ce fut un crime contre l'Homme, ce fut un crime contre l'Humanité tout entière. Et l'Homme noir qui éternellement « enten[d] de la cale monter les malédictions enchaînées, les hoquettements des mourants, le bruit d'un qu'on jette à la mer », cet Homme noir qui ne peut s'empêcher de se répéter sans fin : « Et ce pays cria pendant des siècles que nous sommes des bêtes brutes », cet Homme noir, je veux le dire ici à Dakar, a le visage de tous les Hommes du monde. Cette souffrance de l'Homme noir (je ne parle pas de l'homme au sens du sexe, je parle de l'Homme au sens de l'être humain et, bien sûr, de la femme et de l'homme dans son acception générale), cette souffrance de l'Homme noir, c'est la souffrance de tous les Hommes. Cette blessure ouverte dans l'âme de l'Homme noir est une blessure ouverte dans l'âme de tous les Hommes.

Mais nul ne peut demander aux générations d'aujourd'hui d'expier ce crime perpétré par les générations passées. Nul ne peut demander aux fils de se repentir des fautes de leurs pères. Jeunes d'Afrique, je ne suis pas venu vous parler de repentance. Je suis venu vous dire que je ressens la traite et l'esclavage comme des crimes envers l'Humanité. Je suis venu vous dire que votre déchirure et votre souffrance sont les nôtres et sont donc les miennes.

Je suis venu vous proposer de regarder ensemble, Africains et Français, au-delà de cette déchirure et au-delà de cette souffrance. Je suis venu vous proposer, jeunes d'Afrique, non d'oublier cette déchirure et cette souffrance qui ne peuvent pas être oubliées, mais de les dépasser. Je suis venu vous proposer, jeunes d'Afrique, non de ressasser ensemble le passé mais d'en tirer ensemble les leçons afin de regarder ensemble l'avenir. Je suis venu, jeunes d'Afrique, regarder en face avec vous notre histoire commune.

L'Afrique a sa part de responsabilité dans son propre malheur. On s'est entretué en Afrique au moins autant qu'en Europe. Mais il est vrai que jadis les Européens sont venus en Afrique en conquérants : ils ont pris la terre de vos ancêtres, ils ont banni les dieux, les langues, les croyances, les coutumes de vos pères, ils ont dit à vos pères ce qu'ils devaient penser, ce qu'ils devaient croire, ce qu'ils devaient faire. Ils ont coupé vos pères de leur passé, ils leur ont arraché leur âme et leurs racines. Ils ont désenchanté l'Afrique.

Ils ont eu tort. Ils n'ont pas vu la profondeur et la richesse de l'âme africaine. Ils ont cru qu'ils étaient supérieurs, qu'ils étaient plus avancés, qu'ils étaient le progrès, qu'ils étaient la civilisation. Ils ont eu tort. Ils ont voulu convertir l'Homme africain, ils ont voulu le façonner à leur image, ils ont cru qu'ils avaient tous les droits, ils ont cru qu'ils étaient tout puissants, plus puissants que les dieux de l'Afrique, plus puissants que l'âme africaine, plus puissants que les liens sacrés que les Hommes avaient tissés patiemment pendant des millénaires avec le ciel et la terre d'Afrique, plus puissants que les mystères qui venaient du fond des âges. Ils ont eu tort. Ils ont abîmé un art de vivre. Ils ont abîmé un imaginaire merveilleux. Ils ont abîmé une sagesse ancestrale. Ils ont eu tort. Ils ont créé une angoisse, un mal de vivre. Ils ont nourri la haine. Ils ont rendu plus difficiles l'ouverture aux autres, l'échange, le partage parce que pour s'ouvrir, pour échanger, pour partager, il faut être assuré de son identité, de ses valeurs, de ses convictions. Face au colonisateur, le colonisé avait fini par ne plus avoir confiance en lui, par ne plus savoir qui il était, par se laisser gagner par la peur de l'autre, par la crainte de l'avenir. Le colonisateur est venu, il a pris, il s'est servi, il a exploité, il a pillé des ressources, des richesses qui ne lui appartenaient pas. Il a dépouillé le colonisé de sa personnalité, de sa liberté, de sa terre, du fruit de son travail.

Il a pris mais je veux dire avec respect qu'il a aussi donné. Il a construit des ponts, des routes, des hôpitaux, des dispensaires, des écoles. Il a rendu fécondes des terres vierges, il a donné sa peine, son travail, son savoir. Je veux le dire ici, tous les colons n'étaient pas des voleurs, tous les colons n'étaient pas des exploités. Il y avait parmi eux des Hommes mauvais mais il y avait aussi des Hommes de bonne volonté, des Hommes qui croyaient remplir une mission civilisatrice, des Hommes qui croyaient faire le bien. Ils se trompaient mais certains étaient sincères. Ils croyaient donner la liberté, ils créaient l'aliénation. Ils croyaient briser les chaînes de l'obscurantisme, de la superstition, de la servitude ; ils forgeaient des chaînes bien plus lourdes, ils imposaient une servitude plus pesante, car c'étaient les esprits, c'étaient les âmes qui étaient asservis. Ils croyaient donner l'amour sans voir qu'ils semaient la révolte et la haine.

La colonisation n'est pas responsable de toutes les difficultés actuelles de l'Afrique. Elle n'est pas responsable des guerres sanglantes que se font les Africains entre eux. Elle n'est pas responsable des génocides. Elle n'est pas responsable des dictateurs. Elle n'est pas responsable du fanatisme. Elle n'est pas responsable de la corruption, de la prévarication. Elle n'est pas responsable des gaspillages et de la pollution.

Mais la colonisation fut une grande faute qui fut payée par l'amertume et la souffrance de ceux qui avaient cru tout donner et qui ne comprenaient pas pourquoi on leur en voulait autant. La colonisation fut une grande faute qui détruisit chez le colonisé l'estime de soi et fit naître dans son cœur cette haine de soi qui débouche toujours sur la haine des autres.

La colonisation fut une grande faute mais de cette grande faute est né l'embryon d'une destinée commune. Et cette idée me tient particulièrement à cœur. La colonisation fut une faute qui a changé le destin de l'Europe et le destin de l'Afrique et qui les a mêlés. Et ce destin commun a été scellé par le sang des Africains qui sont venus mourir dans les guerres européennes. Et la France n'oublie pas ce sang africain versé pour sa liberté. Nul ne peut faire comme si rien n'était arrivé. Nul ne peut faire comme si cette faute n'avait pas été commise. Nul ne peut faire comme si cette histoire n'avait pas eu lieu. Pour le meilleur comme pour le pire, la colonisation a transformé l'Homme africain et l'Homme européen.

Jeunes d'Afrique, vous êtes les héritiers des plus vieilles traditions africaines et vous êtes les héritiers de tout ce que l'Occident a déposé dans le cœur et dans l'âme de l'Afrique. Jeunes d'Afrique, la civilisation européenne a eu tort de se croire supérieure à celle de vos ancêtres, mais désormais la civilisation européenne vous appartient aussi.

Jeunes d'Afrique, ne cédez pas à la tentation de la pureté parce qu'elle est une maladie, une maladie de l'intelligence, qui est ce qu'il y a de plus dangereux au monde. Jeunes d'Afrique, ne vous coupez pas de ce qui vous enrichit, ne vous amputez pas d'une part de vous-même. La pureté est un enfermement, la pureté est une intolérance. La pureté est un fantasme qui conduit au fanatisme.

Je veux vous dire, jeunes d'Afrique, que le drame de l'Afrique n'est pas dans une prétendue infériorité de son art, sa pensée, de sa culture. Car, pour ce qui est de l'art, de la pensée et de la culture, c'est l'Occident qui s'est mis à l'école de l'Afrique. L'art moderne doit presque tout à l'Afrique. L'influence de l'Afrique a contribué à changer non seulement l'idée de la beauté, non seulement le sens du rythme, de la musique, de la danse, mais même dit SENGHOR, la manière de marcher ou de rire du monde du XXe siècle.

Je veux donc dire à la jeunesse d'Afrique que le drame de l'Afrique ne vient pas de ce que l'âme africaine serait imperméable à la logique et à la raison. Car l'Homme africain est aussi logique et raisonnable que l'Homme européen. C'est en puisant dans l'imaginaire africain que vous ont légué vos ancêtres, c'est en puisant dans les contes, dans les proverbes, dans les

mythologies, dans les rites, dans ces formes qui, depuis l'aube des temps, se transmettent et s'enrichissent de génération en génération, que vous trouverez l'imagination et la force de vous inventer un avenir qui vous soit propre, un avenir singulier qui ne ressemblera à aucun autre, où vous vous sentirez enfin libres, libres, jeunes d'Afrique, d'être vous-mêmes, libres de décider par vous-mêmes.

Je suis venu vous dire que vous n'avez pas à avoir honte des valeurs de la civilisation africaine, qu'elles ne vous tirent pas vers le bas mais vers le haut, qu'elles sont un antidote au matérialisme et à l'individualisme qui asservissent l'Homme moderne, qu'elles sont le plus précieux des héritages face à la déshumanisation et à l'aplatissement du monde. Je suis venu vous dire que l'Homme moderne qui éprouve le besoin de se réconcilier avec la nature a beaucoup à apprendre de l'Homme africain qui vit en symbiose avec la nature depuis des millénaires.

Je suis venu vous dire que cette déchirure entre ces deux parts de vous-mêmes est votre plus grande force, et votre plus grande faiblesse selon que vous vous efforcerez ou non d'en faire la synthèse. Mais je suis aussi venu vous dire qu'il y a en vous, jeunes d'Afrique, deux héritages, deux sagesses, deux traditions qui se sont longtemps combattues : celle de l'Afrique et celle de l'Europe. Je suis venu vous dire que cette part africaine et cette part européenne de vous-mêmes forment votre identité déchirée.

Je ne suis pas venu, jeunes d'Afrique, vous donner des leçons, je ne suis pas venu vous faire la morale. Mais je suis venu vous dire que la part d'Europe qui est en vous est le fruit d'un grand péché d'orgueil de l'Occident mais que cette part d'Europe en vous n'est pas indigne. Car elle est l'appel de la liberté, de l'émancipation et de la justice et de l'égalité entre les femmes et les hommes, car elle est l'appel à la raison et à la conscience universelles.

Le drame de l'Afrique, c'est que l'Homme africain n'est pas assez entré dans l'Histoire. Le paysan africain, qui depuis des millénaires, vit avec les saisons, dont l'idéal de vie est d'être en harmonie avec la nature, ne connaît que l'éternel recommencement du temps rythmé par la répétition sans fin des mêmes gestes et des mêmes paroles. Dans cet imaginaire où tout recommence toujours, il n'y a de place ni pour l'aventure humaine ni pour l'idée de progrès. Dans cet univers où la nature commande tout, l'Homme échappe à l'angoisse de l'Histoire qui tenaille l'Homme moderne mais l'Homme reste immobile au milieu d'un ordre immuable où

tout semble être écrit d'avance. Jamais l'Homme ne s'élançait vers l'avenir. Jamais il ne lui vient à l'idée de sortir de la répétition pour s'inventer un destin.

Le problème de l'Afrique -- permettez à un ami de l'Afrique de le dire --, il est là. Le défi de l'Afrique, c'est d'entrer davantage dans l'Histoire, c'est de puiser en elle l'énergie, la force, l'envie, la volonté d'écouter et d'épouser sa propre histoire. Le problème de l'Afrique, c'est de cesser de toujours répéter, de toujours ressasser, de se libérer du mythe de l'éternel retour, c'est de prendre conscience que l'âge d'or qu'elle ne cesse de regretter ne reviendra pas pour la raison qu'il n'a jamais existé. Le problème de l'Afrique, c'est qu'elle vit trop le présent dans la nostalgie du paradis perdu de l'enfance. Le problème de l'Afrique, c'est que trop souvent elle juge le présent par rapport à une pureté des origines totalement imaginaire et que personne ne peut espérer ressusciter.

Le problème de l'Afrique, ce n'est pas de s'inventer un passé plus ou moins mythique pour s'aider à supporter le présent mais de s'inventer un avenir avec des moyens qui lui soient propres. Le problème de l'Afrique, ce n'est pas de se préparer au retour du malheur, comme si celui-ci devait indéfiniment se répéter, mais de vouloir se donner les moyens de conjurer le malheur, car l'Afrique a le droit au bonheur comme tous les autres continents du monde. Le problème de l'Afrique, c'est de rester fidèle à elle-même sans rester immobile.

Le défi de l'Afrique, c'est d'apprendre à regarder son accession à l'universel non comme un reniement de ce qu'elle est mais comme un accomplissement. Le défi de l'Afrique, c'est d'apprendre à se sentir l'héritière de tout ce qu'il y a d'universel dans toutes les civilisations humaines, c'est de s'approprier les droits de l'Homme, la démocratie, la liberté, l'égalité, la justice comme l'héritage commun de toutes les civilisations et de tous les Hommes, c'est de s'approprier la science et la technique modernes comme le produit de toute l'intelligence humaine.

Le défi de l'Afrique est celui de toutes les civilisations, de toutes les cultures, de tous les peuples qui veulent garder leur identité sans s'enfermer parce qu'ils savent que l'enfermement est mortel. Les civilisations sont grandes à la mesure de leur participation au grand métissage de l'esprit humain. La faiblesse de l'Afrique, qui a connu sur son sol tant de civilisations brillantes, ce fut longtemps de ne pas participer assez à ce grand métissage. Elle a payé cher, l'Afrique, ce désengagement du monde qui l'a rendue si vulnérable.

Mais, de ses malheurs, l'Afrique a tiré une force nouvelle en se métissant à son tour. Ce métissage, quelles que fussent les conditions douloureuses de son avènement, est la vraie force et la vraie chance de l'Afrique au moment où émerge la première civilisation mondiale. La civilisation musulmane, la Chrétienté, la colonisation, au-delà des crimes et des fautes qui furent commises en leur nom et qui ne sont pas excusables, ont ouvert les cœurs et les mentalités africaines à l'universel et à l'Histoire.

Ne vous laissez pas, jeunes d'Afrique, voler votre avenir par ceux qui ne savent opposer à l'intolérance que l'intolérance, au racisme que le racisme. Ne vous laissez pas, jeunes d'Afrique, voler votre avenir par ceux qui veulent vous exproprier d'une histoire qui vous appartient aussi parce qu'elle fut l'histoire douloureuse de vos parents, de vos grands-parents et de vos aïeux. N'écoutez pas, jeunes d'Afrique, ceux qui veulent faire sortir l'Afrique de l'Histoire au nom de la tradition parce qu'une Afrique où plus rien ne changerait serait de nouveau condamnée à la servitude.

N'écoutez pas, jeunes d'Afrique, ceux qui veulent vous empêcher de prendre votre part dans l'aventure humaine, parce que sans vous, jeunes d'Afrique qui êtes la jeunesse du monde, l'aventure humaine sera moins belle. N'écoutez pas, jeunes d'Afrique, ceux qui veulent vous déraciner, vous priver de votre identité, faire table rase de tout ce qui est africain, de toute la mystique, la religiosité, la sensibilité, la mentalité africaines, parce que pour échanger il faut avoir quelque chose à donner, parce que pour parler aux autres, il faut avoir quelque chose à leur dire.

Écoutez plutôt, jeunes d'Afrique, la grande voix du président SENGHOR, qui chercha toute sa vie à réconcilier les héritages et les cultures au croisement desquels les hasards et les tragédies de l'Histoire avaient placé l'Afrique. Il disait, lui, l'enfant de Joal qui avait été bercé par les rhapsodies des griots, il disait : « Nous sommes des métis culturels, (...) si nous sentons en nègres, nous nous exprimons en français, parce que le français est une langue à vocation universelle, que notre message s'adresse aussi aux Français de France et aux autres Hommes. » Il disait aussi : « Le français nous a fait don de ses mots abstraits -- si rares dans nos langues maternelles (...). Chez nous les mots sont naturellement nimbés d'un halo de sève et de sang ; les mots du français rayonnent de mille feux, comme des diamants. Des fusées qui éclairent notre nuit. »

Ainsi parlait Léopold SENGHOR, qui fait honneur à tout ce que l'Humanité comprend d'intelligence. Ce grand poète et ce grand Africain voulait que l'Afrique se mît à parler à toute

l'Humanité et lui écrivait en français des poèmes pour tous les Hommes. Ces poèmes étaient des chants qui parlaient à tous les Hommes d'êtres fabuleux qui gardent des fontaines, chantent dans les rivières et qui se cachent dans les arbres, des poèmes qui leur faisaient entendre les voix des morts du village et des ancêtres, des poèmes qui faisaient traverser des forêts de symboles et remonter jusqu'aux sources de la mémoire ancestrale que chaque peuple garde au fond de sa conscience, comme l'adulte garde au fond de la sienne le souvenir du bonheur de l'enfance.

Car chaque peuple a connu ce temps de l'éternel présent où il cherchait non à dominer l'univers mais à vivre en harmonie avec l'univers ; temps de la sensation, de l'instinct, de l'intuition, temps du mystère et de l'initiation, temps mystique où le sacré était partout, où tout était signes et correspondances. C'est le temps des magiciens, des sorciers et des chamanes, le temps de la parole qui était grande parce qu'elle se respecte et se répète, de génération en génération, et transmet, de siècle en siècle, des légendes aussi anciennes que les dieux.

L'Afrique a fait se ressouvenir à tous les peuples de la terre qu'ils avaient partagé la même enfance. L'Afrique en a réveillé les joies simples, les bonheurs éphémères et ce besoin, ce besoin auquel je crois moi-même tant, ce besoin de croire plutôt que de comprendre, ce besoin de ressentir plutôt que de raisonner, ce besoin d'être en harmonie plutôt que d'être en conquête. Ceux qui jugent la culture africaine arriérée, ceux qui tiennent les Africains pour de grands enfants, tous ceux-là ont oublié que la Grèce antique, qui nous a tant appris sur l'usage de la raison, avait aussi ses sorciers, ses devins, ses cultes à mystères, ses sociétés secrètes, ses bois sacrés et sa mythologie, qui venait du fond des âges et dans laquelle nous puisons encore, aujourd'hui, un inestimable trésor de sagesse humaine.

L'Afrique qui a aussi ses grands poèmes dramatiques et ses légendes tragiques, en écoutant SOPHOCLE, a entendu une voix plus familière qu'elle ne l'aurait cru et l'Occident a reconnu dans l'art africain des formes de beauté qui avaient jadis été les siennes et qu'il éprouvait le besoin de ressusciter. Alors entendez, jeunes d'Afrique, combien RIMBAUD est africain quand il met des couleurs sur les voyelles comme tes ancêtres en mettaient sur leurs masques (« masque noir masque rouge (...) masques blanc-et-noir »).

Ouvrez les yeux, jeunes d'Afrique, et ne regardez plus, comme l'ont fait trop souvent vos aînés, la civilisation mondiale comme une menace pour votre identité mais la civilisation mondiale comme quelque chose qui vous appartient aussi. Dès lors que vous reconnaîtrez dans la sagesse universelle une part de la sagesse que vous tenez de vos pères et que vous

aurez la volonté de la faire fructifier, alors commencera ce que j'appelle de mes vœux, la renaissance africaine. Dès lors que vous proclamerez que l'Homme africain n'est pas voué à un destin qui serait fatalement tragique et que, partout en Afrique, il ne saurait y avoir d'autre but que le bonheur, alors commencera la renaissance africaine. Dès lors que vous, jeunes d'Afrique, vous déclarerez qu'il ne saurait y avoir d'autres finalités pour une politique africaine que l'unité de l'Afrique et l'unité du genre humain, alors commencera la renaissance africaine. Dès lors que vous regarderez bien en face la réalité de l'Afrique et que vous la prendrez à bras-le-corps, alors commencera la renaissance africaine.

Car le problème de l'Afrique, c'est qu'elle est devenue un mythe que chacun reconstruit pour les besoins de sa cause. Et ce mythe empêche de regarder en face la réalité de l'Afrique. La réalité de l'Afrique, c'est une démographie trop forte pour une croissance économique trop faible. La réalité de l'Afrique, c'est encore trop de famine, trop de misère. La réalité de l'Afrique, c'est la rareté qui suscite la violence. La réalité de l'Afrique, c'est le développement qui ne va pas assez vite, c'est l'agriculture qui ne produit pas assez, c'est le manque de routes, c'est le manque d'écoles, c'est le manque d'hôpitaux. La réalité de l'Afrique, c'est un grand gaspillage d'énergie, de courage, de talents, d'intelligence. La réalité de l'Afrique, c'est celle d'un grand continent qui a tout pour réussir et qui ne réussit pas parce qu'il n'arrive pas à se libérer de ses mythes.

La renaissance dont l'Afrique a besoin, vous seuls, jeunes d'Afrique, vous pouvez l'accomplir parce que vous seuls en aurez la force. Cette renaissance, je suis venu vous la proposer ; je suis venu vous la proposer pour que nous l'accomplissions ensemble parce que de la renaissance de l'Afrique dépend pour une large part la renaissance de l'Europe et la renaissance du monde.

Je sais l'envie de partir qu'éprouvent un si grand nombre d'entre vous confrontés aux difficultés de l'Afrique. Je sais la tentation de l'exil qui pousse tant de jeunes Africains à aller chercher ailleurs ce qu'ils ne trouvent pas ici pour faire vivre leur famille. Je sais ce qu'il faut de volonté, ce qu'il faut de courage pour tenter cette aventure, pour quitter sa patrie, la terre où l'on est né, où l'on a grandi, pour laisser derrière soi les lieux familiers où l'on a été heureux, l'amour d'une mère, d'un père ou d'un frère et cette solidarité, cette chaleur, cet esprit communautaire qui sont si forts en Afrique. Je sais ce qu'il faut de force d'âme pour affronter le dépaysement, l'éloignement, la solitude. Je sais ce que la plupart d'entre eux doivent affronter comme épreuves, comme difficultés, comme risques. Je sais qu'ils iront parfois

jusqu'à risquer leur vie pour aller jusqu'au bout de ce qu'ils croient être leur rêve. Mais je sais que rien ne les retiendra. Car rien ne retient jamais la jeunesse quand elle se croit portée par ses rêves.

Je ne crois pas que la jeunesse africaine ne soit poussée à partir que pour fuir la misère. Je crois que la jeunesse africaine s'en va parce que, comme toutes les jeunes femmes, elle veut conquérir le monde. Comme toutes les jeunes femmes, elle a le goût de l'aventure et du grand large. Elle veut aller voir comment on vit, comment on pense, comment on travaille, comment on étudie ailleurs.

L'Afrique n'accomplira pas sa renaissance en coupant les ailes de sa jeunesse. Mais l'Afrique a besoin de sa jeunesse. La renaissance de l'Afrique commencera en apprenant à la jeunesse africaine à vivre avec le monde, non à le refuser. La jeunesse africaine doit avoir le sentiment que le monde lui appartient comme à toutes les jeunes femmes de la terre. La jeunesse africaine doit avoir le sentiment que tout deviendra possible comme tout semblait possible aux hommes de la Renaissance.

Alors, je sais bien que la jeunesse africaine ne doit pas être la seule jeunesse du monde assignée à résidence. Elle ne peut pas être la seule jeunesse du monde qui n'a le choix qu'entre la clandestinité et le repliement sur soi. Elle doit pouvoir acquérir hors d'Afrique la compétence et le savoir qu'elle ne trouverait pas chez elle. Mais elle doit aussi à la terre africaine de mettre à son service les talents qu'elle aura développés. Il faut revenir bâtir l'Afrique ; il faut lui apporter le savoir, la compétence, le dynamisme de ses cadres. Il faut mettre un terme au pillage des élites africaines dont l'Afrique a besoin pour se développer.

Ce que veut la jeunesse africaine, c'est ne pas être à la merci des passeurs sans scrupules qui jouent avec votre vie. Ce que veut la jeunesse d'Afrique, c'est que sa dignité soit préservée, c'est pouvoir faire des études, c'est pouvoir travailler, c'est pouvoir vivre décemment. C'est au fond ce que veut toute l'Afrique. L'Afrique ne veut pas de la charité. L'Afrique ne veut pas d'aide. L'Afrique ne veut pas de passe-droit.

Ce que veut l'Afrique et ce qu'il faut lui donner, c'est la solidarité, la compréhension et le respect. Ce que veut l'Afrique, ce n'est pas que l'on prenne son avenir en main, ce n'est pas que l'on pense à sa place, ce n'est pas que l'on décide à sa place. Ce que veut l'Afrique est ce que veut la France, c'est la coopération, c'est l'association, c'est le partenariat entre des Nations égales en droits et en devoirs.

Jeunesse africaine, vous voulez la démocratie, vous voulez la liberté, vous voulez la justice, vous voulez le droit ? C'est à vous d'en décider. La France ne décidera pas à votre place. Mais si vous choisissez la démocratie, la liberté, la justice et le droit, alors la France s'associera à vous pour les construire. Jeunes d'Afrique, la mondialisation telle qu'elle se fait ne vous plaît pas ? L'Afrique a payé trop cher le mirage du collectivisme et du progressisme pour céder à celui du laisser-faire. Jeunes d'Afrique, vous croyez que le libre-échange est bénéfique mais que ce n'est pas une religion. Vous croyez que la concurrence est un moyen mais que ce n'est pas une fin en soi. Vous ne croyez pas au laisser-faire. Vous savez qu'à être trop naïve, l'Afrique serait condamnée à devenir la proie des prédateurs du monde entier. Et cela vous ne le voulez pas. Vous voulez une autre mondialisation, avec plus d'humanité, avec plus de justice, avec plus de règles.

Je suis venu vous dire que la France la veut aussi. Elle veut se battre avec l'Europe, elle veut se battre avec l'Afrique, elle veut se battre avec tous ceux qui dans le monde veulent changer la mondialisation. Si l'Afrique, la France et l'Europe le veulent ensemble, alors nous réussirons. Mais nous ne pouvons pas exprimer une volonté à votre place.

Jeunes d'Afrique, vous voulez le développement, vous voulez la croissance, vous voulez la hausse du niveau de vie. Mais le voulez-vous vraiment ? Voulez-vous que cesse l'arbitraire, la corruption, la violence ? Voulez-vous que la propriété soit respectée, que l'argent soit investi au lieu d'être détourné ? Voulez-vous que l'État se remette à faire son métier, qu'il soit allégé des bureaucraties qui l'étouffent, qu'il soit libéré du parasitisme, du clientélisme, que son autorité soit restaurée, qu'il domine les féodalités, qu'il domine les corporatismes ? Voulez-vous que partout règne l'État de droit qui permet à chacun de savoir raisonnablement ce qu'il peut attendre des autres ? Si vous le voulez, alors la France sera à vos côtés pour l'exiger, mais personne ne le voudra à votre place.

Voulez-vous qu'il n'y ait plus de famine sur la terre africaine ? Voulez-vous que, sur la terre africaine, il n'y ait plus jamais un seul enfant qui meure de faim ? Alors cherchez l'autosuffisance alimentaire. Alors développez les cultures vivrières. L'Afrique a d'abord besoin de produire pour se nourrir. Si c'est ce que vous voulez, jeunes d'Afrique, vous tenez entre vos mains l'avenir de l'Afrique et la France travaillera avec vous pour bâtir cet avenir.

Vous voulez lutter contre la pollution ? Vous voulez que le développement soit durable ? Vous voulez que les générations actuelles ne vivent plus au détriment des générations futures ? Vous voulez que chacun paye le véritable coût de ce qu'il consomme ? Vous voulez

développer les technologies propres ? C'est à vous de le décider. Mais si vous le décidez, la France sera à vos côtés.

Vous voulez la paix sur le continent africain ? Vous voulez la sécurité collective ? Vous voulez le règlement pacifique des conflits ? Vous voulez mettre fin au cycle infernal de la vengeance et de la haine ? C'est à vous, mes amis africains, de le décider. Et si vous le décidez, la France sera à vos côtés, comme une amie indéfectible, mais la France ne peut pas vouloir à la place de la jeunesse d'Afrique. Vous voulez l'unité africaine ? La France le souhaite aussi parce que la France souhaite l'unité de l'Afrique, car l'unité de l'Afrique rendra l'Afrique aux Africains.

Ce que veut faire la France avec l'Afrique, c'est regarder en face les réalités. C'est faire la politique des réalités et non plus la politique des mythes. Ce que la France veut faire avec l'Afrique, c'est le codéveloppement, c'est-à-dire le développement partagé. La France veut avec l'Afrique des projets communs, des pôles de compétitivité communs, des universités communes, des laboratoires communs. Ce que la France veut faire avec l'Afrique, c'est élaborer une stratégie commune dans la mondialisation. Ce que la France veut faire avec l'Afrique, c'est une politique d'immigration négociée ensemble, décidée ensemble pour que la jeunesse africaine puisse être accueillie en France et dans toute l'Europe avec dignité et avec respect. Ce que la France veut faire avec l'Afrique, c'est une alliance de la jeunesse française et de la jeunesse africaine pour que le monde de demain soit un monde meilleur. Ce que veut faire la France avec l'Afrique, c'est préparer l'avènement de l'« Eurafrrique », ce grand destin commun qui attend l'Europe et l'Afrique.

À ceux qui, en Afrique, regardent avec méfiance ce grand projet de l'Union méditerranéenne que la France a proposé à tous les pays riverains de la Méditerranée, je veux dire que, dans l'esprit de la France, il ne s'agit nullement de mettre à l'écart l'Afrique, qui s'étend au sud du Sahara mais, qu'au contraire, il s'agit de faire de cette Union le pivot de l'Eurafrrique, la première étape du plus grand rêve de paix et de prospérité qu'Européens et Africains sont capables de concevoir ensemble.

Alors, mes chers amis, alors seulement, l'enfant noir de Camara LAYE, à genoux dans le silence de la nuit africaine, saura et comprendra qu'il peut lever la tête et regarder avec confiance l'avenir. Et cet enfant noir de Camara LAYE, il sentira réconciliées en lui les deux parts de lui-même. Et il se sentira enfin un Homme comme tous les autres Hommes de l'Humanité.

Je vous remercie.

Discurso de François Hollande em Dakar:

disponible en:

<https://www.jeuneafrique.com/173903/politique/france-afrique-le-texte-du-discours-de-dakar-prononc-par-fran-ois-hollande/>

Discours du Président de la République française François Hollande devant l'Assemblée nationale sénégalaise, le 12 octobre 2012.

Discours du Président de la République

Dakar, Assemblée nationale

12 octobre 2012

Monsieur le Président de l'Assemblée nationale,

Mesdames et Messieurs les membres du gouvernement,

Mesdames et Messieurs les parlementaires,

Mesdames et Messieurs les membres du corps diplomatique,

Mesdames et Messieurs,

C'est un honneur que vous me faites en m'invitant à m'exprimer au sein de votre Assemblée nationale. J'y vois un double symbole. Le premier, c'est le symbole de la vitalité de votre démocratie. Le second, c'est la singularité du lien qui unit nos deux pays.

J'effectue ici, à Dakar, mon premier déplacement en Afrique depuis mon élection à la Présidence de la République française. Ce choix est celui de l'Histoire. Mais il est surtout et avant tout le choix de l'avenir.

L'histoire que nous avons en commun, elle est belle, elle est rebelle, elle est cruelle. Une histoire qui nous lègue une langue en partage, mais aussi une culture politique en commun : la démocratie.

Je pense en cet instant à Blaise DIAGNE, et à ses successeurs, qui ont activement participé aux travaux du Parlement français après la guerre. Je pense à Léopold SEDAR-SENGHOR qui fit partie, non seulement du gouvernement de la République française, mais du Comité qui fut chargé en 1958 de réfléchir et d'élaborer la Constitution de la Vème République. Je suis donc doublement en dette devant vous. Avec vos représentants Sénégalais, vous avez contribué à la République française et même à la Constitution qui me permet d'être aujourd'hui, Chef de l'Etat. Notre histoire est aussi celle d'une fraternité. Celle de combats menés ensemble.

La France se souvient qu'en 1914 et 1940, elle a pu compter sur le concours de nombreux sénégalais enrôlés de gré ou de force sous le drapeau tricolore et dont le courage a permis à notre pays d'être celui qu'il est aujourd'hui. Par deux fois au cours du dernier siècle dernier, le sang africain a été versé pour la liberté du monde. Je ne l'oublierai jamais.

Cette histoire, notre histoire, a aussi sa part d'ombre. Comme toute Nation, la France se grandit lorsqu'elle regarde lucidement son passé.

Je serai cet après-midi avec le Président Macky SALL sur l'île de Gorée pour rendre hommage à la mémoire des victimes de l'esclavage et de la traite négrière, en présence d'élus des Outre-mer français dont j'ai souhaité la présence à mes côtés. L'histoire de l'esclavage, nous devons la connaître, l'enseigner et en tirer toutes les leçons pour que l'exploitation des êtres humains puisse être combattue avec la plus grande énergie, parce que c'est l'idée même de l'humanité que nous avons en partage. A la Maison des esclaves, qui fait face à l'océan Atlantique, je ne m'inclinerai pas seulement devant l'histoire, devant ces hommes, ces

femmes, ces enfants emmenés de force pour être esclaves : mais je m'engagerai aussi pour la dignité humaine partout où elle est blessée et vous serez avec moi dans ce combat.

La part d'ombre de notre histoire, c'est aussi la répression sanglante qui en 1944 au camp de Thiaroye provoqua la mort de 35 soldats africains qui s'étaient pourtant battus pour la France. J'ai donc décidé de donner au Sénégal toutes les archives dont la France dispose sur ce drame afin qu'elles puissent être exposées au musée du mémorial.

Mais la meilleure raison, la plus sûre raison même de ma présence ici, c'est que je veux vous parler de l'avenir. L'avenir du Sénégal, l'avenir de l'Afrique.

Le Sénégal, votre pays, votre République est un exemple.

Les trois premiers présidents sénégalais ont su, dans leurs diversités, transmettre, tous, le flambeau à leur successeur, permettant à votre pays, et soyez en fiers, de réussir des alternances sans déchirement. Votre Assemblée, ici, devant laquelle je m'exprime, est l'une des seules du continent à avoir exercé la totalité de ses droits, sans interruption, depuis l'indépendance.

Et quand je vois, sous mes yeux, le nombre de femmes, présentes ici comme représentantes du peuple sénégalais –un rapport qui a doublé par rapport aux dernières élections- cela m'inspire beaucoup de modestie, parce qu'en France nous ne sommes pas encore à votre niveau, même s'il y a eu quelques progrès. Voilà ce qui nous rassemble, Mesdames et Messieurs les députés.

Le respect des droits de l'Homme, l'égalité devant la loi, la garantie de l'alternance, les droits des minorités, la dignité de la femme, la liberté religieuse : autant de valeurs universelles ancrées chez vous et qui doivent s'épanouir dans toute l'Afrique.

Je ne suis pas venu ici, à Dakar pour montrer un exemple, pour imposer un modèle, ni pour délivrer une leçon. Je considère les Africains comme des partenaires, comme des amis. L'amitié crée des devoirs : le premier d'entre eux est la sincérité. Je veux leur parler librement, directement, le faire sans ingérence, mais avec exigence.

La démocratie vaut pour elle-même, partout. Aucun pays, aucun continent, ne peut en être privé. Mais elle vaut aussi pour ce qu'elle permet, pour ce qu'elle apporte. Il n'y a pas de vrai développement économique, ni de vrai progrès social sans démocratie.

J'ai une conviction profonde : si l'Afrique, berceau de l'humanité, parvient à vivre et à faire vivre pleinement la démocratie, partout et pour tous, si elle réussit à vaincre ses divisions, alors l'Afrique sera le continent où se jouera l'avenir même de la planète.

L'Afrique est portée par une dynamique démographique sans précédent : la population au sud du Sahara doublera en l'espace de quarante ans –pour atteindre près de 2 milliards de femmes et d'hommes en 2050. Le nombre d'habitants aura été multiplié par dix en un siècle : c'est un changement sans équivalent dans l'histoire même de l'humanité. L'Afrique est la jeunesse du monde.

Elle est aussi une terre d'avenir pour l'économie mondiale. La croissance y est supérieure à beaucoup de croissances des pays dits développés, cette croissance a été ces dernières années toujours à un rythme plus important et elle vous permet, même si c'est difficile, d'accéder à de nouveaux marchés, à de nouveaux produits. Les besoins d'infrastructures sont considérables. La qualité de son agriculture, ses ressources naturelles, ses richesses minières, ce continent a tous les atouts pour être demain le continent de la croissance, du développement et du progrès. Il y a en Afrique un potentiel exceptionnel. Les paysans, les artisans, les étudiants, les entrepreneurs, les savants constituent une ressource formidable pour votre avenir.

Les grands pays se tournent vers l'Afrique et investissent massivement. Vous n'avez pas à avoir peur de cet intérêt nouveau. Vous pouvez vous en méfier, il peut y avoir des prédateurs. Vous devez être conscients que vos institutions, vos pratiques, vos capacités vous permettront de guider, d'orienter ces capitaux dans votre propre intérêt.

Permettez-moi le discours de la franchise. Votre défi, c'est de renforcer la place de votre continent dans la mondialisation. C'est de donner une finalité plus humaine à ce monde, de prendre votre place, d'assumer votre responsabilité. Aucun enjeu planétaire ne pourra se faire sans l'Afrique. Toutes les réponses essentielles passent déjà par votre continent : l'économie, les matières premières, l'environnement, l'énergie, la gouvernance mondiale. Dans toutes les grandes négociations internationales, sur ces sujets, la France et l'Europe mais aussi l'Afrique partagent la même vision de l'avenir.

Je vous fais, ici, une promesse, dans ces grandes négociations qui ont lieu aujourd'hui sur le commerce, sur le climat, sur les questions économiques, vous êtes notre premier partenaire et la France sera votre premier allié. Le devoir d'un pays comme le mien, c'est de vous accompagner dans les domaines d'avenir, pas simplement les ressources naturelles mais aussi l'agro-alimentaire, les télécommunications, les services.

C'est vers cette Afrique de demain que je suis tourné, c'est vers cette Afrique de demain que je viens ici au Sénégal. Le changement viendra d'abord et avant tout des peuples. Les africains ont pris leur destin en main et ce mouvement ne s'arrêtera pas.

Chaque pays en Afrique connaît son propre dynamisme et parfois connaît des rechutes. Chaque pays adapte ses institutions à ses réalités. Chaque pays est chahuté par des mouvements qui contestent les frontières issues de la colonisation. Mais au-delà de toutes ces turbulences, j'ai confiance. L'Afrique est en marche et les principes sur lesquels elle peut fonder son développement sont ceux-là même que vous portez ici au Sénégal.

Le premier de ces principes auxquels j'adhère, c'est la transparence. Vous avez raison d'exiger de toutes les entreprises qui viennent ici investir chez vous ou occuper des positions d'être transparentes et de pouvoir rendre des comptes chaque fois qu'il est nécessaire.

Le second principe c'est la bonne gouvernance. C'est une condition de la stabilité, de la sécurité et de la probité. C'est pourquoi je salue ici l'initiative du Président Macky SALL de lancer une opération de récupération des biens mal acquis. La France n'y fera pas obstacle, jamais. La lutte contre la corruption, les abus financiers, contre l'impunité est l'affaire, non

pas de l'Afrique, c'est l'affaire de tous. Nous devons être intraitables face à ceux qui pourraient se croire autorisés à voler les deniers de leur propre pays, mais aussi être implacables face à ceux qui viennent chercher des contrats en ne négligeant aucun moyen de pression ou d'influence.

Le troisième principe c'est l'égalité. Car si l'Afrique se développe à un bon rythme, si sa croissance est particulièrement dynamique, le nombre de pauvres, lui, ne cesse de progresser à mesure que la population elle-même augmente. Près de la moitié des pays du continent sont en passe d'atteindre, et c'est votre fierté, les objectifs du Millénaire. Mais trop nombreux sont ceux qui restent au bord du chemin. La question des inégalités, est, pour vous comme pour nous, pour le Sénégal comme pour la France, au cœur du message que nos peuples attendent de nous.

Et notamment les femmes qui en Afrique constituent une formidable force de changement et de transformation. Plus nombreuses que par le passé à s'impliquer dans la vie économique et sociale, elles jouent un rôle majeur auprès de la jeunesse africaine qui représentera les deux tiers, bientôt, de la population du continent.

Voilà, ce que je voulais vous dire : confiance en vous, fierté de ce que vous avez déjà accompli, ouverture aux autres et certitude que vous êtes sur le bon chemin, que l'Afrique est un continent d'avenir. Mais en même temps je n'ignore rien des menaces auxquelles vous faites face et des périls qui sont autour de vous.

Je pense particulièrement au Mali, victime de groupes extrémistes qui font régner la terreur dans le Nord. C'est votre sécurité qui est en jeu, c'est aussi la nôtre, celle de l'Europe qui connaît la valeur inestimable de la paix pour laquelle elle a obtenu aujourd'hui même le Prix Nobel.

Cette Europe qui a fait la paix, qui fait la paix, cette Europe, elle doit aussi faire la paix et vouloir la paix en Afrique chaque fois qu'il y a un conflit et du terrorisme. Elle sera derrière vous. Mais c'est vous, les Africains, qui aurez la responsabilité de décider ce qui est bon pour votre propre sécurité.

Le futur de l'Afrique se bâtira par le renforcement de la capacité des Africains à gérer eux-mêmes les crises que le continent traverse.

Les organisations telles que la CEDEAO et l'Union africaine se sont imposées dans le traitement d'un certain nombre de conflits.

C'est très encourageant. L'engagement des armées africaines dans le maintien de la paix, au sein des Casques Bleus en est la preuve. Je pense au courage des Burundais, des Djiboutiens, des Ethiopiens, des Kényans et des Ougandais qui payent un lourd tribut pour libérer la Somalie. Je salue ici les soldats sénégalais engagés dans des opérations de maintien de la paix difficiles, en Côte d'Ivoire, en Guinée-Bissau, en RDC et au Soudan. Merci au Sénégal.

Aujourd'hui, c'est la crise que connaît le Nord du Mali, occupé et violenté, qui doit nous fédérer. On en connaît les causes, elles sont multiples. Les pratiques maffieuses des groupes terroristes, les erreurs qui ont marqué la fin de l'intervention en Libye, et notamment le manque de contrôle des armes, les trafics de drogue qui ont corrompu une partie de l'économie malienne, mais qui menacent, on le sait bien, une bonne partie de l'Afrique de l'Ouest. Il y a aussi une insuffisance du développement économique au Sahel, qui a nourri le désespoir. Je connais tout ça. Y compris l'absence de mise en œuvre effective des accords passés qui auraient dû conduire à une coexistence harmonieuse entre les communautés du Mali.

Mais sommes-nous là pour faire des analyses, pour essayer de comprendre, ou pour prendre nos responsabilités ? Les horreurs actuelles ne peuvent plus se poursuivre. Comment accepter ces mausolées profanés, ces mains coupées, ces femmes violées ? Comment tolérer que des enfants puissent être enrôlés de force par des milices, que des terroristes viennent dans cette région pour ensuite semer la terreur ailleurs ? La France, je l'ai dit aussi, à travers ses ressortissants dans cette région, a été attaquée et agressée.

Le Mali a fait appel à la communauté internationale et demande un soutien. Nous devons le lui apporter, avec la CEDEAO, avec l'Union africaine. L'Organisation des Nations Unies, à notre initiative mais aussi à l'initiative de bien des pays européens, est désormais prête à apporter aussi une base légale. Au moment même où je m'exprime, une résolution au Conseil de sécurité est en train d'être délibérée. Elle permettra de donner un cadre légal à ce que les Africains décideront eux-mêmes d'engager.

Chers amis,

Je vous ai parlé de votre avenir, de vos capacités, de vos atouts. Des menaces aussi. Des responsabilités qui sont les vôtres.

Mais je veux, maintenant, vous dire ma volonté de renouveler la relation entre la France et l'Afrique.

Le temps de ce qu'on appelait autrefois « la Françafrique » est révolu. Il y a la France et il y a l'Afrique. Il y a le partenariat entre la France et l'Afrique, avec des relations fondées sur le respect, sur la clarté et sur la solidarité.

La clarté, c'est la simplicité dans nos rapports d'Etat à Etat.

Les émissaires, les intermédiaires, les officines trouvent désormais porte close à la Présidence de la République française comme dans tous les Ministères.

La clarté, c'est dans la constitution du Gouvernement, que j'ai décidé de former, la décision que j'ai prise de remplacer le Ministère de la Coopération par celui du Développement placé auprès du Quai d'Orsay, indiquant ma conviction que nous devons gérer ensemble les grands défis de l'humanité, les changements climatiques, la question des maladies, le développement solidaire. Bref, ce qui compte aujourd'hui, ce qui est espéré de la France ce n'est pas une coopération, c'est un développement.

Le respect, c'est aussi la franchise. Elle doit être réciproque. Je ne céderai pas à la tentation de la complaisance, et je n'en attends pas non plus en retour de la part de l'Afrique. Nous devons tout nous dire. Ce que nous pensons, ce que nous croyons, ce qui est utile.

Cette sincérité, elle vaut en particulier pour le respect des valeurs fondamentales : la liberté des médias, l'indépendance de la justice, la protection des minorités. Car, sans Etat de droit il ne peut y avoir de fonctionnement normal de l'Etat, ni d'investissement durable des entreprises, ni de société en paix. Nous devons être particulièrement engagés dans la lutte contre les violences. Violences faites aux enfants, violences faites aux femmes, violences faites aux personnes déplacées. Voilà le message que nous devons faire passer ensemble, français et africains.

Le respect, c'est une définition parfaitement claire de la présence militaire française en Afrique. Celle-ci ne pourra se poursuivre que dans un cadre légal et transparent. Ainsi, l'accord de défense entre la France et le Sénégal a récemment été revu. Il sera rapidement ratifié dans nos deux pays, dans nos deux Parlements. Il en sera de même partout, et ces accords de défense ne contiendront plus de clauses secrètes. J'irai au bout de cette démarche, car je veux aussi tirer tous les enseignements des crises que nous devons affronter ou que nous avons traversées. Nous n'avons pas besoin de forces statiques en Afrique, nous avons besoin de forces réactives, capables de s'adapter et de privilégier une réponse plutôt que simplement

une présence. C'est dans cet esprit que sera définie la nouvelle politique de défense de la France.

Je vous ai parlé de clarté, je vous ai parlé de respect. Je veux vous parler de solidarité.

La solidarité, c'est le développement.

L'Afrique sub-saharienne est la première priorité de la politique de la France, puisqu'elle concentre plus de la moitié de notre effort budgétaire. Mon pays est particulièrement actif pour défendre les intérêts de l'Afrique dans les institutions multilatérales. Mais le partenariat franco-africain ne peut pas, ne doit pas se limiter aux seuls Etats.

Il associera donc les ONG davantage qu'aujourd'hui, les collectivités locales. Et puis aussi tous ceux qui, entrepreneurs, veulent participer avec les sociétés civiles à ce que nous avons à faire ensemble. Il faut en terminer avec ces relations d'Etats à Etats qui ignorent les peuples et les sociétés.

La solidarité, c'est aussi d'aller chercher de nouveaux financements, ce que j'appelle les financements innovants, pour trouver de nouvelles ressources et les mettre au service de projets futurs.

Au niveau européen, une taxe sur les transactions financières sera bientôt en place dans onze pays. Pour la France, 10 pour cent du produit de cette taxe ira au développement et à la lutte contre les pandémies qui meurtrissent votre continent. Je pense au paludisme, à la tuberculose, au Sida. Nous allons avec cette taxe sur les transactions financières montrer une nouvelle fois l'exemple. L'exemple de ce que nous pouvons faire pour limiter l'influence de la finance. L'exemple de ce que nous devons faire pour utiliser les ressources au service du développement.

La solidarité, elle ne peut être simplement qu'une affaire de finance et d'échange de moyens matériels ! La solidarité, c'est aussi l'échange entre des hommes et des femmes qui veulent circuler. J'entends mettre fin à ce paradoxe absurde, qui fait que la France dans un passé récent, ait trop souvent fermé la porte à ceux-là même qui voulaient y créer des emplois, y développer des échanges, participer à l'effort de recherche ou de création artistique ! Je souhaite donc que les procédures administratives soient simplifiées pour les étudiants, dès lors qu'ils sont motivés, talentueux, capables de subvenir à une grande part de leurs besoins.

Je veux aussi que les artistes, les créateurs ne soient pas contraints de renoncer à un déplacement en France faute d'obtenir un visa. J'ai entendu le message de votre Ministre de la

Culture, Youssou N'DOUR. C'est parce que j'ai entendu ce message que nous allons améliorer nos procédures, tout en étant responsables sur la maîtrise de notre immigration.

La solidarité, c'est, aussi, la consolidation de la zone franc. Vous êtes attachés à cette zone de stabilité monétaire. Vous savez ce que vous lui devez, c'est-à-dire d'avoir été capables de créer, vous aussi, une union de l'Afrique de l'Ouest et de l'Afrique centrale, qui a permis une intégration et une stabilité. Mais, en même temps, est-ce que nous ne pourrions pas réfléchir ensemble, pays de la zone franc et la France, à assurer de manière plus active la gestion des réserves, des monnaies, de façon à ce que nous puissions les utiliser pour la croissance et pour l'emploi ? Voilà l'enjeu de la relation entre la France et l'Afrique : développement des économies, un niveau supérieur dans nos échanges, une conception commune de nos responsabilités, des valeurs que nous portons, des exigences que nous posons.

Pour amplifier encore la croissance et le développement, je veux établir entre l'Europe et l'Afrique des relations économiques et commerciales plus équitables. Je considère que la position des pays africains dans la négociation des Accords de partenariat économique n'a pas été assez prise en compte. Cette discussion s'est enlisée. Je suis favorable à ce que nous la relançons sur de nouvelles bases, avec des conditions de calendrier et de contenu plus favorables pour les pays africains. Vous devez prendre votre part, dans les échanges, dans les négociations internationales. La France vous y aidera !

Nous voulons permettre aux Etats africains de négocier de meilleurs contrats avec les multinationales étrangères, et notamment dans le secteur minier. C'est la raison pour laquelle mon pays a mis en place, avec la Banque mondiale, une facilité financière pour renforcer l'assistance juridique aux pays africains dans la négociation de leurs contrats. Il s'agit de permettre aux pays d'Afrique de percevoir un juste prix pour les ressources qui sont prélevées sur leur territoire.

Ici au Sénégal, mes chers amis, ces principes se traduisent par la volonté de la France d'être toujours à vos côtés. C'est la raison pour laquelle j'ai accordé en juillet dernier à votre pays une aide budgétaire exceptionnelle de 130 millions d'euros, pour répondre aux urgences que je connaissais et qui obligeaient la France. Il ne s'agissait pas de générosité, il s'agissait de solidarité, il s'agissait de compréhension. Vous savez l'importance que j'accorde à la relation entre nos deux pays.

Je salue ce que vous avez voulu faire avec le Président Macky SALL en donnant la priorité à la jeunesse. Priorité à la jeunesse, ce fut aussi le thème de ma campagne présidentielle en France. Je sais ce qu'elle représente ici au Sénégal et partout en Afrique. Je comprends donc votre exigence, votre impatience. Tout à l'heure, nous visiterons avec le Président SALL, l'un des 3 centres de formation professionnelle que l'Agence Française de Développement a

récemment financé à Dakar. La France continuera d'agir dans cette direction pour renforcer votre potentiel en matière d'éducation, de qualification. Nous agissons pour la rénovation de collèges publics dans l'académie de Dakar. Nous sommes conscients aussi que les jeunes africains veulent être mieux formés, ici dans leur propre pays, avec de grandes universités parce qu'il y a besoin de grandes universités africaines avec des centres de recherches pour que vous puissiez faire étudier, ici, vos enfants. Ce qui n'empêchera pas qu'ils puissent se déplacer pour nous apporter leurs concours et le produit de leur travail. Mais c'est ici que leur formation doit être faite et c'est ici que les jeunes qui sortiront de vos écoles, de vos universités, partout en Afrique et au Sénégal, devront trouver l'emploi qu'ils recherchent.

A travers l'éducation, à travers une conception de la santé, à travers les transports, les infrastructures que nous voulons développer, bref tout ce qui permet la mobilité, l'échange, la communication — qu'est-ce que nous voulons faire ? Nous développer ? Oui, sans doute, mais également partager. Partager une culture, partager une langue.

Parce que, ce qui nous unit aussi, c'est la francophonie, cette communauté qui permet de mieux se comprendre, mais aussi de mieux agir, cette communauté vers laquelle j'irai avec le Président Macky SALL demain, à Kinshasa, pour la convaincre de s'élargir encore, de prendre toutes les initiatives et de porter des valeurs. Parce que parler une langue, parler la langue française, qui est ici une langue africaine, c'est aussi transmettre des valeurs, porter des messages, inspirer des peuples ; parler la langue française, c'est parler la langue de la liberté, c'est parler la langue de la dignité, c'est parler la langue de la diversité culturelle. C'est votre langue, c'est notre langue, nous l'avons en commun. Diffusons-la, portons-la et faisons en sorte que ceux qui la parlent aient une chance de plus que les autres.

Nous ne demandons pas d'écraser d'autres langues. Ici la langue française ne chasse aucune autre langue. Elle n'écrase rien, elle permet tout. Voilà pourquoi nous voulons partager ce bel idéal de la francophonie.

Vous avez aussi besoin, non seulement d'échanges humains, culturels, linguistiques ; vous avez besoin aussi d'échanges — je l'ai dit — d'infrastructures, de transports. Vos villes sont en train d'être transformées en Afrique. De très grandes villes mondiales seront en Afrique avec ce que cela génère comme complexité d'urbanisme, comme exigence de logements.

Je suis arrivé à l'aéroport — j'ai mis un certain temps avec le Président Macky SALL car les Sénégalais étaient venus nombreux nous accueillir et nous circulions au ralenti. J'ai eu le temps d'observer ce que je découvrais. Je voyais ces immeubles qui sortaient de terre, je vois

bien les besoins. Voilà pourquoi la France est prête à prendre toute sa part à cette construction, à cette invention.

Je parle des villes et je n'oublie pas les campagnes. L'Afrique a aussi un atout formidable avec la ruralité. Ne croyez pas que c'est une charge ou un poids ; ne pensez pas qu'il y aurait un exode rural qui serait irréversible, parce que ce serait ce qui vaudrait pour tous les développements. Non, votre agriculture doit être développée, vos produits peuvent être plus nombreux qu'aujourd'hui et mieux mis en valeur. Vous devez assurer votre sécurité alimentaire, la productivité en matière agricole peut connaître, en Afrique, un développement considérable. Nous serons avec vous parce que l'Afrique a besoin de se nourrir par elle-même et d'assurer sa sécurité et son indépendance alimentaire.

Mesdames et messieurs, chers amis,

Je ne voudrais pas m'installer trop longtemps à cette tribune, c'est la vôtre. Vous m'avez fait grand honneur — je le disais — de m'accueillir ici. J'ai ressenti une grande émotion.

Nous sommes dans un lieu que le colonisateur avait lui-même bâti. Vous vous en êtes libérés, vous avez été capables de trouver votre voie. Vous êtes une grande Nation et vous m'accueillez aujourd'hui comme un ami.

Nous sommes à la fois liés par l'Histoire et en même temps tellement conscients de ce que nous avons à faire ensemble, les uns avec les autres. Vous attendez de la France, non pas des mots, non pas des principes, même si les principes conduisent à l'action. Vous attendez qu'elle pose des actes, montre des preuves qu'elle est à vos côtés. Je veux essayer de vous convaincre que vous devez être fiers de vous-mêmes, fiers de votre avenir, conscients de votre présent et que vous avez à faire, finalement, le plus beau chemin possible, celui de votre développement. Vous avez une jeunesse qui, je le sais, attend beaucoup et parfois attend trop longtemps. Elle s'impatiente. Nous avons le devoir, les uns et les autres, de lui répondre.

Je remercie le Sénégal, ses honorables députés, son Président de l'Assemblée, le Président de la République, son Gouvernement. Je remercie le Sénégal et le peuple sénégalais de m'avoir attendu, accueilli et accompagné, je ne l'oublierai jamais.

Je me souviendrai longtemps de la chaleur de son accueil. Mais nous avons encore tant à faire ensemble.

Une grande histoire commune nous lie. Il nous revient maintenant d'écrire, ensemble, un nouveau récit, de tracer l'avenir. J'ai retrouvé une belle phrase qui se trouve dans votre hymne national que le Président SENGHOR vous a laissé. Elle témoigne de ce que nous pouvons faire avec vous. « Epaule contre épaule », faire avancer la France et l'Afrique ensemble.

Vive le Sénégal.

Vive la France.

Vive l'amitié entre le Sénégal et la France.